



UFG

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

ÁLISSON RICETO

INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL:

o papel da Petrobras na articulação dos territórios a partir da cadeia do petróleo e do gás
natural

**CATALÃO (GO)
2019**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

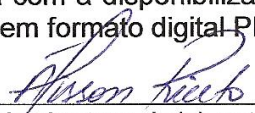
Nome completo do autor: Álisson Riceto

Título do trabalho: **INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL: o papel da Petrobras na articulação dos territórios a partir da cadeia do petróleo e do gás natural**

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 26/05/2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ÁLISSON RICETO

INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL:

o papel da Petrobras na articulação dos territórios a partir da cadeia do petróleo e do gás natural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, do Instituto de Geografia da Regional Catalão, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Ordenamento do território e estudos rurais

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo da Silva

**CATALÃO (GO)
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Riceto, Alisson

INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL [manuscrito] : : o papel da Petrobras na articulação dos territórios a partir da cadeia do petróleo e do gás natural / Alisson Riceto. - 2019.
ccxxvii, 227 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2019.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Integração. 2. América do Sul. 3. Petróleo. 4. Gás Natural. 5. Petrobras. I. Silva, Ronaldo da, orient. II. Título.

CDU 911:32



Av. Lamerline P. Avelar, 1.120, Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704-020
 Fone/fax: (62) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE
Alisson Riceto

Aos dois do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (02/05/2019), às 15h (quinze horas), na Sala de Aulas do Mestrado em Geografia, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 156ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Alisson Riceto**, matrícula nº 2017101542, CPF 062.889.636-07, sob o título **"INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL: o papel da Petrobras na articulação dos territórios a partir da cadeia do petróleo e do gás natural"**. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 005/2019 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores Dr. Ronaldo da Silva (Orientador) - CPF nº 792.803.901-04, Dra. Rita de Cássia Martins de Souza (Membro Externo) - CPF nº 067.310.678-06, e Dra. Magda Valéria da Silva (Membro Interno) - CPF nº 618.587.301-04. Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o mestrando respondido satisfatoriamente. Às 17 horas e 40 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo o mestrando obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Ronaldo da Silva – Ass. Ronaldo da Silva
 Aprovado (X) Reprovado ()
Profa. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza – Ass. Rita de Cássia Martins de Souza
 Aprovado (X) Reprovado ()
Profa. Dra. Magda Valéria da Silva - Ass. Magda Valéria da Silva
 Aprovado (X) Reprovado ()
 Obs.: Recomendado para Publicação

Presidente da Banca – Prof. Dr. Ronaldo da Silva - Ass. Ronaldo da Silva
Resultado final: APROVADO (X) REPROVADO ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura do Mestrando: Alisson Riceto
 Secretária do PPGGC-RC/UFG: Priscila Queirino de Lima
 Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

DEDICATÓRIA

À minha família. Em especial a meus pais, os quais são meus exemplos de vida, e minha esposa, que soube entender os muitos momentos dedicados a este trabalho e dividiu comigo expectativas, frustrações e alegrias.

Àqueles que futuramente se dedicarão à pesquisa de temas correlatos. Espero que, de alguma forma, este trabalho contribua com avanços teóricos e metodológicos sobre a construção do espaço geográfico e do jogo de poder nisso arraigado.

Ao povo brasileiro, que, nos últimos anos, vem sendo expropriado de direitos e de sua dignidade. Desejo que o esforço aqui empenhado não seja inócuo e contribua para uma sociedade mais lúcida e humanamente mais digna.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento nobre. Ser grato requer humildade e promove a união. Um sentimento que, ao mesmo tempo, faz bem a quem agradece e àquele(a) a quem se agradece. Ser grato é uma forma de reconhecer a importância daquilo que recebemos e, ao mesmo tempo, é uma maneira de reconhecer o bem, o carinho e o amor a nós dedicado por outro. É, certamente, uma prática cristã. A própria existência torna-se mais digna quando se é grato.

Dessa forma, como não ser grato à minha família? Aos meus pais, Marcílio e Natalina, por todo amor que se manifestou na forma de cuidado, carinho, conselhos, exemplos, abraços e sorrisos. Aos meus irmãos, Sônia e Aldemir, que, mais velhos, em muitos momentos, também foram pai e mãe. À minha esposa, Érika, por todo amor a mim dedicado, com quem, há vinte anos, tenho a honra de dividir meus dias, ideais, planos, angústias e sonhos. Sendo ela minha cúmplice, foi também uma das maiores responsáveis por mais este projeto que se realiza, o mestrado. A meu sogro e sogra, cunhados e cunhadas, sobrinhas e sobrinhos. A todos vocês, meu muito obrigado!

Também sou grato ao meu orientador, Ronaldo da Silva. Um vitorioso por sua trajetória de vida e que, há alguns anos, dedica-se a permitir que outros, assim como ele e eu, possam vislumbrar um futuro digno a partir do amadurecimento intelectual. Suas orientações foram cruciais para que eu pudesse alcançar os resultados que aqui serão apresentados. Obrigado, professor! Obrigado pela receptividade à minha pessoa, às ideias e ideais que carrego. Obrigado pelas indicações de leituras, pelas discussões teóricas, pelos trabalhos escritos em parceria, pela companhia em eventos, pelas leituras e correções dos textos e das interpretações que elaborei ao longo desse período.

Ao longo de toda minha vida acadêmica, pude desfrutar das instituições públicas de ensino. Então, como não ser grato ao povo e ao Estado brasileiro que, nessa etapa, na forma da Universidade Federal de Goiás (UFG), do Instituto de Geografia da Regional Catalão (IG-RC) e de seu corpo docente e administrativo me proporcionaram a possibilidade desse mestrado? Dessa forma, agradeço aos demais professores do programa, que, com suas aulas e discussões, também contribuíram para o aprimoramento desse trabalho.

Assim como eles, agradeço aos autores usados nas reflexões necessárias a essa pesquisa. Vale lembrar que, mesmo sendo uma escolha, estes dedicaram boa parte de

suas existências à elaboração de análises e teorias que pudessem auxiliar os demais em sua leitura de mundo. Essa doação deve ser reconhecida. Assim, obrigado por suas contribuições! A Geografia, as Ciências Políticas, a História e as Relações Internacionais cresceram com suas obras.

Além desses, sou grato ainda aos amigos, alguns irmãos por opção. Aos que já me acompanhavam antes dessa empreitada, na vida pessoal ou profissional, aos que fiz durante este projeto, muito obrigado pelas conversas, pelos momentos de descontração, pelos conselhos, aprendizados e pelas palavras de ânimo e inspiração.

*Eu posso querer a sorte,
Ver a cor, ter um norte,
Algum lugar pra alcançar...
Eu quero ver tudo azul,
No céu, correr pro Sul,
Pro seu, pro nosso cantar.
Quero um sorriso com dentes
Na cara da minha gente.
Quero ouvir nossa voz.
Eu tenho espada e escudo,
Canto e não vou ficar mudo,
Eu quero tudo pra nós.
Já construíram barreiras,
Bateram nossas carteiras,
Sequestraram mil sonhos,
Já nos cercaram de muro,
Viramos filhos do escuro
Fazendo filhos tristonhos.
Eles brincaram de guerra,
Dividiram a terra,
Sabotaram meus planos de paz.
Antes que o fim nos alcance,
Por que não dar uma chance,
E aprender com os enganados rapazes.
Porque negar o fogo desse seu olhar?*

LEE, Vander Lee. Fogo. IN: **No
balanço do Balaio**. Sony Music: 1999

RESUMO

Esta pesquisa analisou o processo de integração entre os países sul-americanos, tendo como referência a articulação dos territórios a partir do setor de hidrocarbonetos fluidos, com destaque para as ações do Brasil e da Petrobras neste século XXI. A relevância das reservas de petróleo desse subcontinente, hoje representando quase 1/5 das reservas mundiais, e a intensificação do processo de integração voltada à superação de limitações infraestruturais historicamente existentes, foram os fatores que instigaram este estudo. Para alcançar tal objetivo, foi necessário refletir sobre o jogo de interesses e forças existentes na configuração do espaço geográfico e na articulação dos territórios. Isso foi feito à luz da rede produtiva do petróleo e do gás natural, bem como dos problemas políticos e socioeconômicos enfrentados pelo Brasil e por seus vizinhos sul-americanos. A metodologia básica assentou-se em pesquisas bibliográficas e na análise de relatórios de agências e empresas especializadas no setor de energia. Antes de avançar sobre o referido processo de integração entre os países, foram retomados os conceitos de espaço geográfico, território e rede. No primeiro capítulo, o foco esteve na configuração econômica, espacial e geopolítica da cadeia produtiva do petróleo, em escala tanto global quanto subcontinental. Com isso, a partir da irregular distribuição dessa matéria-prima pelo planeta e de sua importância vital para o sistema produtivo global, tratou-se das tensões e dos conflitos decorrentes da relação entre os grandes importadores e os detentores das maiores reservas. O segundo capítulo foi destinado a uma análise da política de investimentos da Petrobras e do papel por ela ocupado na política externa brasileira, tendo como base este século. É também apresentada a envergadura alcançada pela Petrobras, seu posicionamento antes e depois da descoberta das reservas do Pré-sal e o papel assumido pelo governo brasileiro diante desse cenário. Ainda no segundo capítulo, é feita a análise da conjuntura econômica e política vivida pelo país nos últimos três anos e de seus reflexos sobre a empresa. O último capítulo é dedicado a compreender o processo de integração sul-americano, sua relação com a ideia da cooperação Sul-Sul, os fatores que o impulsionaram e suas dificuldades históricas e atuais. Neste é discutido o papel do Brasil, bem como, secundariamente, o de outros importantes países, como a Argentina e a Venezuela, para tal processo. Ao mesmo tempo, relatórios do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) e da Comissão de Integração Energética Regional (CIER), foram usados para retratar as principais ações de integração e para avaliar a relevância do setor energético fóssil nesse processo.

Palavras-chave: Integração; América do Sul; Petróleo; Gás Natural; Petrobras.

RESUMEN

Esta investigación analizó el proceso de integración entre los países sudamericanos, teniendo como referencia la articulación de los territorios a partir del sector de hidrocarburos fluidos, con destaque para las acciones de Brasil y Petrobras en este siglo XXI. La relevancia de las reservas de petróleo de ese subcontinente, hoy representando casi 1/5 de las reservas mundiales, y la intensificación del proceso de integración volcada a la superación de limitaciones infraestructurales históricamente existentes, fueron los factores que instigaron este estudio. Para alcanzar tal objetivo, fue necesario reflexionar sobre el juego de intereses y fuerzas existentes en la configuración del espacio geográfico y en la articulación de los territorios. Esto se hizo a la luz de la red productiva del petróleo y del gas natural, así como de los problemas políticos y socioeconómicos enfrentados por Brasil y sus vecinos sudamericanos. La metodología básica se basó en investigaciones bibliográficas y en el análisis de informes de agencias y empresas especializadas en el sector de energía. Antes de avanzar sobre dicho proceso de integración entre los países, se retomaron los conceptos de espacio geográfico, territorio y red. En el primer capítulo, el foco estuvo en la configuración económica, espacial y geopolítica de la cadena productiva del petróleo, a escala tanto global como subcontinental. Con ello, a partir de la irregular distribución de esa materia prima por el planeta y de su importancia vital para el sistema productivo global, se trató de las tensiones y de los conflictos derivados de la relación entre los grandes importadores y los tenedores de las mayores reservas. El segundo capítulo fue destinado a un análisis de la política de inversiones de Petrobras y del papel por ella ocupado en la política exterior brasileña, teniendo como base este siglo. Es también presentada la envergadura alcanzada por Petrobras, su posicionamiento antes y después del descubrimiento de las reservas del Pre-sal y el papel asumido por el gobierno brasileño ante ese escenario. En el segundo capítulo, se hace el análisis de la coyuntura económica y política vivida por el país en los últimos tres años y de sus reflejos sobre la empresa. El último capítulo está dedicado a comprender el proceso de integración sudamericano, su relación con la idea de la cooperación Sur-Sur, los factores que lo impulsaron y sus dificultades históricas y actuales. En este se discute el papel de Brasil, así como, secundariamente, el de otros importantes países, como Argentina y Venezuela, para tal proceso. Al mismo tiempo, se utilizaron informes del Consejo Sudamericano de Infraestructura y Planificación (COSIPLAN) y de la Comisión de Integración Energética Regional (CIER) para retratar las principales acciones de integración y para evaluar la relevancia del sector energético fósil en ese proceso.

Palabras clave: Integración; América del Sur; Petróleo; Gas natural; Petrobras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área de ocorrência do sistema petrolífero do Pré-Sal no litoral brasileiro	84
Figura 2 – Compartimentação rochosa que abriga o sistema “Pré-sal” e “Pós-sal”	85
Figura 3 – Sistema de distribuição de gás natural da NTS (2019).....	133
Figura 4 – Eixos de integração da IIRSA (2018)	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reservas, produção e consumo de petróleo por grandes regiões frente ao total mundial – 2017	46
Tabela 2 - Reservas, produção e consumo de petróleo por país frente ao total mundial– 2017	48
Tabela 3 - Maiores exportadores de petróleo bruto – 2015	49
Tabela 4 - Maiores importadores de petróleo bruto – 2015.....	50
Tabela 5 – Movimentação de petróleo e derivados por grandes regiões em milhões de toneladas – 2017	53
Tabela 6 - Reservas, produção e consumo de gás natural por grandes regiões – 2017 .	55
Tabela 7 - Reservas, produção e consumo de gás natural por países– 2017	56
Tabela 8 - Maiores exportadores mundiais de gás natural – 2016	58
Tabela 9 - Maiores importadores de gás natural – 2016.....	59
Tabela 10 – Movimentação de gás natural por país ou grandes regiões em bilhões de metros cúbicos – 2017	60
Tabela 11 – Produção média mundial de óleo cru e condensados em 2014 e setembro de 2016 (milhões de barris por dia)	112
Tabela 12 – Petrobras: Produção média diária oriunda das reservas do Pré-sal (2011 - 2017).....	125
Tabela 13 – Campos e blocos do Pré-sal concedidos sob o regime de partilha nas cinco primeiras rodadas entre 2013 e 2018.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das produções de petróleo do Pré-sal e do Pós-sal – janeiro de 2009 a janeiro de 2019.....	87
Gráfico 2 – Preço internacional médio mensal por barril de petróleo bruto (em US\$) entre 1993 e 2018	111
Gráfico 3 – Preço internacional médio mensal do gás natural (em US\$) entre 2008 e 2018	113
Gráfico 4 - Petrobras: investimentos por PNG – 2007 / 2021 (US\$ bilhões).....	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Movimentação global de petróleo em 2017 (milhões de toneladas)	54
Mapa 2 – Movimentação de gás natural gasoso e GNL (bilhões de m ³) - 2017	63
Mapa 3 – Conflitos e tensões relacionados ao acesso a reservas de petróleo e de gás natural após a II Guerra	80
Mapa 4 – Atuação internacional da Petrobras	104
Mapa 5 – Áreas do Pré-sal já concedidas sob o modelo de partilha e áreas ofertadas na Sexta Rodada - 2013/2019	139
Mapa 6 – Integração elétrica entre os países sul-americanos (2016)	172
Mapa 7 – Sistemas de gasodutos na América do Sul (2016).....	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Agência Internacional de Energia
BEN	Balancos Energéticos Nacionais
BP	British Petroleum
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CIER	Comissão de Integração Energética Regional
CIPs	Companhias Internacionais do Petróleo
CNN	Cable News Network
CNPC	China Nacional Petroleum Corporation
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DW	Deutsche Welle
EPE	Empresa Brasileira de Pesquisa Energética
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSPS	Fundo Social do Pré-sal
GNL	Gás natural liquefeito
IIRSA	Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NOC	National Oil Corporation
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLADE	Organização Latino-Americana de Energia
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCL	Política de Conteúdo Local
Prominp	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
SI	Sistema Internacional
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USTDA	United States Trade Agency

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I - PETRÓLEO, GÁS NATURAL E GEOPOLÍTICA: circuito produtivo global, disputas e conflitos	26
1.1 - O jogo de poder na articulação dos territórios e na configuração dos circuitos produtivos internacionais.....	27
1.2 – Articulação dos territórios, redes e fluxos	29
1.3 - Espacialidade contemporânea dos circuitos produtivos do petróleo e do gás natural	41
1.3.1 – O circuito produtivo mundial do petróleo	45
1.3.2 – A cadeia produtiva mundial do gás natural	55
1.4 - Conflitos energéticos contemporâneos: artifícios e estratégias para garantir acesso aos hidrocarbonetos	64
II – PETROBRAS E PRÉ-SAL: auge e declínio	82
2.1 - O Pré-sal: caracterização física e potencial de exploração	82
2.2 - A regulamentação da exploração de petróleo e gás natural, o Pré-sal, a ciência brasileira e a indústria nacional	88
2.3 - A internacionalização das atividades da Petrobras e a posição de <i>player</i> global assumida no século XXI.....	96
2.4 – O mercado e as variações do preço do petróleo, a fronteira econômico-tecnológica do Pré-sal, endividamento, a Operação Lava Jato e seus resultados nefastos para a empresa.....	106
2.5 - As Mudanças na Regulamentação do Setor de Petróleo e Gás Natural, a Política de Desinvestimentos, a Fragilização da Petrobras e Seus Reflexos.....	126
III – A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA SUL-AMERICANA E O PAPEL DO BRASIL/PETROBRÁS NESSE PROCESSO	147
3.1 - Um breve resgate de um longo e tortuoso caminho: o processo de integração ...	148
3.2 - Integração regional: oportunidades e desafios	150
3.3 - Os processos de integração subcontinental	156
3.4 - A integração energética dos territórios sul-americanos	166
3.5 - A mudança do cenário político e o desmonte do ideal de integração estratégica	182
3.6 – Os desdobramentos no processo de integração subcontinental	190

CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	214

INTRODUÇÃO

Até o presente momento, na maior parte deste século XXI, os países da América do Sul viveram a congruência da orientação de seus governos no tocante aos propósitos de integração para o subcontinente¹. Governos, como de Hugo Chaves (Venezuela), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Brasil), e Néstor e Kristina Kirchner (Argentina), ainda que em diferentes escalas, empenharam-se na busca mais enfática de uma integração regional estratégica. Ideais de cooperação e fortalecimento das relações Sul-Sul ganharam espaço na concertação entre os países sul-americanos e desdobraram-se em projetos e ações como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada em 2000, a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, e a ampliação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 2012.

Esse cenário foi o que despertou a atenção para o desenvolvimento deste trabalho. Na verdade, a análise aqui realizada busca compreender a relevância estratégica e prática assumida pela integração sul-americana, tendo como referência os investimentos no setor energético fóssil. Assim, esta pesquisa desenvolve-se na interface entre a Geografia e as Relações Internacionais. Permeando a Geopolítica, a Geoeconomia e a História, essa pesquisa se dedica a compreender as articulações dos diferentes atores do Sistema Internacional (SI) sobre o espaço, ou seja, as ações e as estratégias articuladas por esses na defesa de seus interesses, sejam eles comuns ou individuais. Aqui, o foco são dois agentes, o grande capital transnacional e o Estado.

Relevante é lembrar que as articulações de integração regional na América do Sul vão ao encontro de um dos maiores obstáculos do desenvolvimento subcontinental: a limitação das infraestruturas de integração dos territórios e dos mercados. Ao mesmo tempo, justifica-se com base no atual estágio de reprodução e acumulação do capital, profundamente dependente da facilitação dos fluxos. Pré-requisito para promoção da fluidez é a melhoria do sistema de fixos, e estes, por sua vez, são imprescindíveis para o desenvolvimento socioeconômico dos países envolvidos.

Promover a aparelhagem dos territórios com as estruturas (fixos/artefatos) que facilitam a movimentação dos recursos, pessoas e produtos é a essência geográfica do processo de globalização. Ao mesmo tempo, a busca pela integração dos mercados a

¹ Por subcontinente entende-se o grupo formado pelos países 12 sul-americanos.

partir da ampliação das infraestruturas logísticas e energéticas, além de modernizar os territórios, fortalece as economias regionais e, ao abrir novas oportunidades econômicas e tecnológicas aos países sul-americanos, pode alçá-las a patamares mais expressivos dentro do SI.

Entre os grandes potenciais de desenvolvimento que a América do Sul apresenta, tais como a abundância de recursos naturais (água, minérios, áreas agricultáveis, variadas fontes de energia, biodiversidade, entre outros), sua numerosa população, os relevantes e diversificados parques industriais, destacando-se neste aspecto o Brasil e a Argentina, nas últimas décadas, vem chamando a atenção também o setor energético fóssil.

Os últimos relatórios da British Petroleum (BP) apontam que na América do Sul está a segunda maior reserva de petróleo confirmada do planeta quando consideradas as grandes regiões. Com 19,5% (BP, 2018), e ainda com reservas significativas de gás natural, correspondentes a 4,2% (BP, 2018), a América do Sul só fica atrás do Oriente Médio. Em meio aos países sul-americanos, a Venezuela, com a maior reserva de petróleo do mundo, 17,9% (BP, 2018), e o Brasil, com as volumosas e qualificadas reservas do Pré-sal e a incontestável capacidade técnica e financeira da Petrobras nas explorações *off-shore*, são os protagonistas.

Ainda hoje, mesmo com os avanços tecnológicos da fronteira energética, a configuração do processo produtivo capitalista é visceralmente dependente dos combustíveis fósseis. De modo mais objetivo, na composição da matriz energética global, o gás natural e os derivados de petróleo somados representam 55,9% do consumo final de energia (BEN, 2018). Além disso, o petróleo figura como uma das mais importantes matérias-primas, pois sustenta uma infinidade de cadeias produtivas associadas ao setor petroquímico.

À luz do atual estágio de organização do sistema de produção capitalista, verifica-se que a reprodução do capital depende da produção e do consumo espacialmente pulverizados. Assim, a eliminação das asperezas que facilita a fluidez sobre o espaço, construída a partir da conexão dos recortes territoriais, é algo imprescindível para a adequada inserção dos países no sistema econômico global. Destarte, uma integração sul-americana, capaz de potencializar os países e os capitais locais no aproveitamento dos potenciais existentes, apresenta-se como uma necessidade para o desenvolvimento deles.

Assim, neste trabalho, se buscou entender quais processos de integração entre os países sul-americanos foram levados adiante nas primeiras duas décadas deste século, tendo como base o campo dos hidrocarbonetos fluidos (petróleo e gás natural). Quais resultados foram obtidos a partir da sinergia política e econômica entre os governos sul-americanos durante a primeira década e meia do século XXI? Quais os reflexos da reviravolta no quadro político nos últimos três anos e da fragilização da Petrobras ocorrida no mesmo período para essa integração? E para isso, qual a espacialidade contemporânea das cadeias do petróleo e do gás natural nas escalas global e subcontinental?

Dessa maneira, no Capítulo I, são apresentadas as articulações espaciais e econômicas envolvendo o petróleo e o gás natural em escala global. Este retrata a relevância desses recursos para a atual configuração do sistema capitalista e suas cadeias produtivas. Nessa direção, tendo como base relatórios recentes de entidades internacionais especializadas no campo energético, entre as quais se destacam a AIE e a BP, foram elaboradas tabelas que apresentam a distribuição das reservas, do consumo, das importações e das exportações e do refino. Também são apresentadas imagens que retratam a espacialidade da cadeia do petróleo e do gás. Os dados apresentados serviram para esboçar o perfil da espacialização dos fluxos dos hidrocarbonetos fluidos nas escalas mundial e sul-americana.

A partir desse levantamento e da análise dos dados obtidos, no referido Capítulo, foi possível retratar a relação existente entre os maiores importadores, exportadores e os detentores das maiores reservas desses recursos. Esta parte do trabalho, tendo como base a evolução histórica, permitirá caracterizar, ainda que com base em uma cadeia produtiva específica, a atual Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Neste ponto, apresenta-se o perfil dos maiores importadores e exportadores de petróleo bruto e dos importadores e exportadores de derivados.

Ainda no Capítulo I, são analisadas as articulações e estratégias desenvolvidas pelos países, em especial os grandes importadores, para facilitar os fluxos e garantir o abastecimento de seus mercados. Sob a óptica geográfica, para entender a projeção de poder sobre os espaços e a construção de tal cenário, foram resgatados, entre outros, os conceitos de território, redes, fixos e fluxos. Tendo como referência autores como David Harvey, Rogério Haesbaert e Milton Santos, analisou-se as estratégias de construção do espaço com vistas à diminuição das fricções, físicas e jurídicas, entre os territórios.

Nessa direção, foi analisado como a promoção dos ideais econômicos neoliberais, impulsionados a partir das décadas de 1970 e 1980, serve de instrumento para o capital transnacional alargar suas fronteiras de reprodução. Na verdade, a análise foi centrada em compreender como a sanha de reprodução do capital tem sido saciada a partir da imposição das práticas econômicas advindas dessa teoria econômica em diferentes países.

A última parte do Capítulo I foi dedicada à análise das estratégias geopolíticas construídas sobre as cadeias do petróleo e do gás natural ao longo dos séculos XX e XXI. Foi dado enfoque a episódios de conflitos e tensões envolvendo o acesso às reservas e a rotas estratégicas de escoamento desses hidrocarbonetos. Neste ponto do trabalho, novamente os conceitos de espaço, território, redes, fixos e fluxos foram tratados sob um olhar estratégico e geoeconômico, no qual o território e seu aparelhamento são colocados sob a lógica de reprodução do capital. Primando pelos quadros construídos após o período de Guerra Fria (1945/1991), foram retratados os cenários de conflitos no Iraque em 1991 e 2003, as intervenções dos EUA, por meio da OTAN, nos Balcãs na década de 1990, o quadro Venezuelano ao longo deste século, o cenário líbio em 2011, o panorama sírio desde 2011, e as Revoluções Coloridas no Leste Europeu. Nesta parte da pesquisa, deve ser ressaltada a enorme contribuição das obras de Luiz Alberto Moniz Bandeira, Cláudio Egler e Margarida Maria Mattos.

O Capítulo II, o mais extenso deste trabalho, foi direcionado a uma escala de análise nacional. Levando em conta o protagonismo brasileiro na América do Sul e na promoção do processo de integração regional, compreender os panoramas político, econômico e a estruturação do setor de petróleo e gás natural deste país ajudou a esclarecer alguns cenários da integração subcontinental. A partir desta abordagem, também foi possível associar o recente quadro econômico e político brasileiro ao panorama retratado no capítulo anterior. Neste, foram realçadas as semelhanças entre quadros vividos em outros países e a realidade brasileira após a descoberta das reservas do Pré-sal.

Nessa direção, este capítulo tem como foco a análise do papel da Petrobras, tanto na escala doméstica, ou seja, para a economia brasileira, quanto para o desenvolvimento dos potenciais subcontinentais. Foi traçado um paralelo desse posicionamento antes e depois da descoberta das reservas do Pré-sal. Foram destacadas sua relevância econômica, tecnológica e estratégica para o desenvolvimento nacional bem como o

protagonismo internacional alcançado por essa empresa no segmento de prospecção e exploração de petróleo em águas ultraprofundas.

Na primeira parte do referido capítulo, no item 2.1, foram apresentados o processo histórico de internacionalização da Petrobras, a relevância econômica e tecnológica alcançada por ela ao longo do século XXI, as características físico-naturais e a relevância das descobertas do Pré-sal. Apresentou-se a localização e o crescimento das reservas confirmadas bem como a evolução no volume explorado, a qualidade, os valores dos investimentos realizados e a importância do volume produzido nessa nova fronteira frente ao declínio das reservas do Pós-sal.

No segundo subitem, foi analisada a regulamentação brasileira do setor de combustíveis fósseis. Esta análise torna-se relevante diante das recentes e numerosas mudanças ocorridas desde a década de 1990, inicialmente com a quebra do monopólio estatal, passando pela nova regulamentação estabelecida pelo governo Lula para as reservas do Pré-sal e a flexibilização dessa, já no governo de Michel Temer. Ao mesmo tempo, tais reflexões permitiram entender o jogo de forças e interesses travado entre os diferentes agentes territorializadores, com destaque para o Estado na tomada de ações de caráter geoeconômico e o grande capital privado, em especial o transnacional, voltado à sua reprodução facilitada.

Dando ênfase à Lei Federal 12.351/10, conhecida como o Marco Regulatório do Pré-sal, ressalta-se o caráter estratégico atribuído pelo Estado à exploração dessa nova fronteira. Essa análise exemplifica o conflito de interesses entre o Estado e o grande capital estrangeiro na gestão do território e no acesso aos seus potenciais naturais. Com base na perspectiva geoeconômica, foram analisadas a Política de Conteúdo Local (PCL) e o Fundo Social do Pré-sal (FSPS). Nesta parte, aponta-se as potencialidades e as limitações existentes em cada instrumento citado.

Na sequência, a análise foi dedicada à inserção da Petrobras no mercado global, à sua transnacionalização e a sua configuração como *player global*. Tomando como base as necessidades estratégicas do Estado, foi demonstrado como a empresa atuou no intuito de garantir o abastecimento doméstico ao longo das décadas de 1960 e 1970. Analisou-se ainda as alterações do portfólio de investimentos e da conduta da empresa na década de 1990, bem como neste século.

As partes finais do Capítulo II foram dedicadas à análise do quadro de elevação das dívidas da empresa e de como esse fator foi tomado como argumento para endossar

o desmonte que as gestões dos dois últimos governos (Michel Temer e Jair Bolsonaro) vêm promovendo na empresa desde 2016. De forma detalhada, passando pela Operação Lava-Jato, pelas variações do preço do petróleo no mercado internacional, pela elevação dos montantes de recursos apresentados pelos planos de investimento, pela política de preços praticada, foram apontados os reais motivos de tal endividamento.

Assim, apresentou-se os diversos fatores e suas relevâncias para a aparente vulnerabilidade financeira da empresa nos últimos anos. A partir daí, foi possível mostrar como a imagem de uma empresa insolúvel e afundada em dívidas atribuída à Petrobras é controversa. Na verdade, mostra-se que o quadro de endividamento deve ser relativizado. Isso se deu a partir da análise de dados sobre o ganho de eficiência na exploração, do aumento desta e da diminuição dos seus custos na nova fronteira exploratória, da confirmação de novas grandes reservas e da envergadura técnica assumida pela Petrobras nas últimas décadas.

Na outra ponta, foram mostrados os efeitos nefastos da flexibilização do Marco Regulatório, bem como da destruição da imagem da empresa no Brasil e no exterior, sobre a capacidade de autofinanciamento. Mostra-se como esses elementos foram relevantes na ampliação da alavancagem e na contração de mais créditos em um momento já conturbado politicamente. Neste contexto, aborda-se a política de desinvestimento e liquidação de ativos, bem como suas consequências em diferentes recortes temporais. Analisar-se-á também como esse quadro facilitou o crescimento do capital estrangeiro na exploração das novas fronteiras e no mercado de combustíveis nacionais, por fim, como tal processo contribuiu para a perda do protagonismo da Petrobras na composição dos consórcios exploradores e no exterior.

As últimas páginas deste segundo capítulo tomaram como base entrevistas concedidas por Guilherme Estrella, considerado o “pai do Pré-sal”, a diferentes meios de comunicação sobre o cenário descrito. Geólogo concursado da Petrobras entre 1960 e 1990, retornou à empresa em 2004, a convite do ex-presidente Lula, e participou da fase de expansão da estatal. Nestas também foi construído um panorama dos fatos mais recentes envolvendo diretamente a gestão da empresa entre 2016 e o início de 2019.

O capítulo III trata mais diretamente do processo de integração subcontinental. Este analisa historicamente o processo recente de integração regional, enfatizando os projetos lançados neste século XXI. Apresentou-se uma breve evolução das iniciativas de integração mais recentes, destacando sua relevância para os países periféricos e

emergentes dentro da composição do Sistema Internacional (SI) para a emancipação e o ganho de protagonismo por eles. Neste capítulo, também foram levantados os potenciais ainda inexplorados e os entraves existentes, historicamente e no cenário atual.

A partir da análise da conjuntura política e socioeconômica dos países sul-americanos, aponta-se os elementos estimuladores e os gargalos ainda enfrentados neste processo. Foi mostrado que a baixa integração subcontinental, característica ainda presente e historicamente construída, é um elemento contundente para o subdesenvolvimento socioeconômico desses países e que contribui para a colocação secundária deles no sistema produtivo global, a DIT.

De maneira mais detalhada, analisa-se o processo de amadurecimento das instituições e dos projetos de integração regional. Nesse recorte, destaca-se a formação da Iniciativa de Integração Regional da América do Sul (IIRSA) e a consolidação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008. À luz do contexto econômico e político que imperava em cada período, tanto na escala subcontinental quanto na global, foi analisada a relevância desses projetos, seus objetivos e suas implicações práticas.

No item 3.4, tomando como base os documentos que embasaram esse processo e atingindo o foco do presente trabalho, foi apresentada a relevância do setor energético no processo de integração. Isso se justifica, pois o abastecimento energético, além de ter sido destacado em várias cúpulas e documentos basilares da integração, é fator decisivo na competitividade e na sustentação das cadeias produtivas. Além de possuir enormes potenciais naturais, tanto em volume quanto em qualidade, a América do Sul dispõe de um significativo capital tecnológico e financeiro para explorá-los.

Nessa parte do trabalho, depois de resgatado o conceito de segurança energética sob a ótica das teorias realista e idealista, sua importância socioeconômica e estratégica, a análise foi direcionada para uma escala global. A partir disso, a relação entre os grandes detentores de reservas estratégicas, como as de petróleo e gás natural, e os grandes importadores, bem como o papel relevante exercido pelos Estados no acesso a esses recursos, nortearam as análises.

No desenrolar do capítulo, foi apresentado como a América do Sul, ao longo do pós-II Guerra, organizou-se na discussão sobre a necessária segurança energética. Nesse ponto, levando em conta a orientação e os propósitos, bem como os eventuais avanços

por elas provocados, foram tratadas sobre as criações da Comissão de Integração Energética Regional (CIER) e da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE).

Na sequência, no intuito de construir um panorama da integração energética subcontinental, são apresentados mapas e dados quantitativos sobre a integração nesse setor, passando pelo sistema elétrico, de gás natural e petróleo. Nesse momento, também foi analisada a conjuntura de produção e abastecimento interno subcontinental, tomando como referência o panorama de demanda e oferta dos principais países.

Ainda no Capítulo III, são apresentados os projetos e os movimentos de integração e as recentes instabilidades envolvendo o campo dos hidrocarbonetos. Nesse ponto, considerando fatores internos e internacionais, foram retratados os cenários da relação brasileira com Argentina, Bolívia e Venezuela. Com isso, foi possível mostrar como aspectos econômicos unilaterais, mais imediatos, e a cobiça pelos mercados regionais e/ou intranacionais interferem na almejada integração.

Para compreender o quadro sul-americano mais recente, foram descritos e analisados os cenários políticos que vêm se estabelecendo entre os grandes promotores da integração sul-americana. Nesse sentido, os quadros argentino, brasileiro e venezuelano foram o foco. Partindo do pressuposto de que a integração deriva dos interesses comuns e do alinhamento estratégico entre nações e governos, no item 3.5, foram desenvolvidas reflexões sobre os quadros recentes de orientação das políticas econômicas e externas destes países.

Partindo da análise do quadro socioeconômico conjuntural desses países, construído desde 2015 e, com mais ênfase, refletindo sobre a orientação dada à política externa brasileira e argentina desde 2016, analisou-se as mudanças ocorridas no processo de integração regional. Para nortear tal análise, foram tomados como base os discursos de posse dos três últimos ministros das relações exteriores do Brasil, José Serra (2016/2017), Aloysio Nunes (2017/2018) e o atual Ernesto de Araújo (2019).

Retratou-se o agravamento das crises de ordem política, econômica e social na Argentina, no Brasil e na Venezuela e os efeitos dessas no processo de integração subcontinental. Com base em dados do relatório do COSIPLAN de 2017, foi feito um balanço dos investimentos em infraestrutura até então realizados e suas projeções. Com isso, buscou-se compreender os efeitos práticos dos referidos quadros de crise na integração regional.

Dessa maneira, a metodologia do trabalho que se apresenta foi sustentada em revisões bibliográficas, análises de relatórios técnicos, reportagens e entrevistas sobre a temática central e temas tangentes. A elaboração de mapas, gráficos e tabelas também fez parte da construção deste, os quais são ferramentas úteis para organização dos dados coletados, suas análises e interpretações.

Partindo do cenário político e socioeconômico recente que se construiu na América do Sul, acredita-se que a proposta aqui desenvolvida mostra-se relevante em diferentes aspectos. Enquanto geógrafo, professor de Geografia e pesquisador, este trabalho me permitiu aplicar conceitos fundamentais à análise dessa ciência, em especial os inerentes à articulação dos espaços. Compreender o processo de produção e articulação dos territórios sob a lógica capitalista contemporânea ampliou minha compreensão sobre o mundo percebido e reforçou a certeza de amar e acreditar no que eu faço.

Para a Ciência Geográfica, esta pesquisa serviu para reforçar a tese de que a construção dos espaços, sua aparelhagem e suas articulações servem à lógica dos agentes territorializadores dominantes, destacando-se nesse aspecto o grande capital e os Estados, ao mesmo tempo em que tal cenário é por eles induzido. Mostrou que, para promover a irrestrita reprodução do capital, é necessário subordinar diferentes territórios e nações, uma vez que a fluidez dos espaços transcende a incorporação de aparatos técnicos àqueles. Nesse sentido, ao tratar das estratégias usadas pelo capital para tal construção, mostrou que a imposição dos ideais econômicos neoliberais e a intromissão nas tomadas de decisão pelos governos são o *modus operandi* atual. Assim, mostrou-se como elementos da geoeconomia aproximam-se da geopolítica na configuração daquilo que podemos entender como o espaço global da produção.

Acredito, ainda, que esse trabalho se justifica quando assume o papel de registrar fatos e processos de uma das fases política e economicamente mais turbulentas e socialmente mais trágicas da história do Brasil e até mesmo do subcontinente. Na elaboração do projeto, essa já era uma das contribuições almejadas. Trata-se aqui, diante da complexidade e da extensão do cenário, de uma pequena contribuição, mas que poderá auxiliar na compreensão de quadros futuros, resultantes das profundas mudanças políticas, econômicas e sociais impostas nos últimos anos. Afinal, no cenário doméstico, o Brasil saiu de um ciclo virtuoso (2004/2013), para uma intensa derrocada de sua economia e das condições de vida de seu povo. No campo internacional, de emergente

protagonista, candidato a membro fixo do Conselho de Segurança da ONU em uma eventual ampliação e grande articulador no cenário internacional, passou a uma acanhada posição de coadjuvante, seguidor acrítico e acéfalo da agenda externa das potências clássicas. Por essas e outras razões, entendo que este trabalho, ainda que breve e certamente limitado, se mostra relevante para a nação brasileira.

Como é comum à pesquisa científica, apesar do empenho dedicado a este trabalho, questões burocráticas e técnicas não permitiram a análise da perspectiva dos governos vizinhos sobre o processo de integração subcontinental aqui descrito. Esta se realizaria a partir das entrevistas com representantes diplomáticos deles. Mesmo com essa e outras dificuldades de ordem técnica, como o tempo escasso diante da complexidade e do dinamismo da conjuntura inerente à análise, ainda assim, acredita-se no valor e na contribuição deste trabalho.

I - PETRÓLEO, GÁS NATURAL E GEOPOLÍTICA: circuito produtivo global, disputas e conflitos

“[...] Em matéria de petróleo, tudo o que nossa imaginação sugerir é pouco em face do que pode acontecer.”²

Mesmo depois de mais de um século e meio de tantas inovações no campo da energia e da produção, o petróleo segue como a base não só da matriz energética mundial, mas também como uma matéria-prima indispensável para o sistema produtivo global. Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, o gás natural vem ganhando participação entre as fontes de energia. Dessa forma, assim como no século XX, esses combustíveis fósseis seguirão sendo cruciais para a sociedade no presente século.

Também assim seguirão as disputas pelo acesso às reservas e às rotas estratégicas que possam garantir o abastecimento das maiores economias mundiais, via de regra, grandes importadores. Para esses, a relação tumultuada desenvolvida com os detentores de grandes reservas, hoje ainda concentradas no Oriente Médio, mas agora com a América do Sul representando quase 1/5 do total de petróleo mundial, coloca em xeque sua segurança energética, por isso tal quadro recebe especial atenção.

Dessa forma, a análise da espacialidade da cadeia produtiva do petróleo, bem como da articulação estratégica na construção dos espaços destinados a permitir o fluxo dos capitais envolvidos nela, abre esse trabalho. Na realidade, sob a lógica de reprodução do capital, a construção do espaço geográfico e a articulação dos territórios são voltadas à promoção da fluidez. Nesse sentido, pensar essa construção é levar em consideração os diferentes interesses e agentes. Assim, este capítulo buscará compreender a espacialidade contemporânea do circuito produtivo do petróleo e do gás natural. Para isso, será necessário resgatar a definição de redes geográficas, circuitos produtivos e compreender suas atuais configurações. Autores como Milton Santos, David Harvey e Rogério Hasbaert servirão de base para esse resgate teórico.

Num segundo momento, a partir da análise de relatórios de entidades privadas e públicas do setor de energia, como a British Petroleum (BP), a Agência Internacional de Energia (AIE) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Energética (EPE) e os seus Balanços

² Discurso do ex-presidente Getúlio Vargas, no Senado, em 03 de julho de 1947. VARGAS, G. A política trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1950, p. 281.

Energéticos Nacionais (BEN), buscar-se-á compreender a espacialidade da rede produtiva do petróleo e do gás natural. Ao analisar tais relatórios, será possível traçar um perfil das reservas, da produção, da capacidade de refino, das exportações e das importações, bem como dos fluxos inerentes a essa rede, em diferentes escalas de abrangência espacial.

A partir disso, o objetivo é demonstrar como a economia global depende de uma plena fluidez da cadeia do petróleo e do gás natural, em especial para os maiores importadores, muitos dos quais se apresentam como centros nevrálgicos do sistema capitalista contemporâneo. Isso levará à discussão sobre a relação dicotômica entre os interesses dos importadores e dos exportadores na configuração dos circuitos produtivos e da DIT, representados por seus respectivos Estados e empresas.

1.1 - O jogo de poder na articulação dos territórios e na configuração dos circuitos produtivos internacionais

O mundo globalizado pós-moderno³ carrega consigo a marca da fluidez. E tem nessa mobilidade material e imaterial sobre o espaço a base de sua existência. Nessa etapa, mais do que nas anteriores, a articulação dos espaços tem se mostrado um processo mundialmente abrangente e mais veloz. Esse quadro, denominado de meio técnico-científico-informacional por Milton Santos (2006) e que pode ser tomado como a materialização do processo de globalização, foi aprofundado a partir da década de 1970 com a adoção de um modelo flexível de produção e reprodução do capital. O

³ Neste trabalho, a perspectiva de pós-modernidade adotada refere-se à crescente mobilidade e conexão entre os diferentes recortes espaciais a partir da transição entre o modernismo-fordista da primeira metade do século XX e a produção flexível consolidada ao longo da segunda metade do mesmo século. Tal transição, alicerçada nas inovações tecnológicas dos meios de transporte e comunicação e na busca pela ampliação da fluidez do capital em seu processo de reprodução, possibilitou a redução dos custos produtivos e o ganho de produtividade a partir do aproveitamento das vantagens comparativas entre diferentes lugares. Dessa forma, com a ampliação da acessibilidade aos espaços de reprodução do capital, a cobiça e a representatividade dos agentes territorializadores sobre os mais diferentes lugares aprofundou-se. Desde a década de 1970, mais do que nunca, graças à gradual redução do tempo para alcançar os diferentes espaços, em diferentes escalas, (HARVEY, 2014), as vantagens naturais e/ou artificiais existentes nos diferentes recortes espaciais tornaram-se mais acessíveis às diferentes cadeias produtivas, em especial àquelas comandadas pelos grandes capitais. Assim, no mundo pós-moderno, a pulverização das cadeias produtivas com vistas a potencializar a reprodução do capital instigou aparelhagem ainda mais densa dos espaços e as disputas pelo comando e pela orientação dos diferentes recortes espaciais. A maior fluidez espacial, que é dependente da permeabilização das fronteiras nacionais, não significa a instantânea dissolução dessas ou mesmo a congruência de interesses entre os diferentes agentes territorializadores, o que contrapõe atores e interesses diversos e ressalta a importância estratégica do controle sobre os potenciais naturais e artificiais de cada lugar, cada território, na reprodução do capital.

mesmo cenário, por vezes, é atribuído às evoluções dos meios de comunicação e de transporte, porém vale ressaltar que a construção do espaço também reflete outros elementos, como o jogo de interesses daqueles que conduzem sua configuração.

A formação das redes promoveu a conexão mais profunda e contínua entre diferentes recortes espaciais. Ao mesmo tempo, a sobreposição e o entrelaçamento dessas redes formam hoje um verdadeiro circuito produtivo global, o que aumentou a interdependência socioeconômica entre as diferentes porções do espaço. No entanto, vale ressaltar que a mera existência de tecnologias mais sofisticadas não garante, nem promove por si só, a conexão entre os variados territórios. Para isso, é também fundamental a convergência de interesses entre os diferentes atores construtores do espaço geográfico, em especial, o grande capital empresarial e o Estado, este um agente territorial por natureza. Ainda que as novas técnicas sejam os aparatos materiais para a conexão, é necessário que exista o interesse de quem as possui em orquestrá-las sobre o espaço para isso.

À medida que o capital produtivo amplia seus horizontes de reprodução, o capitalista submete outros setores e agentes aos seus interesses. Na verdade, o aumento da capacidade de explorar os diferentes lugares e seus potenciais em raios espaciais cada vez maiores em intervalos de tempo cada vez menores instiga a mutabilidade dos espaços sob a lógica do capital. O que se percebe é que o espaço é o resultado da sobreposição de diferentes períodos técnicos e contextos de poder. Isso pois,

As elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal etc., a fim de atrair o desenvolvimento para seu espaço em particular. Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. (HARVEY, 2014, p. 266).

A compreensão da espacialidade desses circuitos pode ser obtida pela análise de várias cadeias produtivas, ou mesmo de investimentos. A fluidez do capital, tanto de forma virtual quanto material, possibilitada pela aparelhagem do espaço com artefatos promotores da mobilidade, projeta um emaranhado de conexões entre diferentes lugares. Na verdade, os circuitos espaciais de produção resultam do movimento material e imaterial de várias redes em um segmento econômico (SILVA, 2010). O que ocorre é que, no atual contexto histórico, apoiado no arcabouço técnico vigente, é possível empreender a simultaneidade virtual dos tempos e lugares.

Entre os circuitos de produção mais importantes para a sustentação da atual configuração socioeconômica, indiscutivelmente, estão os do petróleo e do gás natural. Tais recursos têm suas reservas irregularmente distribuídas na superfície terrestre, e formam a base da esmagadora maioria dos circuitos produtivos. Além disso, o petróleo e seus derivados compõem uma parte muito significativa da oferta e do consumo final de energia em escala global, 31,3% e 39,9%, respectivamente (BRASIL, 2017), ainda servem de matéria-prima para uma infinidade de produtos contemporâneos. Já o gás natural, apesar de ter uso mais restrito, voltado basicamente à geração de energia⁴, representa 21,2% da oferta e 15,1% do consumo final na matriz mundial (BRASIL, 2017).

O circuito espacial produtivo desses hidrocarbonetos perpassa toda a superfície do planeta, ainda que em diferentes escalas de intensidade, e ilustra bem a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Nessas cadeias, os países detentores das maiores reservas não são necessariamente os que mais produzem petróleo e gás natural nem são aqueles que possuem as maiores capacidades de processamento de tais recursos; ao mesmo tempo, os maiores produtores contemporâneos, por vezes, são também grandes consumidores e importadores de petróleo, como ocorre com os EUA. Para esses, em especial, a estabilidade dos fluxos e a garantia de acesso a esses recursos são essenciais no âmbito social, econômico, político e militar.

1.2 – Articulação dos territórios, redes e fluxos

Pensar o espaço geográfico atual, ainda que em diferentes escalas de abrangência, é refletir sobre o resultado de uma organização socioeconômica assentada sobre determinado patamar técnico que permite um circuito produtivo globalmente pulverizado, profundamente conectado com outros recortes espaciais e, ao mesmo tempo, interdependentes. Não há como tratar da presente cadeia produtiva global sem considerar os intensos fluxos de recursos materiais e imateriais que a sustentam e formam um emaranhado de rotas sobre o espaço geográfico.

⁴ De acordo com o Balanço Energético Nacional (BEN) de 2017, o consumo mundial de gás natural, em 2014, foi de 1420×10^9 tep, distribuído nos usos pelo transporte (6,9%), energético (38,6%) e outros (54,5%); nos últimos devem-se incluir usos não energéticos e aquecimento residencial.

Com uma longa construção histórica, tal fluidez se aprofunda a partir da década de 1970, com a consolidação do chamado meio técnico-científico-informacional. Ao longo da história humana, Santos (2006) faz a seguinte periodização da evolução dessa fluidez sobre o espaço: um período pré-mecânico, no qual há significativa limitação das técnicas e significativa restrição do controle da humanidade sobre o meio; um mecânico, o qual historicamente coincide com a modernidade e foi marcado por avanços na capacidade humana de intervir no espaço, pela intensificação das redes – ainda que política e espacialmente limitadas pelo sistema imperialista - e pela mobilidade espacial; a fase atual, que é marcada pela formação do meio técnico-científico-internacional na qual ocorre a aceleração do circuito produtivo, resultante da reorientação física e sociopolítica do espaço geográfico para ampliar a fluidez material e imaterial.

De modo mais objetivo, a atividade produtiva, em qualquer escala espacial e etapa, da extração da matéria-prima à comercialização final, envolve mudanças de localização, o que pode acarretar perdas de competitividade ao capitalista caso esses deslocamentos sejam onerosos diante dos padrões de custo instituídos pelo mercado (HARVEY, 2010). Ainda que os aparatos técnicos promotores da fluidez global não estejam homoganeamente distribuídos pelos diferentes territórios, já que sua materialização depende de diversos fatores, as cinco últimas décadas foram marcadas por um significativo rearranjo espacial da produção global, ampliando os espaços inseridos nesse circuito.

Na busca pela reprodução do capital e do ganho de competitividade, os avanços tecnológicos que aprimoraram os meios de transporte e comunicação passaram a ser orientados pelos agentes territorializadores para uma articulação do espaço capaz de minimizar os obstáculos, as asperezas desse, com isso, promover uma dinâmica cada vez mais rápida e intensa entre os diferentes (e distantes) pedaços da superfície. Tal contexto permitiu relativa “aniquilação do espaço por meio do tempo” (HARVEY, 2010, p. 86), ou simplesmente uma relativização ainda maior do tempo frente ao espaço. A partir disso, a mundialização das redes e dos circuitos produtivos, fato inerente à globalização das cinco últimas décadas do sistema capitalista, aprofundou e construiu

uma nova organização dos fixos e, por estes, uma nova dinâmica dos fluxos que os alimentam⁵.

Com o novo panorama técnico e tecnológico construído a partir da II Guerra Mundial, bem como com a nova configuração espacial emergida, as etapas da produção puderam se distanciar. O processo produtivo literalmente se globalizou pelo espaço. Os tradicionais processos de aglomeração produtiva, tidos até meados do século XX como um importante mecanismo de redução dos custos e de ganho de produtividade, deixaram de ser uma necessidade. Contemporaneamente, o que ocorre é que

Com a crescente especialização produtiva dos lugares, possibilitada pela combinação entre o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações e a política de Estados e empresas, aumentam os fluxos materiais e informacionais, distanciando cada vez mais os locais de produção dos locais de consumo, tornando mais complexas a distribuição espacial das atividades econômicas e a articulação entre as diferentes etapas, em diferentes lugares, da produção. (CASTILHO; FREDERICO, 2010, p. 462).

A partir desse momento, mais do que em outros, tornou-se possível conectar os espaços de modo estratégico, voltando essa articulação à reprodução cada vez mais ampla do capital, ainda que tais espaços estivessem relativamente distantes. Assim, a idealização do produto pôde se distanciar geograficamente da planta industrial, da mesma forma que essas da gestão da empresa, e esta, por sua vez, dos fornecedores de insumos. Na verdade,

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. (SANTOS, 2006, p. 185).

Corroborando com essa constatação de Milton Santos, Harvey (2010) entende que há um constante esforço dos agentes capitalistas para a redução e mesmo para a anulação dos obstáculos espaciais à circulação do capital, uma vez que a supressão do espaço e do tempo, crucial para os deslocamentos, apresenta-se como necessidade do

⁵ Os fixos aqui são concebidos como os objetos, as estruturas construídas pelo trabalho humano, que permitem os movimentos sobre o espaço, tais como as infraestruturas viárias terrestres, aquáticas ou mesmo aéreas. Ao mesmo tempo, são também todas aquelas estruturas que permitem a produção e a reprodução do capital, tais como unidades geradoras de energia, unidades fabris, centros financeiros, entre outros.

sistema econômico-produtivo capitalista. Tais esforços são inerentes ao sistema capitalista, pois

[...] a forma de circulação do capital que passou a dominar a partir de meados do século XVIII é aquela do capital industrial ou produtivo. Nesse caso, o capitalista começa o dia com uma certa quantidade de dinheiro e, tendo selecionado uma tecnologia e uma forma organizacional, entra no mercado e compra as quantidades de força de trabalho e meios de produção (matérias-primas, instalações físicas, produtos intermediários, máquinas, energia e assim em diante). A força de trabalho é combinada com os meios de produção por um processo de trabalho realizado sob supervisão capitalista. O resultado é uma mercadoria que é vendida no mercado por seu proprietário, o capitalista, por um lucro. No dia seguinte [...] Se a tecnologia e as formas organizacionais não mudam, então isso implica a compra de mais força de trabalho e mais meios de produção para criar cada vez mais lucros no segundo dia. [...] A continuidade do fluxo na circulação é muito importante. O processo não pode ser interrompido sem incorrer em perdas. Há também forte incentivo para acelerar a velocidade de circulação. Aquele que pode se mover mais rapidamente pelas diversas fases da circulação do capital acumulam lucros superiores aos de seus concorrentes. A aceleração quase sempre leva a maiores lucros. As inovações que ajudam a acelerar as coisas são muito procuradas. [...] Qualquer interrupção no processo ameaça levar à perda ou desvalorização do capital investido. (HARVEY, 2011, p. 41-42).

Na verdade, na citação anterior, fica explícito quão complexa é a espacialidade do circuito produtivo capitalista contemporâneo. Ao mesmo tempo, nota-se que as fronteiras da técnica, as quais avançam por meio das inovações tecnológicas (energéticas, produtivas, de comunicação e consumo), são também as fronteiras do espaço geográfico, uma vez que, à medida que as primeiras são alargadas, mais os potenciais dos espaços tornam-se acessíveis e mais recortes espaciais são conectados ao emaranhado da produção globalizada. Da mesma forma, a densidade técnica projetada nos espaços definirá a complexidade das interações por estes mantidas com o período produtivo vigente. A possibilidade de ganhos maiores, a partir da redução dos custos da produção, seduzem os grandes capitais, que, mais do que nunca, fazem isso ao explorarem uma cadeia produtiva e de consumo em escala mundial. Nessa direção, faz sentido quando Manuel Castells (1999, p. 501) afirma que

[...] nossa sociedade está construída em torno dos fluxos: fluxo de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Nesse caso, o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo.

Nota-se que Castells (1999), ainda que use termos diferentes, faz referência direta à importância das redes e da fluidez material e imaterial que as constituem para a atual estruturação do sistema socioeconômico capitalista. Ao mesmo tempo, destaca a importância do “suporte material” que permite tal mobilidade espacial, ou seja, para além do mero espaço primário, os fixos, os artefatos para Ruy Moreira (2016), as estruturas físicas que são resultantes das técnicas e do trabalho humano na configuração do espaço geográfico. Dentro do sistema capitalista o espaço é pensado e construído com o propósito de conectar, articular, diferentes recortes espaciais e estimular a mobilidade geográfica, facilitar os deslocamentos.

Porém, vale destacar que os obstáculos/asperezas aos fluxos não resultam apenas de questões meramente técnicas. Não se resumem à superação de distâncias ou mesmo barreiras físicas, como um terreno montanhoso, uma densa floresta ou um oceano, pelo desenvolvimento de veículos mais potentes ou pela instalação de antenas e cabos que permitam a comunicação em escala planetária. Tais asperezas podem ser de ordem política e econômica, como as fronteiras entre países e a regulamentação existente dentro dos territórios dos diversos Estados. Afinal, o Estado, enquanto agente primordialmente soberano no ordenamento territorial, pode definir as condições de exploração dos recursos de seus subsolos, as regras do jogo para a reprodução do capital privado (nacional ou internacional), a partir de uma somatória ou um choque de interesses (PIRES DO RIO, 2012).

Geograficamente, a articulação dos circuitos produtivos busca o ganho de competitividade para a reprodução e o acúmulo de capital e passa necessariamente pela integração estratégica física e virtual de diferentes recortes espaciais. Ocorre que

De acordo com essa concepção, a competitividade ganha uma nova dimensão, que deriva da articulação, em algumas frações do espaço, entre formas materiais (acessibilidade, infraestruturas produtivas, de circulação, comunicação, energia elétrica, abastecimento de água, sistemas de armazenamento, terminais multimodais e outras categorias de instalações e equipamentos, mais ou menos especializados) e normas (benefícios fiscais, outros incentivos a partir de recursos públicos locais, acordos entre instituições de pesquisa e empresas etc.) que garantem elevados níveis de produtividade e de fluidez. Trata-se da competitividade como atributo do espaço. (CASTILHO; FREDERICO, 2010, p. 468).

A construção de tal condição, em um quadro de relativa estabilidade política e diplomática, está atrelada à necessária aproximação e alinhamento de interesses entre diferentes agentes territorializadores, com especial destaque para o Estado e os grandes capitais privados nacionais e estrangeiros. Essa necessidade emerge do fato de que a conexão entre o(s) lugar(es) de produção e o(s) de consumo depende, para além da instalação das estruturas físicas promotoras da fluidez, de atravessar os limites de soberania instituídos pelos Estados a partir de suas fronteiras nacionais. Dessa maneira,

A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam. Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil. É por onde circulam - não raro de forma exclusiva - as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção. Quando se fala em fluidez, deve-se, pois, levar em conta essa natureza mista (e ambígua) das redes e do que eles veiculam. (SANTOS, 2006, p. 187).

Na verdade, a espacialidade produzida pela conectividade material e mesmo virtual dos diferentes lugares envolve, além das áreas de origem e destino, os recortes espaciais que servem como “ponte”, de conexão entre elas. Tal fato, muitas vezes, sobrepõe diferentes redes, articuladas em escalas espaciais, econômicas e temporais distintas, materializadas por diferentes agentes e direcionadas a diferentes objetivos.

Além disso, deve ficar claro que a construção das redes, a partir da articulação dos diferentes territórios em prol da produção, reflete uma determinada capacidade técnica, econômica e política, orquestrada a partir dos interesses de diferentes agentes territoriais envolvidos. Assim, orientando a construção do espaço à conexão das áreas de interesse, tais agentes vão redesenhando e ressignificando o espaço geográfico ao longo do tempo com a formação de uma complexa teia composta por fixos e pelos fluxos por eles permitidos.

O território assume múltiplas dimensões, com isso a territorialização pode ser fruto de diferentes construções históricas e culturais, assim adquire um sentido simbólico. Porém, a concepção pertinente à análise aqui proposta concentra-se na visão funcional do território. Baseada nos propósitos e nos interesses inerentes à construção do espaço, esta leva em consideração as relações de poder institucionalizadas,

formalmente representadas pelos interesses estratégicos de ordenamento entre o grande capital privado e os Estados.

Na verdade, a compreensão desse cenário de interdependência espacial-produtiva exige entender os territórios como resultados do jogo de poder entre atores hegemônicos, responsáveis por ditar o acesso a tais recortes espaciais e seus potenciais (sejam estes naturais ou artificiais). Ou seja, a ideia de acesso estável a um determinado potencial localizado no interior de um território depende do domínio ou minimamente de uma influência contundente sobre diferentes recortes espaciais. Afinal, parte-se do entendimento de que

O território é funcional especialmente pelo seu papel enquanto recurso, a começar por sua relação com os chamados recursos naturais – “matérias primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) -, como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante. A tendência preponderante – e muitas vezes até mesmo exclusiva – dentro das modernas sociedades capitalistas, especialmente o que se refere à chamada esfera produtiva do capital, é ver o território em termos de dominação (privada) do espaço a fim de controlá-lo e criar valor a partir tanto da especulação com o preço (e a monopolização) da terra quanto dos recursos que ele oferece. (HAESBAERT, 2014, p. 60).

Admitindo sua importância fundamental na atual configuração produtiva global, a localização das reservas de petróleo e gás natural, bem como o controle e/ou acesso às áreas e estruturas de exploração, escoamento, processamento e distribuição interessam tanto aos grandes importadores quanto aos exportadores, sejam essas empresas ou governos. Afinal, ainda que se reconheça uma relativa multipolarização do quadro de poder global,

[...] a dinâmica da sociedade capitalista quando considerada na sua inscrição territorial, ou seja, na sua materialidade [...] ainda pressupõe que a fonte da maior parte dessas matérias-primas e energia, o trabalho das populações dos países do Terceiro Mundo, deve continuar fluindo no mesmo sentido e direção. (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 48).

O cenário construído a partir dos choques do petróleo, na década de 1970, foi seguido de uma mudança significativa na composição do mercado de petróleo global. Se, entre o final do século XIX, quando o petróleo começa a despontar na economia global, até o início da década de 50 do século XX, a maioria das reservas e da produção de petróleo e de gás natural se encontrava nas mãos do oligopólio privado das Sete

Irmãs⁶, desde as últimas décadas do século XX, as empresas estatais ou mesmo as nacionais de capital misto dominam esse cenário.

Na verdade, desde o início deste século, já é apontado um novo grupo das Sete Irmãs. Em 2007, o importante jornal britânico, Financial Times⁷, publicou uma ampla reportagem que mostrava a mudança na composição desse oligopólio e listava como suas integrantes a Aramco (da Arábia Saudita), a Gazprom (Rússia), a CNPC (China), a NIOC (Irã), a venezuelana PDVSA, a Petronas, da Malásia, e a brasileira Petrobras. As companhias nacionais de petróleo tinham sob seu comando, no final da primeira década deste século, cerca de 80% das reservas globais, já as companhias privadas controlavam cerca de 9%.

Entre as companhias nacionais, merecem destaque as chinesas Petrochina e Sinopec, as russas Gazprom e Rosneft, a saudita Aramco, a mexicana Pemex, a venezuelana PDVSA e a brasileira Petrobras (VITTE, 2017). Ao mesmo tempo, Egler e Mattos (2012) apontam que, entre as cinquenta maiores empresas mundiais do setor de petróleo, mais da metade, vinte e sete, são controladas por seus respectivos Estados, $\frac{3}{4}$ das reservas mundiais de petróleo e gás natural pertencem às empresas nacionais estatais ou mistas, enquanto apenas 2% desse mesmo recurso são controlados pelas cinco maiores empresas estadunidenses do setor. Por outro lado, as grandes empresas privadas transnacionais e os países desenvolvidos e mesmo centrais, de onde essas provêm, ainda que não controlem as maiores reservas desse recurso, dominam sofisticadas tecnologias de extração e possuem as maiores capacidades de refino dele.

Nesse sentido, emerge um conflito estratégico entre os interesses dos Estados e suas empresas nacionais – estatais ou não –, possuidores de grandes volumes de petróleo em seus territórios, e o capital empresarial privado, atrelado às grandes economias importadoras de petróleo. Isso se dá, pois a constante reprodução do capital, de forma ampla e irrestrita, carece de acessar os potenciais naturais e socioeconômicos dos territórios delimitados pelas fronteiras “soberanas” dos Estados. Assim, para além da superação das distâncias e de outras barreiras físicas naturais, a livre circulação e

⁶ Fundado em 1928, o oligopólio composto por Standard Oil of New Jersey (Exxon), Royal Dutch-Shell, British Petroleum, Gulf Oil, Chevron, Mobil Oil e Texaco controlou, por várias décadas, as grandes reservas e a produção mundial de hidrocarbonetos fluidos em diferentes países do mundo. Dessa forma, as economias mais desenvolvidas da Europa e os EUA tinham acesso garantido a esses recursos e mantinham os preços em patamares convenientes às suas economias.

⁷ Disponível em: <<https://www.ft.com/content/471ae1b8-d001-11db-94cb-000b5df10621>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

reprodução do capital, também há de superar as limitações burocráticas impostas por governos dos Estados, como a nacionalização de reservas e as regulamentações do mercado interno que possam limitar sua atuação.

Sobre a contraposição entre as projeções de poder do Estado e do capital privado no espaço, Harvey (2010) esclarece que, enquanto os Estados (entendidos como poder político institucionalizado) operam em um espaço territorializado, delimitado por suas fronteiras historicamente demarcadas e que definem o raio de sua jurisdição, o capitalista (poder financeiro, empresarial privado) busca operar sobre o espaço e o tempo de modo contínuo, sem reconhecer nem admitir limitações políticas e espaciais para sua reprodução.

Obstruções impostas ao capital transnacional por governos que almejem proteger seus recursos e/ou ampliar sua participação nos benefícios derivados da exploração deles podem ser vistos como ameaças à lógica do capital, assim como à segurança econômica e energética dos grandes importadores. Na prática, de acordo com Porto-Gonçalves (2015), no pós-II Guerra, diante de um panorama sociopolítico no qual os modelos imperialista e colonialista clássicos já não eram bem aceitos, foram elaborados novos mecanismos de influência, os quais buscam garantir o suprimento permanente de matéria e energia capaz de sanar as demandas das maiores economias. Na verdade, tal quadro se insere na construção de uma globalização fluida, em que há busca incessante dos agentes econômicos pela redução das asperezas/obstáculos do espaço para a manutenção do *status quo* na DIT.

Dessa forma, reforça-se a relevância, para os agentes econômicos internacionais, de controlar e/ou garantir sua influência sobre as áreas estratégicas de produção de insumos, sobre os espaços de conexão por onde tais insumos serão deslocados até seu destino final e, claro, sobre as estruturas burocráticas que permitem o acesso a tais espaços estratégicos, ou seja, os Estados e a composição do seu quadro político, o qual traça a política econômica e a regulamentação de seus mercados. Nesse sentido, Haesbaert (2014, p. 68-69, grifo do autor) afirma que recentemente

[...] o território passa, gradativamente, de um território mais zonal ou de controle de áreas (lógica típica do Estado-nação) para um território-rede ou de controle das redes (típico da grande lógica empresarial capitalista). Aí, o movimento ou a mobilidade (e seu controle) passa a ser um elemento fundamental na construção do território. [...] o capitalismo se funda, geograficamente e a partir da perspectiva hegemônica, sob dois grandes padrões territoriais – um mais típico da lógica estatal tradicional, preocupada

com o controle de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente definidas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente através de sua “canalização” em dutos e nódulos de conexões (as redes), de alcance, em última instância, global.

Nessa direção, Santos e Silveira (2001, p. 143) chamam a atenção para o fato de que

para entendermos o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção. Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território.

Admitindo que “o espaço da produção e da reprodução social, necessita do conhecimento compartilhado entre Geografia e Economia” (EGLER; MATTOS, 2012, p. 83), a análise espacial da interdependência entre países importadores e países exportadores de petróleo encaixa-se nessa perspectiva, mas, ao mesmo tempo, ultrapassa a ótica geopolítica. Na verdade, o eminente caráter econômico dos circuitos produtivos revela sua projeção de poder e, ao mesmo tempo, mostra como “a produção e distribuição de energia é um setor econômico onde os limites entre a geopolítica e a geoeconomia são muito tênues” (EGLER, 2007, p. 1).

Lorot (1999, p. 15, apud EGLER, 2012, p. 85, grifo do autor) entende que geoeconomia

[...] é a análise das estratégias econômicas, decididas pelos Estados no âmbito das políticas para proteger sua economia nacional ou nichos específicos claramente identificados, visando adquirir o controle de tecnologias-chave e/ou conquistar determinados segmentos do mercado global relativos a produção ou comercialização de um produto ou de uma gama de produtos sensíveis, cuja posse ou controle dá a seu titular – Estado ou empresa “nacional” – um elemento de poder e de influência internacional que contribui para o fortalecimento de seu potencial econômico e social.

Numa perspectiva futurista, a Geoeconomia, segundo Eduard Luttwalk (1993 apud EGLER, 2012, p. 84), cada vez mais ocuparia o lugar da Geopolítica após a Guerra Fria, quando os Estados, mesmo diante das designações neoliberais vibrantes naquele final do século XX, poderiam ganhar destaque ao direcionarem seus esforços para proteger seus interesses econômicos vitais por meio de ações geoeconômicas.

Entretanto, a tomada de tais medidas pelos líderes de Estado não é tão simples, afinal, “[...] a geopolítica procura conquistar aliados e influenciar países” (KHANNA,

2008, p. 28). Basta lembrar que historicamente foram registrados movimentos estratégicos de grandes corporações transnacionais do setor de petróleo para acessar mercados internos e inibir a prosperidade de ações de caráter desenvolvimentista ou mesmo nacionalista. No século XX, várias empresas estatais latino-americanas do setor foram alvos de manobras de grandes empresas transnacionais, em especial estadunidenses (GALEANO, 1980). A Petrobras, por exemplo, sofreu “boicote das Companhias Internacionais do Petróleo (CIPs), que retaliavam as empresas que poderiam fornecer máquinas, equipamentos, serviços e tecnologia” (PINTO, 2011, p. 284). Tudo isso para não perderem o acesso a esse recurso essencial e tão lucrativo e, ao mesmo tempo, fundamental à segurança energética e para a estabilidade socioeconômica, não só de seus países de origem, mas de todo o sistema.

Mais recentemente, a partir dos anos 1980, a irradiação dos ideais neoliberais intensificou a internacionalização dos mercados e estimulou a fragilização do papel do Estado enquanto agente econômico. Este, tomado como uma entidade politicamente instituída e soberana sobre o espaço dentro de suas fronteiras (território), foi direcionado a ter como grande foco o equilíbrio do orçamento, destinado a gerar condições para pagamento dos juros de compromissos assumidos perante corporações financeiras (nacionais e internacionais) e a instituir uma regulamentação de mercado favorável à reprodução do capital privado, ou seja, mais aberta e flexível. Na verdade, “o bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social” (HARVEY, 2014, p.56). No final do século XX, ganha força a ideia de que

A livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países é julgada crucial. Todas as barreiras ao livre movimento [...] têm de ser removidas [...]. A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercadorias e de capital é entregue de bom grado ao mercado global. [...] Os Estados devem, por conseguinte, empenhar-se coletivamente para a redução e a negociação de barreiras ao movimento do capital por suas fronteiras e para a abertura de mercados (tanto para mercadorias como para o capital) às trocas globais. (HARVEY, 2014, p.76-77).

Esse quadro, além de se contrapor à ideia de um Estado diretamente promotor do desenvolvimento econômico-tecnológico e articulador de setores estratégicos, os quais, nessa perspectiva, devem ser entregues ao capital privado, faz parte da busca pela maior fluidez do espaço. Ao mesmo tempo, também abriu caminho para o ingresso do capital internacional no setor de petróleo em vários lugares do planeta. Na América Latina, isso resultou em uma intensa onda de privatizações e/ou quebras de monopólios estatais

sobre os recursos naturais, os quais passaram a ser tratados meramente como *commodities*, omitindo o caráter estratégico deles (VITTE, 2017). Em grande parte dos países latino-americanos, por exemplo, o endividamento externo, o cenário inflacionário e o quadro de crise socioeconômica vividos durante a década de 1980 facilitaram a implantação das medidas de austeridade ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Consenso de Washington, o que também abriu caminho para a internacionalização do mercado regional do petróleo.

Os grandes organismos de fomento, como o FMI, desempenharam um papel importante na difusão do modelo neoliberal. Fundado na Conferência de Bretton Woods⁸ de 1944, em especial ao longo da década de 1980, o FMI passou a impor, para a concessão de créditos e renegociação de dívidas dos países periféricos, uma série de ajustes econômicos e políticos de caráter neoliberal. Neste sentido, o que ocorreu foi que

[...] no plano internacional, os Estados neoliberais centrais deram ao FMI e ao Banco Mundial, em 1982, plena autoridade para negociar o alívio da dívida (dos Estados), o que significou na verdade proteger da ameaça de falência as principais instituições financeiras internacionais. (HARVEY, 2014, p. 83).

E, ao mesmo tempo,

[...] o complexo Wall Street-FMI-Tesouro dos Estados Unidos, que veio dominar a política nos anos Clinton, conseguiu persuadir, iludir e (graças aos programas de ajuste estrutural administrados pelo FMI) forçar muitos países em desenvolvimento a seguir o caminho neoliberal. (HARVEY, 2014, p. 102).

Assim, a fragilização das economias domésticas de nações periféricas e o empoderamento dos ideais neoliberais no interior da gestão dos organismos de fomento internacional criaram um campo fértil à difusão da internacionalização de mercados e de setores econômicos estratégicos em diversos países. Na verdade, entre os objetivos

⁸ Realizada entre os dias 01 e 22 de julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, no estado de New Hampshire (EUA), essa Conferência reuniu 730 representantes de 44 países, com destaque para os EUA, o Reino Unido e, inicialmente, a URSS, para delimitarem os rumos da economia global. Os mecanismos e as instituições ali inaugurados deveriam impedir a retomada, após o término da II Guerra, do quadro de crise vivido na década de 1930. Entre os mecanismos e instituições criados a partir dessa se destacam a fixação da conversão do dólar em ouro, o chamado padrão dólar-ouro, a fundação do FMI e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

dessas ações, estava garantir que os países endividados continuassem pagando indefinidamente juros sobre os empréstimos contraídos, nutrindo, assim, o setor financeiro/rentista internacional, e garantir o acesso do capital privado transnacional a mercados altamente rentáveis, como a comunicação, a energia, os transportes, a educação, a saúde, entre outros.

Na verdade, entende-se que

A circulação do capital implica também movimento espacial. [...] Os meios de produção (incluindo as matérias-primas) tem de ser trazidos de mais um lugar para produzir uma mercadoria que tem de ser levada a um mercado em outro lugar. Atritos e barreiras a esse movimento tomam tempo para ser negociados e diminuem a circulação. Ao longo da história do capitalismo muito esforço tem sido posto, portanto, na redução do atrito de distâncias e dos obstáculos à circulação. Inovações nos transportes e comunicações têm sido cruciais. Aumentar a abertura das fronteiras do Estado ao comércio e finanças, assinar acordos de livre-comércio e garantir o bom enquadramento jurídico para o comércio internacional também são vistos como essenciais a longo prazo. (HARVEY, 2011, p. 42-43).

Dentro desse quadro é que se insere a necessidade dos grandes atores internacionais, no caso aqui estudado, das grandes empresas petrolíferas transnacionais bem como das grandes economias importadoras, de submeter os Estados e, por tabela, seus territórios e os recursos neles presentes a uma roupagem neoliberal. Assim, é possível compreender a reestruturação neoliberal do papel do Estado vivida após a década de 1970 como mais um mecanismo de facilitação dos fluxos, de ampliação da mobilidade material e imaterial estabelecida sobre o espaço para a reprodução do capital. O que tornou ainda mais complexa a interdependência dos espaços e dos emaranhados das redes na contemporaneidade.

Com base no exposto até o momento, a próxima subseção buscará a análise da cadeia de produção petrolífera global contemporânea. A partir dessa, será tratada a construção do espaço geográfico e da estratégica funcionalidade das redes, estruturadas com a articulação dos diferentes recortes espaciais.

1.3 - Espacialidade contemporânea dos circuitos produtivos do petróleo e do gás natural

A fluidez material (matérias-primas e produtos) e imaterial (informações e investimentos), inerente à sustentação do atual processo produtivo dominante em

diferentes escalas geográficas, é intimamente dependente da articulação de inúmeros territórios e projeta sobre e entre esses uma complexa trama espacial de fluxos. Estes, por sua vez, dependem de uma infinidade de objetos técnicos, os quais são construídos para atender diversos interesses em diferentes momentos históricos. Na verdade, “Los desplazamientos y las movibilidades tienen intrínsecamente asociada una espacialidad, materializada en movimientos en el territorio, canalizados a través de un conjunto de redes” (BLANCO, J., 2015, p. 15).

Dessa forma, devido aos graus de complexidade e interdependência projetados para o atual sistema produtivo global, uma das maneiras de compreender a articulação dos espaços de produção e reprodução do capital dá-se a partir dos circuitos e dos círculos de produção, onde os

[...] *circuitos espaciais de produção* pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os *círculos de cooperação no espaço*, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção. (CASTILHO; FREDERICO, 2010, p. 464-465 – grifos do autor).

De acordo com essa concepção, a análise do circuito espacial de produção dos hidrocarbonetos fluidos (petróleo e gás natural) permite exemplificar um processo fundamental para a sustentação do sistema produtivo global contemporâneo. Afinal, essas fontes de energia e matérias-primas, que representam grande parte da matriz mundial e são ainda mais representativas para os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), têm suas reservas irregularmente distribuídas pelo globo, por isso a obtenção delas carece de amplos deslocamentos, logo gera uma teia complexa de constantes fluxos espaciais.

Apesar do crescente aprimoramento técnico e da difusão do uso de fontes alternativas – muitas das quais renováveis –, a matriz energética global mostra-se profundamente assentada sobre o uso dos hidrocarbonetos. Além disso, a produção e a demanda total por energia aumentaram vertiginosamente no mundo nas últimas quatro décadas. Em 1973, o consumo total era de 4.667×10^6 toneladas estimadas em petróleo (tep), enquanto em 2014 chegou-se a 9.301×10^6 tep (BRASIL, 2017, p. 190).

Tomando como base o consumo final de energia por fonte, o petróleo representava na matriz mundial, em 2015, 41% do total, enquanto dessa mesma variável para o grupo de países da OCDE tal fonte representava 47,7%. Já o gás natural representava 14,9% do total mundial e 19,8% do consumo dos países da OCDE. O setor que mais demandou petróleo e derivados no mundo foi o de transporte terrestre, com quase 50%, já o setor de processamento de ferro e aço liderou o uso do gás natural, com 29,3% de todo o consumo dessa fonte (AIE, 2017, p. 34-35).

Ao mesmo tempo, a oferta final de energia mais que dobrou entre 1973 e 2014, passando de 6.100×10^6 tep para 13.451×10^6 . Em 1973, a somatória da participação do carvão mineral, do petróleo e do gás natural representava 86,7% dessa oferta, já em 2014, essas mesmas fontes representaram mais de 81%, o que mostra que, apesar da redução, essas ainda são muito representativas. O petróleo (e derivados) teve sua participação reduzida de 46,2% (1973), para 31,3% (2014) na oferta final da matriz global. Porém, o gás natural e o carvão mineral tiveram suas participações aumentadas, passando respectivamente de 16% e 24,5%, em 1973, para 21,2% e 28,6% em 2014 (BRASIL, 2017, p. 188).

Tais elevações da oferta e do consumo refletem o crescimento populacional – que saiu de 3,7 bilhões de pessoas em 1970 para mais de 5,6 bilhões em 2010 (BRITO, et. al., 2009, p. 5) –, a expansão das atividades industriais no pós-II Guerra, a difusão dos meios de transporte, o crescimento da urbanização, também o crescimento das economias⁹, do uso de eletrodomésticos e do consumo de produtos industrializados. Ao mesmo tempo, a redução dos hidrocarbonetos em 5,6% na oferta mundial está associada à busca por fontes alternativas, a qual é estimulada principalmente pela instabilidade de obtenção de tais fontes, além das pressões ambientais.

Ao longo do século XX, os combustíveis fósseis fluidos tornaram-se protagonistas na produção energética mundial, pois somavam mais de 53% da matriz (AIE, 2017, p. 6). O petróleo, em especial, tornou-se a mais importante fonte de energia mundial, foi transformado na base da complexa indústria petroquímica atual e foi fundamental para as atividades militares, assim transformou-se em fonte de lucros

⁹ Entretanto, vale destacar que a elevação da demanda energética não acompanha em termos absolutos o crescimento da economia mundial. Isso ocorre em função das inovações tecnológicas que melhoram a eficiência no uso da energia. Para mais detalhes ver: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/03/12/o-crescimento-da-demanda-de-energia-no-mundo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

voluptuosos e em sinônimo de poder político (GALEANO, 1980). Na verdade, “[...] o petróleo é o maior e mais disseminado negócio, a maior entre as maiores indústrias que se desenvolveram [...]. Ademais, a atividade petrolífera é geradora maciça de riquezas – para os indivíduos, as companhias e as nações como um todo” (COSTA, 2012, p. 55).

Ainda hoje, no findar da segunda década do século XXI, não é diferente. Não se pode aqui mensurar exatamente a rentabilidade econômica gerada ou o poder político que o petróleo projeta sobre o mundo. Porém, é inegável que, desde sua inserção no processo produtivo, o petróleo está direta ou indiretamente ligado a inúmeras estruturas e produtos de nosso cotidiano, desde as formas mais evidentes, como nos combustíveis, plásticos e borrachas, até as estruturas menos prováveis, como fertilizantes e materiais de construção. Na verdade,

Ocorre que o petróleo é um recurso singular, não existe nenhum recurso similar em termos de densidade energética e da diversidade de compostos orgânicos, dificilmente encontrados na natureza, que o constituem. Cerca de 90% do transporte mundial de mercadorias e de pessoas é movido por derivados de petróleo, milhares de compostos petroquímicos fazem parte da maioria dos produtos e os fertilizantes são os responsáveis pela produtividade agrícola. Existe correlação entre o preço do petróleo e o preço dos alimentos, o petróleo é fundamental em todas as cadeias produtivas. O petróleo é o principal recurso natural que motiva os principais conflitos militares desde a 1ª Guerra Mundial. Não há evidência científica de que exista recurso natural sucedâneo ao petróleo, de equivalente ou melhor qualidade e em tamanha quantidade, além de aplicável para seus diversos usos. (AEPET, 2015, p. 8)

Enfim, esse combustível fóssil, juntamente com o gás natural, o qual vem ganhando espaço na matriz global, está na base econômico-produtiva da sociedade contemporânea, a ponto de, no século XX, ter se transformado na maior força motriz do “capitalismo fordista fossilista monopolista de Estado” (PORTO-GONÇALVES, 2015). Mesmo com as mudanças estruturais ocorridas na matriz energética global, assim como na quantificação e distribuição das reservas, esse recurso ainda representa quase 1/3 da oferta final de energia global. É inegável que

A produção petrolífera se dá atualmente em um quadro que apresenta o chamado “ouro negro” como principal matriz energética da indústria mundial. O mineral fóssil se tornou a mais importante substância negociada entre países e corporações. A sociedade da informação e do consumo (de objetos como plásticos, computadores e automóveis), sob a forma de agentes hegemônicos, produz e dá forma a matéria-prima do petróleo em conformidade com a necessidade criada sob a forma de objetos. (ALVES, 2015, p. 214, grifo do autor)

Destarte, tais fontes tendem a se manter em destaque por um período de tempo ainda considerável. Há de se entender que o sistema produtivo é subordinado à configuração do sistema energético, o qual, por sua própria natureza, tende a ser mais moroso em suas alterações estruturais e privilegiar o desenvolvimento do uso das fontes convencionais (PIRES DO RIO, 2012). Ao mesmo tempo, admitindo que o petróleo e o gás natural, em grandes volumes e de fácil exploração, não estão concentrados dentro das fronteiras dos maiores consumidores mundiais de energia, a criação de estruturas técnicas/materiais, econômicas e de condições políticas que possibilitem fluxos estáveis desses recursos (brutos ou processados) torna-se fundamental à manutenção do padrão de produção global e alimenta o jogo de poder entre os agentes territorializadores na mesma escala.

Seja por vias terrestres seja por rotas marítimas, a garantia dessa fluidez é crucial para manter o funcionamento da base produtiva e o padrão de consumo atual, em especial daqueles centros polarizadores do sistema capitalista. Assim, entende-se que “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 2006, p. 186).

Com base nas informações contidas no relatório de 2017 da British Petroleum (BP), da Agência Internacional de Energia (AIE) também de 2017, e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Balanço Energético Nacional (BEN – 2017), é possível traçar um perfil da cadeia produtiva do petróleo e do gás natural em diferentes escalas espaciais. As próximas páginas serão dedicadas a isso. Por questões metodológicas, serão analisados separadamente os quadros espaciais-produtivos do gás natural e do petróleo.

1.3.1 – O circuito espacial mundial da produção do petróleo

No que se refere à produção do petróleo e de gás natural, para além da capacidade técnica que possibilita a exploração, há uma relação direta entre a existência desses recursos em um dado território e os fatores naturais. Afinal, a ocorrência de tais jazidas está atrelada a condições geológicas e bióticas muito singulares. Dessa forma, sua irregular distribuição natural e a exploração comercial deles não apresentam a

mesma flexibilidade quando comparadas a de outros recursos energéticos ou matérias-primas geograficamente mais democráticas, como a energia solar, a eólica e a biomassa.

As Tabelas 1 e 2, construídas a partir dos relatórios da British Petroleum (BP) e da Agência Internacional de Energia (AIE), mostram a espacialidade das reservas, da produção e do consumo de petróleo pelo mundo. A Tabela 1 retrata esse panorama a partir de seis grandes regiões, ao passo que a Tabela 2 tomou como referência os quinze países com as maiores reservas comprovadas de petróleo e apresenta-os em ordem decrescente.

Como já constatado há algumas décadas, a Tabela 1 mostra que o Oriente Médio continua guardando as maiores reservas mundiais, em 2017 continha 47,6% do total. Nesse mesmo ano, as Américas aparecem em segundo lugar, com quase 1/3 das reservas totais (32,8%). Destes, 17,9% estão concentrados na Venezuela, outros 10% no Canadá e 2,9% nos EUA, conforme mostrado na Tabela 2.

Tabela 1 - Reservas, produção e consumo de petróleo por grandes regiões frente ao total mundial – 2017

GRANDES REGIÕES	RESERVAS COMPROVADAS	PRODUÇÃO	CONSUMO
Oriente Médio	47,6%	34,1%	9,5%
América do Sul, Central e Caribe	19,5%	7,8%	6,9%
América do Norte	13,3%	21,7%	24,7%
Eurásia ¹⁰	9,3%	19,2%	19,7%
África	7,5%	8,7%	4,1%
Ásia e Pacífico	2,8%	8,5%	35,2%

Fonte: Relatório da BP, 2018, 67ª ed. Organização: RICETO, A. 2018.

Com esse panorama, o continente americano ganha protagonismo no cenário global, pois, além das significativas reservas, é uma área geopoliticamente mais estável que o Oriente Médio, assim passa a chamar a atenção dos agentes territorializadores interessados nessa cadeia. Tal protagonismo foi alcançado graças ao crescimento das reservas comprovadas na América do Sul e Central, as quais, em 2006, representavam 8% das reservas totais e, em 2017, chegaram a 19,5%. Nesse período, a América do

¹⁰ A divisão espacial aqui estabelecida inclui nessa configuração a Europa Ocidental, Oriental, a Federação Russa e os países localizados na Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tajiquistão) e Afeganistão. China e Índia estão alocados na região intitulada Ásia e Pacífico, bem como Japão e Austrália.

Norte, que em 2006 representava 16% das reservas totais mundiais comprovadas, em 2016, caiu para 13,3% (BP, 2018, p. 13).

O que fica claro é que, dadas a finitude e a importância de tal recurso, ainda o fato de grande parte das reservas sul-americanas e africanas serem *offshore*, o Atlântico Sul ganha uma relevância destacadamente estratégica (VISENTINI, 2010). Nesse sentido, um fato que chamou a atenção da comunidade internacional foi a reativação da 4ª Frota Naval dos EUA em julho de 2008, cerca de um ano após a divulgação da descoberta das reservas do Pré-sal pelo Brasil. Tal frota, que monitora a região austral do Atlântico, estava inativa há 58 anos.

Essa iniciativa do governo estadunidense dava claros sinais da retomada dos interesses desse país central sobre o protagonismo energético que o Atlântico Sul poderia assumir com essas novas reservas. Somado a isso, a ampliação do papel da Petrobras e do Brasil no Sistema Internacional, bem como a afirmação do governo Chávez na Venezuela e os avanços da integração regional com a consolidação da UNASUL, contribuíram para reduzir a influência da potência norte-americana sobre a região. Vale lembrar ainda que no limiar do governo de George W. Bush (janeiro de 2001 a janeiro de 2009) ocorre o aumento das tensões com a Rússia na região do Mar Cáspio, outra fronteira energética mundial após o colapso soviético. Naquela porção, o ataque russo à Geórgia (agosto de 2008) e as instabilidades regionais para o transporte de combustíveis limitavam o acesso às reservas. Esse cenário certamente reorientou a política externa estadunidense para áreas alternativas àquela.

Ainda assim, vale ressaltar que tais dados sobre reservas, produção e consumo são conjunturais, pois refletem um padrão tecnológico com determinada capacidade de prospecção desse recurso. Além disso, a produção e o consumo também seguem a lógica de mercado, onde um período economicamente virtuoso elevará a demanda por energia, ao passo que o contrário também se aplica. Ao mesmo tempo, a elevação acelerada da produção pode resultar em queda dos preços do barril no mercado, o que pode refletir no médio prazo na redução da produção pelos grandes exportadores com vistas a elevação do preço. Assim, esses dados variam ao longo do tempo.

Tabela 2 - Reservas, produção e consumo de petróleo frente ao total mundial¹¹ – 2017

PAÍSES	RESERVAS COMPROVADAS	PRODUÇÃO	CONSUMO
Venezuela	17,9%	2,3%	0,5%
Arábia Saudita	15,7%	12,9%	4,0%
Canadá	10%	5,2%	2,5%
Irã	9,3%	5,4%	1,8%
Iraque	8,8%	4,9%	0,8%
Federação Russa	6,3%	12,2%	3,3%
Kuwait	6%	3,3%	0,5%
Emirados Árabes Unidos	5,8%	4,2%	1,0%
Estados Unidos da América	2,9%	14,1%	20,2%
Líbia	2,9%	0,9%	-
Nigéria	2,2%	2,1%	-
Cazaquistão	1,8%	2,0%	0,3%
Qatar	1,5%	2,1%	0,4%
República Popular da China	1,5%	4,2%	13,0%
Brasil ¹²	0,8%	3,0%	3,1%

Fonte: Relatório da BP, 2018, 67ª ed.; Relatório Key world energy statistics – Agência Internacional de Energia (AIE) – 2017. Organização: RICETO, A. 2018.

A comparação entre as Tabelas 1 e 2 permite entender que, mesmo em regiões com grandes reservas, estas se mostram irregularmente distribuídas entre os países que a compõem. No Oriente Médio, por exemplo, seis países de um total de quinze concentram 47% das reservas mundiais, ou 98,5% das reservas da região. Na América do Sul e Central, apenas Venezuela e Brasil somados representam 18,3% das reservas totais, de um total de 32 países, e 19,5% das reservas mundiais. Já na África, com 54 países formalmente reconhecidos, Líbia e Nigéria merecem destaque, com 2/3 das reservas estimadas para o continente, 5% do total de 7,5%.

Os dados dessas tabelas revelam ainda que as maiores reservas não coincidem espacialmente com as maiores produções. Países com grandes reservas, como Venezuela, Canadá, Irã e Iraque, apresentam explorações inferiores a de países com reservas menores, como Rússia e EUA. Em parte, a explicação para esse fato está na capacidade técnica e no capital produtivo implantado junto às jazidas. Além disso, reflete a demanda interna e o interesse estratégico desse produtor em sua inserção no mercado dessa *commodity*.

¹¹ Os países foram selecionados e posicionados com base em suas reservas, apresentando em ordem decrescente as quinze maiores reservas globais comprovadas em 2015.

¹² Além do Brasil, Argélia e Angola também representam 0,7% cada das reservas mundiais.

A Tabela 3, baseada em dados da AIE, mostra que, entre os dez maiores exportadores de petróleo bruto do planeta em 2015, apenas o Canadá, atualmente detentor da terceira maior reserva mundial, é classificado como um país desenvolvido. Dos demais, oito compõem o grupo classificado como nações subdesenvolvidas. Em se tratando de dados sobre a exportação de petróleo bruto, esse quadro reflete a atual Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na qual os países marginais fornecem a maior parte dos produtos primários que abastecem as economias desenvolvidas, como pode ser percebido pela Tabela 4.

Tabela 3 – Os dez maiores países exportadores de petróleo bruto – 2015

PAÍS	MILHÕES DE TONELADAS
Arábia Saudita	369
Federação Russa	243
Iraque	148
Emirados Árabes Unidos	125
Canadá	116
Nigéria	104
Kuwait	100
Venezuela	98
Angola	86
Irã	64
Outros	539

Fonte: Relatório Key world energy statistics - Agência Internacional de Energia (AIE), 2017, p. 13.

Entre os dez maiores importadores, como apresentado na Tabela 4, oito são tratados como países desenvolvidos, com destaque para os EUA e o Japão, que somados importaram 513 milhões de toneladas de petróleo, o que é praticamente, excluindo os dez maiores importadores, o que o restante dos países do mundo importou naquele mesmo ano (2015). Excluindo os emergentes China e Índia, os demais importaram 48,5% do total de 2.041 milhões de toneladas.

Outro dado que reforça a caracterização da DIT é que as maiores capacidades de refino instaladas se encontram em países desenvolvidos e emergentes. Somadas as capacidades de refino dos EUA, do Japão, da Alemanha, do Canadá, da Itália, da Espanha, da França, da Holanda e do Reino Unido tem-se 33,8% da capacidade de refino global. Enquanto os emergentes¹³ Rússia, China, Índia, Brasil, México, Índia e

¹³ Apesar de se reconhecer a dificuldade em classificar os países por grupos socioeconômicos, admite-se como país emergente o grupo de nações classificadas por Parag Khanna (2008) como integrantes de um “segundo mundo”. Tais nações apresentam grandes potenciais naturais, sociais e econômicos, mas ainda convivem com significativas desigualdades sócioespaciais, contrapondo zonas/áreas insulares de grande

Arábia Saudita, somados ainda com a Coreia do Sul, representam 36,7% dessa capacidade. Somados, esses dois grupos chegam ao total de 70,5% da capacidade de refino atualmente existente (BP, 2018).

Tabela 4 – Os dez maiores países em importação de petróleo bruto – 2015

PAÍS	MILHÕES DE TONELADAS
Estados Unidos da América	348
República Popular da China	333
Índia	203
Japão	165
Coreia do Sul	139
Alemanha	91
Itália	67
Espanha	65
Holanda	59
França	57
Outros	514

Fonte: Relatório Key world energy statistics - Agência Internacional de Energia (AIE), 2017, p. 13.

Ao mesmo tempo, as economias mais dinâmicas e que dependem dos maiores volumes de hidrocarbonetos, como EUA, China, Índia, Japão, França, Alemanha e Coreia do Sul¹⁴, aparecem como grandes importadores de petróleo cru. Quando somados os dez países da Tabela 4, esses representam praticamente $\frac{3}{4}$ das importações totais, porém, segundo dados do relatório 2018 da BP, os mesmos territórios representam menos de 19% da produção e 52,6% do consumo mundiais de petróleo. Denotando assim a grande dependência dessas nações em relação ao fluxo estável em volume e tempo desse recurso para abastecer suas demandas.

Destarte, sendo a distribuição espacial das jazidas exploráveis dissonante dos principais mercados consumidores de petróleo e derivados, é necessário que estes, por meio de suas grandes empresas do setor e mesmo de seus governos, influenciem, ou (preferencialmente) controlem as áreas de exploração, as infraestruturas e os espaços de

sofisticação tecnológica, elevada renda e globalizadas a bolsões de pobreza e marginalidade. Ao mesmo tempo, apesar de esse grupo desfrutar de uma posição intermediária dentro do Sistema Internacional de países, de serem significativos para o equilíbrio de poder global e de projetarem influência sobre as nações periféricas, os emergentes ainda são dependentes, em especial tecnológica e financeiramente, das nações centrais/desenvolvidas.

¹⁴ Dado o destaque socioeconômico e tecnológico alcançado pela Coreia do Sul nas últimas décadas, esse país já é classificado por alguns organismos como um país desenvolvido. Apresentando o 11º PIB do planeta em 2016, com mais de US\$ 1.4 trilhão, com PIB/per capita de mais de US\$ 27.000,00, com uma população total que supera a marca dos cinquenta milhões de habitantes e sustentando um IDH de 0,898, esse país certamente já não figura simplesmente entre os emergentes. Disponível em: <<https://pais.es.gov.br/#/pt/pais/república-da-coreia/info/sintese>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

escoamento e distribuição. Isso com vistas a garantir a fluidez espacial desse recurso fundamental à sua segurança energética e sua estabilidade socioeconômica.

Afinal, a abundância de capitais técnicos e financeiros destinados ao beneficiamento dessa matéria-prima e à reprodução do capital teria seu aproveitamento muito limitado sem o acesso estável à fonte. Como demonstrado por Eduardo Galeano na obra *As Veias Abertas da América Latina* (1980), a dependência das grandes potências dos recursos naturais dos países periféricos sempre foi uma realidade irrefutável (e incômoda para aquelas). Mesmo que as nações centrais possuam a maior fatia mundial da riqueza financeira, material e técnica, esses recursos não são capazes de garantir autossuficiência nas matérias-primas das quais necessitam para assim se manterem, como os hidrocarbonetos, a partir das quais toda uma estrutura produtiva, econômica e social foi arquitetada desde o final do século XIX e sem as quais nenhuma sociedade baseada na atual configuração político-produtiva pode existir (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Na verdade,

como um recurso natural escasso, [...]. A localização das áreas produtoras, as redes de transportes a longas distâncias e a infraestrutura de armazenagem e de distribuição de combustíveis são elementos constituintes da paisagem geográfica na sociedade moderna, conferindo destaque à dimensão espacial da indústria de petróleo e gás natural. (EGLER; MATTOS, 2012, p. 82).

Mais do que tomar ciência da localização das principais reservas e das rotas mais eficientes, abre-se aqui um conflito de interesses entre as nações mantenedoras, entendidas aqui como as detentoras das grandes reservas, e as consumidoras. Se, na década de 1970, os EUA importavam a sétima parte do petróleo que consumiam (GALEANO, 1980), recentemente a dependência ainda se mostra muito significativa. Segundo dados do relatório da British Petroleum (BP) de 2018, o consumo de petróleo dos EUA em 2017, que possuía 2,9% das reservas mundiais, correspondia a 19,8% do total mundial, ao passo que sua produção era de 13% e possuía 18,9% da capacidade de refino global.

Cenário semelhante, guardadas as devidas proporções, ocorre com todas as grandes economias europeias e com o Japão, todos esses componentes da Agência Internacional de Energia (AIE). Segundo dados do mesmo relatório, França, Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha, as cinco maiores economias da Europa,

representavam juntas 1,3% da produção de petróleo mundial¹⁵, possuíam 8,2% da capacidade de refino e perfaziam 8,7% do consumo total, tendo 0,2% das reservas desse recurso. Isso explica a presença de alguns desses atores entre os maiores importadores mundiais de óleo bruto (Tabela 4).

O contrário ocorre com as nações periféricas produtoras, mantenedoras do sistema, onde a exploração de petróleo normalmente se apresenta superavitária frente às demandas domésticas, e a exploração e a exportação de petróleo bruto são parte significativa dessas economias. Contrapondo os dados das Tabelas 2 e 3, o grupo formado por Arábia Saudita, Rússia, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Nigéria, Kuwait, Venezuela, Angola e Irã corresponde a 48% da produção mundial, 67% das exportações e apenas 11,3% do consumo global. Tais dados, considerando a representatividade dessa fonte na matriz energética global, reforçam o papel estratégico desses países como pilares de fornecimento e sustentação da cadeia produtiva mundial.

No que diz respeito à comercialização do petróleo e de derivados pelo mundo, a Tabela 5 mostra os volumes totais de óleo bruto e derivados de petróleo exportados e importados por cada país e/ou grande região no ano de 2017. Esses dados permitem esboçar a espacialidade dos fluxos mundiais desse recurso e ter uma leitura estratégica do saldo final da balança do petróleo para cada um dos agentes relacionados.

A Tabela 5 compara a movimentação de petróleo e seus derivados por países e/ou grandes regiões do planeta. Nessa estão destacadas a importação e a exportação de petróleo bruto, bem como a importação e a exportação de derivados. A partir dos dados apresentados, ganha destaque o papel do Oriente Médio, da Rússia, da América Central e do Sul e do Canadá como grandes exportadores de petróleo bruto, reforçando o cenário visto na Tabela 3.

Ao mesmo tempo, chama a atenção o fato de que grandes importadores de óleo bruto, como EUA e Europa, também aparecem como grandes exportadores de derivados, ao lado de Rússia e Oriente Médio. Assim, corroborando as Tabelas 3 e 4, nota-se que, apesar de não possuírem as maiores reservas, as economias centrais possuem as maiores capacidades técnicas de processamento e os maiores complexos de refino e produção de derivados, fato que retrata claramente os papéis ocupados por cada grupo de países na DIT. A América Central e do Sul, além de uma região fornecedora

¹⁵ Neste cenário, o Reino Unido corresponde a 1,1% do total mundial.

de óleo bruto, é uma grande importadora de derivados. Já a China apresenta a segunda maior importação de petróleo bruto e quinta maior quantia de importação de derivados. Cingapura, simultaneamente, é um grande importador e exportador de derivados.

Tabela 5 – Movimentação de petróleo e derivados por grandes regiões em milhões de toneladas – 2017

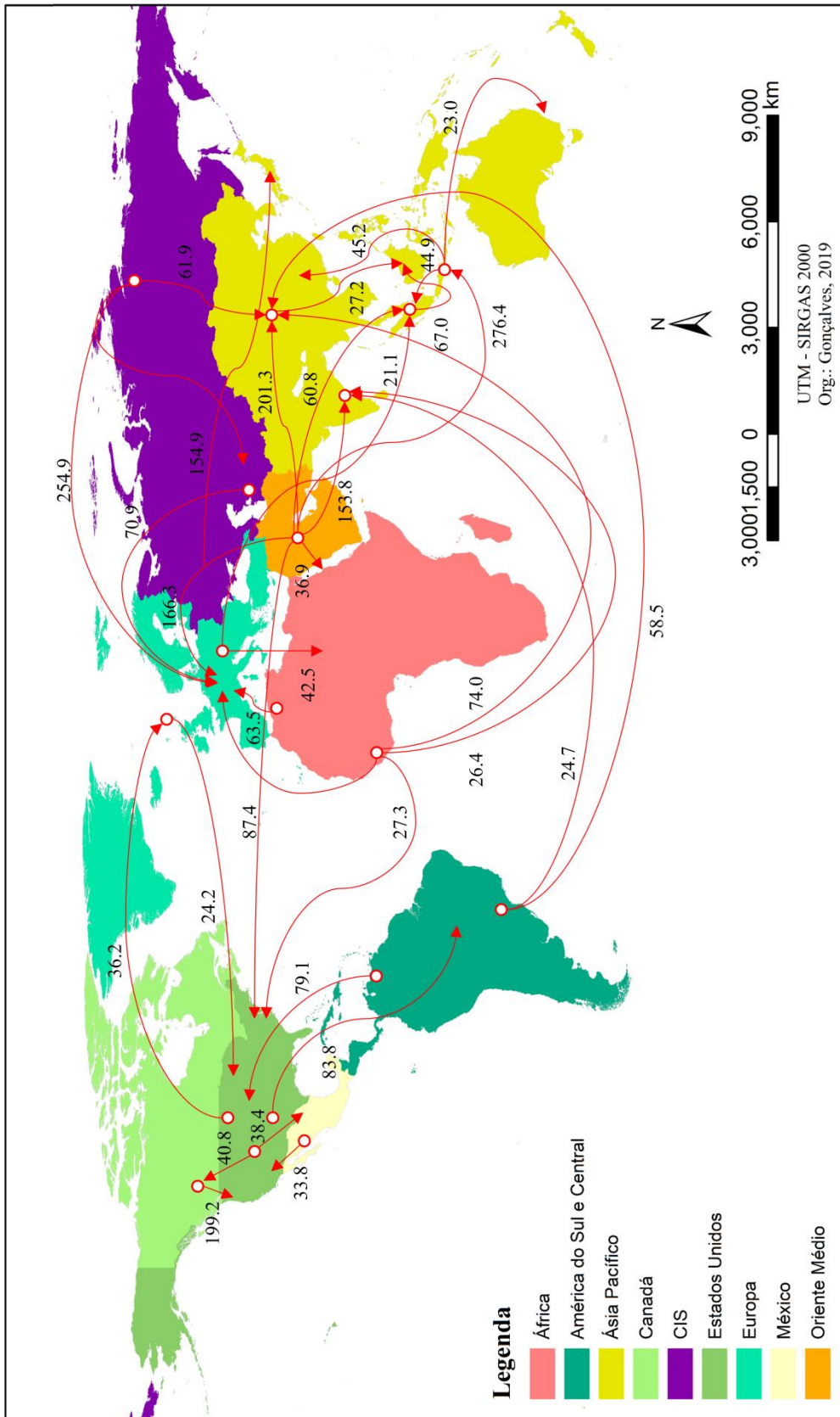
País ou grande região	Importação de petróleo bruto	Exportação de petróleo bruto	SALDO I	Exportação de derivados	Importação de derivados	SALDO II
EUA	394,1	45,8	- 348,3	221	103,5	117,5
Canadá	29,7	173,3	143,6	34,5	31,2	- 3,3
México	-	60,8	57,3	6,2	43,9	- 37,7
América do Sul e Central	23,1	168,8	145,7	28,8	102,9	- 74,1
Europa	516	23,6	- 492,4	134,2	176,9	- 42,7
Rússia	0,6	277,2	276,6	145,6	1,2	144,4
Oriente Médio	28,5	989,2	960,7	194	48,4	145,6
África	22,7	302,8	280,1	35,4	96,9	- 61,5
Austrália	21,5	9,9	- 11,6	2,6	31,2	- 28,6
China	422,1	4,7	- 417,4	48	84,4	- 36,4
Índia	211,1	-	- 211,1	56,2	33,9	22,3
Japão	162,5	0,1	- 162,4	15,9	42,1	- 26,2
Cingapura	53,7	1,7	- 52	95,9	128,5	- 32,6
Outros	298,5	129,9	- 168,6	116,9	210,3	- 93,4

Fonte: Relatório da BP, 2018, p. 25, 67ª ed. Organização: RICETO, A. 2018.

Geograficamente, os dados analisados até aqui podem ser vistos no Mapa 1. Este, que teve como base as informações contidas no relatório da British Petroleum de 2018, apresenta a espacialidade dos principais fluxos de petróleo e derivados no mundo, em milhões de toneladas, em 2017. As áreas exportadoras (origem do produto) são identificadas com os pontos brancos, e os volumes (milhões de toneladas), pelos números em cada linha. A espacialidade da cadeia produtiva do petróleo e de seus derivados torna-se, assim, menos abstrata.

Neste mapa é possível perceber que a espacialidade dos fluxos conecta regiões remotamente distantes no planeta, como a América do Sul ao Leste Asiático, o Oriente Médio à América do Norte, a Rússia à Europa Ocidental e à América do Norte. Também é possível perceber que algumas regiões são essencialmente exportadoras, como a Rússia, o Oriente Médio e a África, em especial a costa ocidental desta, onde, por exemplo, está localizada a Nigéria. Outros são essencialmente importadores, como a Europa Ocidental e a Oceania.

MAPA 1 – Movimentação global de petróleo em 2017 (milhões de toneladas)



Fonte: BP de 2018, p. 25.

Situação não muito diferente aplica-se à cadeia do gás natural. Normalmente encontrado junto ao petróleo, esse recurso fóssil também encontra-se geograficamente disperso, com suas principais reservas, quase $\frac{3}{4}$ do total mundial, concentradas nos países do Oriente Médio e da Eurásia. Também sua movimentação cria um emaranhado de fluxos globais, conectando as mais diversas áreas do planeta. A configuração da cadeia do gás natural será apresentada a seguir.

1.3.2 – O circuito espacial mundial de produção do gás natural

Tal como ocorre com as reservas de petróleo, a Tabela 6, que reúne as grandes reservas de gás natural por regiões, permite constatar que o Oriente Médio se destaca com as maiores reservas mundiais. A Eurásia aparece em segundo lugar, correspondendo a mais de 30% de tais reservas, seguida pela região da Ásia e Pacífico, com 9,4%, esta pela África, com 7,6%, e, por último, aparecem a América do Norte, com 6%, e as demais porções do continente americano, com 4,1%.

Tabela 6 - Reservas, produção e consumo de gás natural por grandes regiões – 2017

GRANDES REGIÕES	RESERVAS COMPROVADAS	PRODUÇÃO	CONSUMO
Oriente Médio	40,9%	17,9%	14,6%
Eurásia ¹⁶	32,1%	28,8%	30,2%
Ásia e Pacífico	10%	16,5%	21%
África	7,1%	6,1%	3,9%
América do Norte	5,6%	25,9%	25,7%
América do Sul, Central e Caribe	4,2%	4,9%	4,7%

Fonte: Relatório da BP, 2018, 67ª ed. Organização: RICETO, A. 2018

Observando a terceira e a quarta colunas da Tabela 6, destacam-se as produções nas regiões da Eurásia, da América do Norte, da Ásia e Pacífico e do Oriente Médio, as quais juntas representam mais de 89,1% da produção mundial. Essas mesmas regiões também as maiores consumidoras, responsáveis por 91,5% do consumo total, assim, necessitam de complementação de suas demandas. Vale destacar que, dentre essas, ao isolarmos a Europa (Ocidental e Oriental) das ex-URSS, essa dependência torna-se

¹⁶ A divisão espacial aqui estabelecida inclui nessa configuração a Europa Ocidental, Oriental e os países localizados na Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tajiquistão) e Afeganistão. China e Índia estão alocados na região intitulada Ásia e Pacífico, bem como Japão e Austrália.

muito maior, onde a produção europeia representa 6,6% do total mundial, enquanto o consumo alcança 14,5% (BP, 2018).

O Oriente Médio, que aparece com as maiores reservas, tem apenas a terceira maior produção (17,9%) e, embora seja responsável por demandar 14,6% do total mundial, é apenas o quarto maior consumidor. O continente africano, que possui a quarta maior reserva global, com 7,1%, e produz 6,1% do total mundial, consome pouco menos de 4%. Assim, Oriente Médio e continente africano, diferentemente das porções da Eurásia, Ásia e Pacífico e da América do Norte, são superavitários na relação produção x consumo e cumprem o papel de fornecedores das demais economias.

No *ranking* por países apresentado na Tabela 7, as quinze maiores reservas, que aparecem em ordem decrescente, somam 88% do total mundial. Os mesmos países representam quase $\frac{3}{4}$ da produção e mais de 59% do consumo globais. Tais dados mostram que, assim como ocorre com o petróleo, as reservas de gás natural bem como o consumo e a produção, estão concentrados em poucos países.

Tabela 7 - Reservas, produção e consumo de gás natural por países¹⁷ – 2017

PAÍSES	RESERVAS COMPROVADAS	PRODUÇÃO	CONSUMO
Federação Russa	18,1%	17,3%	11,6%
Irã	17,2%	6,1%	5,8%
Qatar	12,9%	4,8%	1,3%
Turcomenistão	10,1%	1,7%	0,8%
Estados Unidos da América	4,5%	20,0%	20,1%
Arábia Saudita	4,2%	3,0%	3,0%
Venezuela	3,3%	1,0%	1,0%
Emirados Árabes Unidos	3,1%	1,6%	2,0%
China	2,8%	4,1%	6,6%
Nigéria	2,7%	1,3%	-
Argélia	2,2%	2,5%	1,1%
Iraque	1,8%	0,3%	0,3%
Austrália	1,9%	3,1%	1,1%
Indonésia	1,5%	1,8%	1,1%
Malásia	1,4%	2,1%	1,2%
Total	87,7%	70,7%	57,0%

Fonte: Relatório da BP, 2018, 67ª ed.. Organização: RICETO, A. 2018.

Entre as quinze maiores reservas listadas, sete localizam-se no Oriente Médio e na Eurásia. Rússia, Irã, Qatar, Turcomenistão, Emirados Árabes Unidos, Arábia

¹⁷ Os países foram selecionados e posicionados com base em suas reservas, apresentando em ordem decrescente as quinze maiores comprovadas em 2016.

Saudita e Iraque possuem a maior parte do total, representando 68,8% das reservas, porém, ao mesmo tempo, representam mais de 1/3 da produção global (34,8%) e apenas 24,8% do consumo total. Tais dados mostram a relevância desse grupo no fornecimento desse combustível ao mercado mundial.

Entretanto, vale destacar os casos da Arábia Saudita e do Iraque, os quais apresentam empatados seus percentuais de produção e consumo, o que sugere uma produção voltada ao abastecimento doméstico, sem gerar excedentes. Ambos, apesar de terem a 6ª e a 12ª maior reserva do planeta, apresentam produção e consumo bastante limitados frente ao seu potencial volumétrico, o que sugere um quadro de subexploração de suas reservas¹⁸.

Ainda com base nos dados da Tabela 7, é possível perceber que os países com as maiores reservas não possuem necessariamente as maiores produções ou mesmo os maiores consumos. Os cinco maiores produtores representados na tabela¹⁹, EUA (20%), Rússia (17,3%), Irã (6,1%), Qatar (4,8%) e China (4,1%), representam pouco mais de 52% da produção global. Os cinco maiores consumidores, os EUA (20,1%), a Rússia (11,6%), a China (6,6%), o Irã (5,8%) e a Arábia Saudita (3,0%), representam quase 47,1% do consumo mundial. Tais dados demonstram uma significativa concentração espacial da produção e do consumo em alguns poucos países da América do Norte, na Rússia e no Oriente Médio.

Outra situação que merece destaque é a do Turcomenistão, detentor da quarta maior reserva do mundo (10,1%), mas com um patamar de produção e consumo bem reduzidos, respectivamente 1,7% e 0,8%. Assim como ocorre no Iraque e Arábia Saudita, mas em uma proporção ainda mais acentuada, tal quadro sugere a subexploração das reservas e um grande potencial ainda a ser explorado. Isso talvez explique a sanha dos investidores ocidentais na região do Mar Cáspio desde o fim da Guerra Fria e a busca incessante por uma articulação estratégica dos países que estão no seu entorno²⁰.

¹⁸ Após a I Guerra do Golfo (1990/1991), o Iraque foi submetido a uma série de sanções, entre as quais se destacam limitações à venda de petróleo, embargos de acesso a financiamentos, o cancelamento de acordos comerciais, a restrições de tráfego aéreo e embargos militares. Evidentemente tais punições debilitaram a capacidade do país de investir na prospecção e na exploração de combustíveis, o que também pode ajudar a explicar o quadro descrito.

¹⁹ A tabela toma como base as maiores reservas, logo, tais países não são necessariamente os cinco maiores produtores mundiais.

²⁰ Uma análise detalhada das articulações na Bacia do Mar Cáspio foi feita por Bandeira (2014, 2. ed).

Ao mesmo tempo, vale destacar que Rússia, Qatar, Turcomenistão, Argélia, Nigéria, Austrália, Indonésia e Malásia apresentam relação produção/consumo superavitárias, o que os coloca na posição de importantes fornecedores no cenário internacional, em especial a Rússia e o Qatar, os quais possuem os maiores percentuais de *superávit*.

As informações da Tabela 8 permitem compreender um pouco melhor alguns dados vistos na Tabela 7. Em 2016, do total de 869 bilhões de m³ de gás natural exportados, mais da metade o foram pela Rússia, pelo Qatar e pela Noruega, que juntos somaram 437 bilhões de m³, e superaram os demais países listados nominalmente, os quais somados exportaram 390 bilhões de m³.

Dentre os dados apresentados, chama atenção a representatividade da Rússia, que corresponde a 23,6% da exportação mundial. Além disso, a posição ocupada pela Noruega destaca-se, pois, apesar de não aparecer entre as quinze maiores reservas, desponta como um grande fornecedor dessa fonte energética no mercado global, representando mais de 13% do total exportado em 2016, o que sugere a intensa exploração de suas reservas. Ainda, nota-se que o Irã e a Arábia Saudita, embora possuam respectivamente a primeira e a sexta maiores reservas de gás natural do mundo (Tabela 7), não figuram entre os maiores exportadores. Ao mesmo tempo, apresentam produção e consumo iguais em volume.

Tabela 8 - Maiores exportadores mundiais de gás natural – 2016

PAÍS	BILHÕES DE METROS CÚBICOS (m ³)
Federação Russa	205
Qatar	117
Noruega	115
Canadá	61
Argélia	54
Turcomenistão	53
Austrália	41
Indonésia	34
Malásia	24
Nigéria	23
Outros	142

Fonte: Relatório Key world energy statistics - Agência Internacional de Energia (AIE), 2017, p. 14.

A somatória dessas características reforça a ideia de que há uma produção voltada para o consumo doméstico e um quadro de subexploração das reservas existentes. Porém, tal panorama pode estar atrelado ainda a um controle da oferta de gás

natural no mercado ou mesmo a um planejamento futuro, de assumir os espaços deixados pelos atuais grandes exportadores, quando esses esgotarem suas reservas.

Do outro lado da cadeia estão os maiores importadores, listados na Tabela 9. Entre eles, destacam-se países asiáticos e europeus ocidentais. O Japão, a China, a Coreia do Sul e a Turquia juntos importaram, no ano de 2016, 275 bilhões de m³ de gás natural, o que corresponde a 32% do total exportado naquele ano. Já os países europeus listados, Alemanha, Itália, França, Reino Unido e Espanha, importaram 253 bilhões de m³, o que representou 29,5% do total mundial. Somados, esses nove países representam 61,5% das importações totais de 2016.

Novamente, assim como ocorre com o petróleo, os dados apresentados para o gás natural explicitam a posição ocupada pelos grupos de países dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e reforçam a relação de dependência dessas nações frente aos maiores produtores mundiais, estes concentrados no Oriente Médio, como o Qatar; na Eurásia, como a Rússia e a Noruega; no Sudeste Asiático, como Malásia e Indonésia; na América do Norte, como o Canadá; e na África, como a Argélia e a Nigéria.

Outro aspecto implícito nessa espacialização global da cadeia do gás natural é a importância estratégica assumida pela movimentação global desse recurso, em especial para a segurança energética do continente europeu e da área designada como Ásia e Pacífico. Há profunda dependência, em especial europeia, frente ao fornecimento oriundo das regiões da Eurásia e da Ásia Central. Os dados da Tabela 10 retratam esse quadro de forma mais detalhada.

Tabela 9 - Maiores importadores de gás natural – 2016

PAÍS	BILHÕES DE METROS CÚBICOS
Japão	116
Alemanha	79
China	69
Itália	65
Turquia	46
Coreia do Sul	44
México	43
França	43
Reino Unido	38
Espanha	28
Outros	286

Fonte: Relatório Key world energy statistics - Agência Internacional de Energia (AIE), 2017, p. 13.

Tabela 10 – Movimentação de gás natural por país ou grandes regiões em bilhões de metros cúbicos – 2017

País e/ou grande região	Importação por gasodutos	Importação de GNL	Total	Exportação por gasodutos	Exportação de GNL	Total	SALDO FINAL
EUA	80,7	2,2	87,9	66,1	17,4	83,5	- 2,4
Canadá	24	0,4	24,4	80,7	-	80,7	56,3
México	42,1	6,6	48,7	-	-	-	- 48,7
América do Sul e Central	15,4	13,8	29,2	15,4	19,2	34,6	5,4
França	33,5	10,8	44,3	-	1,0	1,0	- 43,3
Alemanha	94,8	-	94,8	7,1	-	7,1	- 87,7
Itália	53,8	8,4	62,2	-	-	-	- 62,2
Países Baixos	40,9	1,6	42,5	43,3	0,8	44,1	1,6
Noruega	-	-	-	109,2	5,8	105	74
Espanha	14,4	16,6	31	0,1	0,1	0,2	- 30,8
Turquia	42,8	10,9	53,7	0,6	-	0,6	- 53,01
Reino Unido	39,4	7,2	46,6	10,8	0,3	11,1	- 35,5
Rússia	18,9	-	18,9	215,4	15,5	231	212,1
Qatar	-	-	-	18,4	103,4	121,8	121,8
Argélia	-	-	-	36,4	16,6	53	53
Austrália	5,8	-	5,8	-	75,9	75,9	70,1
China	39,4	52,6	92	-	-	-	- 92
Japão	-	113,9	113,9	-	-	-	- 113,9
Indonésia	-	-	-	8,0	21,7	29,7	29,7
Coreia do Sul	-	51,3	51,3	-	-	-	- 51,3
Outros Europeus	103,7	10,2	113,9	21,6	0,2	21,8	- 92,1
Outros países do Oriente Médio	22,2	13,0	35,2	12,5	19,1	31,6	- 4,2
Outros países da África	7,6	8,2	15,8	8,7	38,9	47,6	31,8
Outros da Ásia e Pacífico	17,7	65,7	83,4	18,8	57,2	76	- 7,4
Total Mundial	697,1	393,4	1.090,5	673,1	393,1	1056,3	-

Fonte: Relatório da BP, 2018, p. 35, 67º ed. Organizada pelo autor.

A análise da décima tabela mostra que a Europa e os países asiáticos, destacando-se entre estes Japão, China, Indonésia e Coreia do Sul, importaram respectivamente 39,4% e 27,6% do gás natural movimentado no planeta em 2016. Ou seja, juntos, mais de 2/3 do gás comercializado mundialmente destinaram-se a essas duas grandes regiões. Esse quadro, mais uma vez, nos remete à análise estratégica do espaço a partir da construção de fixos e do mapeamento dos fluxos, já que a conexão

entre essas áreas e seus fornecedores é indispensável, seja por via terrestre seja por marítima.

Os dados sobre a movimentação de gás natural no planeta apresentados na Tabela 10 mostram ainda que os maiores importadores de gás natural, por meio de gasodutos ou outros sistemas de transporte em seu estado liquefeito (gás natural liquefeito – GNL²¹), são o Japão, com 113.9×10^9 m³, a Alemanha, com 94.2×10^9 m³, a China, com mais de 92×10^9 m³, os EUA, com 87.9×10^9 m³, e a Itália, com 62.2×10^9 m³. Essa lista revela algumas singularidades. As importações japonesas são inteiramente no formato GNL, ou seja, o transporte é feito por embarcações, isso se explica pela dificuldade técnica resultante de sua posição insular, o que inibe a importação por gasodutos. Na China, há um relativo equilíbrio entre os modelos, enquanto, nos demais países citados, a importação por dutos é a dominante, e na Alemanha é exclusiva neste formato (Tabela 10).

Ao mesmo tempo, os maiores exportadores são: Rússia, que representa 20,35% das exportações mundiais, seguida pelo Qatar, com 121.8×10^9 m³, Noruega, com 105×10^9 m³, EUA, com 83.5×10^9 m³ e Canadá, com 80.7×10^9 m³. Tais países juntos representam cerca 55% das exportações mundiais. O modelo de exportação predominante em quatro dos cinco listados é o por gasodutos, sendo o Qatar o único que exporta predominantemente no formato GNL.

Dessa forma, a leitura estrategicamente articulada do espaço mostra-se fundamental. Tal configuração revela a importância da estruturação espacial das rotas de escoamento desse recurso, tanto marítimas quanto terrestres. Entre os maiores exportadores, predomina o modelo de escoamento por gasodutos, o qual necessita do controle e/ou da influência sobre as estruturas mecânicas, sobre os recortes territoriais e sobre as rotas que perpassam os limites territoriais dos países de origem e destino desse combustível. Nessa direção ressalta-se o caráter incondicionalmente estratégico da aparelhagem direcionada dos territórios, o que, por vezes, também envolve a submissão espontânea ou forçada de diferentes Estados a implantação dos fixos. Afinal, o abastecimento energético estável é fundamental para a manutenção de qualquer economia.

²¹ O GNL é o gás natural condensado em estado líquido a partir de seu resfriamento abaixo de -162°C .

Apesar do predomínio do escoamento por gasodutos, que corresponde a mais de 65% do total movimentado, o transporte por embarcações com o gás natural condensado (GNL) é também significativo, representa cerca de 1/3 do total movimentado entre importações e exportações. Assim, além da articulação dos espaços emersos, é fundamental o controle de rotas marítimas que garantam o escoamento estável dessa fonte de energia.

O Mapa 2 mostra os fluxos de gás natural tanto no formato gasoso por gasodutos, como no formato condensado, GNL, logo permite não só a visualização da espacialidade da cadeia dessa fonte energética, como também a melhor definição das grandes áreas citadas nas tabelas anteriores.

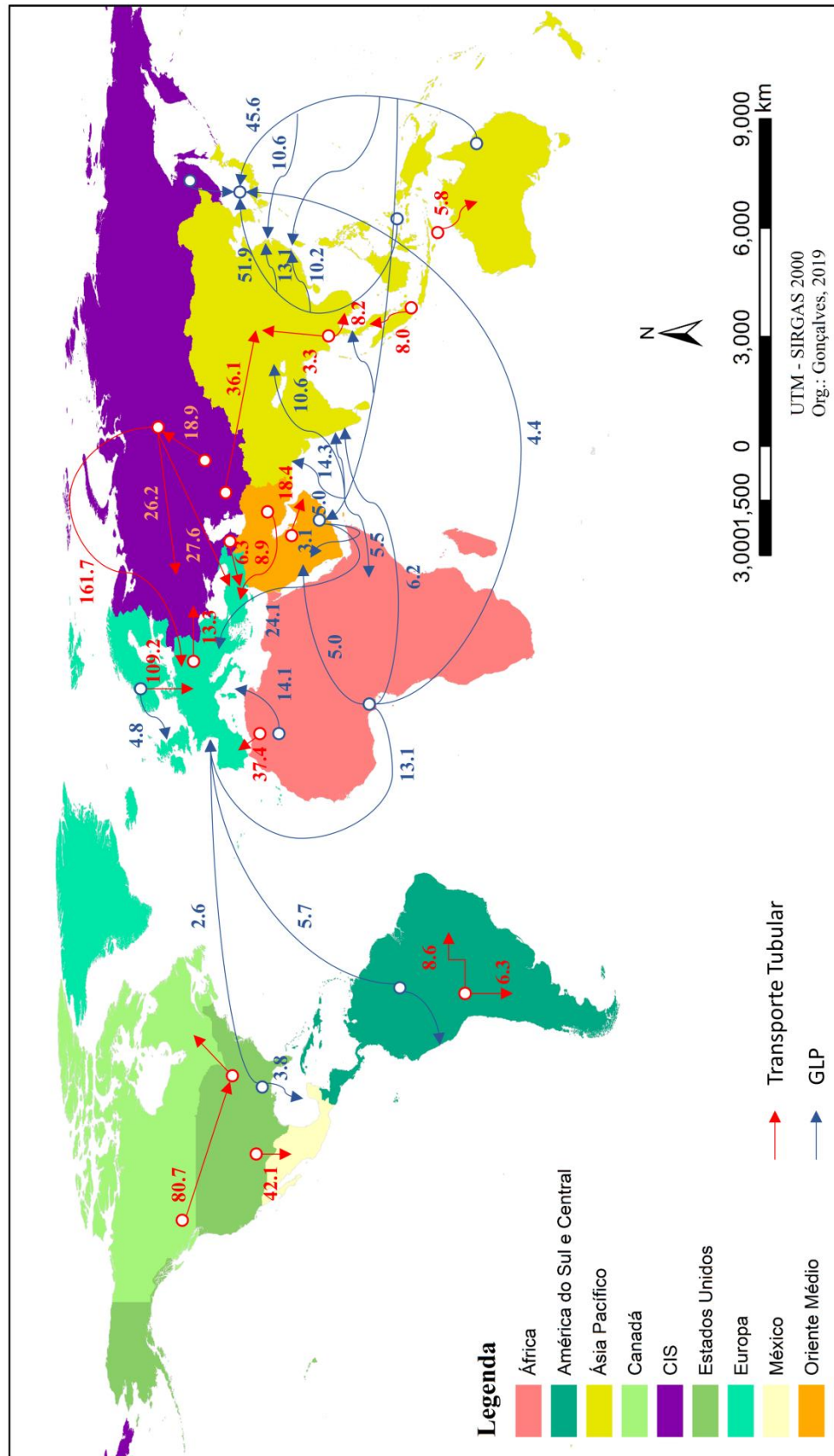
A análise dos fluxos representados na figura reforça que grande parte da movimentação de gás natural se concentra na Europa e na Ásia. A densidade de setas partindo do Oriente Médio para o leste da Ásia destaca o papel daquele de grande fornecedor a esta região e, ao mesmo tempo, reforça a importância das rotas marítimas que conectam essas porções do espaço, uma vez que a maior parte é movimentada no formato GNL.

Ao mesmo tempo, é marcante o volume movimentado da Rússia para a Europa por gasodutos, os quais formam um grande emaranhado de tubos cortando o território do leste para o oeste do continente. Atualmente, das importações de gás natural da União Europeia, quase 1/3 provém da Rússia²². Dentre os países europeus, a Alemanha é a maior importadora de gás natural e, conforme a Tabela 10, também o segundo maior importador do planeta, só perdendo para o Japão.

O continente africano e a América do Sul também apresentam-se como fornecedores à Europa e, no caso africano também para a Ásia, sendo que a maior parte exportada por aquele continente é no formato liquefeito. Já a América do Norte apresenta uma comercialização regional, circunscrita às relações via gasodutos entre EUA, Canadá e México.

²² Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/europe/a-giant-gas-pipeline-raises-the-spectre-of-russian-influence-in-europe/2018/04/24/415a63f0-4199-11e8-b2dc-b0a403e4720a_story.html?noredirect=on&utm_term=.c0072d94d365>. Acesso em: 06 jun. 2018.

Mapa 2 – Movimentação de gás natural gasoso e GNL (bilhões de m³) - 2017



Fonte: BP de 2018, p. 35.

1.4 - Conflitos energéticos contemporâneos: artifícios e estratégias para garantir acesso aos hidrocarbonetos

Diante do padrão de produção hoje vigente e da dependência da importação de petróleo e gás natural apresentada pelas grandes economias mundiais, fica clara a importância da estabilidade de acesso às reservas, da produção e da manutenção dos fluxos de petróleo entre esses dois grupos (exploradores/produtores e importadores). Esse cenário reforça o interesse estratégico do grupo dos grandes importadores em garantir o acesso às reservas extraterritoriais.

A garantia de acesso à energia, fator crucial a qualquer sociedade, ainda mais àquelas que desejam se manter como, ou se tornar, hegemônicas, passa pela presença de suas empresas e por investimentos no país fornecedor, ou ainda minimamente, de um relacionamento amistoso com o governo deste. Isso pois, para os grandes importadores, é necessário orientar o perfil das políticas adotadas nos países detentores das maiores reservas e daqueles que podem servir de base espacial para os fluxos de tais produtos. Afinal, em se tratando de hidrocarbonetos fluidos, como petróleo, gás natural e seus derivados, sistemas espaciais de transporte e distribuição são tão importantes quanto as estruturas de exploração instaladas sobre as jazidas (EGLER; MATTOS, 2012).

Ao longo do século XX, mas em especial no decorrer do pós-II Guerra até a década de 1970, a relação entre tais grupos de países²³ manteve-se relativamente estável. Porém, esse cenário, em parte, era possível pela profunda influência política e econômica das grandes empresas e dos governos das potências europeias e dos EUA nas principais regiões produtoras, como o Oriente Médio. Entre o final da década de 1920 e o início de 1960, as empresas privadas, em especial estadunidenses, controlavam grande parte das reservas e da produção mundial de petróleo. Foi nesse período que se formou o chamado Cartel das Sete Irmãs. Entre as décadas de 1940 e o final da década de 1960, empresas estadunidenses elevaram seu controle sobre as reservas conhecidas de petróleo no Oriente Médio de 10% para 60% (EGLER; MATTOS, 2012).

²³ Apesar de podermos entender esses dois grupos designando-os pelo papel que representam na cadeia do petróleo mundial como produtores e importadores, vale destacar que, ao longo do tempo, a composição, em especial do grupo de produtores/fornecedores, bem como o grau de dependência dos importadores, sofreu alterações. Isso ocorreu pois a capacidade de prospectar e explorar estão atreladas a um determinado contexto técnico-financeiro também variável no tempo e espaço.

No entanto, após a II Guerra, teve início uma reviravolta desse quadro de oligopólio privado do mercado do petróleo. Movimentos nacionalistas em várias partes do mundo, com destaque para os países árabes do norte da África, como na Argélia e na Líbia, e em países do Oriente Médio, como no Irã, promoveram a nacionalização de reservas, a criação de empresas estatais de exploração e refino, bem como a redefinição de contratos de exploração de petróleo com o capital privado estrangeiro. Em 1960, a formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)²⁴ reforçou esse panorama.

Além disso, com a insegurança promovida pelo primeiro choque do petróleo em 1973, quando esse recurso foi usado como arma política por integrantes da OPEP contra a intromissão estrangeira ocidental no quadro político e econômico do Oriente Médio, o anseio de garantir um quadro de segurança energética tomou conta da agenda internacional das grandes economias capitalistas importadoras de petróleo e gás natural. Uma resposta imediata desses países à instabilidade do quadro de acesso aos hidrocarbonetos foi a criação da Agência Internacional de Energia (AIE) em 1974. Essa entidade atualmente é formada por trinta países e tem como principal missão garantir aos seus membros acesso estável à energia. No que se refere ao petróleo, tal entidade, admitindo a instabilidade do mercado internacional, mantém estoques estratégicos previstos para no mínimo 90 dias de importações líquidas²⁵.

Mesmo que as nações centrais tenham avançado significativamente em sua fronteira técnica e ampliado consideravelmente sua capacidade de explorar reservas de gás e petróleo antes inviáveis, como as jazidas *offshore* em áreas ainda mais profundas e as reservas de folhelho pirobetuminoso nos EUA²⁶, as grandes reservas de fácil extração

²⁴ A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) resultou da Conferência de Bagdá, de setembro de 1960, entendida como uma resposta nacionalista dos países detentores de grandes reservas mundiais ao oligopólio exercido pelo Cartel das Sete Irmãs. Aquela organização, que visa regular a oferta, e com isso também os preços de petróleo no mercado mundial, atualmente é composta por: Argélia, Angola, Equador, Guiné Equatorial, Gabão, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm>. Acesso em: 11 jan. 2018.

²⁵ Disponível em: <<https://www.iea.org/topics/energysecurity/oilsecurity/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

²⁶ Vale ressaltar que, apesar dos avanços técnicos na exploração do folhelho, também chamado de xisto betuminoso, essa ainda se mostra onerosa e ambientalmente é alvo de muitas críticas pelos danos que pode causar.

a custos reduzidos, e logo mais rentáveis, estão fora de seus territórios, como as reservas *onshore*²⁷ dos países do Oriente Médio²⁸.

Ao se comparar o quadro atual da distribuição de reservas, da produção e do consumo com o existente no início deste século XXI, fica evidente a dependência das grandes potências em acessar os territórios e as reservas de outros países. No que se refere ao quadro estadunidense, europeu e asiático, apesar das mudanças em percentual, a condição básica de grandes importadores persiste ao longo das últimas décadas, uma vez que suas produções domésticas de petróleo bruto são menores que suas demandas. Paralelamente, países do Oriente Médio, da América Latina, da África e do antigo bloco soviético ocupam o papel oposto, de grandes fornecedores.

No início deste século, em 2001, a América do Norte representava 18,3% da produção mundial de petróleo, ao passo que demandava 30,4% do total produzido mundialmente. Os EUA eram responsáveis por 84% desse consumo, porém detinha apenas 2,9% das reservas globais (BP, 2002). Já em 2017, essa mesma porção do planeta, conforme apresentado na Tabela 1, consumia 24,7% do petróleo explorado, enquanto produzia 21,7% do total global. Desses números, os EUA representaram 14,1% da produção global e 20,2% do consumo, tendo o volume de suas reservas praticamente estáveis, 2,9% do total global (Tabela 2). Ou seja, mesmo com as mudanças relativas nos percentuais e a redução de dependência, a posição de grande importador dessa porção, mas em especial dos EUA, foi mantida. No que se refere ao gás natural, a dependência é bem menor. Atualmente (2017) a América do Norte possui 5,6% das reservas, 25,9% da produção, sendo dessa 20,0% realizada nos EUA, e consome 25,7% do total produzido mundialmente, desses 20,1% pelos EUA (Tabela 6).

A região da Ásia-Pacífico é atualmente a maior consumidora de petróleo mundial, alcançando 34,8% do total. Ao mesmo tempo, concentra apenas 8,7% da produção e 2,8% das reservas mundiais (Tabela 1). No início do século (2001), essa mesma região consumia 27,7% do total de petróleo produzido mundialmente e representava 10,6% da produção total (BP, 2002). Assim, com o aumento da demanda e

²⁷ As expressões *onshore* e *offshore* referem-se, respectivamente, às atividades de exploração em continente e em zonas submarinas. Assim, as reservas *onshore* são aquelas localizadas ainda nas áreas emersas, as *offshore* são as submersas.

²⁸ Segundo reportagem da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), em dezembro de 2015, na Arábia Saudita e no Qatar, extrair um barril de petróleo custava menos de US\$ 10, já no Kuwait, o custo era de US\$8,5 o barril. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/13102/Os-diferentes-custos-de-produo-de-petrleo-na-Opep>>. Acesso em: 08 out. 2017.

a redução relativa da produção, a região amplia sua necessidade de importação. Atualmente, depois dos EUA, como maiores importadores do mundo, aparecem China, Índia, Japão e Coreia do Sul, que juntos importaram 840 milhões de toneladas de petróleo em 2015 (AIE, 2017). No tocante ao gás natural, há ainda uma necessidade de importação relevante. Em 2017, a região Ásia e Pacífico possuía 10,0% das reservas, produzia 16,5% do total mundial e consumia 21,0% (Tabela 6).

Já a Eurásia vive uma realidade aparentemente mais confortável. Em 2001, essa região apresentava um significativo *déficit* na relação produção/consumo, representando 18,8% da produção e 26,5% do consumo (BP, 2002)²⁹, assim caracterizava uma grande dependência da importação de petróleo. Porém, em 2017, essas duas variáveis praticamente se igualaram, sendo o consumo ligeiramente maior que a produção, 19,5% e 19,2%, respectivamente (Tabela 1). No entanto, essa região é formada por dois grupos bem distintos. A porção oeste do território denominado euroasiático, que corresponde, grosso modo, à União Europeia, apresenta produções e reservas muito reduzidas de petróleo e gás natural, porém um consumo bastante elevado, em especial as maiores economias, como Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha. Esses cinco países juntos produzem pouco mais de 1% do petróleo mundial, mas consomem 8,3% do total produzido mundialmente. Enquanto isso, países da Europa Oriental e do interior da Ásia, na prática ex-integrantes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com especial destaque para Rússia, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão e Azerbaijão, apresentam situações mais confortáveis. Somados estes países representam 8,5% das reservas mundiais e 15,5% da produção total de petróleo, e 30,1% das reservas e 21,7% da produção de gás natural (BP, 2018). Com maior destaque para a Rússia. Destarte, apesar do relativo equilíbrio apresentado pelos dados gerais do bloco euroasiático, as grandes economias da Europa Ocidental permanecem na condição de grandes importadores, enquanto as ex-URSS citadas, na posição de fornecedores.

Diante desse cenário, a construção de um espaço geográfico que possibilite o contínuo fluxo desses hidrocarbonetos é imprescindível para a economia mundial, especialmente para aquelas nações que são grandes importadores e que buscam se manter como polos de poder global. A estabilidade do abastecimento energético, que sempre promoveu conflitos de diferentes ordens, políticas, econômicas ou mesmo

²⁹ No relatório da British Petroleum (BP) de 2002, aquilo que aparece como Eurásia no relatório de 2017 aparecia separado em Europa, referindo-se à Europa Ocidental e parte do Leste Europeu, e na antiga formação da URSS, as quinze repúblicas oriundas dessa entidade após seu colapso em 1991.

bélicas, é um fator essencial no planejamento e na construção do espaço e na articulação das redes que partem dos grandes agentes econômicos territorializadores.

Em um recorte temporal mais contemporâneo, a partir da década de 1990, comumente retratado como o pós-Guerra Fria, diversos quadros de instabilidades políticas, socioeconômicas e mesmo conflitos armados, de modo mais explícito ou mesmo tácito, associam-se a essa necessidade. Processos que resultaram em transformações do quadro de comando de países detentores de grandes reservas, ou aqueles que servem de ponte entre as reservas e os mercados finais, também fazem parte desse cenário. Tais processos são inerentes ao circuito produtivo do petróleo, por isso merecem maior atenção neste momento.

De modo mais objetivo, a região do Oriente Médio, que já era tratada como estratégica pelos EUA e por potências europeias, ganhou ainda mais relevância a partir da década de 1970. A somatória dos choques do petróleo de 1973 e 1979, que representaram a capacidade dos países árabes em mexer com o mercado global de energia, com a gradual mudança do controle das grandes reservas para as mãos das empresas estatais de países periféricos, com a perspectiva que vigorava entre o final do século XX e a primeira década do XXI, a qual em certa medida ainda é adequada, de que o potencial produtivo das reservas existentes nos países desenvolvidos estava em seu limite, e com a crescente demanda estadunidense, que levava ao aumento da importação desse recurso, aprofundou-se a influência desse setor nas políticas externas dos governos estadunidenses a partir de então.

No início da década de 1990, no alvorecer da chamada Nova Ordem Mundial, o governo dos EUA, comandado pelo republicano George Herbert Walker Bush (1924/2018), comandou o ataque militar contra o Iraque, episódio que ficou conhecido como a I Guerra do Golfo. Temendo a ascensão incontrolável de Saddam Hussein (1937/2006), ditador iraquiano que até então havia sido um importante aliado estadunidense no combate ao fundamentalismo xiita e ao nacionalismo do Irã sobre as reservas de petróleo kuaitianas e sauditas, o governo estadunidense conduziu a coalizão militar internacional que, autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, rechaçou a ocupação iraquiana no Kuwait. Na verdade, naquele momento, segundo Bandeira (2014, p. 507),

[...] o presidente Bush, [...] enviara mensagem a Saddam Hussein, acentuando [...] que o uso da força contra o Kuwait era inconcebível. Os Estados Unidos

temeram que Saddam Hussein, desenfreado, avançasse contra a Arábia Saudita e se colocasse em posição de controlar o preço do petróleo no Oriente Médio, uma vez que as reservas naqueles três países (Iraque, Kuwait e Arábia Saudita) representavam cerca de 60% das existentes no mundo.

Ao mesmo tempo, há de se considerar que as relações entre o governo americano e a monarquia saudita, assim como ocorre com a família Al-Sabah que controla o Kuwait, transcendem décadas e também se assentam no papel militar decisivo cumprido por esses e outros países por sediarem bases estratégicas das forças armadas americanas. Na verdade, ainda que H. Bush, respeitando a anuência do Conselho de Segurança da ONU, tenha optado por não estender o conflito para derrubar efetivamente Saddam do comando do país, essa ação promoveu a ampliação da presença militar estadunidense na região (HARVEY, 2010).

Ainda na década de 1990, ações da OTAN sob o comando estadunidense, na antiga Iugoslávia, também foram motivadas pelo potencial de escoamento de petróleo oriundo do Oriente Médio pelos Balcãs. Isso ficou mais evidente na Guerra do Kosovo (1999), quando, mesmo sem a anuência do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e buscando satisfazer os anseios da indústria bélica que pressionava o governo Clinton (1993/2001), a OTAN lançou intensos bombardeios, incluindo bombas de urânio empobrecido, contra a Sérvia.

Na verdade, ainda que preocupações humanitárias movessem as ações das autoridades estadunidenses, aquelas foram usadas como álibis para tentar, mediante a instalação de regimes políticos subalternos e a presença de seus militares, transformar a região em uma alternativa para o escoamento de hidrocarbonetos vindos do Oriente Médio³⁰. Essa região já vinha recebendo investimentos da United States Trade Agency (USTDA) e da americana Bechtel International e de gigantes do setor de petróleo estadunidenses, tais como Texaco, Chevron, Exxon, e europeias, como BP, Agip e Total El Fina, para melhoria das malhas viárias e análise da viabilidade de construção de um oleoduto (BANDEIRA, 2014, 4 ed.).

Dessa forma, moldar a acessibilidade às grandes reservas de modo a garantir seu abastecimento e, ao mesmo tempo, controlar o acesso de potenciais concorrentes era

³⁰ Vale destacar que, dada a complexidade física e sociopolítica da região dos Balcãs, ainda hoje, as estruturas de escoamento, tais como gasodutos e oleodutos, não foram efetivadas. Mais recentemente, o governo russo abandonou a construção do South Stream, um gasoduto que, saindo da Rússia, chegaria à Bulgária e depois cruzaria pelos Balcãs com destino à Itália e à Alemanha, por considerar que uma série de dificuldades foi imposta pelo Parlamento Europeu.

uma estratégia do governo americano desde a gestão Carter (1978/81), quando esse, referindo-se ao corredor de escoamento formado pelo Golfo Pérsico – estreito de Ormuz – e Golfo de Omã, destacou que “não permitiria em nenhuma circunstância a interrupção do fluxo de petróleo do Golfo” (HARVEY, 2010, p. 26). Destarte, no início do século XXI, a política externa americana estava voltada a controlar o fluxo global do petróleo, quando, naquele contexto, se entendia que

Caso tenham sucesso na promoção da derrubada de Chávez e de Saddam, se puderem estabilizar ou reformar um regime saudita armado até os dentes – **pelo próprio EUA ao longo do século XX em troca do acesso ao petróleo** – que hoje se baseia na profunda instabilidade do governo autoritário (e correndo o perigo eminente de cair nas mãos do islamismo radicalizado), se eles conseguirem passar (como parece que é provável que venham a querer) do Iraque para o Irã e consolidar uma presença militar estratégica nas repúblicas asiáticas centrais e, desse modo, dominar reservas petrolíferas da Bacia do Mar Cáspio, os Estados Unidos poderão, mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a esperança de manter o controle efetivo da economia global nos próximos cinquenta anos. A Europa e o Japão, bem como as partes leste e sudeste da Ásia (incluindo hoje, o que é crucial, a China), dependem de modo vital do petróleo do Golfo, e são essas configurações regionais de poder político-econômico que representam em nossos dias um desafio à hegemonia dos Estados Unidos nos mundos da produção e das finanças. Que melhor forma de os Estados Unidos evitarem essa competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem esses competidores? (HARVEY, 2010, p. 29-30, grifo nosso).

Com o fim da Guerra Fria e a debilidade russa diante de suas reformas política e econômica, as potências ocidentais, representadas pela União Europeia (UE) e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), lançaram-se na expansão de seus raios de influência sobre o leste europeu, o Cáucaso e a Ásia Central, no entorno da bacia do Mar Cáspio. Isso porque, no início da década de 1990, “[...] o Departamento de Energia dos Estados Unidos estimou que havia enorme potencial de reservas de petróleo na região do Mar Cáspio” (BANDEIRA, 2014, p. 65).

Na verdade, após a independência, as ex-URSS da Ásia Central e do Cáucaso, ricas em petróleo e gás natural, como Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão, tomaram esse potencial natural, reforçado por novas descobertas no início do século, como um sustentáculo de suas tão sonhadas autonomias frente à Rússia, o que, em certa medida, abriu caminho para a entrada do capital estrangeiro de grandes empresas, como a estadunidenses Exxon Mobil, a Chevron Texaco e a italiana Agip (MONIÉ, 2012).

Não à toa, países como Geórgia e Ucrânia, até então membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), passaram a ser assediadas pela UE e pela OTAN. Esses países foram palco de importantes processos políticos no início do século XXI, as chamadas Revoluções Coloridas, Rosa em 2003 e Laranja em 2004, respectivamente. Tais processos alteraram a composição do comando desses países e promoveram a formação de governos com perfil pró-ocidental. Paralelamente, o apoio estadunidense a tais processos políticos logo serviu para estremecer a relativa aproximação entre Rússia e EUA ocorrida no início deste século.

Vale ressaltar que, dada a condição interiorana dessas reservas, o escoamento por dutos é crucial para movimentar tais recursos. Assim, a aproximação estratégica estadunidense com a região buscava consolidar um eixo de escoamento de hidrocarbonetos formado entre a Geórgia, o Azerbaijão e a Turquia³¹, conectando a bacia do Mar Cáspio ao Mar Negro e ao Mediterrâneo. Já a Ucrânia, além de dar acesso ao Mar Negro, e até março de 2014 ter sob sua jurisdição a Península da Criméia, onde a Rússia opera a base naval de Sevastopol, abriga as mais importantes estruturas de escoamento do gás e do petróleo da Rússia destinado ao mercado europeu. Assim, o governo estadunidense e entidades privadas deste país esforçaram-se para promover as trocas de regime e com isso reorientar suas políticas externas. Na verdade,

Não é segredo, portanto, que o Pentágono, através da United States Army Civil Affairs e do Psychological Operations Command (USACA-POC), o Departamento de Estado e várias organizações não governamentais, entre as quais a Freedom House, cuja missão é “*support democratic change, monitor freedom, and advocate for democracy and human rights around the world*”, e a National Endowment for Democracy, também dedicado a “*growth and strengthening of democratic institutions around the world*”, investiram milhões de dólares para incentivar as “*revoluções coloridas*” na região da extinta União Soviética e cercar a Rússia. (BANDEIRA, 2014, p. 97 – grifos do autor).

Em paralelo a essa disputa entre EUA e Rússia, a China surge como um importante agente territorializador, articulador de investimentos e de artefatos promotores de fluxos. Na verdade, esse país asiático tem buscado cada vez mais se aproximar de regiões estratégicas, fornecedoras de matérias-primas. Sendo o segundo

³¹ Nota-se que há cerca de três anos, o governo turco, de Recep Tayyip Erdogan, tem vivido situações delicadas e suas relações diplomáticas com as potências ocidentais (EUA e europeias), em especial com relação à crise de refugiados e depois de uma tentativa de golpe contra o governo turco, o qual acusa estadunidenses de articularem a ação.

maior importador de petróleo (Tabela 4), em 2016 a China consumiu 12,8% da produção mundial (BP, 2017). Assim, diversificar a matriz de fornecedores é fundamental para esse país. “As filiais da China Nacional Petroleum Corporation (CNPC) já controlam, por exemplo, cerca de 25% da produção de óleo no Cazaquistão” (MONIÉ, 2012, p. 250).

Partindo dessa mesma leitura, entender as ações estadunidenses e de alguns parceiros europeus, como a Espanha, a Itália e a Inglaterra, contra Saddam Hussein, entre as quais se destaca a invasão do Iraque em março de 2003 (II Guerra do Golfo), ultrapassa em muito uma leitura baseada na luta contra o terror, ou mesmo a busca pela democratização do país. Passa pela necessidade do governo George W. Bush em superar as crises energéticas que os EUA viviam, em especial pela redução dos estoques domésticos de gás natural e petróleo (BANDEIRA, 2014), passa pela pressão de integrantes de alas conservadoras do governo (falcões e *neocons*) e de representantes do complexo industrial-militar que, desde a gestão de H. Bush, estavam inconformados por não terem findado ali o governo de Saddam (BANDEIRA, 2014, 4 ed.).

No campo interno, tal estratégia passa ainda pela necessidade de alcançar uma unidade interna em meio a um quadro socioeconômico delicado. Governada por um presidente com baixa margem de legitimidade, os EUA conviviam com o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e com a precarização das condições de vida – em parte fruto do legado neoliberal das décadas de 1980 e 1990 dos governos Reagan (1981/1989), George H. Bush (1989/1983) e Bill Clinton (1993/2001) – com o aumento da violência doméstica e o crescimento dos *déficits* econômicos nos EUA (HARVEY, 2010). Porém, diferente de outros momentos históricos nos quais a instalação de regimes autoritários subordinados aos interesses ocidentais poderia ser justificada pelo combate ao comunismo, nessa nova etapa, o discurso era basicamente o de promoção da democracia.

Além disso, a Guerra ao Terror deveria continuar para poder construir a coesão interna necessária e para desviar o foco dos problemas socioeconômicos e políticos latentes daquele contexto. Se o Afeganistão, governado pelos Talibãs, não havia oferecido grande resistência, a continuidade daquela política externa, agora na empreitada contra Saddam, além de dar uma sobrevida a esse quadro, poderia colocar os EUA em uma posição estrategicamente confortável frente ao mercado de hidrocarbonetos global, tendo em vista a grande relevância das reservas iraquianas.

Mais recentemente, no fluxo da Primavera Árabe³², a Líbia e a Síria, outros dois países do mundo árabe/islâmico, tiveram seus destinos definidos pelos interesses energéticos estratégicos que recaem sobre seus territórios. No caso Líbio, a relação tensa desenvolvida entre o governo de Muammar Gaddafi, os governos dos EUA e de potências europeias arrastava-se há décadas, a começar pela nacionalização das reservas do país e da criação da National Oil Corporation (NOC), a estatal Líbia, fundada em 1970.

Cerca de sete anos antes do quadro da insurgência árabe, em 2004, o governo Gaddafi, buscando melhor relação com as lideranças ocidentais, renunciou ao seu programa nuclear e desmantelou seu arsenal de armas biológicas – após a invasão ao Iraque e de negociar com o governo estadunidense de George W. Bush –, negou o terrorismo e reconheceu a responsabilidade pelo ataque terrorista contra um avião Boeing em 1988 na Escócia, e por isso indenizou as famílias das vítimas. Dessa forma, os capitais ocidentais, dos setores de serviços e de exploração de petróleo e gás natural, aglutinados sob a empresa U.S. - Libya Business Association, verteram para o interior da Líbia já em 2005 (BANDEIRA, 2014).

Porém, pressionado pela crise internacional de 2007/2008, o governo Gaddafi, contrariando profundamente os interesses das corporações internacionais, em 2009, renegociou contratos de exploração de petróleo com transnacionais do setor, entre as quais se destacam a francesa Total e a estadunidense Chevron. Como resultado dessas renegociações, tais empresas tiveram suas participações na produção reduzidas de modo significativo (BANDEIRA, 2014.).

Levando em conta o significativo volume das reservas líbias de petróleo no início da década de 2010, 3,4% das reservas mundiais (BP, 2011, p. 6), a elevada qualidade do petróleo encontrado na região de Cirenaica e a sua localização, próxima

³² O evento denominado Primavera Árabe consistiu em uma onda de revoltas populares contra governos ditatoriais, por mais direitos e melhores condições de vida. Tal onda, em busca de direitos de primeira (civis e políticos) e segunda (sociais, econômicos e culturais) gerações, foi iniciada na Tunísia, em dezembro de 2010, e seu estopim foi a autoimolação de um vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi, de 26 anos. Com a insurgência tunisiana, que ficou conhecida como Revolução de Jasmim, populações de países vizinhos, tais como Líbia e Egito, bem como de países árabes do Oriente Médio, também iniciaram levantes contra situações sociais, políticas e econômicas semelhantes, o que resultou na derrubada e/ou renúncia dos governos da Tunísia (Zinedine Al Bendine Bem Ali), da Líbia (Muammar Gadaffi), do Egito (Hosni Mubarak) e do Iêmen (Abdulah Saleh). Vale destacar que as condições de vida em tais países, que já eram ruins, foram agravadas a partir da crise internacional de 2007. Com a desaceleração das economias, a instalação de um quadro inflacionário e a redução dos empregos, as manifestações transcenderam o caráter político e incorporaram um viés socioeconômico.

das refinarias e do mercado europeu, não é de se estranhar que, já nos primeiros momentos da revolução de 2011, “os insurgentes, assessorados por forças especiais da Grã-Bretanha e da França, trataram de ocupar instalações petrolíferas” (BANDEIRA, 2014, p. 254). Ao mesmo tempo, pouco antes da captura e da execução de Gaddafi pelos insurgentes, ocorrida em outubro de 2011, uma comissão de empresários britânicos, contando com representantes da British Petroleum e da Shell, viajou à Trípoli para dar início a negociações com o Conselho Nacional de Transição (BANDEIRA, 2014), o governo provisório instalado naquele país. Em 25 de outubro de 2011, o portal Cable News Network (CNN) Money, publicou uma matéria destacando a crença do capital petrolífero estadunidense e europeu no potencial das reservas líbias e a ansiedade desses mesmos capitais em retomar suas operações naquele país³³.

Ao mesmo tempo, unindo uma ampla campanha midiática, a qual pregava a eminência de um massacre contra civis promovido pelo governo Gaddafi, somada a uma articulação entre Alemanha, França, Reino Unido e Estados Unidos, que sustentaram seus discursos em questões humanitárias, sanções econômicas, comerciais e militares foram impostas ao Estado líbio já a partir de fevereiro de 2011, um mês após o início das turbulências. Com as abstenções da Rússia e da China, em março de 2011, a Resolução 1973, que estabelecia uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia foi aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, apesar dessa não prever o uso da força para promover a mudança de regime, foi usada para debilitar ainda mais as forças de resistência de Muammar Gaddafi. Bombardeios praticados por membros da OTAN e outras nações aliadas a este grupo, como Qatar, Jordânia e Suécia, destruíram aeroportos e sistemas de defesa aérea e terrestre da Líbia, o que permitiu a vitória dos insurgentes contra o regime de Gaddafi (BANDEIRA, 2014).

Desde então, o país vive um caos interno. Os governos eleitos, desde 2012, não conseguem exercer sua soberania territorial frente às inúmeras milícias armadas que dominam trechos do país. Segundo reportagem da agência de notícias alemã Deutsche Welle (DW)³⁴, de outubro de 2016, havia mais de cem grupos armados disputando o poder no país, que vivia o crescimento do tráfico de drogas, armas e pessoas. Além

³³ Disponível em: <http://money.cnn.com/2011/10/25/news/international/libya_oil/index.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

³⁴ Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/caos-na-1%C3%ADbia-cinco-anos-ap%C3%B3s-morte-de-kadhaf%C3%ADa-36094502>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

disso, houve uma profunda piora das condições de vida, e o território líbio foi transformado numa das principais rotas de saída de refugiados com destino à Europa. Ao mesmo tempo, a produção de petróleo na Líbia, que em 2010 correspondia a 2% do total mundial (BP, 2011, p. 8), apesar de ter retomado patamares próximos desse em 2012, vem caindo de forma significativa desde 2013, representando hoje cerca de ¼ do total de barris de 2010 e apenas 0,5% da produção global (BP, 2017, p. 14).

O cenário de caos hoje vivido pela Síria, construído pela guerra civil que tomou conta do país a partir de 2011, com as manifestações da Primavera Árabe, em parte se assemelha ao quadro líbio. Isso pela participação de agentes externos e pelo perfil dos revolucionários, os quais estão longe de serem meramente civis reivindicando melhores condições de vida e mais direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Porém, esse cenário é mais complexo que o líbio, uma vez que a Síria representa um bastião da influência russa no Oriente Médio, é um governo laico e secular, comandado desde a década de 1970 pela minoria alauíta, representada pela família Assad, e tomada como uma ameaça aos interesses das monarquias sunitas da região, como a Arábia Saudita e o Qatar.

No quadro sírio, novamente os interesses geoestratégicos atrelados ao petróleo estão na essência da guerra interna e da devastação que tomou o país. Apesar de possuir volumes de petróleo e gás modestos, concentrados na porção centro-leste do país, desde 2010, as perspectivas sobre o potencial de hidrocarbonetos da borda leste do Mediterrâneo, que compreende os litorais turco, sírio, libanês, israelense e egípcio, na Bacia de Levantina, tem chamado a atenção dos grandes capitais empresariais do setor (BANDEIRA, 2014). Em dezembro de 2013, os campos *offshore* sírios, localizados entre as cidades costeiras de Baniyas e Tartus, foram concedidos à Soyuzneftegaz, empresa de capital russo que explorará uma área de 2.190 km² por 25 anos³⁵.

Na plataforma mediterrânea da Síria, estima-se a existência de mais de 122 trilhões de pés cúbicos de gás natural e mais de 107 bilhões de barris (BANDEIRA, 2014). Ao mesmo tempo, a presença de capitais estadunidenses e europeus na exploração de hidrocarbonetos e na operação do escoamento desses recursos é bastante limitada no território sírio, onde o capital estatal comanda as atividades do setor. Nesse

³⁵ Segundo reportagem do jornal El País de 28 de dezembro de /2013. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/27/internacional/1388173802_253968.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.

mesmo sentido, as disputas de poder local também colaboraram para aguçar o quadro de conflito interno, já que

um dos objetivos do Qatar, *inter alia*, ao defender por todos os meios as tentativas de *regime change*³⁶ de Bashar al-Assad, seria obstruir a construção do gasoduto entre Irã, Iraque e Síria, cujo acordo preliminar os ministros de Energia celebraram em julho de 2011. Esse gasoduto de 1.500 quilômetros partiria de Assalouyeh, onde está localizado o maior campo de gás natural do mundo [...], no Irã, à margem do Golfo Pérsico, e atravessaria o Iraque até Damasco, com a capacidade de transferir 110 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, produzidos pela Iranian South Pars. (BANDEIRA, 2014, p. 412, grifos do autor).

Na verdade, o projeto de construção de tal gasoduto havia sido encaminhado entre o governo do Qatar e da Síria. Tal tubulação ligaria as reservas do Qatar, localizadas no Golfo Pérsico, na fronteira com o Irã, ao litoral turco, passando pelo território sírio, e destinar-se-ia a abastecer o mercado europeu. Porém, em 2009, o governo sírio passa a dificultar o acordo e fecha, entre 2011 e 2012, com o Irã (BANDEIRA, 2017). Vale destacar que o Qatar é um dos aliados das potências ocidentais na região, sendo membro do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), o que tornaria o fornecimento de gás natural bem mais confortável para a Europa.

De modo mais imediato, outros fatores tornam estratégica para as potências ocidentais a mudança de regime na Síria. Entre estes está a parceria mantida pela família Assad com os governos soviético/russo desde a década de 1970, o que garante à Rússia um bastião de influência no Oriente Médio e no Mediterrâneo. A Rússia opera os portos de Tartus e Latakia no litoral sírio desde 1971. Antes disso, durante o contexto de Guerra Fria, entre as décadas de 1940 e 1960, os governos dos EUA e de potências europeias interessavam-se pela implantação de um regime pró-ocidental na Síria. Para isso, tentavam aplicar a estratégia do *regime change*, para levar adiante seu maior interesse, a construção de um grande oleoduto, o Trans-Arabian Pipeline, que conectaria o petróleo saudita ao litoral do Líbano, no porto de Sidon (BANDEIRA, 2017).

De fato, desde a chegada do general da força aérea Hafez Assad (1930/2000) ao poder, ligado ao Partido Socialista Árabe Ba'ath, a posição assumida pelo governo sírio “Confrontava diretamente os Estados Unidos com os interesses da Rússia e da China, ademais o Irã” (BANDEIRA, 2014, 390). Ao mesmo tempo, segundo Bandeira (2017), desde a morte de Hafez al-Assad e da chegada de Bashar al-Assad ao governo, em

³⁶ Traduzido significa “mudança de regime”.

2000, mas, em especial, a partir de 2005, o Departamento de Estado dos EUA destinou minimamente US\$ 6 milhões a grupos de oposição ao governo da Síria, financiando atividades de mobilização a partir, dentre outros mecanismos, de redes de televisão.

Paralelamente, o território sírio, por fazer fronteira com o norte do Iraque, poderia ser aproveitado como uma rota estratégica de escoamento de petróleo e gás natural, do interior do Oriente Médio, para o Mediterrâneo, o que poderia reduzir sensivelmente a dependência do escoamento pelo eixo Golfo Pérsico – Estreito de Ormuz – Golfo de Omã³⁷, o qual é visto como estratégico por toda grande potência importadora de petróleo daquela região. Na verdade, deve-se entender que “A Síria sempre foi um país nodal no Mediterrâneo. Era, ao longo da história, [...] um corredor entre o mar e o deserto, juntando África com Ásia, a Arábia com a Europa” (BANDEIRA, 2014, p. 382).

Tanto os governos George W. Bush (2001/2009) quanto Barack Obama (2009/2017) buscaram meios de interferir no quadro sírio. Porém, mesmo contando com a colaboração da Turquia, da Arábia Saudita e do Qatar em fomentar os grupos rebeldes, aqueles dois presidentes esbarraram nos interesses estratégicos da Rússia, da China e do Irã, em especial do primeiro país. Na verdade, antes de forçarem uma intervenção acusando o governo sírio de promover ataques químicos contra os insurgentes, EUA, França e Grã-Bretanha, tendo o Bandar bin Sultan bin Abdulaziz Al-Saud como mediador, tentaram negociar com o presidente russo Vladimir Putin a suspensão de seu apoio ao governo sírio. Em troca, além de acordos comerciais e de compra de armas russas, ofereceu a manutenção dos interesses estratégicos russos no território sírio, como a operação do porto de Tartus. Porém, tal proposta foi rechaçada pelo governo russo (BANDEIRA, 2017).

Desde então, a tríade formada por EUA, França e Grã-Bretanha busca, na responsabilização do governo Assad pelos ataques químicos ocorridos no território sírio, uma forma de aprovar, se não no Conselho de Segurança da ONU, ao menos junto à opinião pública internacional, uma intervenção militar decisiva em território sírio, tudo para promover o *regime change* naquele país. Desde 2013, vários ataques com

³⁷ Essa rota tradicional de escoamento de hidrocarbonetos tem, no estreito de Ormuz, seu ponto crítico. Essa passagem é controlada pelo Irã, desafeto estadunidense desde a Revolução Islâmica de 1979, e pelo sultanato de Omã, aliado ocidental. As tensões entre Irã e EUA levaram a ameaças iranianas de bloquear a passagem de petroleiros pelo local, o que gerou grande insegurança nos maiores importadores desses recursos e estimulou a busca por rotas alternativas.

armas químicas foram realizados em território sírio. Todos muito controversos na indicação dos responsáveis pelos usos das armas. Porém, o governo de Donald Trump, apoiado num discurso pseudohumanitário, comandou dois bombardeios ao território sírio, um em abril de 2017 e outro em abril de 2018, o último com o apoio da França e do Reino Unido, sob a alegação de dissuadir o governo Assad nos ataques químicos contra os rebeldes.

O que fica evidente é que, independente das razões alegadas, pelo exposto até aqui,

A queda do regime de Bashar al-Assad, [...] permitiria suprimir a presença da Rússia, de suas bases navais na Síria (Tartus e Latakia); cortar as vias de suprimento de armas para o Hizballah, baluarte dos xiitas contra as investidas de Israel no sul do Líbano; conter o avanço da China sobre as fontes de petróleo; isolar completamente o Irã [...]. O resultado da equação, ao mudar completamente o equilíbrio de forças no Oriente Médio, seria o estabelecimento pelos Estados Unidos e seus sócios da União Europeia da *full-spectrum dominance*, i.e., o pleno domínio territorial, marítimo, aéreo e espacial, bem como a posse de todos os ativos do Mediterrâneo, região de vital importância estratégica, desde os tempos do Império Romano, como via de comunicação entre o Oriente e o Ocidente [...]. (BANDEIRA, 2014, p. 373 – grifos do autor).

Ao mesmo tempo, o papel assumido pela Rússia no abastecimento energético da Europa tem ampliado a insatisfação do governo estadunidense, em especial do atual presidente Donald Trump (2017/2021). Conforme tratado anteriormente, a Rússia ocupa um papel de grande destaque quando se trata do abastecimento europeu de gás natural, pois representa quase 1/3 das importações do bloco europeu, composto por 28 países. Tal dependência é vista com desconfiança por alguns analistas e desagrade o governo estadunidense por dar à Rússia uma posição estratégica para coagir os aliados americanos naquele continente, inclusive potências estratégicas, como a Alemanha, que tem 40% de suas importações de gás oriundas da Rússia³⁸.

Atualmente, o projeto de um novo gasoduto, o North Stream II, ligando os territórios russo e alemão, tem ampliado as divergências entre Washington e Berlim. Caso esse projeto se concretize, tal gasoduto, que passa sob as águas do Mar Báltico, portanto dribla o território ucraniano, praticamente dobraria a capacidade de

³⁸ Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/europe/a-giant-gas-pipeline-raises-the-spectre-of-russian-influence-in-europe/2018/04/24/415a63f0-4199-11e8-b2dc-b0a403e4720a_story.html?noredirect=on&utm_term=.c0072d94d365>. Acesso em: 06 jun. 2018.

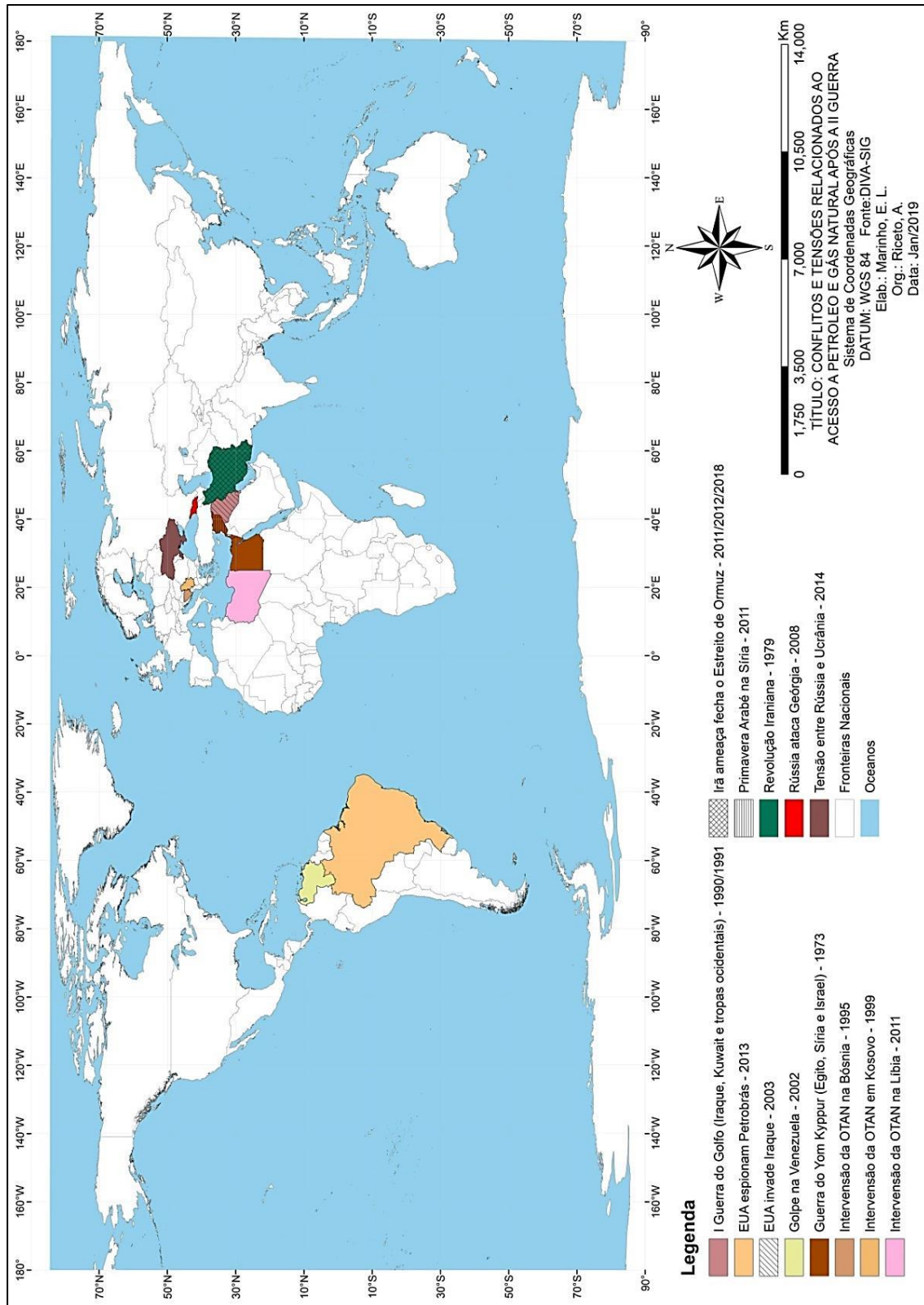
fornecimento de gás russo para a Alemanha, fato visto como fator de vulnerabilidade pelos críticos. Situações recentes nas quais articulações russas usaram o fornecimento energético para pressionar países do Leste Europeu são usadas como exemplos para criticar a opção europeia. Ao mesmo tempo, esse projeto, que permitirá à Alemanha comprar gás natural mais barato, incomodou profundamente a Casa Branca, uma vez que potencializa a competitividade da indústria alemã no mercado mundial.

A Ucrânia, que se apresenta como uma ponte estratégica de conexão entre a Rússia e a Europa Ocidental no que se refere ao escoamento de gás natural, já foi vítima de tal dependência energética. Entre 2005 e 2010, sob o governo de Viktor Yuchenko, pró-ocidental, que ocupou o lugar de Leonid Kuchma (1994/2005) e buscava aproximação com organismos ocidentais (União Europeia e OTAN), a Ucrânia, que também é um grande importador de gás da Rússia, sofreu com as variações de preço e as interrupções do abastecimento impostas por este país.

As situações, até o momento, mostram como o acesso a reservas e rotas estratégicas (mais baratas e estáveis) de escoamento de hidrocarbonetos movem as ações de grandes corporações e governos. Ao mesmo tempo, reforçam a tese da disputa existente entre as grandes potências para articular esses territórios sob sua influência política e econômica, por meio do posicionamento de seus artefatos militares, das estruturas de escoamento dos recursos e dos produtos estratégicos e da composição de governos que possam favorecer seus interesses. Em suma, tais episódios reforçam a importância da construção do espaço voltado para a fluidez de insumos estratégicos, os quais são indispensáveis à reprodução do capital a partir da movimentação do circuito espacial produtivo.

Para além das tensões e dos conflitos envolvendo as cadeias do petróleo e do gás natural aqui retratadas, ocorreram também outros episódios. Entre esses, podemos citar ainda os reflexos da Guerra do Yom Kippur (1973), que se consumou no I Choque do Petróleo, e os desdobramentos da Revolução Iraniana (1979), que levaria o mundo ao II Choque. Assim, o Mapa 3 sinaliza os países já envolvidos diretamente em conflitos e tensões que tiveram esses recursos como sua motivação.

Mapa 3 – Conflitos e tensões por acesso a petróleo e de gás natural pós - II Guerra



Aqui é importante ressaltar que, mesmo com o surgimento de novas fontes energéticas, os combustíveis fósseis fluidos, em especial o petróleo, possuem um valor econômico estratégico. Se assim não fosse, não haveria tamanhos investimentos no desenvolvimento técnico voltado a viabilizar a exploração de novas fronteiras exploratórias, nem mesmo a busca incessante por alargar o limite de finitude e de acesso estável a tais reservas. É preciso lembrar que, mais do que energia, o petróleo e seus derivados estão na base de praticamente todas as cadeias produtivas conhecidas, portanto, na base da reprodução do capital.

Nesse sentido, o próximo capítulo será dedicado à análise da cadeia do petróleo no Brasil para entender a espacialidade das maiores reservas, a relevância da Petrobras no desenvolvimento econômico interno, no desbravamento de novas fronteiras tecnológicas de refino e exploração e, a partir disso, sua projeção internacional. Neste também serão abordados o perfil da nova regulamentação para o Pré-sal bem como os conflitos de interesses envolvendo os capitais transnacionais e o Estado brasileiro. Além disso, a guinada na gestão da política nacional e na direção da Petrobras, a partir da destituição de Dilma Rousseff em 2016, servirá como base para compreender o aumento da participação do capital estrangeiro no setor. Por fim, a partir do estudo do quadro de endividamento da empresa, serão avaliadas as consequências da política de desinvestimentos para o setor e sobre a envergadura da Petrobras.

II – PETROBRAS E PRÉ-SAL: auge e declínio

“[...] Os Estados precisam reconhecer as especificidades do petróleo em suas políticas energéticas, de desenvolvimento econômico e de relações internacionais.”³⁹

O início do século XXI certamente entrará para a história do Brasil como um dos mais prósperos até aqui vividos. Não diferente será para a história da Petrobras. Essa empresa de capital misto e sob o controle estatal, que sempre ocupou um lugar de destaque no desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país, durante boa parte desse período, consolidou-se como uma das gigantes do setor e realizou uma das maiores descobertas de petróleo de alta qualidade das últimas décadas. Despontado como um *player global*, a Petrobras foi uma das colunas de sustentação da política anticíclica empreendida pelos governos Lula (2003/2010) e Dilma (2010/2016) diante da crise internacional. Ao mesmo tempo, promoveu grandes avanços tecnológicos e contribuiu para colocar o país no admirado grupo de potências emergentes.

Porém, depois dessa fase virtuosa, a somatória de fatores de ordem interna e externa, em meio a uma profunda crise de ordem política, socioeconômica e institucional que se abateu sobre o Brasil desde 2015, a empresa vem enfrentando uma fase oposta. A perda de prestígio e valor de mercado, somada à elevação de seu endividamento, serviu de argumento para que as novas gestões, em especial a partir do governo de Michel Temer (2016/2018), com Pedro Parente à frente da Petrobras (2016/2018), liquidassem grande parte de seu patrimônio e reduzissem o protagonismo alcançado pela empresa. Entender esse quadro é o que se buscará nas próximas linhas.

2.1 - O Pré-sal: caracterização física e potencial de exploração

As jazidas de petróleo e gás natural encontradas na camada Pré-sal certamente estão entre as maiores descobertas do último meio século e elevaram o Brasil a um novo patamar no cenário das reservas mundiais. Segundo dados do Instituto Nacional de Óleo e Gás, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (INOG - UERJ), além dos mais de

³⁹ BRITO, Thiago Luis Felipe, et al. A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.) **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 45.

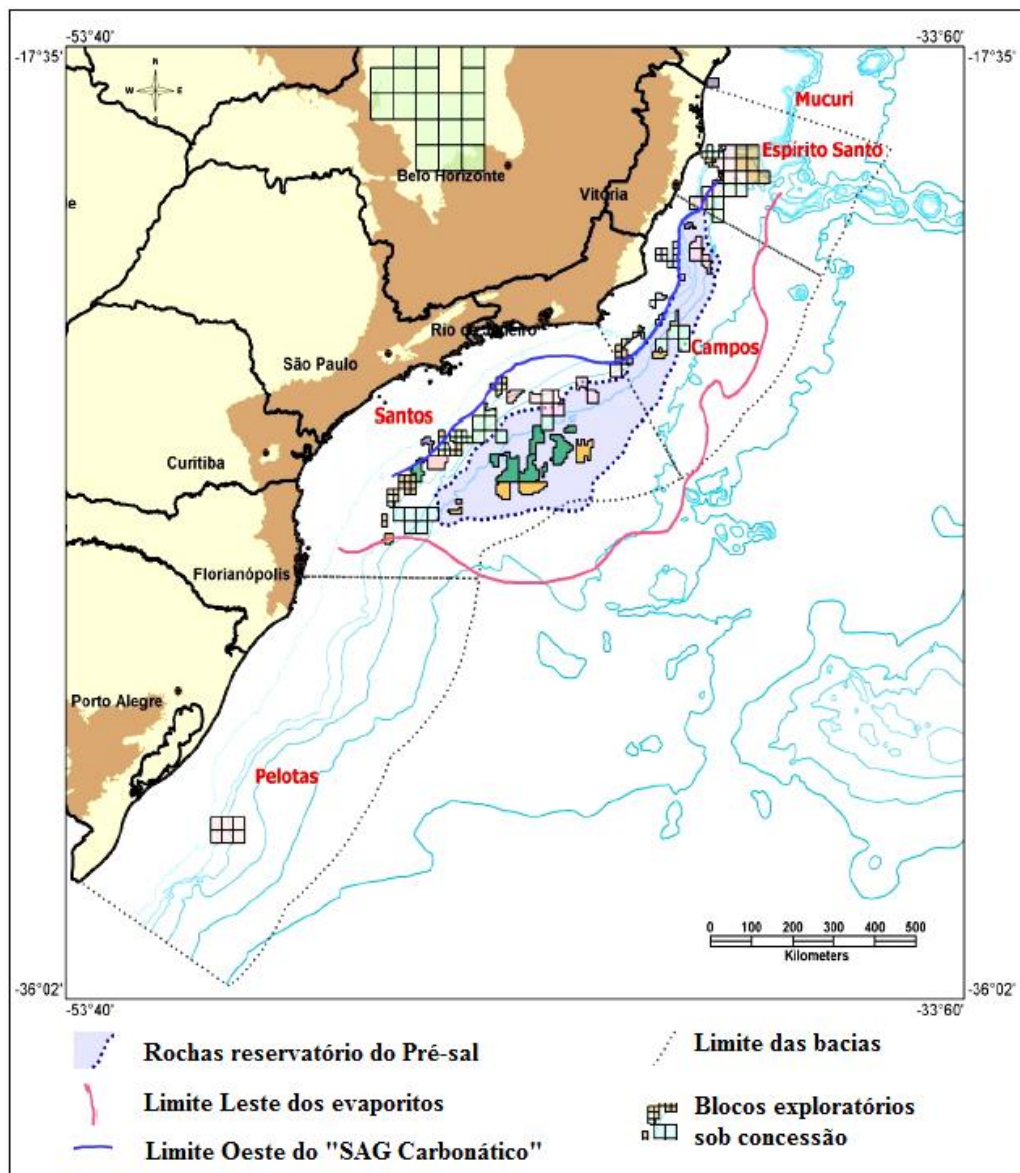
30 bilhões de barris já descobertos, as reservas estimadas (não descobertas e recuperáveis) de petróleo e de gás natural existentes na camada Pré-sal ultrapassam os 170 bilhões de barris⁴⁰. Uma vez confirmados, tomando como base os dados do relatório da British Petroleum (BP) de 2017, tais números colocariam o Brasil como a terceira maior reserva do planeta, perdendo apenas para Venezuela e Arábia Saudita.

Ocupando uma significativa faixa da costa do Brasil, em suas porções leste e sul, inserida na margem Leste Meridional brasileira, a região do Pré-sal ocupa uma área estimada em cerca de 200.000 km² (PINTO, 2017), possui cerca de 800 km de extensão no sentido norte-sul, com jazidas em profundidades que ultrapassam os 7.000 metros e estão a mais de 300 km da costa (OLIVEIRA, 2012). As maiores reservas identificadas localizam-se entre os estados de Espírito Santo (ES) e Santa Catarina (SC), entre as bacias de Campos, com 102.000 km², e de Santos 272.000 km² (PAPATERRA, 2010). Tais aspectos estão representados na Figura 1.

As reservas do sistema petrolífero do Pré-sal, além de possuírem grande volume estimado, apresentam elevada qualidade, algumas superam os 28° de API (INOG- UERJ). Tal sistema se formou durante a era Mesozoica, a partir do *rifteamento* entre a África e a América do Sul, processo que levou à formação do oceano Atlântico. As rochas que guardam as jazidas do Pré-sal foram formadas durante o período Cretáceo, e possuem entre 123 e 113 milhões de anos. Fossas tectônicas formadas a partir da fragmentação dessa parte da Gondwana permitiram o surgimento de lagos, no fundo dos quais teve início a formação dos folhelhos enriquecidos em material orgânico, os quais, por sua vez, foram os geradores do óleo e do gás natural. Passados alguns milhares de anos, tais lagos deram lugar a um golfo, o qual, passando por uma relativa estabilidade geológica, foi o cenário para a formação das rochas carbonáticas constituintes dos reservatórios das jazidas. Sobre essa camada, em um ambiente árido, foram formados evaporitos, predominantemente constituídos por halita, originou-se, assim, o selo (ou trap) dos reservatórios (PAPATERRA, 2010).

⁴⁰ Dados divulgados por reportagem da agência Reuters de 10 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0QF29920150810>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

Figura 1 – Localização da área de ocorrência do sistema petrolífero do Pré-Sal no litoral brasileiro

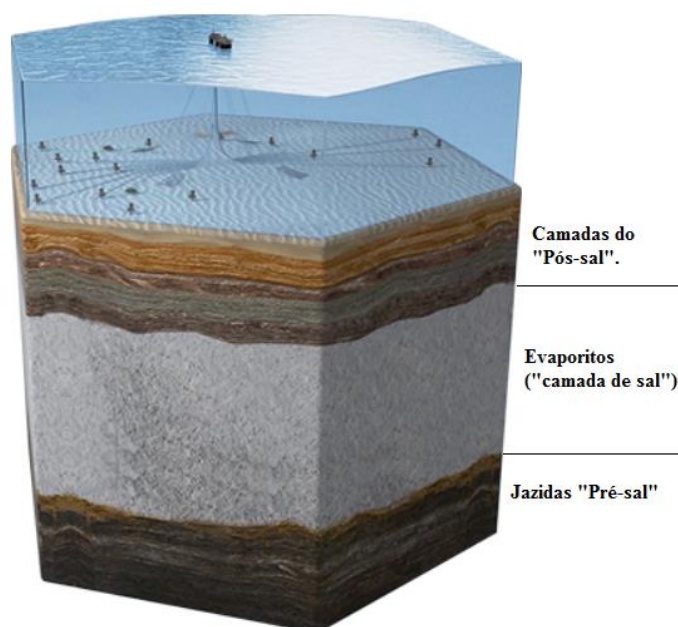


Fonte: Adaptado de Papaterra, 2010, p. 17.

Sobre essas estruturas, ao longo do período Cretáceo e da Era Cenozoica, formações sedimentares deram origem ao que hoje é chamado de “pós-sal”. De forma ampla, a área de ocorrência do sistema pré-sal está localizada na unidade geomorfológica oceânica da Margem Continental Sul, que se estende desde o litoral de Vitória (ES) até o extremo sul do país. Nessa área, a parte submersa da costa é formada por espessas camadas de material terrígeno, com a presença de areias quartzosas e carbonato biodetrítico, e suas áreas mais externas são recobertas por materiais finos, nas frações silte e argila, intercalados com faixas de sedimentos carbonáticos, compostos por conchas, restos de moluscos, algas calcárias, entre outros (THESSLER &

MAHIQUES, 2003). Um esboço dessa compartimentação rochosa está ilustrada na Figura 2.

Figura 2 – Compartimentação rochosa que abriga o sistema “Pré-sal” e “Pós-sal”



Fonte: Petrobras, 2018. Adaptação: RICETO, A. 2018.

Tamanha complexidade litológica e profundidade, somada aos elevados montantes de recursos financeiros necessários para prospecção e para perfuração dos poços, fez com que muitos duvidassem da viabilidade econômica de tais reservas. O primeiro poço perfurado, RJS-628A, no Campo de Tupi, na Bacia de Santos, em setembro de 2006, custou cerca de US\$ 240.000.000,00, para alcançar 7.600 metros de profundidade. Fato destacado nesse processo foi a desistência da empresa americana Chevron, que participava do projeto inicial, quando os custos alcançaram a cifra de US\$ 100.000.000,00, até então, recorde mundial (PEREIRA, 2017).

Desde então, os constantes investimentos em desenvolvimento tecnológico das técnicas de perfuração, feitos quase que inteiramente pela Petrobras, somados ao grande potencial de produção das reservas, permitiram uma significativa redução de custos por barril, que hoje se encontra a menos de US\$ 7,00 por barril de óleo equivalente⁴¹, e elevaram vertiginosamente a produção no Pré-sal, que, no final de 2017, já representava cerca de 50% da produção de petróleo nacional (PEREIRA, 2017).

⁴¹ Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

A elevada produtividade das jazidas do Pré-sal torna-se mais evidente quando se considera que

[...] em 2010 a produção destes campos representava apenas 2,8% da produção nacional, em 2017 chegava a 50% da produção, com produção de 1,57 milhão de boe⁴²/dia em agosto deste ano. Para ter uma dimensão melhor deste volume produzido no pré-sal, somente a produção de petróleo, sem considerar o gás natural, está em 1,3 milhão de barris por dia. Se fosse um país, estaria em 19º lugar no ranking dos maiores produtores de petróleo do mundo, à frente de países como Reino Unido, Omã e Colômbia. Este crescimento se explica pelo potencial de produção em cada poço do pré-sal. Os 10 maiores poços em produção, em agosto de 2017, têm uma produção diária acima de 31,6 mil barris equivalentes, sendo que o poço 7LL15DRJS, no campo de Lula (Bacia de Santos), chegou à produção de 41,5 mil boe/dia. A título de comparação, em todo o Estado de Sergipe a produção total (em terra e mar) neste mesmo mês foi de 36,9 mil boe/dia, com 2.170 poços. Ou seja, apenas 1 poço do pré-sal supera toda a produção de mais de 2 mil poços em Sergipe. (PEREIRA, 2017, p. 2).

Ao mesmo tempo, em que a produção do Pré-sal cresce de forma vertiginosa, a produção das camadas do pós-sal vem diminuindo. Em 2010, produzia-se aproximadamente 2.000.000 de barris (bbl)/dia, já em meados de 2017, a produção havia retrocedido para 1,2 milhão de bbl/dia (PINTO, 2017). Isso reforça a importância das reservas do Pré-sal para a produção de petróleo e gás natural no Brasil e no mundo. Essa evolução pode ser vista no Gráfico 1, no qual se evidencia a queda significativa da produção nas áreas do Pós-sal e o intenso incremento dessa no Pré-sal. Nos últimos 5 anos, a produção média de óleo no Pré-sal aumentou mais de 344%, ao passo que, no Pós-sal, a queda foi de 40%⁴³.

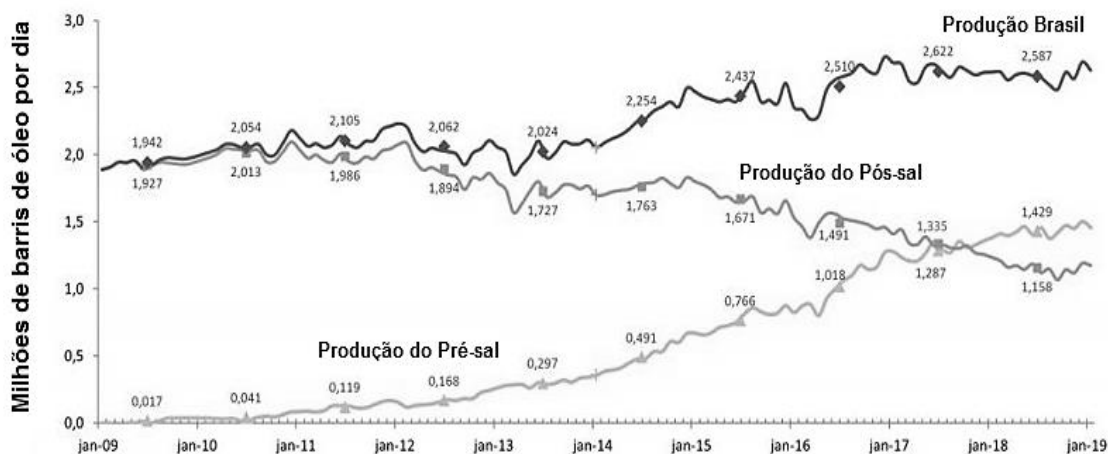
Dessa forma, é inegável o caráter estratégico assumido por essas reservas. Tal gigantismo e qualidade, somados ao *know-how* desenvolvido nos últimos anos pelos capitais nacionais na atividade de exploração de petróleo em águas ultraprofundas, em especial pela Petrobras, poderiam abrir uma nova fase de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico para o país. Em certa medida, isso foi iniciado com o Marco Regulatório do Pré-sal, definido pela Lei Federal nº 12.351/10, a qual, entre outros aspectos, dava ao capital nacional vantagens na exploração desses recursos. De modo objetivo, com essa lei, foi estabelecida a concessão por partilha, a Petrobrás teria obrigatoriamente 30% dos consórcios exploradores e seria a única empresa operadora desses. Além disso, o referido marco regulatório estimulava a Política de Conteúdo

⁴² Boe: Barris de óleo equivalente.

⁴³ Disponível em: <<http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/o-pre-sal-em-numeros/evolucao-da-producao-de-petroleo-pre-sal-x-pos-sal>>. Acesso em: 25 nov.2018.

Local (PCL), o que, com uma política adequada de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e à produção industrial, poderia alavancar outros ramos da complexa e ampla cadeia de exploração e processamento do petróleo e do gás natural.

Gráfico 1 – Evolução das produções de petróleo do Pré-sal e do Pós-sal – janeiro de 2009 a janeiro de 2019



Fonte: Pré-Sal Petróleo, 2019. Adaptação: RICETO, A. 2019

Porém, o que vem ocorrendo desde a interrupção do governo da ex-presidente Dilma Rousseff e a formação de um novo governo, sob a presidência de Michel Temer (até então vice de Dilma), desde 12 de maio de 2016, é a inversão da política de exploração das reservas do pré-sal, de desenvolvimento nacional e de gestão do grupo Petrobras. Com a instituição de uma nova diretoria à frente desse grupo, que, entre maio de 2016 e junho de 2018 foi presidida por Pedro Parente, alterou-se a política de preços dos combustíveis, os quais passaram a acompanhar o mercado internacional do petróleo, e de investimentos, que na verdade foi transformada em uma política de desinvestimento e liquidação de ativos para formação de divisas e lucros para acionistas. Paralelamente a isso, em novembro de 2016, foi aprovada a Lei Federal nº 13.365, a qual flexibilizou o Marco Regulatório do Pré-Sal, tirando o protagonismo da Petrobras na exploração e fragilizando a PCL.

Tais medidas apontam a necessidade de analisar as principais mudanças e as consequências para o setor de petróleo e gás natural no Brasil. Entender como essas alterações, de ordem política e econômica, refletiram no grupo Petrobras, no mercado nacional de energia fóssil e principalmente na economia e na sociedade brasileira é o

objetivo dos próximos itens. Entretanto, antes de adentrar as consequências das mudanças, é pertinente, e mesmo necessário, entender como o circuito espacial de produção do petróleo e do gás natural assumiram tamanho protagonismo no cenário nacional, em especial após as descobertas das reservas do Pré-sal.

2.2 - A regulamentação da exploração de petróleo e gás natural, o Pré-sal, a ciência brasileira e a indústria nacional

A relação de monopólio do Estado brasileiro com seus recursos minerais de subsolo é um dispositivo constitucional e reflete a busca da soberania daquele sobre seu território e seus inerentes potenciais naturais. A diferenciação entre a propriedade da superfície e propriedade do subsolo bem como o monopólio do Estado brasileiro sobre os recursos minerais do último estão previstos no artigo 176, da Constituição Federal (CF) de 1988. Nesse fica estabelecido que a exploração por outro agente somente ocorrerá por concessão do Estado.

No artigo 177 da mesma CF, está previsto que são monopólios da União

- I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;
 - II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
 - III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;
 - IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;
- § 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei. (Redação dada pela EC n. 9/1995).

Nota-se que a Emenda Constitucional que deu forma ao parágrafo 1º já permitia certa flexibilidade no exercício das referidas atividades, abrindo caminho para a atuação de empresas privadas, isso depois de uma longa fase de monopólio da União sobre a cadeia produtiva do petróleo, que havia sido instituído pela Lei Federal nº 2.004, de 03 de outubro de 1953. Tal monopólio era exercido por meio do Conselho Nacional do Petróleo e pela então nascente Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), porém a Lei Federal nº 9.478/97, conhecida como “Lei do Petróleo”, deu novos rumos a essa atividade em território nacional.

Essa nova lei, submetida à lógica neoliberal vivida nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2003), manteve o previsto no artigo 177, porém, seguindo a linha dada pela redação do parágrafo primeiro citado, estabeleceu que as atividades previstas no referido artigo poderiam “ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país” (Art. 5º).

Com isso, ainda que sob a regulação e a fiscalização do Estado por meio da Agência Nacional do Petróleo (ANP), abria-se o setor de hidrocarbonetos fluidos à atuação do capital privado, tanto o estrangeiro quanto o nacional, configurou-se, assim, a quebra do monopólio da Petrobras e, por tabela, da União sobre as atividades inerentes a esse setor. Em meio às medidas neoliberais efetuadas durante o referido governo, “a mais polêmica foi justamente o fim do monopólio estatal na exploração do petróleo” (TROJBICZ, 2014, p. 44).

Nesse modelo, a exploração de petróleo e gás natural, no Brasil, passou a ser promovida a partir de licitações de concessão, nas quais o direito de exploração é concedido à empresa (ou grupo) vencedora mediante, entre outros critérios, o pagamento de bônus de assinatura, o recolhimento de *royalties* no montante de 10% (dez por cento) da produção de petróleo ou gás natural, a participação especial e o pagamento pela ocupação/retenção de área. Desses critérios, são obrigatórios apenas os pagamentos de *royalties* e pela ocupação/retenção de área (Art. 45 e 47 da Lei 9.478/97). Assim, o excedente de óleo e gás, após recolhidos os *royalties* e demais encargos pré-estabelecidos em contrato, pertencem à empresa responsável pela atividade.

No tocante ao desenvolvimento tecnológico, com essa nova legislação, a partir de 2000, passou-se a exigir das concessões em que estavam previstas o pagamento de participações especiais investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) da ordem de 1% da receita bruta dos concessionários (AZEVEDO, 2018). Tal aspecto deve ser destacado como um mecanismo de desenvolvimento, entretanto limitado, tendo em vista que nem todas as concessões previam tal pagamento de participação especial, uma vez que esse é atrelado a campos com grande volume exploratório/produtivo.

Na verdade, mesmo tal dispositivo contratual sendo aplicado a todos os participantes dos consórcios de exploração, independente se de capital privado ou público, nacional ou estrangeiro, ao longo do século XXI, a Petrobras destacou-se

enormemente na busca de uma articulação estratégica com universidades, centros técnicos e de pesquisa para incrementar a PD&I no país. Desde 2006, foram criados núcleos de pesquisa e redes com várias instituições para melhor direcionar tais investimentos. Sob coordenação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES)⁴⁴, formou-se uma ampla rede de pesquisa e desenvolvimento em território nacional. Essa rede de centros de pesquisa envolve mais de 100 universidades, nas quais foram criadas condições para a implantação de laboratórios, aquisição de equipamentos, formação de pesquisadores e técnicos em todas as áreas do setor de exploração e produção de petróleo e gás natural. Isso, nesse período, transformou a Petrobrás na empresa que mais investia em Ciência e Tecnologia (C&T) no país (AZEVEDO, 2018).

Com as descobertas das reservas do Pré-sal, o governo federal, apostando no potencial volumétrico e na qualidade delas, de imediato, retirou alguns blocos⁴⁵ de exploração que integrariam as rodadas programadas de licitação entre os anos de 2007 e 2010 e começou a desenhar um novo Marco Regulatório, mais tarde instituído pela Lei Federal nº 12.351/10. Essa nova lei, formulada em um contexto socioeconômico e político distinto daquele em que foi concebida a Lei do Petróleo, trouxe como maior novidade o modelo de partilha. Este estabelece que, além do pagamento de bônus de assinatura e de *royalties*, a empresa (ou consórcio) vencedora do leilão deverá destinar parte do excedente em óleo para o Estado. Ou seja, uma vez descontados da produção total os custos em óleo, os *royalties* e eventuais outros encargos, o excedente de hidrocarbonetos fluídos será repartido entre a União e o contratado (Art. 2º, incisos I, II e II). Na verdade, o volume de óleo lucro ofertado é crucial para definir o vencedor da licitação.

Essa condição permite que a União componha estoques estratégicos e ainda atue no abastecimento do mercado interno com vistas à segurança energética desse setor. Nesse sentido, seguindo o estabelecido originalmente na Lei Federal nº 12.351/10, a comercialização da parte que cabe à União seria proposta pelo Conselho Nacional de

⁴⁴ Criado em 1973 e hoje considerado um dos principais centros de pesquisa no setor de energia do mundo, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), localizado na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, tem a missão de fornecer e antecipar soluções tecnológicas em produtos e processos para o Sistema Petrobras.

⁴⁵ Segundo a Lei Federal nº 9.478/97, bloco é uma área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção.

Política Energética (CNPE), respeitando as normas do direito privado dispensando licitação, será feita por uma empresa contratada pela empresa pública Pré-Sal Petróleo S.A.⁴⁶, e terá os recursos obtidos destinados ao Fundo Social (FSPS).

O FSPS mira o desenvolvimento socioeconômico nacional por meio de investimentos nas áreas da educação, cultura, esportes, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e minimização das mudanças climáticas (Lei nº 12.351/10, art. 47º). Além disso, esse fundo deverá constituir poupança pública de longo prazo, oferecer recursos para o desenvolvimento regional e minimizar flutuações de renda e de preços na economia nacional (Art. 48). Conforme o Art. 49, o fomento aos programas do fundo virá de parcela do bônus de assinatura, dos *royalties* que couberem à União, da receita oriunda da comercialização do petróleo e do gás natural pertencentes ao Estado, e dos resultados das aplicações financeiras feitas com o FSPS.

A Lei Federal nº 12.351/10 estabelecia a Petrobrás como a única operadora que, ao mesmo tempo, teria uma participação mínima de 30% nos consórcios⁴⁷. Por operador se entende “o responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção” (Art. 2, inciso VI). Ou seja, a empresa estaria à frente das etapas práticas e fundamentais dessa atividade nas áreas do Pré-sal, ditando o ritmo e os procedimentos de exploração.

A mesma lei faz referência ainda ao Conteúdo Local (CL), que é a “proporção entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no País para execução do contrato e o valor total dos bens utilizados e dos serviços prestados para essa finalidade” (Art. 2, inciso VIII). Os percentuais são estipulados nas licitações, por exemplo, no leilão do campo de Libra, realizado em 2013, o primeiro sob esse novo marco, os percentuais estabelecidos foram de 37% na fase de exploração, 55% na fase de desenvolvimento até 2021 e 59% depois desse ano⁴⁸. Intensificada durante os governos

⁴⁶ Criada em novembro de 2013, a Pré-Sal Petróleo atua em três grandes frentes: gestão dos contratos de partilha de produção, gestão da comercialização de petróleo e gás natural e representação da União nos acordos de unitização. Sua tarefa institucional é mobilizar todo seu conhecimento e capacidade de gestão para garantir à União os melhores resultados na exploração e na produção do pré-sal. Informações extraídas do site: <<http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/portal/default.php>>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁴⁷ Este aspecto dessa lei foi alterado pela Lei Federal 13.365, de 29 de novembro de 2016.

⁴⁸ Segundo reportagem da BBC Brasil, de 21 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131018_modelo_libra_ru>. Acesso em: 03 ser. 2017.

de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010)⁴⁹, o início da Política de Conteúdo Local (PCL) deu-se ainda no final da década de 1990, com a Lei do Petróleo, a qual não estabeleceu percentuais mínimos de CL, mas fazia desse aspecto um critério para concessão de áreas de exploração. Recentemente, variando entre 70% e 80% na fase de exploração em terra e entre 37% e 55% quando essa ocorre no mar, tal mecanismo estimulou a modernização de segmentos importantes da exploração dos hidrocarbonetos fluidos, o que em parte colaborou para o protagonismo da Petrobras no cenário internacional da exploração de hidrocarbonetos *offshore* (AZEVEDO, 2018).

Esse aspecto é um dos que mais se aproxima do caráter estratégico presente no conceito de geoeconomia, pois articula à exploração de petróleo e gás natural outras etapas da produção, amplas e complexas, como as da indústria naval, de engenharia civil e mecânica, as quais são complementares ao circuito espacial produtivo do petróleo. Na verdade, uma PCL que evite o mero protecionismo e estimule o desenvolvimento tecnológico e produtivo de setores variados pode servir como um importante propulsor da economia nacional. A geração de empregos, de renda, do desenvolvimento técnico nas diferentes etapas da produção, a ampliação direta e indireta na arrecadação de impostos são alguns dos desdobramentos vistos com essa política.

Além disso, a adoção da PCL visa equilibrar a relação, comumente desigual, entre o capital produtivo-tecnológico nacional e internacional, assim promove setores tecnologicamente mais avançados e, em certa medida, pode colaborar para a alteração da posição do país em meio à Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Por isso, Almeida (2015, p.17) considera que

o desenvolvimento de uma cadeia nacional de fornecedores de bens e serviços, em decorrência de seu caráter multissetorial, tem o potencial de gerar importantes externalidades positivas para os demais setores da economia. [...] Assim, a exploração e produção (E&P) nos campos do pré-sal constitui, antes de mais nada, uma possibilidade para o fortalecimento da indústria nacional de base.

Vale destacar que, mesmo antes da PCL, a gestão da Petrobras já buscava parcerias nacionais e realizava investimentos em PD&I, um fator crucial para o sucesso desse projeto, uma vez que a complementação do processo produtivo a partir de

⁴⁹ De acordo com dados dos gráficos 1 e 2, páginas 29 e 30, do relatório Custos e Benefícios da Política de Conteúdo Local, de outubro de 2016.

fornecedores nacionais deve contribuir para a competitividade da empresa no cenário internacional, com custos e tecnologias compatíveis com este. Para que cumpra seu papel de impulsionar o desenvolvimento econômico e produtivo de um país, em sua estruturação

Uma PCL não deve ter apenas um caráter protecionista, mas sim voltada para a criação e fortalecimento de uma cadeia de fornecedores com capacidade de competir no mercado internacional e possibilitando sinergias com outras indústrias locais, através da criação de clusters e redes de conhecimento (ALMEIDA, et al, 2016, p. 14).

A PCL atrelada à exploração das reservas do Pré-sal apresenta-se como uma política de Estado que, apesar de complexa e dependente de uma série de complementações de ordem financeira, fiscal e educacional, se bem orquestrada, pode estimular o desenvolvimento e a diversificação da capacidade produtiva do país, assim como do *know how* das empresas nacionais nesse setor. Na verdade, com a PCL

Para o país, os ganhos acontecem com a geração de mais empregos e renda, diversificação da economia local, crescimento sustentável da economia, ambiente seguro para atração de investimentos, desenvolvimento da capacidade produtiva local e aumento da arrecadação de impostos. Como efeitos positivos dessa política, foram destacados os resultados obtidos com o fortalecimento da indústria naval brasileira. Os estaleiros em operação, por exemplo, passaram de 2 em 2003 para 14 em 2014 (sendo 5 em construção). Passamos de 7.465 empregos diretos em 2003, para 82.472 em 2014. A carteira de encomendas passou de 2 construções de módulos e integrações de FPSOs em 2003, para 8 construções de cascos, 4 conversões de cascos, 16 construções de módulos e integrações de FPSOs, 28 sondas de perfuração e 40 navios petroleiros em 2014. (FUP, 2016, p. 4).

Ao mesmo tempo, tão importante quanto reconhecer o caráter estratégico da PCL para a economia nacional é também avaliar suas potencialidades e limitações diante do quadro posto. A aplicação da PCL é um processo complexo e, dadas as oscilações do mercado de petróleo e gás natural, que pode refletir no conjunto da cadeia produtiva incumbida de abastecer os consórcios operadores, por isso é necessário buscar constantemente aprimoramentos para tornar esse mecanismo mais sustentável.

No caso brasileiro, apesar da significativa capacidade de fornecimento da cadeia nacional, a PCL adotada apresenta alguns entraves. Entre os mais significativos, destacam-se: a definição dos percentuais durante as licitações; os elevados preços praticados pela cadeia de bens e serviços brasileira; a burocratização para aferição e aplicação da PCL; uma política meramente punitiva executada pela Agência Nacional

do Petróleo (ANP) quando do não cumprimento dos percentuais estipulados em contrato; e a recente fragilização das grandes empresas brasileiras do setor de engenharia (ALMEIDA, et al, 2016).

Na verdade, a definição dos percentuais de CL durante as licitações, sendo este um dos critérios para as concessões, as quais serão estabelecidas em contratos firmados por décadas, abre espaço para um descompasso entre o celebrado e a possibilidade real de alcance do CL, já que, em muitos momentos, o consórcio, sem ter clareza de suas demandas a médio e longo prazo e da viabilidade de obtenção futura desses produtos e serviços, superestima os percentuais de aplicação. Ao mesmo tempo, os valores praticados pelos fornecedores de complementos nacionais são frequentemente maiores que os encontrados no mercado internacional, o que onera os custos produtivos. Em última escala, a diminuição da capacidade produtiva imposta pelos mecanismos da “Operação Lava-Jato” a várias empresas brasileiras também colabora para a fragilização da PCL, uma vez que reforça o argumento de incapacidade de abastecimento nacional.

Além desses aspectos, o Marco Regulatório do Pré-sal que também é constituído pela Lei Federal nº 12.276 de 30 de junho de 2010, a qual estabeleceu o modelo de cessão onerosa. Nesse modelo, a União, sem licitação, concedeu à Petrobras blocos e campos integrantes do Pré-sal ainda não concedidos, limitados a 5.000.000 de barris, mediante pagamento de *royalties* e participações especiais pela empresa. Tais áreas, consideradas de grande potencial de produção, apresentam-se estratégicas para o futuro das receitas da empresa, já que esta possui 100% do controle das áreas em questão.

Nessa operação, com a venda de ações no mercado acionário, a empresa transferiu R\$74,8 bilhões de reais ao Tesouro Nacional. Ao mesmo tempo, a União comprou ações e elevou sua participação no capital total da empresa, em quase 10%, pois saiu de 39,8% para 49% (somando ações do Tesouro Nacional, BNDESPar, BNDES, Fundo de Participação e Fundo Soberano), assim chegou a quase 2/3 (64%) das ações do capital votante (FUP, 2016).

Vale destacar, ainda, que esse novo marco também manteve os percentuais de investimentos em PD&I, sendo 1% da receita bruta anual para as áreas exploradas pelo modelo de partilha e 0,5% para as concedidas por meio da cessão onerosa. Entre 1998 e o final de 2017, de um total de R\$ 12,9 bilhões investidos pelas empresas do setor em PD&I, a Petrobras foi responsável por mais de R\$ 12 bilhões. Porém, esse protagonismo vem diminuindo desde 2014/2015, visto que os investimentos nesse setor

chegaram a R\$ 713 milhões em 2017, pouco mais de 57% do total investido em 2014 (AZEVEDO, 2018).

Apesar das dificuldades já apontadas neste trecho, alguns dados mostram o papel estratégico do circuito espacial produtivo do petróleo sob a liderança da Petrobras no desempenho da economia brasileira, na geração de emprego e renda. Na verdade, “para cada R\$ 1 bilhão gastos em investimentos no país ocorre a geração de cerca de R\$ 860 milhões no PIB (valor adicionado) brasileiro e de 19.300 novos postos de trabalho” (PINTO; PEREIRA, 2017, p. 2).

Loural (2016) destaca que os investimentos da Petrobras entre 1999 e 2013 foram um dos grandes responsáveis pelo crescimento do PIB brasileiro, no qual também se destacaram a exploração mineral, a metalurgia, o setor de celulose e papel. Ele mostra que, na verdade, os gastos em ativos imobilizados da Petrobras, entendidos como investimentos diretos, de 2002 a 2013, foram superiores à soma dos gastos de outras 72 grandes empresas de capital aberto no Brasil. Ressalta que a taxa de investimentos da economia brasileira, entendida como o volume de investimentos em relação ao PIB, que, nos anos do período analisado (1999/2013), se situou entre 15% e 20%, muito dependeram dos investimentos da Petrobras e da Vale S.A., sendo a petroleira a mais destacada. Reforça, ainda, que o papel da empresa torna-se maior após a crise internacional de 2008, e muito disso em função dos investimentos na exploração do Pré-sal. Em grande medida, tais investimentos fizeram parte das políticas anticíclicas adotadas pelo governo federal naquele contexto.

Dados divulgados por representantes da Petrobras em 2014, na 21ª Conferência Mundial do Petróleo (WPC), realizada em Moscou, revelaram que a participação do circuito espacial produtivo do petróleo e do gás natural no PIB brasileiro aumentou de 3% em 2000 para 13% naquele ano. No mesmo evento, também foi destacada a importância da PCL, do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) e do alinhamento das empresas operadoras dos consórcios de exploração a essas políticas. Segundo o diretor José Alcides Santoro, tal alinhamento possibilitou o crescimento da parcela desse segmento no PIB e abriu uma fase áurea para a indústria naval brasileira, pois, “em 2003, apenas dois estaleiros estavam em funcionamento e o número de empregos no setor totalizava 7.465. Este ano (2014), já

são dez estaleiros de médio e grande porte em funcionamento, 80 mil empregos diretos e, aproximadamente, 320 mil indiretos”⁵⁰.

Ao mesmo tempo, Oliveira e Coutinho (2017) apontam que, para cada US\$ 1.000,00 investidos pela Petrobras, são gerados cerca de US\$ 650,00 em investimentos em outros setores. Reportagem do El País, de janeiro de 2016⁵¹, apontava que, segundo o Ministério da Fazenda, em 2015, os cortes na Petrobras e consequências da Lava Jato foram responsáveis por, ao menos, dois pontos percentuais da retração do PIB brasileiro e que, de 2010 a 2014, a companhia foi responsável por 8,8% do total dos investimentos no país, o que representou 1,8% do PIB.

Com isso, evidencia-se que o protagonismo econômico da Petrobras, o modelo de partilha e de cessão onerosa, o direcionamento dos investimentos em PD&I, a PCL e o FSPS, assim como as parcerias com centros técnicos e universitários, estiveram voltados aos interesses estratégicos nacionais. Os mecanismos descritos neste trabalho retratam a ação do Estado na execução de sua soberania, buscando maior controle sobre os potenciais naturais do território e, *a priori*, direcionando-os ao desenvolvimento nacional. Destarte, à luz da definição de Lorot (1999), é possível conceber essa articulação do Estado brasileiro como uma ação geoeconômica.

Além disso, com seu consistente crescimento ao longo desse século, a Petrobras projetou-se em diversos mercados internacionais, em diferentes setores da cadeia do petróleo e do gás natural. Apesar da recente implantação da política de desinvestimentos, baseada na venda de ativos *upstream* e *downstream*⁵², que vem diminuindo o tamanho e a relevância da empresa no cenário internacional, é importante traçar um panorama da projeção global assumida por esta. O próximo subtítulo, elaborado com base em dados coletados no site oficial da empresa e em outras bibliografias, se dedicará a elaboração desse perfil.

2.3 - A internacionalização das atividades da Petrobras e a posição de *player* global assumida no século XXI

⁵⁰ Informações obtidas do site: < <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/participacao-do-setor-de-petroleo-e-gas-chega-a-13-do-pib-brasileiro.htm>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

⁵¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/12/economia/1452625037_799572.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵² *Upstream* e *downstream* se referem respectivamente as etapas da cadeia produtiva dos derivados de petróleo à montante, ou seja, antes da etapa de refino, e após esta, ou seja, à jusante.

A atuação internacional da Petrobras não é recente. Já na década de 1960, as limitadas expectativas sobre as reservas terrestres e as dificuldades de prospecção e exploração de potenciais *offshore* em território nacional impulsionavam a empresa a operar no exterior. Nesse contexto histórico, nos governos de Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961) e João Goulart (setembro de 1961-março de 1964), e sob a política externa independente, encabeçada pelos ministros das relações exteriores de cada governo, Afonso Arinos de Melo Franco e Francisco Clementino de San Tiago Dantas, respectivamente, o Brasil reata relações diplomáticas e firma convênios comerciais com a URSS. Tais convênios, apesar de curtos (duraram até o início da Ditadura Militar, em março de 1964), foram importantes também para abrir mercados para produtos brasileiros, já que a importação de petróleo soviético era atrelada à venda de produtos nacionais para aquele país. Além disso, por ter o monopólio das importações de petróleo e derivados, a Petrobras conseguia negociações mais vantajosas no tocante aos preços por barril (PINTO, 2011).

Ainda durante a década de 1960, os investimentos em exploração interna foram reduzidos e mais recursos foram alocados na ampliação da capacidade de refino, fórmula que ampliou a dependência da importação de petróleo bruto. Nesse sentido, com o intuito de garantir o suprimento de petróleo, no início da década de 1970, foi criada a Petrobras Internacional (Braspetro) e, em 1975, a subsidiária Petrobras Comércio Internacional (INTERBRÁS), a qual deveria impulsionar as compras no exterior baseadas no princípio da troca de produtos, como nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Na década seguinte, diante de um quadro de escassez de divisas internacionais, tal política de negociações era responsável por garantir 80% do petróleo importado pelo país.

Após o quadro de crise internacional dos preços do petróleo de 1973 e com as mudanças no panorama geopolítico na Guerra Fria, em especial a fragilização estadunidense diante do quadro de crise econômica e o fracasso da ação no Vietnã, ocorreram ajustes na orientação da política externa brasileira, inspirada no pragmatismo político. Neste contexto, após reconhecer os governos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, o primeiro país passou a ser alvo tanto das operações da Petrobras na exploração de petróleo quanto da INTERBRÁS, com a venda de bens de capital. Além disso, a estatal, que desde a década de 1970 figurava entre as 200 maiores indústrias mundiais

não estadunidenses, passou também a ser tomada como um instrumento da política externa brasileira (BECKER; EGLER, 1993).

Diante do risco de desabastecimento interno, buscou-se a intensificação das operações internacionais da Petrobras, o que a levou, ainda na década de 1970, a operar em dez países: Irã, Egito, Argélia, Líbia, Madagascar, Filipinas, Guatemala, Itália, Colômbia e Iraque⁵³ (PINTO, 2011). Logo, contrariando as ações de bloqueio e retaliação das CIPs⁵⁴ aos países asiáticos e africanos que haviam nacionalizado suas reservas de petróleo naquele contexto, a Petrobras passou a comprar diretamente petróleo da Argélia, da Líbia e do Egito. Em certa medida, ainda vivendo os resquícios de seu milagre econômico e na tentativa de ganhar espaço em meio ao chamado Terceiro Mundo, a atuação internacional da Petrobras tentava amenizar os danos das convulsões econômicas trazidas pelos choques do petróleo e garantir o abastecimento doméstico.

Na década de 1990, vivencia-se uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que os avanços técnicos em exploração *offshore* e as descobertas na Bacia de Campos abriam novas fronteiras de exploração doméstica, a abertura da economia e a implantação de medidas neoliberais trouxeram mudanças significativas na composição e na atuação da Petrobras, bem como no mercado nacional do petróleo. Entre as medidas mais marcantes, houve a sumária extinção da INTERBRÁS, a abertura de capital da Petrobras, com a venda de ações nas bolsas de São Paulo e Nova Iorque⁵⁵, e a quebra do monopólio estatal sobre a exploração, produção e comercialização do petróleo e do gás natural. No que se refere à sua atuação no cenário internacional,

⁵³ Em 1976, a Braspetro descobriu os campos de Majnoon e Nahr Umr, dois dos maiores do mundo ainda hoje. Porém, o quadro de tensão que logo levaria à Guerra Irã x Iraque fez com que a atuação nesses países fosse prejudicada. Ao mesmo tempo, respeitando a soberania iraquiana sobre seu território, a Petrobras, e por tabela o governo brasileiro, negociou a transferência da exploração das reservas ao governo daquele país. Fonte: <<http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1970-momento-13.php>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

⁵⁴ Companhias Internacionais do Petróleo, na época representadas por Standard Oil of New Jersey (Exxon), Royal Dutch-Shell, British Petroleum, Gulf Oil, Chevron, Mobil Oil e Texaco.

⁵⁵ Vale ressaltar que, estrategicamente, grandes empresas do setor de petróleo mundial, como PEMEX (México), PDVSA (Venezuela), a Saudi Aramco (Arábia Saudita), não operam na Bolsa de Nova Iorque por considerar a legislação estadunidense muito invasiva e capaz de promover ações judiciais danosas às empresas que lá operam. Afinal, o Departamento de Justiça e os chamados “Fundos Abutres”, empresas que investigam e especulam arditosamente sobre ações de companhias com problemas econômicos, têm, de acordo com a legislação daquele país, plena liberdade para processar tanto as empresas estrangeiras quanto seus diretores, como se fossem empresas locais, em caso de erros de gestão ou mesmo atos fraudulentos (ARAÚJO, 2017).

O Plano Estratégico 2000-2010 da Petrobras, elaborado em 1999, garantiu importante papel para as atividades internacionais da companhia. Além de colocar a necessidade de intensificar as atividades de exploração e produção no exterior, determinou o ingresso nas atividades de refino, *marketing*, distribuição (até então realizadas apenas no Brasil) e a atuação no segmento de gás e energia. As atividades de prestação de serviços de perfuração e de engenharia para terceiros seriam desativadas. Para aplicar as diretrizes estabelecidas pelo plano, a Petrobras criou, em abril de 2000, a Área de Negócios Internacionais, que incorporou a estrutura da Braspetro, em setembro de 2002. (PINTO, 2011, p. 293).

Assim, ao longo do século XXI, a Petrobras intensificou sua atuação no mercado internacional de petróleo e gás natural, com especial atenção para a América do Sul, mas também buscando mercados mais distantes e diversos. Até a descoberta das gigantescas reservas do Pré-sal, que exigiram um redirecionamento dos investimentos da Petrobras para o mercado interno, e do início da fase de venda de ativos, aplicada a partir de 2015 com a gestão de Aldemir Bendine, e do programa de desinvestimentos, intensificado a partir de 2016 com Pedro Parente à frente da presidência da Petrobras, segundo informações coletadas no *site* da empresa, a petroleira estava presente em sete países sul-americanos – Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela –, dois norte-americanos – EUA e México –, oito africanos – Angola, Benin, Gabão, Líbia, Namíbia, Nigéria, Moçambique e Tanzânia –, três asiáticos – China, Japão e Singapura –, além de dois europeus – Holanda e Reino Unido⁵⁶. Além desses, a empresa também prospectou petróleo e gás natural em Cuba (2008-2011), na Austrália (iniciadas em 2010)⁵⁷, Nova Zelândia (2010-2012), Peru (1996-2014), na Turquia (iniciadas em 2006) e em Portugal (2007-2013)⁵⁸.

As operações realizadas nesses países envolvem diferentes segmentos da cadeia produtiva do petróleo e gás natural, e mesmo de biocombustíveis. Na Europa, por exemplo, os escritórios em Roterdã e em Londres, visam facilitar a atuação no mercado global de *commodities*, além da contratação e compra de serviços complementares à atividade, como fretamentos e aquisição de equipamentos de exploração e produção de petróleo e derivados. As operações na Holanda foram iniciadas em 2001, já as em Londres, foram iniciadas ainda na década de 1980.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/presenca-global/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁵⁷ Desde 2016, a empresa tenta vender os ativos nesse país, porém medidas judiciais têm impedido.

⁵⁸ Disponível em: <<http://201.77.217.135/en/about-us/global-presence/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Já no continente africano, as atividades estão voltadas à exploração e à produção de hidrocarbonetos. O grande potencial do mercado de energia africano e mesmo as semelhanças geológicas desse território com o brasileiro estimularam os investimentos, que, no Plano de Negócios da empresa 2011-2015, somavam cerca de US\$ 2,4 bilhões. Porém, com as mudanças no cenário fóssil interno e internacional⁵⁹, a Petrobras, visando evitar maior endividamento para seguir investindo no continente, ou mesmo ter que se desfazer de ativos estratégicos, formou, em 2013, a *joint venture* Petrobras Oil & Gas BV, em parceria com o banco BTG Pactual. Hoje, as atividades de exploração e produção de petróleo e de gás natural no continente africano estão concentradas em Angola, no Gabão, na Nigéria e na Tanzânia e são gerenciadas pela *joint venture*.

A relação com o continente africano, iniciada ainda na década de 1970, em certa medida marginalizada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1995-2002), o qual priorizou a relação com as potências clássicas da Europa e da América do Norte em sua política externa. Esta foi retomada e intensificada nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que, apoiado na diplomacia do Estado Logístico⁶⁰, deu à Petrobras um papel de destaque. Na verdade, para além de Angola e Nigéria, nos quais as operações da Petrobras foram iniciadas em 1975 e 1998, respectivamente, a petroleira brasileira, entre 2004 e 2007, também estendeu sua atuação para Tanzânia, Líbia, Guiné Equatorial, Moçambique e Senegal (COUTINHO, I. C., et al, 2014).

Na Ásia, as atividades da Petrobras também foram incrementadas ao longo deste século e atualmente a empresa está presente na China, no Japão e em Cingapura. Em 2004, a petroleira inaugurou um escritório na China, e já no ano seguinte foram assinadas parcerias com a China National Petroleum Corporation (CNPC)⁶¹. A partir

⁵⁹ O cenário de mudanças internas e internacionais do setor do petróleo será mais bem analisado adiante, mas, de modo sucinto, nesse período, com o novo marco regulatório para concessão de exploração no Pré-sal, a Petrobras, como única operadora, passa a ter grandes desafios tecnológicos e de investimentos. Em 2013, ocorre o primeiro leilão sob essa nova regulamentação, do campo de Libra. Ao mesmo tempo, com uma nova conjuntura internacional, o preço do petróleo cai vertiginosamente, saindo de mais de US\$ 146,00 em julho de 2008, para menos de US\$ 30,00 no início de 2016.

⁶⁰ Segundo Cervo (2002, apud BUGIATO; BERRINGER, 2012), o Estado Logístico é aquele no qual o Estado tem como objetivo maior o fortalecimento da nação. Busca estimular uma sociedade empreendedora e dá base às operações externas, ajudando na inserção internacional com vistas ao desenvolvimento nacional. No caso brasileiro, via BNDES, muitas empresas robusteceram-se, estruturaram-se e projetaram seus ativos no exterior. Ao mesmo tempo, a Petrobrás tornou-se um *global player*, tendo ampla inserção na América Latina e na África.

⁶¹ A CNPC foi fundada em 1988 e hoje é composta por capital estatal e privado. Está presente em mais de 70 países e explora petróleo em 27 desses, espalhados por América, África e Eurásia. Disponível em: <<http://www.bvmi.com.br/petrobras-e-cnpc-vaio-investir-us-4-bilhoes-na-conclusao-do-comperj/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

desse, as duas empresas buscaram projetos conjuntos nas áreas de refino, exploração *onshore* e *offshore* em várias regiões do mundo e na construção de dutos⁶². Nos últimos anos, a parceria entre tais empresas foi incrementada desde 2013, com as duas empresas participando do consórcio de exploração do Campo de Libra, no Pré-sal, e, entre 2017/2018, acordos foram firmados para a retomada das obras de conclusão do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), em Itaboraí.

As relações com o Japão são um pouco mais antigas, pois o primeiro escritório nesse país asiático foi aberto em 2000. Atuando no setor fóssil e de biocombustíveis, em 2005, foi criada uma *joint venture* envolvendo a Petrobras e a Nippon Alcohol Hambai, a Brazil-Japan Ethanol. Entre 2008 e 2015, a Petrobras atuou no setor de refino com a Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS), mas, desde março daquele ano, com o início do programa de redução dos investimentos e da venda de ativos, a refinaria foi desativada. Em outubro de 2016, a refinaria foi vendida para a Taiyo Oil Company. Em Cingapura, as atividades da Petrobras são direcionadas à exportação de petróleo e óleo combustível, à importação de diesel para a região e para o fornecimento de combustível para embarcações, em especial com baixo teor de enxofre.

Em meio a essa projeção globalizada da empresa, em especial a partir da década de 1990, a América do Sul tornou-se o maior foco dos investimentos internacionais da Petrobras. De maneira geral, a empresa esteve presente em praticamente todos os países dessa porção do continente americano, excetuando Guiana e Suriname. Esse cenário emerge quase que naturalmente, refletindo a posição de liderança e os interesses estratégicos do país, ainda que vacilantes a depender do recorte temporal, sobre a região. Afinal, “[...] investir primeiro em países vizinhos parece ser o caminho natural de todos os processos de internacionalização [...] porque a proximidade geográfica influencia na redução dos custos de expansão” (ZIBECHI, 2012, p. 197).

A relevância da América do Sul dentro do leque de investimentos internacionais da Petrobras, além de expressar as vantagens técnicas e econômicas, como potencial de exploração de países vizinhos, facilidade para investimentos e proximidade geográfica, expressa a liderança, quase nata, que o Brasil exerce na integração das economias e das agendas internacionais dos países componentes. Na verdade, em especial até 2015, ficou evidente que

⁶² Disponível em: < <http://www.petrobras.com.br/en/petrobras-worldwide/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

[...] independente do papel e dos esforços que outros países sul-americanos desempenham no desenvolvimento de projetos locais, a liderança brasileira se mostra essencial para impulsioná-los política e economicamente. Seja por seus recursos de poder, como sua capacidade diplomática, o Brasil detém potencial para exercer esse papel, assim como credibilidade e legitimidade derivada de sua postura equilibrada diante de seus pares e nas organizações multilaterais. (PECEQUILO; CARMO, 2015, p. 85).

A análise sobre os investimentos da Petrobras na América do Sul serão o foco do capítulo 3, porém, de modo objetivo, os investimentos realizados ao longo do século XXI ocorreram em paralelo com um processo estratégico de integração regional. Nesse processo, iniciado ainda em 2000 com a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), entre os eixos previstos para volumosos investimentos, estava o energético e, por meio desse, a busca de garantias no abastecimento regional.

Apesar de ter vendido seus ativos na Argentina e no Chile, em 2016 e 2017 respectivamente, a Petrobras mantém investimentos na Bolívia, onde opera na exploração e na produção de hidrocarbonetos em campos localizados nos departamentos de Tarija, Santa Cruz e Chuquisaca; na Colômbia, desde 1972, onde atua na exploração e na comercialização de combustíveis e lubrificantes por todo o país; no Paraguai, com uma ampla atuação no setor de comercialização e distribuição de combustíveis, GLP e lubrificantes, desde o varejo, com mais de 180 postos, até combustível para aviação; desde 2004, no Uruguai, sua principal atuação está no abastecimento de gás natural em praticamente todo o país, mas também atua na comercialização de combustíveis e lubrificantes, sendo uma base importante na integração energética do Cone Sul; e na Venezuela, desde 2003, seguindo a regulamentação do país, por meio de empresas de capital misto, em sociedade com a Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA) e outras empresas, atua como não operadora na exploração e produção de gás natural e petróleo em campos terrestre no país⁶³.

Assim, conforme apresentado no Mapa 4, com a projeção vivida pela empresa neste início de século, esta chegou a todos os continentes. Contando com sua grande carteira de ativos e volumosos investimentos, com grandioso capital tecnológico, vanguardista e de ponta em exploração, em especial no que se refere à exploração

⁶³ Disponível em: < <http://www.petrobras.com.br/en/petrobras-worldwide/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

offshore em águas ultraprofundas⁶⁴, com os investimentos realizados na compra e na construção de grandes refinarias, como a de Pasadena, no Texas (EUA)⁶⁵, o COMPERJ, no Rio de Janeiro, e de Abreu e Lima, em Pernambuco, atrelados ao protagonismo concedido pelo Marco Regulatório do Pré-sal (Leis Federais nº 12.351/10 e nº 12.276/10), a Petrobras assumia o papel de *player global* no setor de energia fóssil. Tal cenário havia sido previsto em 2006, em artigo do jornal The New York Times, o qual destacava os investimentos produtivos realizados pela empresa em diversos países⁶⁶.

A definição de um jogador global (*global player*) é muito importante dentro do Sistema Internacional emergido após a Guerra Fria, em especial no século XXI. Essa Nova Ordem mostra-se mais complexa, já que agora, numa escala ainda mais profunda que em décadas anteriores, os Estados Nacionais dividem a orientação e a construção dos cenários socioeconômicos com outras entidades e organismos, como as grandes corporações privadas (nacionais e transnacionais), o Fundo Monetário Internacional (FMI), os grandes grupos de mídia, os movimentos sociais internacionais e as organizações do terceiro setor (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Um *player global* é definido pela representatividade que um país ou uma empresa possui no direcionamento dos diferentes aspectos do Sistema Internacional (SI). Em se tratando de empresas, em especial aquelas que atuam em setores estratégicos do sistema produtivo global, como o de energia, sua estrutura e potencial produtivos, seu arcabouço tecnológico e seu conjunto de ativos certamente pesam nessa classificação. Assim, a Petrobras, em especial nos quinze primeiros anos deste século, seguramente se enquadrou nessa definição.

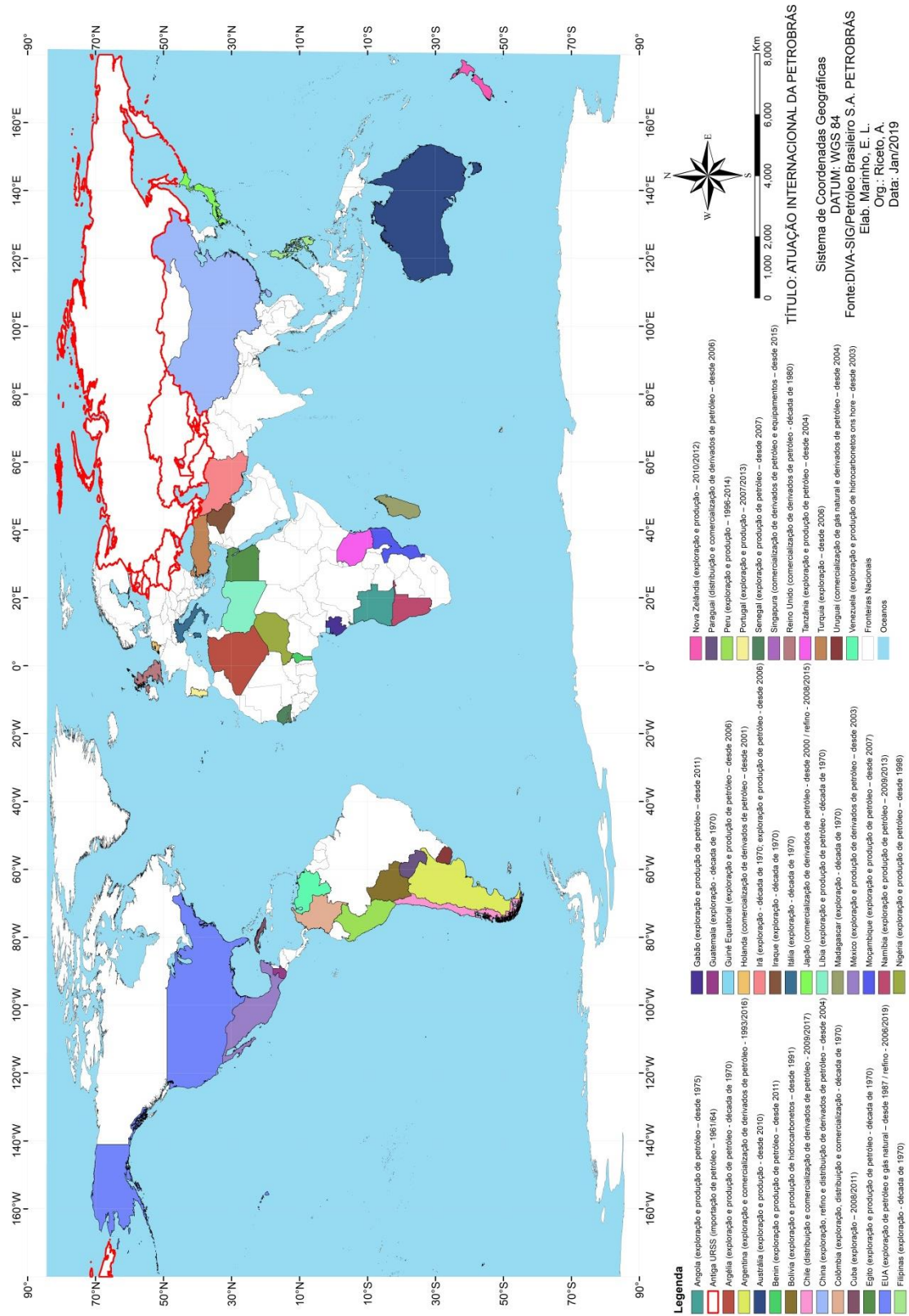
⁶⁴ Entre várias premiações recebidas nos últimos anos, em 2015, pela terceira vez, a Petrobras recebeu o prêmio *OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations, and Institutions* em reconhecimento ao conjunto de tecnologias desenvolvidas para a produção da camada Pré-Sal. Reconhecido como o maior prêmio possível para uma empresa do setor, esse fato mostra a relevância do desenvolvimento tecnológico promovido pela empresa e seu protagonismo no cenário internacional.

⁶⁵ Vendida para a Chevron em 2019.

⁶⁶ Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060707_pressreview_crg.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Mapa 4 – Atuação internacional da Petrobras



Na prática, um “jogador global”, ou *player global*, associa-se a

empresas ou países que são protagonistas no mercado global. Pode ser associado no sentido amplo, observando as diversas faces do ator e o seu peso e influência sobre territórios e/ou mercados. [...] o termo pode ser associado a determinados segmentos e setores, onde países e empresas podem se destacar globalmente, como na indústria armamentista, no setor de agronegócios, e para o nosso caso em particular, na indústria mundial de petróleo. (REIS, 2013, p. 3)

Entretanto, essa posição agora se vê ameaçada. Com as reviravoltas do mercado de petróleo, a elevação dos investimentos da Petrobras para desbravar a fronteira exploratória do Pré-sal, os prejuízos decorrentes do controle de preços domésticos dos derivados, a elevação relativa de seu endividamento, as denúncias de corrupção envolvendo a petroleira e uma série de outras empresas que compunham o circuito produtivo dos hidrocarbonetos no Brasil, bem como as transformações de ordem política no comando do país e da empresa e na regulamentação do Pré-sal, a Petrobras vem perdendo o *status* alcançado anos antes.

Nesse processo, destaca-se a aceleração das reformas econômicas de caráter neoliberal, vivida após a interrupção do governo de Dilma Rousseff, pois, a partir da configuração de uma nova cúpula de governo, também da diretiva da Petrobras, a política de desinvestimentos sutilmente iniciada na gestão da ex-presidente foi intensamente aprofundada. À revelia da importância fundamental dessa empresa e de seu leque de investimentos para a economia nacional e internacional, a venda de ativos para saldar dívidas (muitas antecipadamente) e a redução de investimentos em setores estratégicos, assim como a fragilização do papel da Petrobras na exploração das reservas do Pré-sal, reduzem a relevância dessa empresa no cenário internacional e colocam o país na contramão de um ciclo virtuoso. Essa nova realidade, além dos processos que a construíram e de suas consequências, será abordada na próxima seção.

2.4 – Os preços do petróleo e do gás natural, os desafios do Pré-sal, a Operação Lava-Jato e seus resultados para a empresa

2.4.1 – As variações do preço do petróleo e do gás natural no mercado mundial

O valor do petróleo, no mercado mundial, está atrelado a muitas variáveis, tanto de ordem técnica, quanto de geopolítica. Essa instabilidade de preços, tal qual a vivida ao longo deste século, pode interferir no equilíbrio financeiro e na capacidade de investimentos de corporações e países. Nesse sentido, a atual conjuntura vivida pela Petrobras, de perda de valor de mercado e redução de sua representatividade mundial, em especial a partir de 2014, certamente também deriva da desvalorização do petróleo no mercado internacional, bem como da consequente queda no valor de suas ações negociadas nas bolsas de Nova Iorque e São Paulo.

No entanto, para se entender o panorama recente dessa gigante do setor de hidrocarbonetos, é necessário analisar outras variáveis, como seu relativo endividamento, as denúncias de corrupção envolvendo a empresa e suas parceiras e integrantes do governo, ainda a exposição depreciativa da empresa feita pela mídia nacional e internacional, além do uso indevido de informações, algumas sigilosas, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal em meio à Operação Lava-Jato. Todos esses fatores colaboraram para afastar investidores e, com isso, desvalorizar os ativos e a própria marca.

Revisitando o exposto no capítulo 1, é indiscutível o protagonismo assumido pelo petróleo e por seus derivados na atual composição produtiva mundial, não só como fonte de energia, mas também como matéria-prima, cenário que faz desse recurso natural alvo de muitas articulações e interesses. Nesse sentido, o fato de grande parte das jazidas hoje conhecidas estarem concentradas em alguns poucos países – a soma das dez maiores reservas representam quase 85% do total (BP, 2017; AIE 2017) –, e de serem suas respectivas empresas estatais ou de capital misto as detentoras das maiores reservas, por exemplo, deixa a oferta mundial atrelada aos interesses estratégicos e à estabilidade política e socioeconômica desses lugares.

Esse cenário leva José Luiz Fiori (2018) a concordar com Daniel Yergin (2009) quando este afirma que “[...] muito do que ocorre com o petróleo desde o final da década de 1990 é resultado de decisões que quaisquer que sejam, são tomadas por

governos” (YERGIN, 2009, p. 895). Fiori (2018) destaca que, hoje das 20 maiores petroleiras do mundo, 15 são estatais e controlam cerca de 80% das reservas conhecidas mundialmente, logo as principais decisões relativas ao petróleo (produção, regulamentação e preços) passam efetivamente pelos interesses dos Estados e de suas grandes empresas públicas. Na verdade, são os interesses e as alianças políticas que, no final do dia, determinam o preço internacional do petróleo, afinal tais acordos precedem as compras desse recurso tão estratégico e necessário, já que, nestas as relações comerciais com inimigos são evitadas (ARAÚJO, 2018).

O caráter fundamental da necessidade de acesso estável (em preço, qualidade e volume) a esse recurso natural é a existência da Agência Internacional de Energia (AIE). Criada logo após o primeiro “choque do petróleo”, de 1973, essa entidade tem como principal missão garantir o abastecimento energético de seus membros, os quais são europeus, norte-americanos e asiáticos⁶⁷. Outro elemento que reforça esse caráter são os estoques estratégicos mantidos pelo governo dos EUA, que superam os 700 milhões de barris, e, sempre que necessário, como em caso de elevação muito acentuada de preços, são ofertados estrategicamente em seu mercado interno (ARAÚJO, 2018).

A estabilidade em áreas/rotas de escoamento estratégico, tais como o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz, e o corredor formado pelo Golfo do Áden, o estreito de Babel Mandeb, o Mar Vermelho e o canal de Suez, ou mesmo a amplitude dos sistemas de oleodutos e gasodutos também têm seu peso na definição do preço desses hidrocarbonetos, já que são fundamentais para os fluxos espaciais. E, nesse aspecto, admitindo a soberania dos Estados sobre seus territórios e de seus governos na orientação e na regulamentação de seus mercados, percebe-se o peso dos interesses políticos na definição dos preços, em especial domésticos.

Também por isso, Daniel Yergin (2010) entende que, em se tratando de petróleo, 10% de seu panorama depende do mercado, os outros 90%, da política. Nessa mesma direção, Monié (2012, p. 251) lembra que “além de um recurso indispensável à vida das economias e das sociedades, o petróleo é também um instrumento de poder”. Destarte, fica claro que grandes produtores, em especial aqueles que também possuem grandes

⁶⁷ Membros da AIE: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Coreia do Sul, Japão, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suíça, Suécia, Turquia, Reino Unido e EUA. Disponível em: <<https://www.iea.org/countries/membercountries/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

reservas e menor dependência das importações complementares, podem viver uma situação mais confortável, menos vulnerável às instabilidades de preços do mercado internacional.

Entretanto, apesar do peso indiscutível das estratégias geopolíticas e geoeconômicas dos Estados no mercado do petróleo, os valores desses produtos também sofrem influência da demanda pelos grandes consumidores, tais como EUA, China, Índia, Rússia, União Europeia e Japão. O aumento do consumo, frente à limitação ou mesmo à redução de estoques e/ou produção mundiais, pode forçar a elevação dos preços. O contrário também se aplica, ou seja, a retração da demanda, acompanhada da manutenção/elevação da oferta ou mesmo das reservas comprovadas, pode refletir-se na queda dos preços. Assim, de modo mais amplo, segundo relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), influenciam os preços do petróleo:

[...] crescimento econômico mundial, evolução das reservas e da produção mundial, variação de estoques, evolução do perfil de demanda, eficiência energética, preços dos produtos substitutos, condições climáticas, ocorrência de eventos de geopolítica, estratégias de mercado dos produtores (em particular, da OPEP) e dos grandes países consumidores (política energética etc.), especulação nos mercados futuros e suas implicações sobre o mercado spot etc. (EPE, 2008, p. 6).

Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, contrastando com a relativa estabilidade vista na década de 1990, os preços internacionais do petróleo oscilaram muito. Começou-se este século com preços relativamente baixos. Em janeiro de 2002, o barril chegou a ser cotado a US\$ 19,42, o que criava um cenário confortável aos grandes importadores. Entretanto, com a aceleração da demanda (1,9% a.a.), em grande medida derivada do crescimento da economia mundial, com média de quase 5% a.a., a qual, por sua vez, refletiu os crescimentos das economias da Índia, da China e dos EUA, associada a uma oferta que aumentou em níveis inferiores ao ritmo de crescimento da demanda (1,4% a.a.), os preços do barril dispararam.

Conforme observado no Gráfico 2, mantendo um padrão de altas constantes, em julho de 2008, o preço do barril de petróleo ultrapassou a barreira dos US\$ 140,00, tendo como pico de cotação US\$ 143,95, alcançado no dia 11 de julho de 2008. Na composição desse contexto, entre os fatores que limitaram o crescimento da oferta, podem ser destacados: a redução da produção em campos maduros fora da OPEP, como no Mar do Norte e nos EUA; a lenta evolução da exploração de áreas de fronteira, como

na bacia do Mar Cáspio; a elevação dos custos para exploração e pesquisa de novas jazidas, incluindo as não-convencionais, como as areias betuminosas canadenses, o pré-sal brasileiro e o óleo e o gás de xisto nos EUA; as mudanças na política de investimentos dos membros da OPEP e um crescimento da produção desse grupo dentro dos padrões de normalidade; as instabilidades sociais e políticas em importantes países fornecedores, como Venezuela e Iraque (EPE, 2008).

Assim, não é exagero se pensar em um novo choque do petróleo ao longo daquele período. Ainda que gradual e não apresentando os mesmos (amplos e desastrosos) desdobramentos dos choques anteriores, em especial o I (1973) e o II (1979) Choques, essa elevação de mais de 580% no preço do barril entre 2003 e 2008 não pode ser tratada como convencional. Esse quadro mostrou-se vantajoso para as nações detentoras de grandes reservas, cuja maioria tem suas explorações capitaneadas por empresas estatais ou de capital misto (vide capítulo I), como Venezuela, Rússia, Irã e Brasil. Naquele panorama de preços, tais governos e empresas ampliaram seus investimentos, ganharam mais espaço e passaram a interferir de modo contundente no mercado internacional. No Brasil, de modo mais específico, tal conjuntura de preços ampliou a projeção global da Petrobras e abriu a possibilidade de desbravar a fronteira exploratória das reservas Pré-sal.

Porém, a partir de meados de 2008, com o aprofundamento da crise financeira nos EUA e sua irradiação global, a economia mundial começou a desacelerar e com ela a demanda por petróleo. Essa realidade refletiu numa abrupta redução de preços do barril no mercado internacional, mas que logo voltaria a patamares confortáveis para os exploradores e os produtores, inclusive os de novas fronteiras, como veremos adiante. Entretanto, o quadro econômico mundial configurado a partir do final de 2008 era catastrófico, como bem descreve David Harvey

No fim de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam. Muitos dos tradicionais ícones da indústria dos EUA, como a General Motors, chegaram perto da falência [...]. A economia britânica estava igualmente com sérias dificuldades, e a União Europeia foi abalada, mesmo com níveis desiguais, com a Espanha e a Irlanda, juntamente com vários Estados orientais europeus que recentemente aderiram à União, mais seriamente afetados. [...] No início de 2009, o modelo de industrialização baseado em exportações, que gerou um crescimento tão espetacular no Leste e Sudeste da Ásia, contraía-se a uma taxa alarmante (muitos países como Taiwan, China, Coreia do Sul e Japão

viram suas exportações caírem em 20% ou mais em apenas dois meses). O comércio global internacional caiu em um terço em poucos meses, criando tensões nas economias majoritariamente exportadoras, como a da Alemanha e a do Brasil. Produtores de matérias-primas, que andavam em alta no verão de 2008, de repente depararam com uma queda de preços que trouxe sérias dificuldades para países produtores de petróleo, como a Rússia e a Venezuela, assim como os Estados do Golfo. O desemprego começou a aumentar em uma taxa alarmante. Cerca de 20 milhões de pessoas perderam subitamente seus empregos na China, e relatos perturbadores de agitação social vieram à tona. Nos Estados Unidos, o número de desempregados aumentou em mais de 5 milhões em poucos meses (de novo, fortemente concentrado em comunidades afro-americanas e hispânicas). Na Espanha, a taxa de desemprego saltou para mais de 17%. (2011, p. 13).

Considerando que um ciclo virtuoso de crescimento econômico, simultaneamente, é induzido e induz maior consumo de bens, que isso implica na necessidade de deslocamentos/fluxos mais numerosos e amplos e que, como consequência, isso promove maior demanda por combustíveis e derivados, fica evidente que o cenário descrito na última citação não poderia resultar em outro senão de um “contrachoque” dos preços do petróleo. Rapidamente os preços caíram a partir de meados de 2008, chegando a valores próximos de US\$ 40,00 o barril já no início de 2009 (Gráfico 2). Entretanto, como reflexo das medidas de recuperação anunciadas pelo governo dos EUA (presidido pelo democrata Barak Hussein Obama – 2009/2017), da perspectiva de recuperação da economia mundial e dos investimentos em bolsas de valores, iniciou-se um primeiro momento de recuperação dos preços do petróleo, oscilando entre US\$ 65,00 e US\$ 85,00 o barril.

Já no início de 2011, com o aprofundamento e a ampliação das manifestações da Primavera Árabe, conseqüentemente com o quadro de instabilidades derivadas dessas em países produtores de petróleo ou mesmo na região do Oriente Médio, os preços voltaram a subir e ultrapassaram a cifra de US\$ 100,00 o barril, mantendo-se acima de US\$ 90,00 até meados de 2014, a partir de quando a cotação voltou a cair vertiginosamente. De meados de 2014 até o início de 2016, ocorreu uma acentuada queda dos preços, os quais se aproximaram do patamar médio de agosto de 2001, ficando abaixo de US\$ 30,00 o barril. Tais oscilações de preço estão retratadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Preço internacional médio mensal do barril de petróleo bruto em US\$ (1993/2018)



Obs.: O valor médio apresentado para o petróleo bruto responde a média de três preços: Brent Dated, West Texas Intermediário e Dubai Fateh, E.U.

Fonte: Index Mundi, 2018. Adaptação: RICETO, A. 2018.

O cenário de retração dos preços, entre 2014 e 2016, resultou de uma somatória de fatos, porém estes podem ser agrupados em dois grandes processos. De um lado, houve um aumento da produção por vários países dentro e fora da OPEP, inclusive de históricos grandes importadores, como os EUA. De outro, a demanda internacional foi afetada pela retração da economia chinesa, que diminuiu sensivelmente seu patamar de crescimento, e da europeia, a qual ainda enfrenta dificuldades de retomada mais pujante no crescimento do PIB após a crise internacional.

No que se refere ao aumento da produção, entre os não-membros da OPEP, destacam-se os EUA, com o avanço da exploração de reservas não-convencionais associadas ao óleo e ao gás natural de xisto, e o Brasil, com a expansão das explorações nas jazidas pré-sal. Os EUA saltaram de uma produção de pouco mais de 302 milhões de toneladas de petróleo, em 2008, para mais de 543 milhões de toneladas, em 2016. Ao mesmo tempo, o Brasil passou de 94 milhões de toneladas, em 2006, para quase 137 milhões de toneladas, em 2016 (BP, 2017). Oliveira (2018) mostra que a produção no Pré-sal, no início de 2018, representava mais da metade da produção de petróleo e gás natural no país, superando 1.760 milhão de barris por dia (bpd) em fevereiro.

Entre os integrantes da OPEP, o Iraque, que elevou sua produção em 1,2 milhão de barris por dia (bpd), chegando a patamares mais elevados do que os estabelecidos em 2003, antes da invasão dos EUA, atingiu um total de 219 milhões de toneladas em 2016,

praticamente 60 milhões de toneladas a mais que em 2014, quando a produção foi pouco maior que 160 milhões de toneladas. O Irã, que, ao assinar o Acordo Nuclear de Viena (2015), voltou a colocar seu petróleo no mercado internacional a partir da redução das sanções internacionais que o país sofria, aumentou sua produção em mais de 900.000 bpd e chegou ultrapassou a marca de 216 milhões de toneladas em 2016, contra menos de 170 milhões em 2013.

A Arábia Saudita, que, segundo a versão oficial, vinha tentando minimamente manter sua fatia de mercado, aumentou sua produção em aproximadamente 1,1 milhão bpd, chegando a quase 586 milhões de toneladas, contra pouco menos que 474 milhões de toneladas em 2010 (BECK, 2016; BP, 2017). No entanto, essa articulação saudita também esteve orientada a reduzir os preços do barril como forma de atingir, entre 2010 e 2014, a economia iraniana e para tentar frear a exploração das reservas não convencionais dos EUA, ao tornar os custos destas superiores ao valor de mercado dessas fontes de energia.

A Tabela 11 traz dados sobre a produção de petróleo e condensados do ano de 2014 e do final do terceiro trimestre de 2016 os quais reforçam o cenário até aqui descrito e ajudam a compreender o período de retração de preços. Entre 2014 e setembro de 2016, a produção global foi incrementada em 3,5 milhões bpd.

Tabela 11 – Produção média de óleo cru e condensados em 2014 e final do 3º trimestre de 2016 (milhões de barris por dia)

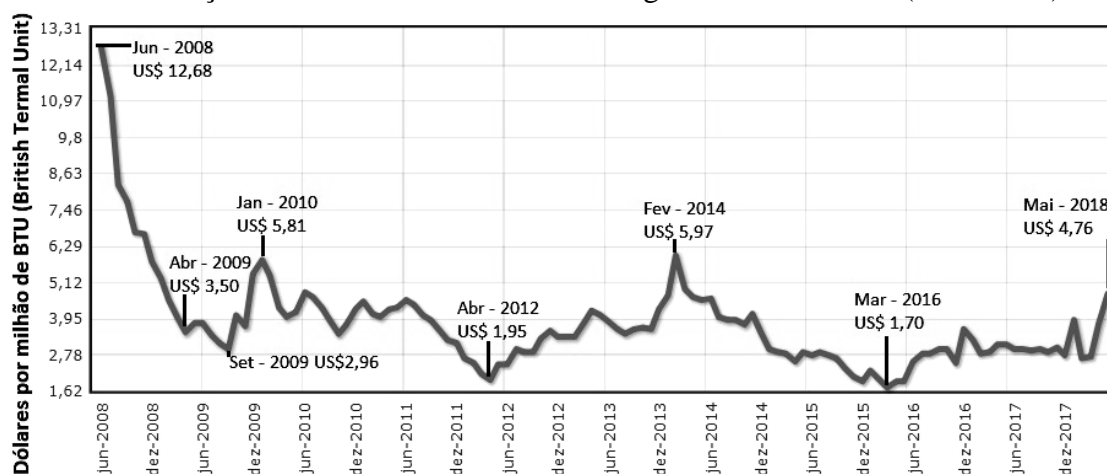
País	2014	3º trimestre 2016	Varição
Arábia Saudita	9,5	10,6	+ 1,1
Irã	2,8	3,7	+ 0,9
Iraque	3,3	4,5	+ 1,2
Venezuela	2,5	2,1	- 0,4
Nigéria	1,9	1,4	- 0,5
OPEP*	37,5	40,6	+ 2,9
CEI**	13,9	14,2	+ 0,3
Canadá	4,3	4,3	0
Noruega	1,9	1,9	0
Estados Unidos	12	12,2	+ 0,2
Brasil	2,3	2,7	+ 0,4
México	2,8	2,4	- 0,4
China	4,2	3,9	- 0,3
Total	93,7	97,2	+ 3,5

Fonte: Agência Internacional de Energia (AIE, 2016); DUTRA (2017, p. 7).
Adaptação: RICETO, A. 2018.

Os aumentos de produção mais significativos foram de países da OPEP, em especial a Arábia Saudita, o Iraque e o Irã, e da CEI, e dentro dessa em especial da Rússia⁶⁸. Além desses, EUA e Brasil elevaram suas produções, que totalizaram um aumento de aproximadamente 700.000 barris/dia. Por outro lado, Venezuela e Nigéria, também membros da OPEP e que muito dependem das receitas do petróleo, China e México reduziram suas produções. Já o Canadá e a Noruega mantiveram inalteradas suas produções diárias.

Tendo sua exploração profundamente associada ao petróleo, as mesmas variáveis podem ser atreladas às oscilações do preço do gás natural (Gráfico 3). Ao mesmo tempo, observando as quedas acentuadas entre meados 2008 e meados de 2009 e o início de 2014 ao início de 2016, nota-se que, grosso modo, o comportamento das variações dos preços desse combustível acompanha a cotação do petróleo. Esse recurso também viveu um período de maior produção entre 2014 e 2016.

Gráfico 3 – Preço internacional médio mensal do gás natural em US\$ (2008/2018)



Obs.: Gás natural, preço spot de gás natural no terminal Henry Hub em Louisiana, E.U.

Fonte: Index Mundi, 2018. Adaptação: RICETO, A. 2018.

O total mundial produzido em 2013 era de 3.404 bilhões de m³ (bdm³), e em 2016, com o incremento de 147,7 bdm³, alcançou quase 3.552 bdm³. Ou seja, um aumento total de 4,33%. Entre os países que mais elevaram sua produção destacam-se: EUA, que saiu de 685,4 bdm³ em 2013 para 766,2 em 2015, e a Austrália, que aumentou em mais de 50% sua produção, saindo de 59 bdm³ em 2013, para 91,2 em

⁶⁸ A Rússia aumentou em mais de 20 milhões de toneladas sua produção nesse período (BP, 2017).

2016. Por outro lado, a Rússia reduziu sua produção em quase 30 bdm³ entre 2013 e 2015, de 604,7 bdm³ para 575,1 respectivamente. Em 2016, este país produziu 579,4 bdm³ (BP, 2017). Esse quadro de retração russo é explicado pelos conflitos vividos entre este país e a Ucrânia, desde 2014 (vide capítulo 1).

Porém, paradoxalmente, o consumo global de gás natural aumentou no mesmo período (2013/2016) em 4,7%. Esse aumento pode ser justificado pelo baixo preço desse recurso e pela busca de fontes de energia que contribuam menos com desequilíbrios ambientais, como o aquecimento global e as chuvas ácidas. Ao mesmo tempo, o crescimento do consumo percentualmente maior que o da oferta indica um maior aproveitamento entre o produzido e o consumido. Em 2013, foram produzidos globalmente 3.404 bdm³ e consumidos apenas 3.383 bdm³, enquanto em 2016 a produção alcançou 3.553,6 bdm³, mas o consumo foi de 3.543 bdm³ (BP, 2017). Por outro lado, a demanda maior que a produção, em termos globais, não foi suficiente para garantir a estabilidade dos preços, ou mesmo sua valorização, o que sugere uma forte relação entre os preços do gás natural e do petróleo no mercado mundial.

Paralelamente a esse cenário, mesmo com a queda dos preços, o que *a priori* poderia induzir o aumento do consumo de petróleo e derivados, a demanda global aumentou apenas 0,8%, ou seja, muito aquém da oferta, que se elevou 3,73% no mesmo recorte. Esse cenário foi composto pela desaceleração do PIB chinês, que deixou de crescer a uma média de 8,7% a.a., entre 2009 e 2014, e passou a taxas abaixo de 7% a.a. entre 2014 e 2017, bem como pelo decréscimo dos PIBs da Rússia e do Brasil em 2015 e 2016, somados às dificuldades de retomada do crescimento pela Europa pós-crise de 2008 (DUTRA, 2017). Assim, a intensa desvalorização do petróleo e do gás natural mostrou-se inevitável.

2.4.2 – Operação Lava Jato, a fronteira exploratória do Pré-sal e seus desdobramentos para a Petrobras

Concomitantemente a esse cenário de desvalorização dos hidrocarbonetos entre 2014 e 2016, de início na escala doméstica e, quase de imediato, na internacional, a Petrobras passou a enfrentar as consequências das investigações da chamada Operação Lava Jato. Lançada em março de 2014, ela consiste em investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, sobre um esquema de superfaturamento de contratos,

fraudes em licitações e propinas pagas por empresas privadas a diretores de empresas e projetos públicos, que envolvia dezenas de partidos políticos, tendo como cerne das investigações projetos da petroleira⁶⁹. A operação, que também alcançou outros setores, ainda está em curso – hoje em sua 59ª fase – e, desde então, a divulgação dos fatos atingiu severamente a imagem da Petrobras, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Segundo relatório da Estatal, com base nas investigações do Ministério Público Federal (MPF), divulgado em abril de 2015, a empresa havia perdido R\$ 6,2 bilhões com desvios e fraudes, entretanto a Polícia Federal estimava na ocasião que o rombo pudesse chegar a R\$ 43 bilhões⁷⁰.

Com a divulgação das acusações de corrupção, as ações da Petrobras sofreram intensa desvalorização, o que reduziu significativamente seu valor de mercado⁷¹. As incertezas quanto à transparência da empresa, à viabilidade de seus investimentos e à lisura de seus diretores colaboraram para afastar os investidores. Também, nos EUA, grandes fundos de investimentos desfizeram-se de seus papéis (ações e títulos) da petroleira. Entre julho e dezembro de 2014, a empresa perdeu 51% do seu valor de mercado, sendo avaliada em R\$ 127 bilhões, aproximadamente US\$ 48 bilhões, na cotação do final daquele ano (GOULART, 2014).

No primeiro trimestre de 2016, depois de ter suas ações cotadas abaixo de R\$ 5,00 em janeiro, o valor de mercado da Petrobras chegou a R\$ 73,7 bilhões no pregão da Bovespa no dia 18 daquele mês, uma redução de 85% quando comparado ao valor de mercado de maio de 2008, considerado o auge histórico, quando a empresa chegou a valer mais de R\$ 510 bilhões, e 33% dos mais de R\$ 214 bilhões em que era avaliada em dezembro de 2013. Em 17 de março de 2016, exatos dois anos após o início da Operação Lava Jato, as ações preferenciais eram comercializadas a R\$ 8,10. Dois anos antes, eram vendidas a R\$ 11,84⁷². Moraes (2017) destaca que, somados aos resultados

⁶⁹ Para maiores detalhes sobre tal operação ver: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>> . Acesso em: 16 jul. 2018.

⁷⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/12/economia/1452625037_799572.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁷¹ O valor de mercado corresponde à multiplicação do valor unitário das ações pelo número de ações existentes.

⁷² Dados das reportagens do portal UOL, dos dias 19/01/2016 e 21/03/2016. Disponíveis em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/01/19/petrobras-perde-r-4366-bi-em-valor-de-mercado-desde-2008-diz-consultoria.htm>> e <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/21/crise-da-petrobras-dura-2-anos-com-queda-de-acao-prisao-divida-e-processo.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

econômicos ruins apresentados pela empresa em 2014, os desdobramentos da Operação Lava Jato tiveram grande responsabilidade sobre o quadro de crise vivido pela Petrobras, que, naquele ano, se agravou, apresentando um prejuízo da ordem de US\$ 7,4 bilhões.

De modo mais amplo, artigo publicado pelo Instituto de Estudos Estratégicos sobre Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP) em agosto de 2018⁷³ revela os desdobramentos mais amplos dessa Operação para a economia brasileira. Esse aponta que, sob o discurso de combate à corrupção, que é legítimo, está o desmonte de importantes setores da economia nacional, em especial da indústria do petróleo e de sua cadeia de fornecedores, tais como a indústria naval, a construção civil, a metal-mecânica e a engenharia pesada, o que retirou da economia brasileira mais de R\$ 142 bilhões, apenas em seu primeiro ano. O mesmo artigo segue afirmando que a retração dos investimentos da Petrobras chegou a 2% do PIB e a 2,8% das construtoras e empreiteiras em 2015. Já em 2016, a Operação fez encolher em 5% os investimentos em formação bruta de capital fixo no Brasil e em mais de R\$ 100 bilhões o faturamento das empresas arroladas nela. Por último, a cadeia da indústria naval, que em 2014 empregava mais de 82.000 pessoas, até o final do primeiro semestre de 2018, contava com pouco mais de 29.500 trabalhadores.

Destarte, indiscutivelmente, os prejuízos causados pelas revelações da Operação Lava Jato à economia brasileira, e em especial à imagem e ao valor de mercado da Petrobras, são inegáveis e de grande envergadura. Entretanto, esses reflexos tornaram-se ainda mais significativos pelo momento em que vieram à tona. Além da já retratada queda do preço do petróleo no mercado internacional, que limitava a movimentação financeira da empresa e criava grande desconfiança sobre a viabilidade da exploração da nova fronteira do Pré-sal, entre 2006 e 2013, a Petrobras ampliou em 420% suas projeções de investimentos, o que demandava maior geração de caixa. Caso contrário, para manter esse ritmo de crescimento da carteira de investimentos, seria necessário recorrer a novos empréstimos, emissão de títulos de dívida e/ou ações no mercado financeiro, ou mesmo remanejar seus projetos, buscando um programa de desinvestimentos e venda de ativos para formação de caixa.

⁷³ Disponível em: <<https://www.ineep.org.br/-Os-impactos-economicos-da-Operacao-Lava-Jato-e-o-desmonte-da-Petrobras+133858>>. Acesso em: 15 set. 2018.

Sendo tratada como um dos pilares da política anticíclica iniciada em 2007/08 pelo governo Lula e continuada pelo governo Dilma (2010/2016), os investimentos da Petrobras ganharam protagonismo e, em certo momento, atrelados a outros fatores que comprometeram a saúde financeira da empresa, os quais serão tratados mais detalhadamente adiante, ultrapassaram as reais condições de um crescimento sustentável, tanto em termos financeiros como produtivos de complementação. Nesse sentido,

O que sim existe nesse complicado enlace é um claro nexo entre o endividamento da Petrobras e o papel de liderança atribuído à companhia pelo governo federal na política de investimentos do país. O protagonismo da Petrobras constava do PAC – Programa de Aceleração do Investimento -, anunciado em janeiro de 2007. Foi reforçado tanto pela descoberta do pré-sal, anunciada ao final de 2007, quanto pela surpreendente crise financeira mundial em 2008. Frente ao cenário externo adverso, o governo federal procurou acelerar ao máximo o investimento da Petrobras como forma de combater o efeito recessivo da retração mundial. E fez isso de modo a favorecer os fornecedores brasileiros, notadamente as grandes construtoras, definindo metas ambiciosas para o conteúdo local dos equipamentos comprados pela Petrobras, com destaque para as encomendas de construção naval. Mas não basta querer. Metas excessivamente ambiciosas foram além do limite da capacidade tanto da Petrobras quanto dos fornecedores, e desvirtuaram aquela que seria, conceitualmente, uma política virtuosa de estímulo à economia brasileira. (GHIRARDI, 2015, p. 7).

Tomando como referência os Planos de Negócios e Gestão (PNG) divulgados pela Petrobras⁷⁴ entre 2006 e 2014, é possível traçar uma evolução do crescimento dos projetos e dos investimentos da empresa. O PNG 2006/2010 apontava um investimento total de US\$ 56,4 bilhões ao longo do período. Desse montante, 87% eram direcionados ao Brasil, mantendo uma política de preços dos derivados alinhada com o mercado internacional e com uma receita líquida de geração de caixa suficiente para bancar os investimentos projetados. No PNG 2007/2011, os investimentos estimados para o período eram de US\$ 87,1 bilhões, ou seja, quase 65% mais que no anterior. Ainda assim, mantinha-se a maior parte dos investimentos no Brasil, com a mesma política de preços para os derivados e com uma geração de receita líquida praticamente igual ao montante previsto de investimentos. Dessa forma, as previsões de investimentos eram autossustentadas, ou seja, não demandavam maiores riscos com a captação de recursos no mercado financeiro.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/apresentacoes/plano-de-negocios-e-gestao>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Já no PNG 2008/2012, com a mudança do foco dada pelo Plano Estratégico 2020 em relação ao anterior (2015), passou-se a buscar o posicionamento da Petrobras como uma das 5 maiores empresas integradas de energia do mundo, e as previsões de investimentos passaram a ultrapassar a capacidade de autofinanciamento. Para este período, foram projetados investimentos da ordem de US\$ 112,4 bilhões, quase o dobro da estimativa do PNG 2006/2010, sendo mantidos os 87% investidos internamente. O PNG 2008/2012 também previa a manutenção da política de preços atrelada ao mercado internacional, mas as previsões de financiamento a partir da geração de receita líquida alcançavam 93% do total, logo criava-se a necessidade de captação de recursos para complementação.

No PNG 2009/2013, ganham destaque os investimentos na nova fronteira do Pré-sal. No total foram previstos US\$ 174,4 bilhões em investimentos, ou seja, 55% a mais que o anterior. Do total, US\$ 48 bilhões seriam destinados a novos projetos, dentro desses, US\$ 28 bilhões para o desenvolvimento de E&P (exploração e produção) no pré-sal. Nesse, publicado em janeiro de 2009, já em meio às turbulências da violenta queda dos preços do petróleo no mercado internacional e admitindo a imprevisibilidade dos preços dessa *commodity*, já estava prevista uma alavancagem financeira⁷⁵ entre 25-35% e a busca por recursos financeiros no Brasil e no exterior. Nota-se que esse PNG não fez referência à política de preços dos derivados de petróleo no mercado interno.

No PNG 2010/2014, seguiu-se a ampliação dos investimentos previstos, chegando a US\$ 224 bilhões para o período. Neste, como reflexo dos investimentos na prospecção e na exploração das reservas do pré-sal, foram mantidas as taxas de alavancagem, além da busca por financiamentos. Por outro lado, esse foco maior no mercado interno também reduziu percentualmente os investimentos no exterior, em PNGs anteriores próximos a 12 ou 13% do total, agora para 5%.

No PNG 2011/2015, o total previsto para investimentos praticamente se manteve no mesmo patamar do anterior, assim como os percentuais a serem investidos no país e no exterior. Porém, a capacidade de autofinanciamento, diante do significativo aumento dos investimentos, diminuiu sensivelmente para percentuais que, a depender do cenário de cotação do petróleo, variariam entre 55 e 66%. Ou seja, a complementação com base

⁷⁵ Alavancagem financeira ocorre quando uma empresa faz uso de capital de terceiros, normalmente a juros fixos, na sua composição de capital e maximiza os resultados para os acionistas. Evidentemente, quanto maior for o grau de alavancagem financeira (GAF) de uma empresa, maiores serão o seu endividamento e, frente a uma gestão equivocada, o seu risco financeiro.

na captação de recursos no mercado seria incrementada de modo significativo. Neste PNG, também já era previsto um programa de desinvestimentos, estimado em US\$ 13,6 bilhões, e a manutenção das taxas de alavancagem.

O PNG 2012/2016 trouxe a previsão de investimentos de US\$ 236,5 bilhões para o período, ou seja, US\$ 47,3 bilhões ao ano. Nesta previsão, o segmento de E&P consumiria US\$ 131,6 bilhões, sendo 51% destinados ao pré-sal. Nesta também foi apresentada uma metodologia para a execução de investimentos pela empresa, assim como estava previsto que a maior parte dos investimentos seria provida por geração de recursos do fluxo de caixa, o qual seria complementado pelo programa de desinvestimentos (com foco na venda de ativos no exterior), agora orçado em US\$ 14,8 bilhões para o período, e pela contração de novas dívidas. Mantendo a taxa de alavancagem, estimava-se para o período a necessidade de captação de US\$ 80 a 100 bilhões para complementação. No PNG seguinte (2013/2017), chegou-se ao ápice das previsões de investimentos, num total de US\$ 236,7 bilhões, dos quais se estimava gerar US\$ 185 bilhões por meio do fluxo de caixa da empresa.

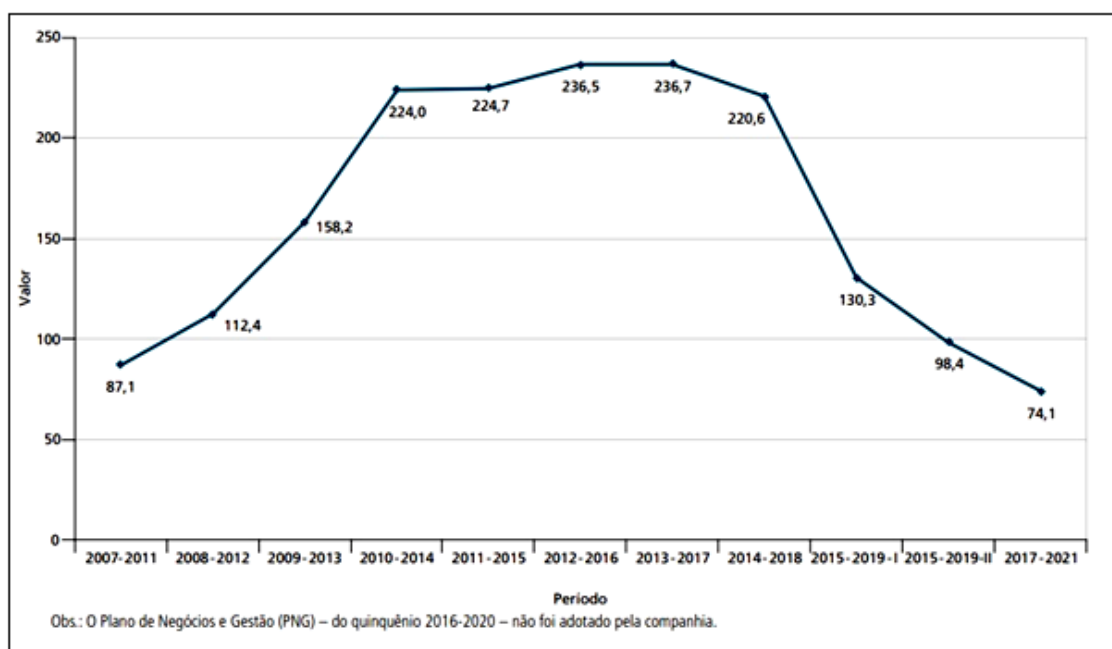
O PNG 2014/2018 foi lançado em fevereiro de 2014, na iminência de um novo colapso dos preços do petróleo, que saíam de patamares próximos a US\$ 100,00 o barril, no primeiro semestre de 2014, para menos de US\$ 30,00 no início de 2016 (ver Gráfico 2). Ao mesmo tempo, além desse “terremoto econômico” que estava próximo, de modo mais impactante no segundo semestre de 2014, a empresa também enfrentaria os impactos negativos “das réplicas” produzidas pela Operação Lava Jato, iniciada em março daquele ano. Este PNG previa investimentos de quase US\$ 221 bilhões para o período e projetava a captação de mais de US\$ 60 bilhões em complementação. Como maior foco, este PNG definia a elevação das produções internas de petróleo e gás natural, assim como da capacidade de refino, que deveriam acompanhar a demanda doméstica. O Gráfico 4 retrata a evolução dos investimentos dos PNGs.

O plano 2014/2018 também reafirmou a política de preços estabelecida pelo Conselho de Administração da empresa em 29 de novembro de 2013, a qual declaradamente desvinculava os preços do diesel e da gasolina praticados no mercado interno das variações internacionais e submetia novos reajustes à análise da evolução dos indicadores de endividamento e alavancagem da Petrobras. O PNG (2014/2018) previa a convergência entre os preços doméstico e internacional desses derivados em um “prazo compatível”.

Esse mecanismo fez com que a Petrobras administrasse eventuais prejuízos resultantes da importação de petróleo e derivados, uma vez que os reajustes, com vistas a controlar a inflação, não seriam repassados de imediato ao mercado interno. Estima-se que os prejuízos resultantes da comercialização de combustíveis chegaram a mais de US\$ 41 bilhões em 3 anos (2011/2014). De modo mais detalhado

A queda nos lucros, de US\$ 20,1 bilhões, em 2010 e 2011, para US\$ 11 bilhões, em 2012 e 2013, era decorrência direta dos prejuízos na revenda de combustíveis [...], como consequência dos controles que o governo federal vinha exercendo nos preços da gasolina e do óleo diesel. Em 2014 [...] os prejuízos com a venda de combustíveis chegaram a US\$ 15,4 bilhões. De 2011 a 2014, o total dos prejuízos com a comercialização de combustíveis somou US\$ 41 bilhões [...]. Em 2015 e 2016, as perdas na comercialização de combustíveis cessaram, em razão da queda nos preços da gasolina e do diesel que a Petrobras importa [...]. (MORAIS, 2017, p. 19).

Gráfico 4 - Petrobras: investimentos por PNG – 2007 / 2021 (US\$ bilhões)



Fonte: MORAIS, J. M., 2017, p. 21.

Ao mesmo tempo, a taxa cambial sofreu significativa desvalorização. No fechamento do mês de junho de 2014, o dólar estava cotado a R\$ 2,23. Um ano depois, em junho de 2015, ultrapassou a casa dos R\$ 3,00 e, na última cotação de dezembro de 2015, fechou o ano em R\$ 3,94. Ou seja, tomando como base o referido período, o Real, por diversas razões, desvalorizou-se mais de 76%. Tal cenário impactou diretamente a sustentabilidade financeira da Petrobras, pois cerca de 80% da dívida de empresa foi

contraída em moeda estrangeira, a esmagadora parte em dólares⁷⁶. Assim, a desvalorização do Real frente à moeda estadunidense aumenta a dívida da empresa, quando essa é contabilizada no mercado doméstico.

A somatória de todos esses fatores – desvalorização do petróleo no mercado mundial, o intenso aumento dos investimentos realizados pela empresa, o controle sobre os preços de derivados, a perda de valor de mercado pela depreciação de suas ações e pela reavaliação do valor recuperável de seus ativos (*impairment*), o desvio de recursos e a desvalorização cambial – resultou em prejuízos e no aumento do endividamento da Petrobras. Moraes (2017) mostra que, em 2014, a dívida líquida da empresa foi estimada em mais de US\$ 106 bilhões, praticamente duas vezes a dívida de US\$ 55 bilhões existente em 2011. Cenário ainda pior foi vivido quando, muito em função da acentuada desvalorização do petróleo em 2015, a receita de vendas da empresa foi inferior à dívida líquida em mais de US\$ 3 bilhões, com isso a relação dívida líquida/EBITIDA⁷⁷ alcançou a razão de 5,1, mais que o dobro do índice de 2,5 considerado saudável pelas agências de avaliação de risco. Esse quadro trouxe dificuldades e tornou mais custosa a captação de recursos no mercado internacional. Nesse mesmo ano, a taxa de alavancagem da Petrobras chegou a 60% e o prejuízo da empresa foi de US\$ 8,5 bilhões.

Apesar dos números expressivos, a questão do endividamento da empresa levanta discussões e divergências de análise. Tomando como referência o cenário vivido antes da flexibilização do Marco Regulatório do Pré-sal, em novembro de 2016, a Petrobras, embora enfrentasse alguns desafios financeiros no curto prazo, apresentava um cenário de médio/longo prazo relativamente confortável. Um indicativo disso foram os resultados de três captações de recursos realizadas pela empresa durante os anos de 2014 e 2015. Em janeiro de 2014, foram captados mais de 3 bilhões de Euros e 600 milhões de Libras Esterlinas (totalizando naquele momento US\$ 5,2 bilhões), numa operação que foi considerada a maior de uma empresa oriunda de mercado emergente

⁷⁶ Segundo dados de reportagem publicada em novembro de 2017, no portal da revista IstoÉ Dinheiro, a composição da dívida da Petrobras existente no terceiro trimestre daquele ano era: 71,67% em dólar, R\$ 16,688 bilhões em euros, R\$ 76,896 bilhões em reais e R\$ 8,012 bilhões em outras moedas. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/petrobras-alavancagem-liquida-fica-em-51-divida-bruta-soma-r-359412-bi/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁷⁷ EBITIDA é uma sigla que, em português, significa “lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações”. É um importante indicador financeiro para avaliar grandes empresas de capital aberto, pois representa a capacidade de geração de receita pela empresa a partir de sua atividade (principal) operacional.

em toda a história no mercado europeu. Essa contou com mais de 1.300 ordens de compra oriundas da Inglaterra, da Alemanha, da Suíça e da França.

Os títulos em Libras foram contraídos com prazo de 20 anos, o que indica credibilidade do mercado. Em 11 de março de 2014, outra captação alcançou US\$ 8,5 bilhões, sendo destes títulos US\$ 2,5 bilhões para 10 anos e US\$ 1 bilhão para 30 anos. Nessa ação, a demanda do mercado pelos títulos superou os US\$ 23 bilhões. Já em maio de 2015, na primeira ação de captação no mercado após as revelações da Operação Lava Jato, a empresa arrematou US\$ 2,5 bilhões de dólares para 100 anos, ou seja, com vencimento para 2115. Essa mesma operação teve uma demanda superior de US\$ 13 bilhões⁷⁸.

Essa situação revela outro lado do quadro financeiro da Petrobras. Apesar de terem sido contraídos em condições menos favoráveis que em outros momentos e, assim, terem contribuído para o endividamento da empresa, os prazos e as cifras das demandas demonstram confiança do mercado nos planos de investimento e gestão da Petrobras. Assim, ao mesmo tempo, tal quadro contrariava os discursos e a imagem projetada da empresa, em especial pela grande mídia nacional, e corroborava com a perspectiva de Oliveira & Coutinho (2017), que entendem que os projetos no campo da exploração de petróleo são de longo prazo e os investimentos no desenvolvimento da exploração das reservas do Pré-sal, somados à desvalorização cambial entre 2014 e 2015, foram os grandes propulsores do quadro de endividamento.

Portanto, tratava-se de um endividamento “lastreado” no protagonismo até então exercido pela Petrobras nos consórcios de exploração do Pré-sal, essa nova fronteira cujas perspectivas de volume, qualidade e viabilidade de exploração/produção são hoje inquestionáveis. Vale ressaltar que tal protagonismo, garantido pelo Marco Regulatório, era condizente com os avanços técnicos de exploração, o aumento da produção, a diminuição do tempo gasto para a perfuração dos poços e a consequente redução dos custos de Exploração e Produção (E&P), ainda ao papel atribuído à empresa pelo Marco Regulatório do Pré-sal.

Os mesmos autores, ao analisarem os dados de receita bruta, dívida bruta e prazos de amortização das dívidas da Petrobras, afirmam que era “evidente que a

⁷⁸ Disponível em: <<https://www.valor.com.br/financas/3456662/petrobras-capta-us-85-bilhoes>>; <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0OH2UF20150601>>; <<https://pedesenvolvimento.com/2014/01/31/captacao-de-recursos-da-petrobras-na-europa-atinge-e305-bilhoes-e-600-milhoes/>>. Acessos em: 21 jul. 2018.

capacidade de gerar receita é compatível com o endividamento. Por isso não faltam recursos quando a Petrobras acessa os mercados de crédito nacional e internacional” (OLIVEIRA; COUTINHO, 2017, p. 5). Nessa mesma direção, argumenta Eduardo Costa Pinto (2017), o qual atribui o endividamento da Petrobras majoritariamente à desvalorização cambial entre 2011 e 2015, somada aos investimentos no desenvolvimento de técnicas para a exploração do Pré-sal e à política de represamento de reajustes dos preços dos combustíveis no mercado doméstico. Ao mesmo tempo, afirma que “Apesar dos desafios financeiros de curto prazo [...], a Petrobras possui uma situação positiva, em termos de médio e longo prazo, [...] uma vez que detém novas áreas produtoras competitivas que poderão gerar fluxos de caixa futuros” (PINTO, 2017, p. 2). Além desse fator, há de se levar em conta que

A robustez da companhia é assegurada pela qualidade do seu corpo técnico, pela produção atual de mais de 2,8 milhões de barris por dia, além de 11 refinarias (mais uma em construção), três terminais de GNL, duas fábricas de fertilizantes e certamente o mais importante ativo estratégico a garantir a sua sustentabilidade a longo prazo, que é sua posição hegemônica num mercado praticamente cativo de um dos mais importantes países do mundo (SOMBRA, 2015, p. 3).

As características físicas das reservas do Pré-sal explicam, em grande medida, o endividamento da Petrobras. Afinal, como já apresentado no item 2.1, os desafios técnicos de engenharia – pelas condições geológicas de exploração a mais de 7.000 metros de profundidade e sob espessas camadas (pastosas) de sal –, os riscos ambientais – pelo grande volume de dióxido de carbono existente nas jazidas –, e os elevados investimentos – pelos altos custos para o desenvolvimento da exploração e da produção –, impunham grande desafio à empresa na exploração dessa nova fronteira. Entre 2010 e 2014, a Petrobras fez investimentos da ordem de mais de US\$ 200 bilhões, notadamente na exploração do Pré-sal (OLIVEIRA; COUTINHO, 2017). Corroborando essa perspectiva, Guilherme Estrella⁷⁹ (2018), em entrevista concedida à TV ULBRA e publicada no canal desta no YouTube, em 22 de janeiro de 2018, argumenta que

⁷⁹ Geólogo que, como concursado, construiu destacada carreira na Petrobras entre as décadas de 1960 e 1990. Depois de aposentado, a convite do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retornou à empresa em 2003 como Diretor de Exploração e Produção (E&P), cargo que ocupou até 2012. Sob sua gestão, foram descobertas e desbravadas as reservas do Pré-sal, o que lhe rendeu o título informal de “pai” dessa nova fronteira de exploração.

[...] a produção do pré-sal é fruto da competência da companhia [...], a Petrobras é a mais competente indústria de petróleo existente no mundo, quanto a isso eu não tenho dúvida, [...] estamos produzindo no pré-sal desde 2010 e a gente não vê uma (ocorrência de acidente), é uma empresa absolutamente segura em suas operações [...]. Financeiramente [...] uma empresa que produz dois milhões e meio de barris, que agrega valor também ao produto que vende no mercado nacional e internacional, essa empresa tem um ingresso de mais de US\$ 50 bilhões por ano [...] essa empresa tem recursos suficiente, reservas petrolíferas suficientes para enfrentar a dívida, que foi contraída lá atrás [...] por que ninguém tinha o pré-sal, [...] o Brasil era o único país que tinha o pré-sal e a Petrobras era a operadora única, então grandes projetos necessitam de grandes investimentos, e foi isso que aconteceu [...].

Tais investimentos deram resultados, afinal, desde a perfuração do primeiro poço, em setembro de 2006, a produção vem crescendo, ao passo que os custos de produção por barril e o tempo para perfuração dos poços diminuíram significativamente, o que atesta a viabilidade dos investimentos, os avanços tecnológicos e a eficiência da Petrobras na exploração do Pré-sal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP)⁸⁰, o índice médio de sucesso exploratório nos poços perfurados nas áreas do Pré-sal, entre 2012 e 2016, superou os 88%, chegando a 100% em 2013.

O índice médio de sucesso exploratório em áreas *onshore* e *offshore*, antes do desenvolvimento do Pré-sal, mostrava-se bem menor, próximo a 50% entre 2004 e 2006, chegando a 40% em 2009. Com o desbravamento dessa nova fronteira, a partir de 2009, esse índice aumentou significativamente e ultrapassou a casa dos 60% em 2012, chegando a 78% em 2015. Destarte, esse é mais um fator que mostra a viabilidade de exploração dessas reservas, ainda ajuda a entender o “lastro” obtido pela empresa no mercado internacional.

Com base nos dados do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural de junho de 2018, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção das reservas do Pré-sal já representava 55,6% da produção total no Brasil. Naquele mês, dessas reservas saíram 1,840 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboe/d), frente a um total de 3,311 MMboe/d. Em relação à produção de abril de 2018, o volume explorado nessa fronteira foi 3,1% maior. Desse total, a Petrobras, enquanto operadora dos consórcios, foi responsável pela produção de mais de 3,116 MMboe/d, mais precisamente, 93% da produção do petróleo e 98% da produção de gás natural. A Tabela 12 mostra a evolução

⁸⁰ Disponíveis em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/sucesso-exploratorio/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

da produção de óleo e gás natural a partir das reservas dessa nova fronteira entre 2011 e 2017.

Tabela 12 – Petrobras: produção média diária das reservas do Pré-sal (2011 - 2017)

Ano/Dezembro	Petróleo (Mbbbl/d)	Gás Natural (MMm ³ /d)	Total (Mboe/d)	Número de poços	API médio*
2011	167,5	5,3	200,6	9	23,6°
2012	242,7	7,9	292,5	15	23,9°
2013	346,1	12,1	422,1	28	24,6°
2014	667,0	23,6	815,8	47	24,7°
2015	875,0	34,3	1.090,7	52	25°
2016	1.262,4	49	1.570,6	68	26,3°
2017	1.356,0	52	1.685,0	85	27°

Milhares de barris por dia (Mbbbl/d); Milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/d); Milhares de barris de óleo equivalente por dia (Mboe/d). *O API apresentado na tabela refere-se à medição da produção nacional total, não apenas do petróleo do pré-sal.

Fonte: Boletins da Produção de Petróleo e Gás Natural – ANP, 2018. Organização: RICETO, A. 2018.

Observando os dados da produção oriunda das reservas do Pré-sal, nota-se um crescimento de mais de 500% na produção total de tais reservas entre 2011 e 2015, saindo de pouco mais de 200 Mboe/d, para mais de 1.000 Mboe/d, respectivamente. Nesse período, a produção de petróleo aumentou cerca de 5 vezes, enquanto a produção de gás natural foi elevada em quase 6,5 vezes. A qualidade do óleo explorado também melhorou muito em relação a anos anteriores, tendo a produção alcançado um API médio de 27°, sendo 37,9% da produção total de óleo considerado leve ($\geq 31^\circ$) e 46,8% considerado médio ($\geq 22^\circ$ e $\leq 31^\circ$).

Comparando com a exploração realizada antes da descoberta do Pré-sal, “para que alcançássemos no Brasil a produção de óleo de 800 mil barris por dia, foram necessários 40 anos, com a contribuição de 6.374 poços” (AEPET, 2015, p. 7). Ou seja, o que se alcançou já em 2015, cerca de nove anos após as primeiras perfurações no Pré-sal, só havia sido alcançado 40 anos depois do início das explorações no Brasil. Esse é mais um fato que atesta a capacidade técnica da Petrobras e a elevada produtividade das reservas dessa formação.

Ao mesmo tempo em que a produção aumentou significativamente, o custo médio de exploração e o tempo necessário para a perfuração dos poços foram reduzidos. Em 2014, a extração tinha um custo por barril estimado em US\$ 14,00, já em 2018, a Petrobras revelou que esse custo havia caído para US\$ 7,00. Entretanto, vale destacar que esse valor não representa o custo total por barril, o denominado *break even*, que, no

caso do petróleo, representa o preço mínimo a partir do qual a produção é viável economicamente.

O *break even* é mais variável, uma vez que é composto tanto pelos custos técnicos e estruturais como por aspectos variáveis atrelados aos direitos financeiros do Estado sobre a exploração, tais como *royalties*, participações especiais, aluguéis pelas áreas e bônus de assinatura, os quais acompanham o valor do petróleo no mercado mundial (LESSA, 2015). O custo total por barril, no início de 2018, variava entre US\$ 30,00 e US\$ 40,00, ao passo que, em 2017, o *break even* médio foi de US\$ 54,40 (CASARIN, 2018). Já o tempo necessário para construção de poços foi reduzido em mais de 70%, saindo de 310 dias em 2010 para 89 dias no início de 2016⁸¹.

A despeito dessas ponderações acerca do quadro de endividamento e da importância estratégica alcançada pelas reservas do Pré-sal para a Petrobras, consequentemente para o Brasil, nos últimos dois anos, o protagonismo da empresa nessa nova fronteira passou a ser ameaçado. Em 2016, com o novo quadro de governança nacional, o Marco Regulatório do Pré-sal, mais especificamente a Lei Federal 12.351/10, foi alterado. Concomitantemente, uma nova gestão à frente da empresa deu outros rumos à produção de petróleo e gás natural, ampliando a venda de ativos, e vem fragilizando o domínio da Petrobras sobre as etapas mais complexas da produção do petróleo, como o refino, logo ameaça a estrutura produtiva integrada, estrutura comum e tomada como necessária entre as grandes estatais de petróleo, denominada como do “poço ao posto”. Além disso, com as mudanças na regulamentação, a Petrobras vem reduzindo sua presença à frente das operações no Pré-sal. O entendimento desse quadro é o foco do item a seguir.

2.5 - As Mudanças na Regulamentação, Desinvestimentos, e a Fragilização da Petrobras

Em 29 de novembro de 2016, foi sancionada a Lei Federal nº 13.365, a qual derivou do Projeto de Lei nº 131/2015, do então Senador José Serra, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e que alterou artigos da Lei Federal nº 12.351/10, a qual, por sua vez, era a base para o Marco Regulatório do Pré-sal sob o

⁸¹ Disponível em: <<https://presal.hotsitespetrobras.com.br/tecnologias-pioneiras/#4>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

regime de partilha. Entre as alterações mais danosas, em termos estratégicos, para a Petrobras e para a segurança energética nacional, a estatal perdeu a exclusividade de operar os consórcios de exploração dessa nova fronteira.

Com a nova legislação, para que a Petrobras seja o operador dos consórcios contratados para a exploração de novos blocos no Pré-sal, é necessário que, em até 30 dias depois de publicada no Diário Oficial da União (DOU) a autorização do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para o leilão, a empresa manifeste seu interesse em operar a exploração. Assim, os resultados financeiros imediatos foram colocados à frente do planejamento de longo prazo, o que não é adequado, por isso não é comum entre as empresas com o perfil da Petrobras. Com isso, abre-se a possibilidade de outras empresas, em especial as grandes transnacionais, operarem blocos nessa nova fronteira.

Com o elevado patamar tecnológico alcançado pela Petrobras na operação em águas ultraprofundas, a grande produtividade e os notáveis índices de sucesso nas perfurações nas áreas do Pré-sal, aliado ao conhecimento da empresa sobre os custos e os riscos existentes para a exploração, não faz sentido abrir mão de um papel com tamanho protagonismo e vantagem estratégica. Afinal, como tratado anteriormente, no item 2.2, a empresa operadora é a que dita o ritmo da produção, direciona os investimentos e articula o processo produtivo. Dessa forma, o operador é o responsável por conduzir todo o processo, da prospecção ao encerramento das atividades.

Ao mesmo tempo, não há necessidade de se licitar a exploração das reservas do Pré-sal a toque-de-caixa. Na realidade, considerando a estrutura e o papel desempenhado pela Petrobras ao longo de sua história, a posição dessa empresa no que se refere ao abastecimento energético nacional e, principalmente, no desbravamento do Pré-sal, é muito mais interessante para o país que ela esteja à frente da operação dos consórcios. Afinal, essa poderia, apoiada em um planejamento estratégico de caráter geoeconômico, voltar suas atividades de E&P para o desenvolvimento de outros setores da economia brasileira, como vinha sendo apontado com a Política de Conteúdo Local (PCL).

Na verdade, como afirma Guilherme Estrella, em entrevista publicada em 13 de junho de 2018, no canal do Sindipetro Litoral Paulista, no YouTube,

[...] a operação única é o que dá à empresa o direito de escolher a engenharia, escolher a tecnologia, escolher os centros de pesquisa que vai investir, [...] o operador tem essa vantagem, é por isso que eles (*empresas estrangeiras*)

foram contra essa coisa toda. Eu mesmo, como diretor, recebi inúmeros representantes estrangeiros discutindo a operação comigo, ‘porque vocês querem ser operadores?’ (*perguntavam*). Todo mundo quer ser operador, é na operação que você aprende, que se desenvolve tecnologia, novos procedimentos; e o pré-sal, como está a 2.400 metros de lâmina d’água e sete mil metros juntado as rochas que você vai ter que perfurar, você trabalha e opera no limite do conhecimento da tecnologia e isso tem um valor enorme. Porque você adquirindo experiência nisso você adquire uma competência, inclusive competitiva, gigantesca, porque se está ali naquele limite, do último grito de engenharia e tecnologia de exploração e isso vale um dinheiro, estrategicamente para a empresa isso é fundamental. Certa ocasião eu recebi o cônsul geral norte-americano no Rio de Janeiro, [...] dizendo ‘a gente está aqui, porque afinal vocês querem ser operadores únicos...’; eu disse: Sr. Cônsul, a Exxon conseguiu ser operadora única no pré-sal angolano... Ele ficou meio desconcertado... É isso, o operador é que decide a coisa, o operador é que desenvolve tecnologia e tudo mais [...]. (ESTRELLA, 2018, sp.- grifo nosso)

Além disso, partindo do fato de que a Petrobras é uma empresa estatal, cujo maior acionista é a União Federal⁸², essa deve cumprir um papel estratégico para o país, se ela fosse a única operadora, traria outras vantagens, tais como: 1) maior controle sobre a taxa de exploração das reservas, evitando a extração predatória ou mesmo a subestimação do volume explorado; 2) maior clareza sobre os custos dos empreendimentos de produção; 3) a promoção de uma política industrial capaz de estimular o desenvolvimento de outros setores da economia brasileira – com base na Política de Conteúdo Local (PCL) – consequentemente a geração de tecnologias e empregos dentro do país; 4) maior acesso da União, direta ou indiretamente, à parcela do óleo lucro advindo do modelo de partilha; 5) a relativa compatibilidade entre a produção e a demanda interna, em alguns momentos, a autossuficiência em volume bruto, como já alcançada conjuntamente em algumas oportunidades; 6) além do retorno dos volumosos investimentos realizados pela empresa no mapeamento e na análise das reservas dessa nova fronteira (AEPET, 2015).

A presença da Petrobras nos consórcios, com participação mínima de 30% como estava inicialmente definido no Marco Regulatório do Pré-sal, traria ganhos significativos à empresa e a seus acionistas, afinal, como demonstrado no item anterior (2.4), a taxa de sucesso exploratório é muito elevada, o volume e a produtividade dos campos incontestáveis, a qualidade do óleo extraído dessas reservas é elevada, o custo

⁸² Em 30 de junho de 2018, 50,26% das ações ordinárias (ON) da empresa pertenciam à União Federal. Somando esse percentual aos pertencentes ao BNDES e à Caixa Econômica Federal, outros dois bancos públicos, chegava-se a mais de 63,5%. Ao mesmo tempo, 46,2% do capital social da empresa pertenciam a essas mesmas entidades. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/capital-social>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

de extração por barril vem caindo, ainda, os custos da operação, *royalties* e outras participações são integralmente bancados pela União quando é realizada uma descoberta comercial. Ou seja, os investimentos realizados pelas empresas serão ressarcidos – no caso da Petrobras repatriados –, cabendo à partilha apenas o excedente em óleo. Tais aspectos estão definidos nos três primeiros incisos do Art. 2º do Marco Regulatório do Pré-sal, os quais não foram alterados pela Lei Federal nº 13.365/16, e definem como

I - partilha de produção: regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à apropriação do custo em óleo, do volume da produção correspondente aos royalties devidos, bem como de parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato;

II - custo em óleo: parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, exigível unicamente em caso de descoberta comercial, correspondente aos custos e aos investimentos realizados pelo contratado na execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações, sujeita a limites, prazos e condições estabelecidos em contrato;

III - excedente em óleo: parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos a ser repartida entre a União e o contratado, segundo critérios definidos em contrato, resultante da diferença entre o volume total da produção e as parcelas relativas ao custo em óleo, aos royalties devidos e, quando exigível, à participação de que trata o art. 43; (BRASIL, 2016).

Isso corrobora a afirmação de Sombra (2015), que entende a Petrobras, entre as grandes empresas do setor de hidrocarbonetos mundial, como a que apresentava as melhores condições e perspectivas futuras, uma vez que contava com reservas de grande volume, significativa qualidade e produtividade, custos decrescentes por unidade produzida, acesso garantido a um dos maiores mercados consumidores do mundo – o brasileiro –, o qual ainda apresenta grande potencial de crescimento, e, com isso, elevada capacidade de geração de caixa. Ou seja, mesmo diante de grandes desafios orçamentários para alavancar a produção na fronteira do Pré-sal, o lastro econômico/financeiro da empresa estava no seu *know-how* tecnológico e no seu papel de operadora única da exploração dessas gigantescas reservas. Como afirma Guilherme Estrella, em entrevista concedida ao Jornal Fórum, publicada no canal do mesmo jornal no YouTube, em 06 de junho de 2018,

[...] o pré-sal trazia a sustentabilidade da companhia no longo prazo, ao longo de todo o século XXI, então quando você modifica, tira a Petrobras de

operadora única, você quebra a PCL, você quebra o sistema, você fere o projeto de desenvolvimento genuinamente brasileiro [...].

Porém, os agentes responsáveis pela mudança na participação da Petrobras nos consórcios com a nova legislação a partir de 2016 e pelo aprofundamento da política de desinvestimentos e desarticulação do sistema produtivo usaram como argumento a tese de um endividamento alarmante, o que, nessa perspectiva, limita a capacidade financeira da empresa para novos investimentos. O que ocorre nos últimos dois anos é a venda de ativos importantes e a mudança na perspectiva da empresa, de uma companhia integrada, bem estruturada no sistema “do poço ao posto”, para uma empresa mais dependente da importação de derivados, tecnologia e que está concentrando sua atuação no setor de exploração e produção.

Mais expressivamente a partir de 2016, a Petrobras vem se desfazendo de ativos e restringindo investimentos. Entre 2015 e final de 2016, a soma de tais operações alcançou a cifra de US\$ 13 bilhões. Dentre os ativos vendidos nesse período se destacam: aproximados 2.500 km de gasodutos na região Sudeste (REUTERS, 2016 a); a participação da empresa (66%) no consórcio de exploração do bloco BM-S-8, no campo de Carcará, na Bacia de Santos (REUTERS, 2016 b); a subsidiária Liquigás, que atua no engarrafamento, na distribuição e na venda de gás liquefeito de petróleo (SAMORA; GAIER, 2016). Já em 2017, foram vendidos ¼ da participação da empresa no Campo de Roncador, na Bacia de Campos, e do campo do Azulão, na Bacia do Amazonas. Além disso, em dezembro de 2017, foi realizada a abertura de capital da BR Distribuidora, com a venda de quase 335.000.000 ações, representando cerca de 30% da companhia (NUNES; LUNA, 2017).

Em 2018, o campo⁸³ da Lapa e a área de Iara, ambas de exploração no Pré-sal, na Bacia de Santos, foram vendidas à Total (francesa). Na exploração do campo da Lapa, que já está em produção desde 2016, a empresa estrangeira arrematou 35% dos 45% que a Petrobras possuía, bem como passou a ser a operadora do consórcio. Na área de Iara, que é formada pelos campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, a Petrobras segue como operadora, mas se desfez de 22,5% de sua participação no consórcio (REUTERS, 2018). Além disso, a empresa está articulando a venda de 60% de sua

⁸³ Segundo a Lei Federal nº 9.478/97, campo é parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural.

participação em refinarias da região Sul e Nordeste do país, o que representará entregar à iniciativa privada ¼ da capacidade de refino nacional. As unidades que serão negociadas são as refinarias Alberto Pasqualini (RS) – REFAP, Presidente Getúlio Vargas (PR) – REPAR, Landulpho Alves (BA) – RLAM e Abreu e Lima (PE) – RNEST (PAMPLONA, 2018). Porém, vale destacar que a venda incluirá toda a infraestrutura logística de escoamento de combustíveis das unidades, com 12 terminais e 24 dutos (O GLOBO, 2018).

Em 30 de janeiro de 2019, a empresa anunciou a venda da refinaria de Pasadena, no estado do Texas (EUA) para estadunidense Chevron por US\$ 562 milhões, cerca de 1/3 do valor final investido para a aquisição dela, US\$ 1,885 bilhão⁸⁴. A aquisição de tal refinaria pela Petrobras ocorreu em 2006, quando a empresa estava em franca expansão de suas atividades no exterior e comprou metade de Pasadena por US\$ 360 milhões. Com capacidade de refino de 120.000 barris de petróleo por dia, a ideia era faturar parte do mercado de combustíveis estadunidense, o maior do planeta. Bem localizada, próxima ao porto de Houston, conta com boa infraestrutura logística o que facilitaria o escoamento de produtos para o interior dos EUA. Entretanto, após a descoberta do Pré-sal e com a reorientação da política de investimentos da Petrobras, tal plano perdeu relevância para a estatal. Em uma ação judicial encerrada em 2012, movida desde 2008 pela empresa sócia da Petrobras, a Astra Holding USA, a estatal brasileira foi obrigada a comprar os outros 50% da refinaria. A operação custou quase US\$ 640 milhões de dólares à Petrobras.

Ativos estratégicos das áreas de logística, de produção e de beneficiamento fazem parte da carteira de liquidação. Entre os ativos liquidados, vale destacar a perda do controle sobre a distribuição de gás natural na região mais povoada e industrializada do país, a venda de uma das mais promissoras reservas do Pré-sal até aqui descobertas, a de Caracará, e a articulação para desfazer-se de parte das refinarias do grupo. Essas ações ocorrem, paradoxalmente, diante de um quadro futuro de aumento da demanda interna, o qual exigirá ao menos outras duas refinarias para evitar um quadro de desabastecimento (PAMPLONA, 2016)⁸⁵.

⁸⁴ Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/petrobras/noticia/7903343/aporte-de-us-19-bi-venda-por-us-562-mi-a-historia-de-pasadena-que-a-petrobras-quer-esquecer>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

⁸⁵ Sem a conclusão das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e sem construção das refinarias Premium do Nordeste, segundo estudo publicado pela ANP em 2016, até 2026 o

O sistema de distribuição de gás natural da região Sudeste, por exemplo, adquirido pelo consórcio liderado pela empresa canadense Brookfield Asset Management, por US\$ 5,2 bilhões, correspondeu inicialmente a 90% das ações da malha da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), agora NTS S/A. Tal sistema de distribuição compunha um sistema logístico integrado de abastecimento derivado de uma série de aquisições feitas pela Petrobras ao longo dos últimos quinze anos⁸⁶. A NTS detém um sistema integrado ao gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) e responde pelo abastecimento de 50% do mercado nacional, envolvendo os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, com mais de 2.000 km de extensão e uma capacidade de distribuição de quase 160.000.000 de m³/dia, a malha de gasodutos da NTS desfruta de estratégica proximidade com as áreas de exploração, processamento e consumo de gás natural no mercado brasileiro⁸⁷. Afinal, além do crescente consumo desse combustível no mercado nacional, a região Sudeste consome aproximadamente 55% da demanda total do país, e, nas Bacias de Campos e Santos, localizadas junto ao litoral das regiões sul e sudeste, são explorados cerca de 70% do gás natural brasileiro (ANP, 2018).

A Figura 3 retrata a espacialidade da malha de gasodutos da NTS. Contrapondo a referida Figura ao Mapa 7, da página 175 é possível perceber a representatividade espacial e o quanto a localização do sistema NTS se apresenta estratégica no território brasileiro.

país precisará importar cerca de 742.000 barris de derivados por dia, o que, em 2030, ultrapassará 1.200.000 barris por dia.

⁸⁶ Em 2003, em meio ao crescimento do consumo de gás natural na matriz energética brasileira e para garantir o atendimento ao Projeto Prioritário de Termelétrica (PPT), foi lançado o Projeto Malhas, o qual ampliou as malhas de gasodutos do Nordeste e do Sudeste do país. Inicialmente, essa associação foi estabelecida para atender a dois acordos para transporte de gás por meio da construção e da operação de gasodutos nas regiões nordeste e sudeste. O consórcio era liderado pela Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, e era composto por Nova Transportadora Nordeste (NTN), Nova Transportadora Sudeste (NTS), Transportadora Nordeste e Sudeste (TNS), e Petrobras Transporte (Transpetro). Os primeiros gasodutos, nas regiões nordeste e sudeste, foram entregues em 2006. Dois anos depois, em 2008, em momento de força da Petrobras e euforia com a descoberta do pré-sal, a TAG deu início à sua consolidação por meio da compra de outros ativos no setor de transporte de gás natural. Naquele ano, a transportadora da Petrobras adquiriu a TNS e a Transportadora Capixaba de Gás (TCG), já em 2010, a compra foi da Transportadora Urucu Manaus (TUM), em 2012, da Transportadora Gasene e, finalmente, em 2014, da própria NTS e da NTN. Com isso, a Petrobras, por meio da TAG, passava a ter protagonismo inédito no setor, concentrando operações nos maiores mercados de consumo de gás natural do país. Disponível em: <<https://www.ntsbrasil.com/>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

⁸⁷ Disponível em: <<https://www.ntsbrasil.com/>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

Ainda que a venda integral da Liquigás, que foi acertada entre a Petrobras e a Ultragaz em novembro de 2016 por R\$ 2,8 bilhões, tenha sido reprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)⁸⁸, as articulações para a liquidação do ativo seguem, e isso tirará a estatal de um mercado socioeconomicamente delicado e importante, o de engarrafamento, distribuição e venda do gás de cozinha, o gás liquefeito de petróleo (GLP). Além disso, com as restrições impostas pelo Cade, é possível que a venda do ativo seja feita para alguma grande empresa estrangeira que ainda não atue no mercado brasileiro (ADACHI, 2018).

A prioridade por investimentos de retorno rápido, algo temerário no tocante no setor de petróleo e de gás natural, foi usada como justificativa para a liquidação da participação da Petrobras no consórcio de exploração do campo de Carcará. Sem total clareza da extensão vertical de suas reservas, essa província, que vinha sendo prospectada pelo consórcio operado pela Petrobras desde 2012, é considerada uma das mais promissoras já mapeadas no Pré-sal. As reservas recuperáveis chegam a mais de 2,6 bilhões de barris de óleo estimado (boe), simplesmente o dobro do estipulado no ato da compra do ativo pela Equinor, 1,3 boe (CHAGAS, 2018).

Com grandes volumes e elevada qualidade⁸⁹, o campo de Carcará tem o início de sua produção estipulada para 2023/2024 e tem como atuais integrantes do consórcio de exploração a norueguesa Statoil (atualmente tratada como Equinor), com 36,5% de participação, a qual é também a operadora, a estadunidense ExxonMobil com os mesmos 36,5%, a portuguesa Petrogal, com participação de 17%, e a brasileira Barra Energia, com 10%. Entretanto, articulações em curso levarão à saída da única empresa brasileira remanescente no consórcio, uma vez que a Equinor está comprando os 10% da Barra⁹⁰. Assim, o consórcio que tinha 86% composto por empresas brasileiras, sendo

⁸⁸ Órgão público que avalia as fusões empresariais para evitar monopolização de mercado.

⁸⁹ Segundo publicações da Petrobras realizadas entre 2012 e 2015, as perfurações no Bloco BM-S-8, indicam óleo com API de 31°, considerado leve, com qualidade e valorização maiores no mercado internacional. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/nova-descoberta-de-petroleo-no-pre-sal-da-bacia-de-santos-0>>; <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/pre-sal-perfuracao-confirma-potencial-de-petroleo-de-boa-qualidade-em-carcara.htm>>; <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/novo-poco-confirma-potencial-de-petroleo-leve-na-area-de-carcara-no-pre-sal-da-bacia-de-santos.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

⁹⁰ Conforme reportagem do dia 04/07/2018. Disponível em: <https://app.mercadomaritimo.com.br/articles/-LG_CGXZEXMPiTa1Fcn6/equinor-alinha-parceria-na-area-de-carcara-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Petrobras (66%) a operadora, Barra Energia (10%) e Queiroz Galvão Exploração e Produção (10%), logo terá a seguinte composição: Equinor/Statoil 40%, ExxonMobil 40% e Petrogal 20%.

Em outubro de 2017, a Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda., em parceria com a ExxonMobil Exploração Brasil Ltda., e a Petrogal Brasil S.A., subsidiária da Galp, tendo a Statoil como operadora, venceram a licitação para exploração Carcará Norte, oferecido na Segunda Rodada de Leilão do Pré-sal. Segundo estudos realizados pela Petrobras, a perfuração do poço denominado 3-SPS-105 atestou em Carcará Norte grande potencial de reservas e produção. Tal área possui características geológicas e petrolíferas muito semelhantes à de Carcará (poço 4-SPS-86B). Localizado a aproximadamente 4,6 km do poço descobridor da primeira reserva, as perfurações na área indicaram grandes volumes de óleo leve (31° API) em uma coluna de reservatórios contínuos e conectados com mais de 350 metros de espessura. Condições e potencialidades muito parecidas também foram constatadas em perfurações realizadas a noroeste destas, no poço 3-SPS-104DA, informalmente chamado de Carcará Noroeste (PETROBRAS, 2015).

Tais dados reforçam a elevada produtividade de Carcará. conseqüentemente seu caráter estratégico para qualquer empresa que viesse a explorá-la. Ao mesmo tempo, levanta-se o questionamento sobre a viabilidade da liquidação desse ativo pela diretoria da Petrobras depois de ela ter sido a empresa responsável por liderar o consórcio que mapeou e perfurou os poços de teste, a que mais investiu nesse projeto. No início de 2013, antes das perfurações dos poços em Carcará Norte e Noroeste, os investimentos nesse ativo já haviam ultrapassado US\$ 300 milhões, e as medições atestavam uma produtividade diária de petróleo superior a qualquer outro poço já perfurado no Pré-sal (DURÃO, 2013). Tal cenário converge com o argumento de Guilherme Estrella, em entrevista disponível no canal do YouTube do Diário do Cidadão, publicado em 13 de junho de 2018, que afirma

[...] o pessoal (*empresas estrangeiras*) esperavam a Petrobras descobrir (*as reservas*) pra eles virem atrás, eles são os corsários [...] que representam seus países, são corsários nas águas brasileiras, [...] então a Petrobras investe, correndo risco, descobre o pré-sal, que estava aí pra eles descobrirem, mas não quiseram investir no Brasil, eles querem é saquear nossas riquezas [...] a hora que nós começamos a vender campos do pré-sal, estamos funcionando como uma instituição de fomento para essas empresas ganharem dinheiro [...] (ESTRELLA, 2018, sp. – grifos nossos).

Analisando a evolução do quadro resultante das licitações de reservas na área do Pré-sal, nota-se o crescimento do capital estrangeiro, em especial a partir da flexibilização do Marco Regulatório de 2010. Entre 2013 e setembro de 2018, foram realizadas cinco rodadas de licitações para concessão de exploração do pré-sal via regime de partilha. Na primeira rodada, ainda sob o Marco Regulatório de 2010 (Lei Federal nº 12.351/10), o campo de Libra, com reservas estimadas entre 8 e 12 bilhões de barris recuperáveis de petróleo⁹¹, foi arrematado pelo consórcio formado pela Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%) e as chinesas CNPC e CNOOC (10% cada), sendo a estatal brasileira a operadora. As quatro outras rodadas ocorreram entre outubro de 2017 e setembro de 2018, já sob a flexibilização do Marco Regulatório. A composição empresarial dos consórcios exploradores constituídos nas 5 primeiras rodadas são apresentados na Tabela 13.

Na segunda e na terceira rodadas, realizadas juntas em outubro de 2017, o valor arrecadado com o bônus de assinatura ficou abaixo do esperado, atingindo 79% do inicial. Nessas, seis áreas foram arrematadas: Sul de Gato do Mato pelo consórcio Shell (80%) e Total (20%), com bônus de assinatura de R\$ 100 milhões; Entorno de Sapinhoá por Petrobras (45%), Repsol (25%) e Shell (30%), e bônus de assinatura de R\$ 200 milhões; Norte de Cárcará, pela Exxon Mobil (40%), Statoil (Equinor) (40%) e Petrogal (20%), com bônus de assinatura de R\$ 3 bilhões; Peroba, pela Petrobras (40%), BP (40%) e CNODC (20%), com bônus de assinatura de R\$ 2 bilhões; Alto de Cabo Frio Oeste, por Shell (55%), CNODC (20%) e QPI (25%) e bônus de assinatura de R\$ 350 milhões; por fim, Alto de Cabo Frio Central, por Petrobras (50%) e BP (50%) e um bônus de assinatura de R\$ 500 milhões. Nessas ganharam destaque o aumento de empresas participantes e a perda de protagonismo da Petrobras. Outras duas áreas ofertadas não foram arrematadas, Sudoeste de Tartaruga Verde e Pau Brasil.

⁹¹ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/campo-de-libra-tem-potencial-para-ser-o-maior-do-pais/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Tabela 13 – Campos e blocos do Pré-sal concedidos sob o regime de partilha nas cinco primeiras rodadas (2013/2018)

RODADA	BACIA	CAMPO/BLOCO	CONSÓRCIO E OPERADOR (*)	BÔNUS	ÓLEO-LUCRO
I	SANTOS	Libra	Petrobras* (40%), Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%), CNOOC (10%).	R\$ 15 bilhões	41,65%
II	SANTOS	Entorno de Sapinhoá	Petrobras* (45%); Repsol Sinopec (25%); Shell Brasil (30%).	R\$ 200 milhões	80%
		Norte de Carcará	Equinor Brasil* (40%); Petrogal Brasil (20%); ExxonMobil Brasil (40%).	R\$ 3 bilhões	67,2%
		Sul de Gato do Mato	Shell Brasil* (80%); Total E&P do Brasil (20%)	R\$ 100 milhões	11,53%
III	CAMPOS	Alto de Cabo Frio Central	Petrobras* (50%) e BP Energy (50%).	R\$ 500 milhões	75,86%
	SANTOS	Alto de Cabo Frio Oeste	Shell Brasil* (55%); CNOOC Petroleum (20%); QPI Brasil (25%).	R\$ 350 milhões	22,87%
		Peroba	Petrobras* (40%); CNODC Brasil (20%); BP Energy (40%).	R\$ 2 bilhões	76,96%
IV	SANTOS	Uirapuru	Petrobras* (30%); Petrogal Brasil (14%); Statoil Brasil O & G Brasil (28%); ExxonMobil Brasil (28%).	R\$ 2,65 bilhões	75,49%
		Três Marias	Petrobras* (30%); Chevron Brasil (30%); Shell Brasil (40%).	R\$ 100 milhões	49,95%
	CAMPOS	Dois Irmãos	Petrobras* (45%); Statoil Brasil O & G (25%); BP Energy (30%).	R\$ 400 milhões	16,43%
V	SANTOS	Saturno	Shell Brasil* (50%); Chevron Brasil Óleo (50%).	R\$ 3,125 bilhões	70,2%
		Titã	ExxonMobil Brasil* (64%); QPI Brasil (36%).	R\$ 3,125 bilhões	23,49%
		Pau-Brasil	BP Energy* (50%); Ecopetrol (20%); CNOOC Petroleum (30%).	R\$ 500 milhões	63,79%
	CAMPOS	Tartaruga Verde	Petrobras* (100%).	R\$ 70 milhões	10,01%

Fonte: ANP, 2018. Organização: RICETO, A. 2018.

Na quarta rodada, três dos quatro blocos ofertados foram arrematados. Foram disponibilizados Uirapuru, Três Marias, ambos na Bacia de Santos, Dois Irmãos e Itaimbezinho, estes na Bacia de Campos, mas o último não recebeu ofertas. Na configuração dos consórcios para a exploração, a Petrobrás, como líder e operadora, só venceu no bloco de Dois Irmãos, onde divide com Statoil Brasil O & G (Equinor) e

British Petroleum (BP). Tal bloco não gerou concorrência e teve um bônus de assinatura de R\$ 400 milhões, com uma oferta de óleo lucro de 16,43% ao Estado. Nos blocos de Uirapuru e Três Marias, os mais atrativos da rodada, os consórcios liderados pela estatal brasileira, que teria 45% e 40% respectivamente, foram derrotados, o que obrigou a empresa, em um prazo de 30 minutos, a exercer o direito de preferência, que deu a ela a participação mínima de 30% nos consórcios. Assim, no bloco de Três Marias, que concederá à União 49,95% do óleo lucro e um bônus de assinatura de R\$ 100 milhões, a Petrobrás terá que se juntar à Chevron e à Shell. Já o bloco de Uirapuru foi inicialmente arrematado pela Petrogal, Equinor e ExxonMobil, que ofereceram à União 75,49% do óleo lucro e um bônus de assinatura de R\$ 2,65 bilhões. Para a assinatura dos contratos dos três blocos, a Petrobras investiu R\$ 1 bilhão⁹².

Na quinta rodada, foram licitados os blocos de Saturno, Titã, Pau-Brasil, na Bacia de Santos, e Tartaruga Verde, na Bacia de Campos. Desses, o de Tartaruga Verde foi arrematado pela Petrobrás, que foi a única empresa a fazer oferta, com um percentual de óleo-lucro de 10,01% para a União e bônus de assinatura de R\$ 70 milhões. Os demais blocos, os maiores, foram arrematados por empresas estrangeiras, entre as quais se destacam a Shell, a Chevron, a ExxonMobil e a BP. “Dos 17,39 bilhões de reservas (petróleo *in place*) estimados pela ANP, as empresas estrangeiras adquiriam 92,6%” (PINTO, 2018). No total, os bônus de assinatura chegaram a R\$ 6,82 bilhões.

O bloco de Saturno, com reservas estimadas em 8,3 bilhões de barris⁹³, o maior dos licitados nessa rodada, foi arrematado pelo consórcio formado pela anglo-holandesa Shell, que será a operadora, e a estadunidense Chevron. Este ofereceu 70,2% do óleo-lucro à União e um bônus de assinatura de R\$ 3,125 bilhões. Titã ficou com o consórcio composto pela estadunidense ExxonMobil, responsável por operar as atividades, e a QPI, do Qatar, as quais ofereceram 23,49% do óleo-lucro e bônus de assinatura de R\$ 3,125 bilhões. Já o bloco de Pau-Brasil foi concedido ao consórcio formado pelas estrangeiras BP Energy (britânica), a qual operará o consórcio, CNOOC (chinesa) e Ecopetrol (colombiana). Tal consórcio ofereceu ao Estado brasileiro 63,79% do óleo-

⁹² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/confira-quem-levou-cada-bloco-da-4-rodada-do-leilao-do-pre-sal-22754595#ixzz5WY7P98Ve>>; <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,competicao-marcou-o-4-leilao-do-pre-sal>>; <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/por-r-315-bilhoes-governo-vende-tres-de-quatro-areas-em-leilao-de-pre-sal.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

⁹³ Disponível em: <<https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/23332-apos-cinco-leiloes-multinacionais-ja-sao-donas-de-75-das-reservas-do-pre-sal>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

lucro e bônus de R\$ 500 milhões. O Mapa 5 traz as áreas licitadas nas reservas do Pré-sal sob o modelo de partilha nestas cinco primeiras rodadas, e ainda as áreas destinadas a sexta rodada, prevista para acontecer no segundo semestre de 2019.

Mapa 5 – Áreas do Pré-sal já concedidas sob o modelo de partilha e áreas ofertadas na Sexta Rodada - 2013/2019



Há uma ampla participação de empresas estrangeiras na exploração das reservas do Pré-sal, destacando-se as asiáticas, europeias e estadunidenses. Estas ganharam espaço a partir da II rodada, representadas pela ExxonMobil e pela Chevron. Dos 14 consórcios listados, a Petrobras é operadora em 8. Tal número aparentemente aponta para um protagonismo da empresa brasileira no processo, porém as áreas mais cobiçadas por suas grandes reservas e pelo potencial de retorno dos investimentos estão sob o controle de capitais estrangeiros. Na verdade,

[...] as petrolíferas estrangeiras abocanharam a maior parte das reservas do Pré-Sal brasileiro que foram licitadas. Ao todo, 13 multinacionais já se apropriaram de reservas equivalentes a 38,8 bilhões de barris de petróleo, de um total de 51,83 bilhões de barris que foram leiloados. Juntas, essas empresas concentram 75% das reservas, onde são operadoras em seis dos 14 blocos licitados. As britânicas Shell e BP já acumulam 13,5 bilhões de barris de petróleo em reservas do Pré-Sal. Mais do que a própria Petrobras, que detém 13,03 bilhões de barris em campos leiloados nas cinco rodadas da ANP (FUP, 2018, sp.).

Tal perda de protagonismo da Petrobras pode se estender para além do controle sobre a exploração das reservas e da distribuição de gás natural e alcançar o mercado de derivados de petróleo. Já está em curso a articulação para a venda das refinarias nas regiões nordeste e sul do país. Juntas, Alberto Pasqualini – REFAP (Canoas – RS), Presidente Getúlio Vargas – REPAR (Araucária – PR), Landulpho Alves – RLAM, (São Francisco do Conde – BA), e Abreu e Lima – RNEST (Ipojuca – PE), representavam, em maio de 2018, 36,5% da capacidade brasileira autorizada⁹⁴ de refino e foram responsáveis por 33,6% do petróleo processado no Brasil (MME, 2018).

Ao mesmo tempo, a soma da capacidade instalada de refino dessas mesmas unidades corresponde a 40% do total instalado pela Petrobras, empresa que responde por 99% do refino realizado no Brasil (PEREIRA, 2018). Diante desse panorama, é indiscutível a relevância econômica e energética de tais unidades na composição do abastecimento interno brasileiro.

Considerado o sétimo maior do mundo, o mercado brasileiro consome diariamente cerca de 2,3 milhões de barris de petróleo, ainda há a perspectiva de alcançar 2,9 milhões de barris/dia em 2030 (PEREIRA, 2018). Ao mesmo tempo, caso a venda do controle das refinarias seja concluída, o controle do abastecimento do mercado

⁹⁴ A capacidade autorizada bem como sua ampliação são definidas pela ANP a partir de testes operacionais.

de combustíveis da região Sul do Brasil será transferido à iniciativa privada, já que é quase integralmente atendido pela REFAP e pela REPAR, as quais concentram a capacidade de refino ali. Em maio de 2018, a capacidade de processamento autorizada era de quase 434.000 barris de petróleo por dia (bpd), e o processamento efetivo foi de quase 309.000 bpd (MME, 2018).

No caso das refinarias da região Nordeste, chama a atenção o caso da RNEST. Considerada o marco da retomada da construção de refinarias no país depois de mais de duas décadas, e a mais moderna das refinarias da Petrobras, inicialmente seria fruto de uma parceria entre a estatal brasileira e a estatal venezuelana (PDVSA), a qual foi desfeita em 2013. Em construção desde 2006, a refinaria é composta por dois conjuntos de unidades de refino (Trens). Desde 2014, opera com o primeiro Trem, com capacidade projetada de 115.000 bpd, mas está autorizada a processar apenas 100.000 bpd. O segundo Trem segue em construção e em janeiro de 2015 tinha 82% das obras concluídas. Com um orçamento estipulado, em 2009, de quase US\$ 13,5 bilhões, tem, entre as refinarias brasileiras, a maior taxa de conversão de petróleo cru em diesel (PETROBRAS, 2015). Atualmente, a RNEST corresponde a cerca de 30% do diesel S-10 produzido no país e ampliou em mais de 50% a movimentação de cargas no Porto de Suape entre 2014 e 2017 (CLEMENTE, 2018).

É sabido que, desde a quebra do monopólio da União sobre o mercado de hidrocarbonetos em 1997, nenhuma grande refinaria foi construída pelo capital privado, fosse ele nacional ou internacional. Ao mesmo tempo, as refinarias que estão na alça de mira da privatização passaram por melhorias e reestruturações recentes realizadas pela Petrobras, as quais ampliaram suas capacidades de refino e atendimento de mercado. Porém, com a venda do controle dessas unidades, mesmo diante do aumento da demanda projetada para o mercado interno, tal panorama de investimentos pode não ter sequência, uma vez que a liquidação não está atrelada a ampliações ou novos investimentos. Além disso, a fórmula adotada nos últimos dois anos para a composição dos preços dos combustíveis no mercado interno favorece a importação, o que pode ser ampliado nesse cenário, pois “a lógica passa a ser o lucro, não mais o atendimento à segurança energética” (PEREIRA, 2018, p. 2). No caso da RNEST, mesmo com a transferência do projeto para a iniciativa privada, não há garantia do término das obras, entretanto o empreendimento seguirá recebendo os benefícios fiscais e financeiros concedidos pelas diferentes esferas do Estado (CLEMENTE, 2018).

Esse processo preocupa, uma vez que desarticula rapidamente a estrutura integrada no modelo “do poço ao posto” construída ao longo de décadas. A transferência de setores estratégicos da cadeia do petróleo e do gás natural para a iniciativa privada, buscando a melhor taxa de reprodução do capital para seus investidores, reduz as chances de investimentos no país. Assim, ameaça o papel estratégico que a Petrobras e todo o setor que ela movimenta, em especial após a descoberta das reservas do Pré-sal, deveriam desempenhar no desenvolvimento socioeconômico do país.

Abdicar da capacidade de refino, depois de pesados investimentos para melhoria das unidades existentes e da construção de novas refinarias, como a COMPERJ e a RNEST, para se submeter a uma provável ampliação da importação para suprir a demanda interna, não é uma das melhores opções para o país. Além disso, poucos países dispõem das mesmas dimensões, de uma matriz de transporte tão concentrada no modal rodoviário, de reservas volumosas e com significativa qualidade, e ainda capacidade técnica e econômica de exploração e processamento, como as encontradas no Brasil. Esses fatores deveriam ser usados estrategicamente para tornar nosso mercado interno mais estável e competitivo.

É certo que, conforme afirma Estrella, em entrevista ao Canal do Cidadão no Youtube, “[...] a missão de uma empresa estatal não é dar prejuízo, ao contrário, tem que dar lucro, mas ela tem que ser preparada pra servir à sociedade e não (*simplesmente*) servir aos seus acionistas [...]”. Na verdade, as empresas estatais, em especial as do campo energético, devem exercer papel estratégico na economia de seus países, o de atender às necessidades de longo prazo, compondo parte da política de Estado, para servirem a um projeto nacional, e não simplesmente serem submetidas aos interesses especulativos do capital financeiro/rentista, ou de seus acionistas, quando de capital aberto (ARAÚJO, 2018).

Ao mesmo tempo, a desarticulação do sistema produtivo da Petrobras, somado à ampliação da concorrência no mercado interno, derivada da nova formulação de preços de venda que acompanha a cotação do petróleo no mercado internacional e estimula a importação de derivados, fragiliza a empresa e sua posição no mercado internacional. Em outra entrevista, esta concedida ao canal da TV Ulbra, publicada em janeiro de 2018, Guilherme Estrella afirma

A Petrobras está sendo apequenada, sendo esquarterada, [...] pois, todo o sistema industrial da empresa ele foi, está sendo, destruído. Então você quebra os elos, isola os segmentos, as partes e vende por partes, mas quando você vende essas partes você fragiliza o sistema todo, você diminui o valor de cada um dos pedaços, por que o que mantinha a atratividade do processo industrial administrado pela Petrobras era o sistema (integrado) [...] e o conceito desse sistema ele é anticíclico, ou seja, se um elo dá prejuízo, o outro dá lucro, então a gestão do sistema é muito mais equilibrada e sustentada a longo prazo, [...] o valor dos pedaços desvalorizados juntos é muito menor que o valor do sistema inteiro (*integrado*), na verdade (*ao esquarterar a empresa*) você está caminhando para a insustentabilidade da Petrobras, ou a concentração da Petrobras (*apenas*) nas partes mais lucrativas do sistema (*o que pode interessar ao mercado financeiro, mas não ao país*), [...] quem é o prejudicado (?) é o Brasil. (ESTRELLA, 2018, sp. – grifo nosso).

Ainda que as liquidações desses ativos sejam questionadas e embargadas pelo Cade ou por ações judiciais movidas por outros atores sociais, o que se destaca é a disposição da atual gestão, tanto da estatal quanto do país, de seguir com tais vendas, mesmo que isso desarticule o sistema produtivo brasileiro, o que corre o risco de reduzir a eficiência desse e aumentar os custos internos de produção de derivados. Ao mesmo tempo, como já demonstrado, as justificativas usadas – de endividamento e restrições de capacidade de investimentos – não se sustentam diante das próprias características da cadeia do petróleo, do escalonamento da dívida, do lastro até então fornecido pelo Pré-sal e pelo *know-how* da empresa e das características estratégicas dos ativos. Assim, o que se acompanha é um desmonte da estrutura produtiva e do gigantismo até então alcançados pela Petrobras ao longo de sua história, principalmente neste século.

Segundo o Anuário Estatístico da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de 2017, as reservas nacionais comprovadas de petróleo e gás natural diminuíram de maneira significativa, 2,8% e 12,2% respectivamente, frente ao ano de 2015. Em parte, tal quadro deriva do aumento da produção total, porém reflete também a fragilização e a redução dos investimentos da Petrobras, uma vez que a estatal é, e sempre foi, a principal desbravadora de novas fronteiras no país e na revitalização de campos maduros no pós-sal e terrestres, área de exploração cuja produtividade vem diminuindo. A soma desses aspectos leva a uma gradual redução das reservas nacionais.

Em meio a todo esse cenário, a gestão de Pedro Parente à frente da Petrobras, seguindo a lógica da internacionalização da cadeia nacional dos combustíveis, a partir de julho de 2017 alinhou os preços domésticos do diesel e da gasolina ao mercado internacional dolarizado e, ao reduzir a atividade das refinarias brasileiras a cerca de $\frac{3}{4}$ da capacidade instalada, ampliou a necessidade de importação de derivados (COSTA;

LEÃO, 2018). Assim, a direção da Petrobras, empresa que comanda o mercado interno brasileiro, abriu mão de parte desse mercado e facilitou a importação de derivados por empresas estrangeiras. Essa equação teve como resultado sucessivas variações dos preços do diesel e da gasolina, em sua maioria aumentos. Tal panorama instável compromete o planejamento de custos produtivos, em especial o logístico, dada a dependência do modal rodoviário e a grande quantidade de transportadores autônomos componentes dessa matriz, os quais são responsáveis por 40% das cargas transportadas no país⁹⁵.

Entre junho de 2017 e setembro de 2018, o preço do diesel nas refinarias acumulou alta de 69,46%, enquanto o da gasolina foi de 69,62% (DOLCE, 2018). Ao mesmo tempo, tomando como base o valor médio de distribuição, entre junho de 2017 e dezembro de 2018, o preço do diesel comum saiu de R\$ 2,55 para R\$ 3,05, um aumento de R\$ 0,50 por litro, o que representa 19,6%. Se comparado ao preço médio de distribuição de abril de 2019, R\$ 3,18, desde junho de 2017, a alta do preço foi de 24,7%. O preço médio de revenda no varejo saltou de R\$ 2,98, em junho de 2017, para R\$ 3,57, em abril de 2019 (ANP, 2019). Vale destacar que, após a greve de caminhoneiros em maio de 2018, os preços desse combustível passaram a ser controlados pelo Governo Federal. Assim, a variação de seus preços não acompanhou plenamente o mercado internacional.

O preço médio de distribuição da gasolina comum, entre junho de 2017 a dezembro de 2018, aumentou 24,82%, de R\$ 3,09 para R\$ 3,86. Comparando junho de 2017 a abril de 2019, o aumento foi de 29,51%, quando alcançou R\$ 4,00. Neste período, o preço médio de revenda, saiu de R\$ 3,55 para R\$ 4,44, ou seja, 25% maior. Já o botijão de gás de cozinha (gás liquefeito de petróleo - GLP) de 13 kg, entre junho de 2017 e dezembro de 2018, aumentou 38,49%, em seu preço médio de distribuição, saindo de R\$ 40,89 para R\$ 56,63. Já o preço de revenda, variou 20,87%, saltando de R\$ 57,38 para R\$ 69,35. No início de 2019, apresentou queda nos valor médio de distribuição, de 7,97%, saindo de R\$ 57,38, em dezembro de 2018, para R\$ 52,77, em abril de 2019. Entretanto, nesse mesmo período, o valor médio de revenda não

⁹⁵ Um quadro detalhado sobre o perfil do transporte rodoviário no país está disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/empresas-tem-60-do-transporte-rodoviario.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

acompanhou a queda. Variou de R\$ 69,35 a R\$ 69,06, respectivamente. Já os médios de revenda entre junho de 2017 e abril de 2019 acumularam alta de 20,36% (ANP, 2019).

Esse quadro de desarticulação da cadeia produtiva, redução da envergadura da empresa e alinhamento dos preços do mercado interno ao cenário internacional deve seguir nos próximos anos. A linha apresentada pela cúpula de gestão econômica do governo presidido por Jair Messias Bolsonaro (PSL), liderada por Paulo Roberto Nunes Guedes, e mais diretamente a equipe de direção da Petrobras, sob a presidência de Roberto Castello Branco, é muito próxima daquela implantada pelo governo de Michel Temer (MDB), com Henrique Meirelles, no Ministério da Fazenda, e Pedro Parente à frente da Petrobras. Na verdade, tanto Paulo Guedes como Castello Branco são oriundos da escola de Chicago e tendem a aprofundar os ideais neoliberais na execução de suas funções.

Paulo Guedes é um declarado defensor do Estado mínimo e, nesse início de gestão, tem se concentrado em aprovar uma controversa reforma previdenciária. Anunciado previamente como ministro da economia do governo que se formou a partir de janeiro de 2019, ainda durante a campanha presidencial, destacou-se por defender arduamente a retomada das privatizações. Em entrevista concedida a um programa de TV por assinatura, ao ser indagado se todas as estatais poderiam ser privatizadas, incluindo as estratégicas, como Eletrobrás e Petrobras, a resposta foi categórica: “por mim todas”⁹⁶.

No que se refere aos rumos da Petrobras, o atual presidente da companhia, Castello Branco, por sua vez, já sinalizou seu desejo de reduzir a capacidade de refino da empresa e focar mais no setor de exploração e produção (E&P). Sob a justificativa de que o protagonismo da empresa no setor de refino levanta críticas contra essa, alega que transferir esse setor para o capital privado pode permitir à empresa se concentrar no E&P. Dessa forma, ao que tudo indica, a política de desmonte do sistema “do poço ao posto” seguirá.

Além disso, a política de preços dolarizada, iniciada por Pedro Parente, tem sido defendida nas primeiras manifestações de Castello Branco à frente da empresa, que também criticou a política de subsídios ao diesel. Para sustentar tal posição, afirma que “é essa a aplicada na maioria dos países do mundo”. Entretanto, vale lembrar que, em se

⁹⁶ Entrevista concedida no dia 24 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P1aZA65cV70>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

tratando de petróleo e derivados, o Brasil não vive uma posição semelhante à maioria dos países do mundo, mas sim privilegiada.

Esse perfil de gestão, promotor de um desmonte do sistema de produção integrado e que vem apequenando o papel da Petrobras, tanto na escala nacional quanto internacional, deriva de um processo maior de desarticulação do papel do Brasil diante do Sistema Internacional. As instabilidades socioeconômicas vividas mais intensamente desde 2013, a piora dos indicadores sociais⁹⁷ e a estagnação econômica têm feito com que o Brasil perca representatividade no cenário internacional. Desse modo, considerando o Brasil um dos pilares da integração sul-americana, quais são os reflexos dessa guinada na condução do governo e da Petrobras para esse processo? Essa pergunta norteará os esforços do próximo capítulo.

⁹⁷ Retratam a degeneração das condições de vida no Brasil: o agravamento da insegurança alimentar e o retorno do Brasil ao “Mapa da Fome Global”; a elevação do desemprego, que março de 2019 alcançou 13,1 milhões de pessoas; o aumento do número de pessoas abaixo da linha de pobreza (menos de US\$ 5,50 por dia), que chegou a 54,8 milhões de pessoas em 2017, e abaixo da extrema pobreza (menos de US\$ 1,90 por dia), que alcançou a marca de 15,2 milhões de brasileiros, representando 7,4% da população no final de 2017; e a ampliação da informalidade. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/21/com-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome-mtst-lanca-campanha-de-arrecadacao-de-alimentos/>>; <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/extrema-pobreza-aumenta-no-pais-indica-ibge.shtml>>; <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/03/29/desemprego-trimestre-fevereiro-ibge.htm>>. Acessado em: 15/05/2019.

III – A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA SUL-AMERICANA E O PAPEL DO BRASIL/PETROBRÁS NESSE PROCESSO

“Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos. A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infraestrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo. [...] Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar.”⁹⁸

A integração estratégica entre os países sul-americanos ganhou grande impulso no início deste século. Os esforços para a criação de espaços institucionalizados de concertação política, econômica, de defesa e de integração infraestrutural ampliaram-se e resultaram em organismos como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). Em especial, o último, fruto do amadurecimento de projetos anteriores, como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), mostra o caráter mais amplo e estratégico assumido por esse processo de integração.

Para a consolidação desse panorama, o alinhamento das políticas externas dos países, bem como os esforços empenhados por Brasil, Argentina e Venezuela, e o bom momento socioeconômico vivido de modo geral pelos países desse subcontinente foram essenciais. Na verdade, as propostas que emergiram desse quadro transcendiam as experiências já vividas e visavam ao desenvolvimento subcontinental de modo mais autônomo e equilibrado.

Entretanto, a reviravolta do cenário político, vivida mais acentuadamente a partir do segundo semestre de 2016, o qual se desdobrou em graves crises econômicas e sociais, especialmente nos três países citados, não só freou tal processo como abriu caminho para uma onda conservadora e neoliberal que arrastou a região para uma espiral de tensões e desarticulação. Nesse processo, os organismos de integração foram profundamente prejudicados e antigos organismos de influência, como a Organização

⁹⁸ Discurso de ex- ministro Celso Amorim, no ato da posse como Ministro das Relações Exteriores em 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

dos Estados Americanos (OEA), voltaram a ganhar espaço. Assim, analisando as conjunturas políticas e econômicas responsáveis por esses cenários, bem como os esforços do Brasil e da Petrobras, é que as próximas linhas serão redigidas.

3.1 - Um breve resgate do processo de integração

A América do Sul viveu um período de busca mais efetiva pela integração regional estratégica no início deste século. Mais amplo quando comparado a iniciativas comerciais e de escala sub-regional até então construídas, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Comunidade Andina (CAN), lançadas em 1969, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) da década de 1980, e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) de 1991, os documentos norteadores do início do século XXI estiveram focados em infraestrutura, em especial logística e energética.

É importante ressaltar que esse perfil de integração, iniciado em 2000 com o lançamento da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), se aprofundou a partir de um quadro político regional favorável, com o aumento do número de lideranças de centro-esquerda à frente das maiores economias sul-americanas, somado a um período econômico virtuoso desses mesmos países, em grande medida sustentado pelo que ficou conhecido como o “superciclo das *commodities*”⁹⁹.

Gradualmente, a partir da I Cúpula de Presidentes Sul-Americanos (CPSA), realizada em Brasília em 2000, na qual foi lançada a IIRSA, documentos e projetos de integração estratégica foram se acumulando. A IIRSA promoveu a intensificação sobre os debates de uma integração física – com ênfase na integração energética e logística – buscando promover os fluxos internos e internacionais.

Em 2004, elaborada a partir da III CPSA, realizada em Cuzco (Peru), a Declaração de Cuzco lançou as bases para a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que traçou as diretrizes para uma integração mais efetiva entre os países e entre os organismos sub-regionais já existentes (como o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações – CAN). Entre as bases lançadas, ganharam ênfase as integrações físicas nos setores logístico, energético e de comunicação.

⁹⁹ Essa expressão foi utilizada para caracterizar um período, destacado entre 2003 e 2014, de forte valorização de matérias-primas, como minério de ferro, petróleo e grãos, decorrente do intenso crescimento da economia e da urbanização dos países mais populosos, com destaque para a China.

Já na IV CPSA, realizada em Brasília, em 2005, tratada também como a I Cúpula da CASA, buscou-se a consolidação dos planos de integração sul-americana. Dessa resultou a Declaração de Brasília, a qual, com vistas à melhoria da qualidade de vida e da distribuição de riquezas nos países da região, estruturou um plano de ações alinhavado em oito áreas, entre as quais novamente foi destacada a integração física, energética e de telecomunicações.

Em 2006, na II Cúpula da CASA, realizada em Cochabamba, novos passos foram dados na busca pela integração regional, aprofundando-se os espaços de concertação política. No ano seguinte, em Margarita, na Venezuela, a CASA foi rebatizada de União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), organismo que se consolidou institucionalmente em maio de 2008.

A UNASUL representa a consolidação de bases comuns para a integração regional, é também um claro exemplo de cooperação sul-sul no contexto da Nova Ordem Mundial. No segundo artigo de seu Tratado Constitutivo, sinaliza que tem como objetivo

[...] construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (UNASUL, 2008, p. 2).

Estruturada em 12 conselhos específicos, entre os quais ganham destaque o de defesa, o energético, o de ciências, inovação e tecnologia, o de finanças, e o de infraestrutura, o preâmbulo do Tratado Constitutivo da UNASUL aponta para uma integração política, econômica, cultural, social, ambiental, infraestrutural e energética, ainda a busca da construção de identidade e cidadania sul-americanas.

Dessa forma, uma nova fase de integração subcontinental foi projetada. Voltada à eliminação de obstáculos e à fluidez entre os países sul-americanos, vislumbrando o aproveitamento soberano e socioeconomicamente mais equilibrado dos potenciais regionais, essa foi desenhada a longo prazo e vinha de encontro a um dos grandes gargalos do desenvolvimento subcontinental. Nota-se que, mais do que em outros processos anteriormente executados, o território e a articulação dos espaços passam a ser o centro gravitacional dos projetos.

Mas afinal, quais obstáculos, até agora, inviabilizaram esse padrão de integração regional? Como se entende que a integração regional seria proveitosa, em maior ou menor escala, a todos os países nela envolvidos, quais as vantagens e dificuldades existentes para a efetivação desse processo? Para responder a essas questões, é necessária uma leitura histórica sobre a ideia das relações estratégicas Sul-Sul.

3.2 - Integração regional: oportunidades e desafios

Na espacialidade da dinâmica de reprodução do capital construída nas últimas décadas, o grau de aparelhagem dos territórios com as infraestruturas necessárias à promoção dos fluxos, ou seja, a densidade e a modernidade dos fixos, pode determinar a integração ou a marginalização deles no sistema. Dessa maneira, é necessário que os potenciais socioeconômico e natural da América do Sul sejam tomados como propulsores do desenvolvimento socioeconômico subcontinental.

Nesse sentido, o aproveitamento mais efetivo desses potenciais depende também da integração física (logística e energética) entre essas nações, a qual é voltada à facilitação da produção e do consumo. Junto disso, devem ser articuladas políticas sustentáveis de proteção, concessão e aproveitamento desses recursos, para, então, direcionar seus resultados. Integrar estruturas de pesquisa e exploração, bem como alinhar as políticas de concessão para o aproveitamento desses potenciais, pode criar um cenário mais favorável para as nações sul-americanas diante do ímpeto e do poder econômico de outros agentes do Sistema Internacional (SI), por exemplo, as grandes corporações transnacionais e outros Estados, como os EUA, a China e os países da Europa Ocidental. Afinal,

“[...] a tomada de decisão conjunta traduz-se na defesa comum de um regime internacional capaz de corrigir a distribuição desigual de poder e de garantir aos países em desenvolvimento maior bem-estar econômico e controle político.” (LEITE, 2011, p. 38).

Ao longo da “Velha Ordem”, estabelecida após 1945 até o início da década de 1990, as iniciativas de cooperação e/ou integração lideradas pelos países desenvolvidos e centrais, por vezes, mostraram-se repletas de condicionalidades. Milani (2012, p. 212) afirma que, nessa relação, “em nome da cooperação internacional e da promoção do desenvolvimento [...] tem sido perpetradas ingerências de natureza cultural, social,

econômica e política”. Dessa forma, a integração realizada entre países com indicadores socioeconômicos e padrões tecnológicos mais próximos mostra-se mais equilibrada, logo permite aos envolvidos ganharem corpo na defesa de seus interesses, tanto comuns quanto particulares, de modo simultâneo e mais equânime. Ao mesmo tempo, pode abrir caminho para maior autonomia comercial e produtiva frente às nações do Norte socioeconômico (países desenvolvidos).

Destarte, uma verdadeira integração estratégica, inspirada nos ideias de Cooperação Sul-Sul (CSS), deve buscar uma relação diferente daquela estabelecida historicamente entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. O sucesso de uma integração destinada à promoção mútua dos envolvidos, de modo mais amplo

Implica conhecer a realidade dos países em que os projetos de CSS estejam em curso, pensar seus impactos também na perspectiva do “outro” que é beneficiário da cooperação prestada [...] por serem países que também se beneficiaram (e ainda se beneficiam) da CNS, África do Sul, Brasil e Índia, entre outros, deveriam atentar para os riscos de reprodução de um tipo de experiência (a cooperação “*top-down*”, “colonizadora”, não participativa, etc.) que eles próprios criticaram no passado recente. (MILANI, 2012, p. 213, grifos do autor).

Ainda que, nas relações de cooperação inspiradas em uma perspectiva realista, os Estados se comportem de modo racional, oportunista e estratégico, na busca pela melhoria de sua própria condição (NELSON, 1968 apud MILANI, 2012), os países periféricos, ainda que emergentes em alguns casos, primando pela integração e pelo desenvolvimento conjunto, devem se atentar para não reproduzirem os mesmos traços das relações mantidas com eles pelos países desenvolvidos. Tal cooperação, se elevada ao patamar de uma integração socioeconômica e produtiva regional de modo efetivo, pode impulsionar mudanças na atual configuração da DIT.

Segundo o relatório “Tendências Globais 2030: mundos alternativos”, numa escala global, a demanda por alimentos aumentará na ordem de 35%, a energia será elevada na ordem de 50% e o consumo de água irá aumentar em 40%, isso em pouco mais de uma década, até 2030. Nesse sentido, o cenário de abundância de recursos naturais na América do Sul contrasta com um panorama de relativa escassez de inúmeras outras nações, entre as quais se destacam as centrais, muito dependentes da importação de recursos naturais (minérios, combustíveis, água, etc.) e alimentos.

Esse cenário, analisado à luz da projeção de crescimento da demanda global e sob uma perspectiva realista/neorrealista das relações no SI, aprofunda a tensão entre

periféricos e centrais. Isso porque as relações entre tais grupos de países historicamente se pautaram na ideia de que

[...] cada Estado deve prover sua própria segurança e prosperidade econômica, entre outras metas. [...] Não só o Estado deve assegurar seu próprio bem, mas também deve evitar que outro se fortaleça em relação a ele. Quando confrontado com a possibilidade e cooperação para um ganho mútuo, um Estado teme que o outro ganhe proporcionalmente mais do que ele na distribuição dos ganhos auferidos e, assim, aumente sua capacidade. O óbice à cooperação não consiste, assim, no caráter ou na intenção da unidade, mas na condição de insegurança, na incerteza de cada um sobre as intenções e ações do outro. (LEITE, 2011, p. 20)

Dessa forma, buscar a conciliação entre os interesses estrangeiros, de nações mais poderosas e seus capitais empresariais, e a soberania nacional sobre o modelo de exploração de seus recursos é fundamental para os países periféricos dentro do SI, e a integração regional pode ser um caminho para isso. Afinal, apesar da presença de grandes empresas do setor e de um significativo arcabouço financeiro e tecnológico, não é interessante, e econômica e tecnicamente parece ser inviável, que a exploração de tamanha riqueza seja feita apenas pelos capitais nacionais (SILVA, 2010, p. 290).

Entretanto, tais dissonâncias de interesses podem ser notadas entre aqueles países que compõem uma mesma região, com isso uma articulação estratégica pode não ser um caminho linear. Nesse sentido, a experiência da União Europeia (UE) é emblemática. Tomado como o acordo mais complexo e amplo já criado, que alcançou a integração monetária da maioria dos países participantes do bloco, sua formação sempre enfrentou turbulências. Ainda entre as décadas de 1960 e 1970, houve grande resistência britânica à ideia de “soberania compartilhada”. O Reino Unido chegou a liderar um bloco em paralelo com o embrião da UE, mais tarde a resistência desse mesmo país se assentou na ideia de adoção do Euro e, desde 2016, vive as agruras do BREXIT¹⁰⁰.

No caso da integração sul-americana, não é diferente. As assimetrias socioeconômicas existentes entre os países, os ranços históricos derivados de tensões geopolíticas e conflitos territoriais, as disputas pela hegemonia regional, as diferenças culturais entre a América Espanhola e a Portuguesa, os interesses estratégicos de potências, como os EUA, e mais recentemente o gigantismo brasileiro, tanto em

¹⁰⁰ BREXIT é o termo que vem sendo usado para aludir à saída do Reino Unido da UE. O processo está em curso, e os britânicos deverão deixar o Mercado Comum europeu até o final de 2019.

aspectos físicos e territoriais quanto econômicos, dificultam uma plena e contínua integração.

Entre os ranços históricos envolvendo questões territoriais, três destacam-se: 1 - a disputa entre Bolívia, Peru e Chile por um trecho hoje localizado no norte chileno, entre as cidades de Antofagasta e Arica (parte do Deserto do Atacama), o qual foi perdido pelos dois primeiros ainda no final do século XIX, na Guerra do Pacífico (1879-1884); a perda dessas áreas, à época abundantes em reservas de nitrato e cobre, e que permitiam à Bolívia o acesso direto ao oceano Pacífico, ainda é motivo de atritos diplomáticos¹⁰¹, especialmente entre Chile e Bolívia (BANDEIRA, 2003); 2 - o deslocamento da Hidrelétrica de Itaipu 160 km mais ao sul que o previsto originalmente pelo Brasil, fato que inviabilizou o projeto argentino de construir outra hidrelétrica no rio Paraná, a de Corpus (ZIBECHI, 2012); 3 - a reivindicação venezuelana de parte do atual território da Guiana, uma área de aproximadamente 130.000 km² de área terrestre, quase 2/3 do total, e mais um trecho de 30.000 km² de zona marítima, conhecida como Essequibo¹⁰².

Das interferências decorrentes dos interesses estratégicos de países de outras regiões, destaca-se a histórica iniciativa dos EUA em formar uma Zona de Livre Comércio (ZLC) continental. Tal projeto, que sempre enfrentou resistências do Brasil, da Argentina e, mais recentemente, da Venezuela, foi substituído por acordos menores, mesmo bilaterais de comércio, que buscavam inibir iniciativas regionalizadas pelos demais países. Dentro da política externa estadunidense, o desejo de eliminar o protecionismo regional e cooptar o mercado latino-americano para sua poderosa

¹⁰¹ Em outubro de 2018, deferindo sobre uma ação movida pelo governo boliviano em 2013, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) definiu que o governo chileno não é obrigado a ceder um acesso ao Oceano Pacífico para a Bolívia, porém recomendou que seguissem com os diálogos entre Santiago e Bogotá para uma efetiva resolução dessa contenda. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/corte-internacional-nega-pedido-de-saida-para-o-mar-da-bolivia.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

¹⁰² As tensões sobre esse rico trecho de território, com significativas reservas de ouro e petróleo, tiveram início ainda na primeira metade do século XIX. A fronteira existente entre os países foi delimitada em outubro de 1899, pelo Conselho Arbitral de Paris, o qual foi questionado pela Venezuela em vários momentos desde então (CHAVES, et al, 2016). Desde 2015, após as descobertas de mais de 5 bilhões de reservas de petróleo na referida área e em trechos marítimos, as tensões entre os países aumentaram. Em março 2018, o caso foi levado à Corte Internacional de Justiça (CIJ) pelo governo da Guiana, o qual solicitou ao organismo que validasse legalmente o laudo de 1899, entretanto o governo da Venezuela não aceitou a mediação do organismo e propôs uma negociação bilateral, com base nos princípios do Acordo de Genebra de 1966. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/06/18/venezuela-diz-a-cij-que-nao-participara-de-procedimento-promovido-pela-guiana.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

capacidade produtiva transcende os séculos. Ainda no final do século XIX, em 1889, na I Conferência Internacional Americana, o governo dos EUA apresentou uma ousada proposta de criar uma área de livre comércio cuja moeda única seria o dólar. Mais tarde, essas ideias voltaram a ser apresentadas, sob novas roupagens, mas com a mesma essência, a de submeter os potenciais socioeconômicos dos países americanos ao jugo da economia estadunidense por meio da eliminação de barreiras comerciais (BRASIL, 2010).

Outro dificultador é a assimetria econômica inter-regional. No cenário contemporâneo, as discrepâncias econômicas entre os países da América do Sul ainda chamam a atenção. Em 2016, o PIB brasileiro, de US\$ 1,77 trilhão de dólares¹⁰³, era pouco menor que a soma das riquezas geradas naquele ano pelos demais países da América do Sul, que totalizavam US\$ 1,9 trilhão¹⁰⁴. Nessa perspectiva, o PIB brasileiro era três vezes maior que o segundo colocado no *ranking*, a Argentina (US\$ 632,3 bilhões), e cinco vezes maior que o terceiro, a Venezuela (US\$ 334,3 bilhões)¹⁰⁵.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, as significativas diferenças persistem. No ano de 2016, o maior PIB *per capita* era o do Uruguai, com mais de US\$ 15.500,00, seguido de perto pela Argentina, com mais de US\$ 14.500,00 e pelo Chile, com mais de US\$ 13.400,00. No outro extremo, o menor PIB *per capita* era o da Bolívia, pouco mais de US\$ 3.000,00, seguido pelo do Paraguai, com US\$ 4.174,00, e este pela Guiana, com US\$ 4.279,00. Os demais compunham um grupo intermediário, variando entre pouco mais de US\$ 6.000,00 e pouco mais de US\$ 11.000,00. Deste grupo merecem destaque a Colômbia, com US\$ 6.056,00 e a Venezuela, com US\$ 11.069,00. O Brasil, naquele ano, possuía um PIB *per capita* de US\$ 8.528,00¹⁰⁶.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países da América do Sul variam de médio a muito elevado. Com IDH médio, aparecem Guiana, com 0,654, e Bolívia, com 0,693. Classificados como muito elevados, encontram-se Chile, Argentina e Uruguai, que possuem 0,843, 0,825 e 0,804 respectivamente. Assim, os demais têm

¹⁰³ Em 2014, segundo dados do FMI, o PIB brasileiro em dólares somou US\$ 2,34 trilhões e era o sétimo maior do mundo. Disponível em: <<https://www.em.com.br>> . Acesso em: 09 dez. 2018.

¹⁰⁴ Nesse cálculo, em função de sua integração à França e à União Europeia, não foi considerado o PIB da Guiana Francesa.

¹⁰⁵ Dados extraídos do site IBGE Países. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/pt>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

¹⁰⁶ Ibid.

esse indicador entre 0,7 e 0,799, considerado elevado. Deste grupo, o melhor colocado era, em 2016, a Venezuela, com 0,761, e o pior, o Paraguai, com 0,702. O Brasil aparecia com 0,759¹⁰⁷.

Esses dados seguem o panorama da América Latina e do Caribe, considerada a região mais desigual do planeta, com índice de Gini de 0,5, superior ao da África, de 0,45, segundo relatório *La ineficiencia de la desigualdad*, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), publicado em 2018. Na realidade, a região é marcada não só pela desigualdade entre as nações que a compõem, mas também vive um quadro semelhante no interior da maioria dos países. Em relatório da Oxfam, publicado em novembro de 2018, Brasil e Colômbia estavam entre os dez países mais desiguais do mundo¹⁰⁸, ocupando respectivamente a nona e a décima posições.

Outro relatório da CEPAL, intitulado *Panorama social de América Latina*, publicado em janeiro de 2019, aponta que o índice de Gini, em 2017, era de 0,47 para a América Latina. Apesar da melhora em relação aos dados do primeiro relatório citado, o ritmo de melhoria desse indicador sofreu grande desaceleração a partir de 2014. Na verdade, “el ritmo de reducción se enlenteció en los años recientes: entre 2002 y 2008 la disminución anual promedio del índice fue del 1,3%; entre 2008 y 2014, del 0,8%, y entre 2014 y 2017, del 0,3%” (CEPAL, 2019, p. 19).

Segundo o mesmo relatório, entre os países da América do Sul, os melhores colocados no índice de Gini eram a Argentina e o Uruguai, que apresentavam índices de 0,39, seguidos pelo Equador, com 0,44, Chile e Bolívia com 0,45. Vale destacar que, dos 10 países sul-americanos retratados no referido relatório, os que mais avançaram na melhoria desse índice ao longo deste século XXI foram a Bolívia, a Argentina, o Equador e o Uruguai. Esses países, em 2002, apresentavam respectivamente: 0,61, 0,47, 0,54 e 0,47. (CEPAL, 2019).

Em grande medida, esse cenário deriva de uma construção histórica. Na verdade,

A América do Sul é um arquipélago de sociedades separadas pela distância, por obstáculos geográficos e pela herança de políticas coloniais que as isolavam uma das outras e que as vinculavam exclusivamente a suas metrópoles, Madri e Lisboa. A histórica e geográfica dificuldade de contatos que permanece até hoje, entre os sistemas de transportes, de energia e de

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/26/desigualdade-de-renda-para-decair-no-brasil-apos-15-anos-e-numero-de-pobres-cresce-aponta-ong.ghtml>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

comunicações dos distintos países, já de si pouco integrados nacionalmente, levou a fluxos, que ainda são reduzidos, de comércio, de investimentos, de pessoas e de cultura. Foi, assim, essa dificuldade de contatos que contribuiu, juntamente com as características de seu desenvolvimento e de sua inserção na economia mundial, para fazer da América do Sul esse arquipélago de sociedades subdesenvolvidas, com elevadíssima concentração de renda, com índices sociais deploráveis, muitas delas primário-exportadoras, tecnologicamente dependentes e militarmente fracas. (BRASIL, 2010, p. 33-34).

Dessa forma, entende-se que o aprofundamento da Cooperação Sul-Sul direcionado a uma efetiva integração física, facilitadora de fluxos, é um dispositivo necessário para alcançar melhor aproveitamento dos potenciais naturais e socioeconômicos sul-americanos e, assim, contribuir para um desenvolvimento mais equânime. Além disso, pode colaborar para maior autonomia em suas tomadas de decisão no SI. Afinal, deve-se entender que,

[...] a fraqueza política dos países do Terceiro Mundo não se explica apenas por fatores de ordem doméstica. A estrutura do sistema internacional, mais especificamente, a distribuição de poder, concorre também para a vulnerabilidade daqueles países, interferindo no seu comportamento. Visto que os recursos econômicos e militares que possuem afetam pouco a conduta dos atores do Norte ou a natureza dos regimes internacionais, a capacidade de poder da maioria dos Estados do Terceiro Mundo resulta limitada. Em decorrência de assimetrias de riqueza e de poder político, os Estados do Sul estão, ainda, sujeitos a pressões externas que eles não podem influenciar por meio de ações unilaterais. (LEITE, 2011, p. 32).

Nesse sentido, uma integração que promova a concertação entre os países e conduza à construção de uma política externa calcada em princípios comuns, de escala subcontinental, certamente contribuirá para ampliar a representatividade de seus componentes no SI. Essa pode ainda ajudar os países integrantes a galgar um espaço no cenário internacional que, sozinhos, dificilmente conquistariam. É fato que “[...] uma região integrada tem muito mais peso na política mundial do que cada um dos países que a compõem isoladamente” (LIMA; COUTINHO, 2006, p. 6 apud NETO, 2011, p. 74).

3.3 - Os processos de integração subcontinental

No que se refere à integração político-econômica sul-americana, os projetos mais destacados surgem após a II Guerra Mundial, muito focados na formação de

blocos comerciais e instigados por estudos da CEPAL, que apontavam que, entre os fatores que colaboravam para o quadro de subdesenvolvimento regional, estavam a fragmentação dos mercados regionais em razão da baixa integração física e política, o que limitava a demanda e o processo de industrialização (BRASIL, 2010). Fato é que as iniciativas de integração comercial vividas ao longo do século XX, entre outros fatores, “sempre foram dificultadas pela escassez de meios de transporte” (BRASIL, 2010, p. 42).

Logo após a Guerra Fria, estudos financiados por empresas privadas – incluindo estrangeiras, como o Bank of America e a Bechtel –, e públicas, como o BNDES, já se debruçavam sobre a importância da integração sul-americana. Nestes a ideia de eixos de integração começa a se sobrepor à de região, e aquela definição remete à fluidez sobre os diferentes recortes espaciais, o que, por sua vez, demanda maior permeabilidade de fronteiras e construção de fixos (ZIBECHI, 2012).

Os projetos desenvolvidos no século XXI reforçam a promoção de uma cooperação/integração regional mais prática como um instrumento para o desenvolvimento socioeconômico. Num primeiro momento, passa-se a pensar com maior destaque numa integração física, infraestrutural. Assim, para além da minimização de barreiras alfandegárias, a articulação do território passou a ser um fator decisivo. Afinal, tal integração, apesar de necessitar de consonância de interesses políticos e econômicos entre as lideranças de cada país, e, em certa medida, do compartilhamento das soberanias nacionais, necessita impreterivelmente da criação de equipamentos fixos que conectem os diferentes territórios.

A partir de 2000, desde a I Cúpula de Presidentes Sul-Americanos (CPSA), que deu origem à Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), as ideias de integração e projetos foram se enumerando. Em certa medida, fazendo alusão a uma integração nos moldes da União Europeia (UE), aos poucos se avançou de uma integração regional basicamente comercial, caracterizada pelos blocos econômicos regionais, para o reconhecimento de uma necessária integração infraestrutural e da criação de uma identidade sul-americana.

Foi a partir disso, na busca por uma integração mais complexa, envolvendo a construção de uma comunidade sul-americana de nações, que se chegou à consolidação da UNASUL. Para Pecequillo e Carmo (2015), essa I Cúpula que envolvia todos os chefes de Estado da América do Sul representou uma iniciativa real de cooperação Sul-

Sul e a retomada de uma valorização interna do espaço subcontinental da América do Sul, por tanto tempo preterido frente à aproximação com os mercados extracontinentais.

A IIRSA, buscando promover os fluxos internos e internacionais, lançou as bases para uma integração física entre os territórios. Essa iniciativa tinha como objetivo “definir os grandes eixos de integração da infraestrutura” (BRASIL, 2010, p. 42). Mais tarde, em 2011, a IIRSA foi incorporada como um fórum técnico pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), um dos conselhos setoriais componentes da UNASUL, criado em 28 de janeiro de 2009.

Tais eixos, no total de dez, são recortes espaciais compostos por trechos de diferentes países, sobre os quais são pensadas, de modo estratégico, as estratégias e estruturas necessárias à integração. Para a definição dos espaços componentes dos eixos são analisadas as características geográficas, as potencialidades naturais e socioeconômicas e as necessidades dos participantes. Na prática, os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID)

[...] são as áreas resultantes da divisão do território sul-americano segundo as potencialidades oferecidas no desenvolvimento de projetos favoráveis à integração. Além do desenvolvimento regional, os EID servem para melhor organizar a agenda entre os países e permitir um monitoramento no andamento das obras de infraestrutura (transporte, energia e comunicação), pois a lógica por trás da IIRSA é a de um desenvolvimento planejado, que leva em conta os impactos sociais, econômicos e ambientais dos projetos propostos (CERI-OFTA, 2011, p. 40).

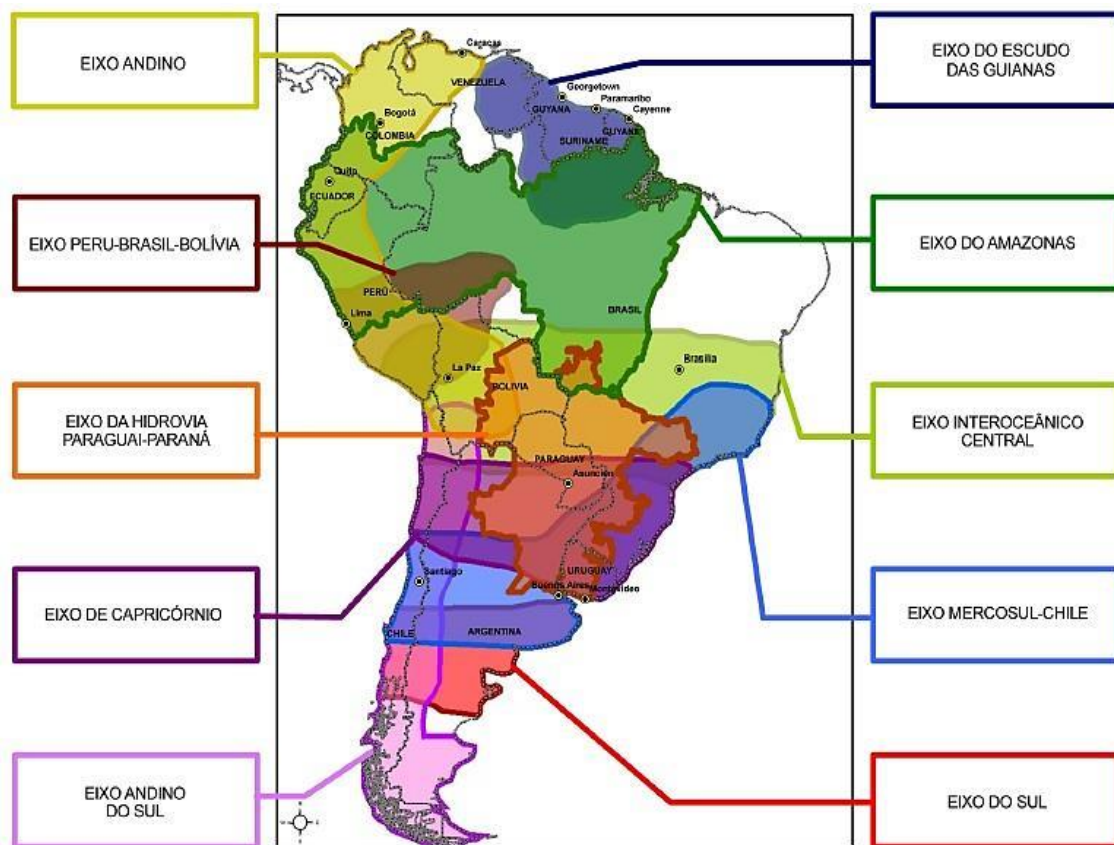
Assim, foram delimitados 10 eixos: 1 - o Andino (corredor norte-sul); 2 - o Andino Sul; 3 - o Eixo de Capricórnio (bioceânico); 4 - Hidrovia Paraguai-Paraná; 5 - do Amazonas (o maior em extensão); 6 - do Escudo Guianês; 7 - Eixo do Sul; 8 - Interoceânico Central (conectando portos do Pacífico ao Atlântico); 9 - MERCOSUL-Chile; e 10 - Eixo Peru-Brasil-Bolívia¹⁰⁹. Tais eixos estão representados na Figura 4.

Na representação espacial dos referidos eixos, merece destaque a sobreposição da maioria deles. Tal composição otimiza a articulação dos espaços, logo possibilita a integração de diferentes infraestruturas produtivas e aprofunda a conexão dos territórios, o que estimula a ocorrência dos fluxos. Ao mesmo tempo, exige maior grau de permeabilidade socioeconômica nas fronteiras e o compartilhamento de soberanias, tanto para a construção dos fixos quanto para o ordenamento dos fluxos. Esse panorama

¹⁰⁹ Para mais informações ver: < <http://www.iirsa.org/infographic>>.

reforça a necessidade de um alinhamento político entre os governos dos países integrantes desse processo.

Figura 4 – Eixos de integração da IIRSA (2018)



Fonte: IIRSA, 2018.

Por outro lado, é notório o isolamento apresentado por dois recortes, um junto às fronteiras dos estados de Roraima, Amazonas, no norte do Brasil, com a Venezuela e a Colômbia, e o outro, abrangendo parte do Norte, com o estado do Tocantins, e grande parte da região Nordeste do Brasil. Tais áreas formam ilhas de baixa integração, pois não estão inseridas em nenhum dos eixos previstos.

A IIRSA, elaborada durante um quadro político predominantemente neoliberal na América do Sul, foi pensada como um mecanismo de estímulo às trocas comerciais entre os países sul-americanos a partir de um sistema de integração infraestrutural. Valendo-se da premissa de que a fomentação dos fluxos, somada à eliminação de outras rugosidades do espaço, entre as quais estão fatores abstratos, como as regulamentações, promovem fluxos, aprofundou

[...] a estratégia neoliberal de desregulamentação e de tornar mais débeis os Estados Nacionais. Adequar as legislações nacionais às necessidades do comércio mundial supõe homogeneizar as normas. Dessa maneira, regiões e países perdem sua autonomia frente às multinacionais e aos Estados do primeiro mundo. (ZIBECHI, 2012, p. 237)

Em certa medida, tal iniciativa de integração buscava “[...] criar condições para a expansão do capital financeiro na região, seja tornando atrativos os investimentos externos, seja facilitando o escoamento da produção de *commodities* demandadas pelos países em crescimento [...]” (RIBEIRO; et al., 2015, p. 13). Ao mesmo tempo, não se deve menosprezar o fato de que, com a IIRSA, “[...] as iniciativas voltam a partir do Estado em forma de políticas públicas, ainda que o financiamento não seja somente restrito a este setor, criando-se modalidades para a atração de parcerias com empresas privadas” (PECEQUILO; CARMO, 2015, p. 66).

Entretanto, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, parece difícil negar que a integração projetada por tal iniciativa também alavancaria a economia local/regional, pois criaria oportunidades não só para empresas que atuariam na execução das obras, como também indiretamente para aquelas complementares. Superada a ideia de uma integração desregulamentada, subserviente a um ideário neoliberal desregrado, se enraizada sobre um Estado soberano e estrategicamente articulador de seu território, iniciativas como a IIRSA podem trazer grandes avanços para as nações envolvidas.

Destarte, reforça-se a importância da articulação dos espaços para a promoção da reprodução do capital. Na verdade, a integração entre os territórios vai além da construção de estruturas físicas (fixos) para viabilizar a promoção dos fluxos. Depende fundamentalmente da aproximação e do alinhamento político entre os envolvidos, o que pressupõe planejamento de médio e longo prazo.

Voltando à IIRSA, logo depois de seu lançamento, essa iniciativa sofreu um congelamento momentâneo em decorrência de vários fatores. Merecem ser destacadas a crise econômica argentina, deflagrada em 1998, mas que levou o país à bancarrota em 2001, e a inicial desconfiança do governo Lula diante dos moldes de concepção da iniciativa. O incômodo do governo brasileiro era resultado da concepção da IIRSA em um cenário neoliberal e sob influência, ainda que indireta, dos EUA por meio do BID (CARRA, 2014).

Mesmo assim, o governo brasileiro de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) tentou simultaneamente avançar no fortalecimento do MERCOSUL e no aprofundamento estratégico da integração sul-americana (AMORIM, 2009). Nessa direção, a continuidade da IIRSA mostra que, apesar da mudança na orientação do governo do Brasil, houve a continuidade de traços da política externa brasileira no que se refere à busca por um processo de integração regional mais amplo e efetivo (ZIBECHI, 2012).

Na verdade, a política externa do governo Lula, em alguns aspectos, aproxima-se da empreendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1994/2002), entretanto guarda significativas diferenças em outros, tais como o repúdio ao caráter essencialmente neoliberal; o resgate da autonomia do Itamaraty na condução da política externa; a defesa da soberania do país diante da influência dominante dos EUA na região e a busca por diversificar parcerias com outras potências (CARRA, 2014).

Ao mesmo tempo, essa orientação da política externa e a continuidade da IIRSA abriram caminho para a efetivação de

[...] obras de infraestrutura nos vários países que, pela primeira vez, estarão ligando o Atlântico ao Pacífico, de maneira efetiva em vários pontos: no meio norte do continente, saindo pelo Peru ou eventualmente pelo Equador; mais ao sul, passando pela Bolívia, Argentina e Chile. Pela primeira vez, a América do Sul vai ter ligações efetivas entre o Atlântico e o Pacífico, coisa que na América do Norte aconteceu no século XIX. Nós levamos praticamente um século e meio para fazer o que foi feito há muito tempo na América do Norte, como uma das bases do desenvolvimento do mercado interno norte-americano. Acho que algo em que nós temos que pensar é num mercado interno sul-americano. (AMORIM, 2009, p. 15).

Tomado como uma nova etapa do processo de integração, pode-se entender que os objetivos elencados com a IIRSA versavam sobre a organização do espaço geográfico sul-americano com base no desenvolvimento de uma infraestrutura física de transportes, de linhas elétricas, de oleodutos e gasodutos, de fibra ótica (ZIBECHI, 2012). A importância dessa articulação estratégica do território pode ser constatada quando se pensa que os EUA, ainda nos séculos XIX e XX, com bases materiais semelhantes, forçaram a expansão de suas fronteiras e conectaram os extremos leste e oeste do país.

Nessa direção, os avanços institucionais e de concertação política entre os Estados, que promoveram a formação da UNASUL, devem ser vistos como um processo ímpar na história sul-americana, tanto pelo foco quanto pela envergadura

assumida pelos projetos. A UNASUL, na verdade, representa a consolidação de bases comuns para a efetiva Cooperação/Integração Sul-Sul na região. É o organismo que melhor retrata a complexidade da evolução e dos objetivos da articulação entre as nações sul-americanas, pois, “[...] é uma instituição de integração de caráter intergovernamental com características de organização internacional” (CARRA, 2014).

Como citado, o artigo segundo do Tratado Constitutivo da UNASUL deixa claro que a integração vislumbrada não se limita à esfera econômica. Isso é evidente pois, para que os objetivos traçados no início do século a partir da IIRSA sejam alcançados, “[...] é necessário remover as ‘barreiras físicas’, normativas e sociais, o que supõe realizar grandes obras, harmonizar legislações nacionais dos doze países implicados” (ZIBECHI, 2012, p. 231).

Por isso, esse órgão também tem o propósito de ampliar a integração sociocultural, política e econômica entre as nações sul-americanas não só de modo prático, a partir de acordos e infraestruturas, mas também com a elaboração de novos espaços de diálogo e participação. Também é destacada a relevância de tal integração para minimizar as desigualdades socioeconômicas e promover o desenvolvimento conjunto. Ainda, toma a melhoria do quadro econômico das nações como um fator de fortalecimento de suas soberanias diante do quadro internacional (UNASUL, 2008).

Mais do que promover uma integração regional mais efetiva, a criação da UNASUL ocorre em um momento muito conturbado da economia mundial, em meio à crise internacional de 2007/08, que se agravaria nos anos posteriores. Dessa maneira, considerando os potenciais socioeconômicos e naturais da América do Sul, o desafio da integração regional deveria ser encarado como um mecanismo de enfrentamento da crise que avassalava de imediato as economias centrais. Afinal, de uma forma ou de outra,

[...] é possível pensar de uma maneira mais criativa num mercado interno sul-americano, como grande alavancador do nosso desenvolvimento. Isso vale para o Brasil, como vale para a Guiana; vale para o Uruguai, vale para o Equador [...] usando como base esse grande mercado que temos e que, progressivamente, não só do ponto de vista das regras comerciais, mas das ligações físicas, vai se tornando um único mercado. (AMORIM, 2009, p. 23 e 26).

Além disso, se apresentando como uma alternativa a organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Ajuda

Recíproca (TIAR), firmados ainda no final da década de 1940. Trata-se de uma entidade que também se destina a resolução de tensões e controvérsias regionais, sem necessitar da mediação de potências estrangeiras ao subcontinente. Na verdade, tensões como em 2008, que envolveram Colômbia, Equador e Venezuela, no qual o primeiro país desrespeitou a soberania do Equador para atacar um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); a tentativa de golpe contra Rafael Correa no Equador, em 2010; o golpe de Estado contra Fernando Lugo no Paraguai, em 2012; e o cenário de crise na Venezuela, iniciado em 2014, foram tratados no âmbito da UNASUL. Assim, a existência de organismo deu mais autonomia e altivez aos países integrantes da região nas tomadas de decisão na escala regional (SOUZA, 2016).

Admitindo que maior cooperação/integração estratégica entre os países depende da vontade política de cada governo nacional (SALOMÃO; SILVA, 2008), entre os fatores que muito colaboraram para essa rápida evolução e para o aprofundamento desse quadro entre os países do subcontinente nesse início de século, esteve a constituição de vários governos classificados como de centro-esquerda ou de esquerda, com um perfil mais progressista, desenvolvimentista-nacionalista, e com traços socialdemocratas em diversos países da América do Sul.

Nesse cenário, destacam-se os governos de Hugo Rafael Chávez Frías na Venezuela (1998-2013), de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito no Brasil (2003-2010), de Néstor Carlos Kirchner na Argentina (2003-2007), e sucedido por Kristina Elisabet Fernández de Kirchner (2007-2015), e de Juan Evo Morales Ayma, na presidência da Bolívia (desde 2006). Além desses, outros, como o de José Alberto Mujica Cordano no Uruguai (2010-2015), de Verónica Michelle Bachelet Jeria no Chile (2006-2010 e 2014-2018) e o de Rafael Vicente Corrêa Delgado no Equador (2007-2017), também colaboraram, ainda que de modo mais tímido, para tal processo.

Também fez parte desse processo a busca por uma política externa mais ativa e independente frente ao tradicional centro polarizador das Américas, os EUA, que entre 2001 e 2009 foi presidido por George W. Bush. Tal panorama sul-americano foi alicerçado na multilateralidade e na aproximação estratégica dos países sul-americanos com outras regiões, continentes e potências. Nesse mesmo período, a influência estadunidense foi abrandada e simultaneamente ampliou-se a aproximação sul-americana com a China, com a Rússia e se buscou relações mais dinâmicas com a UE.

Tais governos, em especial do Brasil, da Venezuela e da Argentina, as três maiores economias da América do Sul, contrariando os interesses do grande capital estrangeiro, se mostraram empenhados em amenizar o ímpeto com o qual as políticas econômicas neoliberais eram implantadas em seus respectivos países. Ao mesmo tempo, lideraram a recusa a projetos de integração puramente comerciais com os EUA, como a proposta denominada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Nesse contexto, o envolvimento dos EUA na Guerra ao Terror, centrada na Ásia e na África, apesar de ter refletido na América do Sul¹¹⁰, aprofundou certo grau de negligência que a política externa estadunidense já apresentava pela região desde o fim da Guerra Fria¹¹¹. Foi também nesse cenário que se construiu tal processo de integração e se buscou uma política externa mais ativa pelos governos dos países sul-americanos no início desse século.

Durante a década de 1990, em meio ao cenário de expansão da Doutrina Neoliberal, os direcionamentos econômicos e políticos dados pelo Consenso de Washington¹¹² para a América Latina levaram à abertura econômica, às desestatizações, à desregulamentação de mercados e à fragilização dos Estados sul-americanos como agentes econômicos. Apesar das variações do neoliberalismo adotadas nos diferentes países, tal cenário reforça a tese de ingerências vindas dos países desenvolvidos, em especial das potências centrais (do Norte) em assuntos internos dos países periféricos e emergentes (do Sul).

A priori, parece que as medidas impostas no campo comercial e econômico pela “cartilha do FMI” eram tomadas pelos mentores da política externa estadunidense como suficientes para garantir sua hegemonia na região, enquanto direcionava seus esforços

¹¹⁰ Na Colômbia, o combate militarizado aos cartéis de drogas, que se fazia com a Iniciativa Andina Contra as Drogas (ACI), mais conhecido como plano Colômbia, depois do 11 de setembro de 2001, passou a mirar o combate direto às FARC, que foram classificadas como um grupo “narcoterrorista” pelos EUA. Nesse mesmo contexto, a Venezuela de Hugo Chávez foi classificada como “Estado bandido”, em função de suas supostas práticas agressivas, antiamericanas, de desrespeito às normas internacionais, autoritarismo. (PECEQUILO; CARMO, 2015).

¹¹¹ Durante a década de 1990, apesar das experiências neoliberais na América Latina estabelecidas sob a influência de Washington via FMI e Consenso de Washington, o governo dos EUA voltou sua atenção, em grande medida, para Oriente Médio e para o Leste Europeu, envolvendo-se diretamente na Guerra do Golfo (1991) e nos conflitos balcânicos da Bósnia e de Kosovo.

¹¹² Documento fruto de um encontro entre economistas liberais e neoliberais, que se reuniram em Washington em 1989, intitulado *Latin American Adjustment: howe much has happened?*, o qual visava avaliar e direcionar as reformas econômicas em curso na América Latina naquele período. Os direcionamentos presentes no documento passaram a ser tomados como pré-requisitos para a concessão de empréstimos por organismos internacionais, como o FMI.

para o leste europeu e, mais tarde, especialmente, para a Ásia. Afinal, após a crise econômica mundial na década de 1970,

O processo de reestruturação produtiva mundial que se segue, apresenta-se, então ao mesmo tempo, como o período de reestruturação da economia estadunidense, amplamente afetada pela crise de 1970, e que, nesse processo, retoma, não apenas o seu crescimento, mas também a construção e a implementação de uma nova política mundial. [...] É assim que a reestruturação do capital mundial produz rebatimentos nos países latino-americanos, profundamente marcados pelos regimes militares e por crises de dívidas externas. Verificou-se, no subcontinente, sobretudo a partir da década de 1990, a implementação de políticas neoliberais e, portanto, intrinsecamente comprometidas com os modelos de ajustes estruturais defendidos pelos Estados Unidos da América (EUA) e por instituições mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. (RIBEIRO, et al., 2015, p. 11 e 12).

Mais tarde, a partir desse quadro, os movimentos sociais que questionaram o projeto orientado pelo Consenso de Washington e concretizaram os governos progressistas de esquerda na região a partir de 1999, somados às iniciativas sul-americanas, encabeçadas pelo Brasil e pelo protagonismo por ele alcançado no Sistema Internacional (SI), se transformariam em peças fundamentais para a consolidação da UNASUL (ZIBECHI, 2012).

De modo direto, a reversão daquele cenário socioeconômico construído na década de 1990 com base no aprimoramento dos mecanismos e dos espaços de concertação política entre os países sul-americanos e a perspectiva de fortalecimento das relações intra e extrarregionais, certamente, incomodaram os capitais internacionais, e, em especial, os governos estadunidenses de George W. Bush (2001 a 2009) e Barak Obama (2009 a 2017). Afinal, “[...] a consolidação de uma América do Sul forte, liderada pelo Brasil, e com a ascensão de potenciais novos polos afetaria a posição norte-americana no equilíbrio de poder regional” (PECEQUILO; CARMO, 2015, p. 62). Na escala doméstica, um quadro de desenvolvimento subcontinental e a superação das desigualdades também incomodam os grupos internos mais privilegiados, que, em consonância com os grupos estrangeiros, se beneficiaram historicamente das condições de subordinação (PECEQUILO; CARMO, 2015).

Fato é que, no início deste século, a América do Sul voltou seus olhos para o leste e para o oeste, querendo evitar o Norte (KHANNA, 2008). Buscando diversificar suas parcerias comerciais e tecnológicas, visava ganhar autonomia frente à histórica influência estadunidense. Também nesse sentido, simultaneamente a essa postura em

suas políticas externas e com esse panorama político, desde a primeira década do presente século, é notório que os países sul-americanos voltam seus olhos de modo mais atento também para o interior do subcontinente. Ainda segundo Khanna (2008), se os países protagonistas da América do Sul, tais como Brasil, Argentina e Venezuela, conseguissem superar seu relativo distanciamento, formariam a base para uma integração coerente, capaz de elevar o grau de soberania e relevância desse subcontinente diante da ordem global.

Como bem aponta o caderno temático elaborado pelo Centro de Estudos de Relações Internacionais (CERI) e pelo Observatório de Fenômenos Transnacionais nas Américas (OFTA, 2011, p.42),

Superar os gargalos estruturais, garantir a autonomia regional, explorar as capacidades coletivas dos países: esses são os objetivos, e os caminhos, que todo projeto que procure a instauração de um modelo de integração na América do Sul deve seguir. Em termos de estrutura, o passo inicial é, sem dúvida, a integração energética, devido ao papel fundamental que a energia possui na gestão dos países. Destaca-se, nesse sentido, o petróleo como instrumento central na produção capitalista e elemento comum aos países da região, o que permitiria uma integração energética benéfica aos membros de tal união.

Tomando como base as relações de poder estabelecidas entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos, o relativo destaque econômico e tecnológico alcançado por alguns expoentes sul-americanos nos últimos anos, qual a relevância do processo de integração subcontinental? Qual a relevância do setor energético? Ao mesmo tempo, com o panorama das reservas de petróleo e gás natural descoberto nos últimos anos na América do Sul, teria sido esse segmento energético um eixo de integração regional? Os investimentos na exploração, no refino e na distribuição de petróleo e gás natural, dada a relevância econômica e tecnológica alcançada por empresas como a PDVSA e a Petrobras, mostraram-se relevantes nesse processo de integração? Essas indagações orientarão as próximas linhas.

3.4 - A integração energética dos territórios sul-americanos

Dentro do processo de integração sul-americano construído no início deste século, semelhante ao que ocorreu com a UE em sua origem, um dos eixos estruturantes dos documentos é a integração energética. Esse propósito aparece no artigo terceiro do Tratado Constitutivo da UNASUL, no qual o item “d” aponta para uma “integração

energética voltada ao desenvolvimento integral, sustentável e solidário dos recursos da região”.

Tal objetivo se justifica levando em conta a importância do abastecimento energético eficiente, ou seja, adequado em volume e constância de abastecimento (segurança energética), a qualquer sociedade que busca maior e melhor desenvolvimento socioeconômico, estimulando os investimentos e a produção, para garantir a dignidade social e a redução das desigualdades. Em outra escala, a manutenção do abastecimento energético compatível com a demanda doméstica, de forma segura e estável, é também decisivo para a manutenção de um país como potência dentro do Sistema Internacional (SI), ou para sua ascensão.

Segundo Dhenin (2011), com base nas teorias de Barry Buzan e Ole Waever, o conceito de segurança energética apresenta-se amplo e flexível. Nessa perspectiva, existem basicamente duas linhas de aplicação de tal conceito, uma associada aos aspectos de defesa propriamente (*hard security*), na qual se pensa a defesa do território e de seus potenciais, para garantir um suprimento vital, e outra mais ampla, atrelada a questões de ordem econômica e ambiental (*soft security*).

Nessa direção, aponta Brito (et. al, 2012, p. 16), quando entende que

O conceito de segurança no Realismo, paradigma tradicional das relações internacionais, tem por base dois principais elementos: o primeiro é uma definição defensiva e nacional de segurança, tendo na dimensão militar e na balança de poder as garantias principais de segurança estatal; e o segundo é a ideia da vontade de sobrevivência dos indivíduos.

O mesmo autor segue comparando a perspectiva realista com a idealista (liberal), na qual a segurança pode ser baseada na cooperação entre os Estados. Essa mesma linha admite ainda que, para além dos Estados, outros agentes podem ser relevantes nas relações internacionais, uma vez que esses podem direcionar o Estado a tomar uma determinada posição diante de um impasse (BRITO, et. al, 2012). Entretanto, independente da linha de abordagem, é inegável que, entre as maiores preocupações de um Estado ou uma nação, está a segurança energética.

Para a Agência Internacional de Energia (AIE), que tem como ponto central de suas funções garantir o fornecimento de petróleo estável a seus membros, a segurança energética é vista como uma situação que pode ser construída em duas escalas temporais, de curto e médio prazos. Essa entidade, composta atualmente por 30 países

membros, os quais são basicamente integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e outros 8 associados, define segurança energética como “a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível”¹¹³. Destacam-se, assim, a centralidade dos aspectos econômicos e a necessidade de um mercado fornecedor estável diante da demanda vigente e de seu crescimento.

Tal cenário depende de uma significativa sinergia entre compradores e fornecedores, a qual é resultante de acordos, estímulos produtivos e investimentos, ou mesmo intromissões diretas de uma nação sobre a outra. Fato é que essa sinergia foi perdida já na década de 1960 e 1970, conforme abordado no capítulo I, com processos de nacionalização de reservas e os Choques do Petróleo. Ao mesmo tempo, a segurança energética mostra-se mais tangível quando o país consegue produzir energia a partir de diversas fontes e explorar ao máximo seus potenciais internos, diminuindo sua necessidade de importação (BRITO, et. al, 2012).

Dessa forma, os países, dentro de um SI regido pelo Realismo nas Relações Internacionais, com o intuito de minimizar sua dependência externa e alcançar a estabilidade interna, buscam estimular a diversificação e a produção domésticas. Entretanto, grandes economias, naturalmente dependentes da importação complementar de energia, precisam garantir acesso minimamente estável a recursos que estão em outros territórios. Conforme trabalhado no Capítulo I, esse quadro coloca países em posições, muitas vezes, opostas dentro do SI, da DIT e pode estimular conflitos de diferentes ordens.

Neste cenário, as atenções voltam-se especialmente aos prejuízos de ordem material/econômica que derivam da eventual interrupção do abastecimento. De fato, não há produção de qualquer objeto e crescimento econômico que se faça sem um abastecimento energético adequado em volume e periodicidade. Ainda que óbvio, é importante destacar: energia é um insumo indispensável à reprodução e ao acúmulo do capital em qualquer escala temporal e espacial. Em outras palavras, há alguns séculos, o desenvolvimento da sociedade, baseado na ampliação da produtividade e no consumo crescente, depende da constante ampliação da fronteira tecnológica energética, seja esta para desbravar novas reservas das fontes tradicionais, seja para viabilizar novas fontes.

¹¹³ Disponível em: <<https://www.iea.org/topics/energysecurity/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

Curioso, e ao mesmo tempo perturbador, é pensar que mesmo esse processo demanda grandes volumes de energia.

Nesse sentido, entre as formas de garantir acesso ao abastecimento energético necessário, está a firmação de acordos (bi ou multilaterais) internacionais e a criação de entidades destinadas a tal questão. Nesse sentido, a preocupação com a segurança energética, em especial a *soft security*, já se manifesta entre as nações latino-americanas desde a década de 1960. Em julho de 1964, foi criada a Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER), mais tarde rebatizada de Comissão de Integração Energética Regional (CIER). Esta entidade, que é composta pelas empresas e pelos organismos dos países componentes, tem sede em Montevideu e não possui fins lucrativos.

A CIER inicialmente buscava “estrechar vínculos entre empresas similares de los países de la región generando una estructura regional de planes e intercambio de experiencias y conocimientos”¹¹⁴. Ou seja, destinava-se a uma aproximação técnica entre as nações que estimulasse a produção e o abastecimento regional. Hoje essa instituição estabelece como missão “promover e impulsar la integración del Sector Energético Regional con énfasis en la interconexión de los sistemas eléctricos y los intercambios comerciales, la cooperación mutua entre sus asociados, la gestión del conocimiento y la promoción de negocios sustentables”¹¹⁵.

Mais tarde, no contexto dos Choques do Petróleo, em novembro de 1973, foi criada a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), a qual hoje é composta por 27 países e tem a missão de “Contribuir a la integración, al desarrollo sostenible y la seguridad energética de la región, asesorando e impulsando la cooperación y la coordinación entre sus Países Miembros”¹¹⁶. Nota-se que, para além da preocupação em promover a integração e a segurança energética, os trechos citados, em tom idealista/liberal, apontam para o estímulo à cooperação entre as nações, evitando os tensionamentos inerentes ao cenário desequilibrado de potenciais energéticos.

De forma mais específica,

Em termos de produção de informação, a Cier atua diretamente com as empresas associadas, através de consultores independentes, enquanto a Olade trabalha principalmente com institutos de pesquisa e universidades, contratados diretamente ou por meio da colaboração dos governos locais.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.cier.org/es-uy/Paginas/Historia.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.cier.org/es-uy/Paginas/Que-es-CIER.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www.olade.org/olade/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Também os corpos técnicos das empresas estatais de energia dos países membros contribuem para a produção de conhecimento para esses organismos. A difusão das informações é feita por intermédio dos governos e das empresas em cada país (VAINER; NUTI, 2008, p. 19).

A partir desse contexto, algumas experiências de integração elétrica envolvendo a produção e a distribuição foram efetivadas na América do Sul. Em sua maioria, tais projetos privilegiaram acordos bilaterais e sistemas de geração e distribuição em rios transfronteiriços. Nesse sentido, o Brasil deu o primeiro passo ao interligar a rede de distribuição de Livramento (RS) a Rivera, no Uruguai, em julho de 1965, a qual foi a primeira ligação transfronteiriça no continente. Logo depois, outras experiências foram estabelecidas com o Paraguai, antes da construção de Itaipu, com a interligação de unidades geradoras existentes (VAINER; NUTI, 2008).

Porém, como já tratado, a partir da virada do século XX para o XXI, as perspectivas de integração ampliaram-se e passaram a carregar uma visão estratégica infraestrutural e mais abrangente. Passam, também, a ser redirecionadas por outros agentes do SI e sob uma nova concepção do processo de integração. Na verdade, de modo mais evidente durante a década de 1990, o capital privado deveria compor junto ao capital público os propulsores de integração subcontinental. De forma mais detalhada,

Um simples olhar sobre os atores do campo da integração energética indica as novas condições sob as quais prossegue o processo, à medida que avança a década de 1990. [...] são notórios os esforços para adaptar o contexto e o projeto de integração, antes dominado amplamente por empresas estatais, aos novos ventos privatistas e liberalizantes. Progressivamente, assiste-se à configuração de um cenário marcado pela preponderância das grandes empresas (VAINER; NUTI, 2008, p. 21).

O Mapa 6, elaborado com base no relatório Síntesis Informativa Energética de los Países de la CIER, publicado em dezembro de 2018, com base em dados de 2016, mostra as conexões elétricas existentes entre os países da América do Sul. Nota-se que a disposição espacial persiste transfronteiriça, não apresentando conexões de longa extensão. Ao mesmo tempo, essas relações de integração apresentam-se bilaterais, com destaque para os países membros do Mercosul e, entre esses, para a Argentina, que possui a maior parte das conexões já estabelecidas. No território argentino, são dez no total, que envolvem Brasil, Paraguai e Chile, e uma em construção com a Bolívia.

No campo dos hidrocarbonetos, seguindo o padrão global, na América do Sul, as reservas de petróleo e gás natural estão concentradas em alguns poucos países. Entre estes se destacam a Venezuela, o Brasil, a Bolívia e o Equador. Apesar desse desequilíbrio das reservas, tendo em vista os potenciais naturais do subcontinente sul-americano, deve-se entender que “o uso desses recursos para o desenvolvimento da região depende de um aproveitamento compartilhado, integrado e transnacional” (SILVA, 2010, p. 291). Assim, a integração regional pode direcionar esse aproveitamento de maneira mais efetiva e disciplinar, a partir de alinhamentos diplomáticos, a interação dos capitais e dos interesses nacionais e estrangeiros das grandes potências.

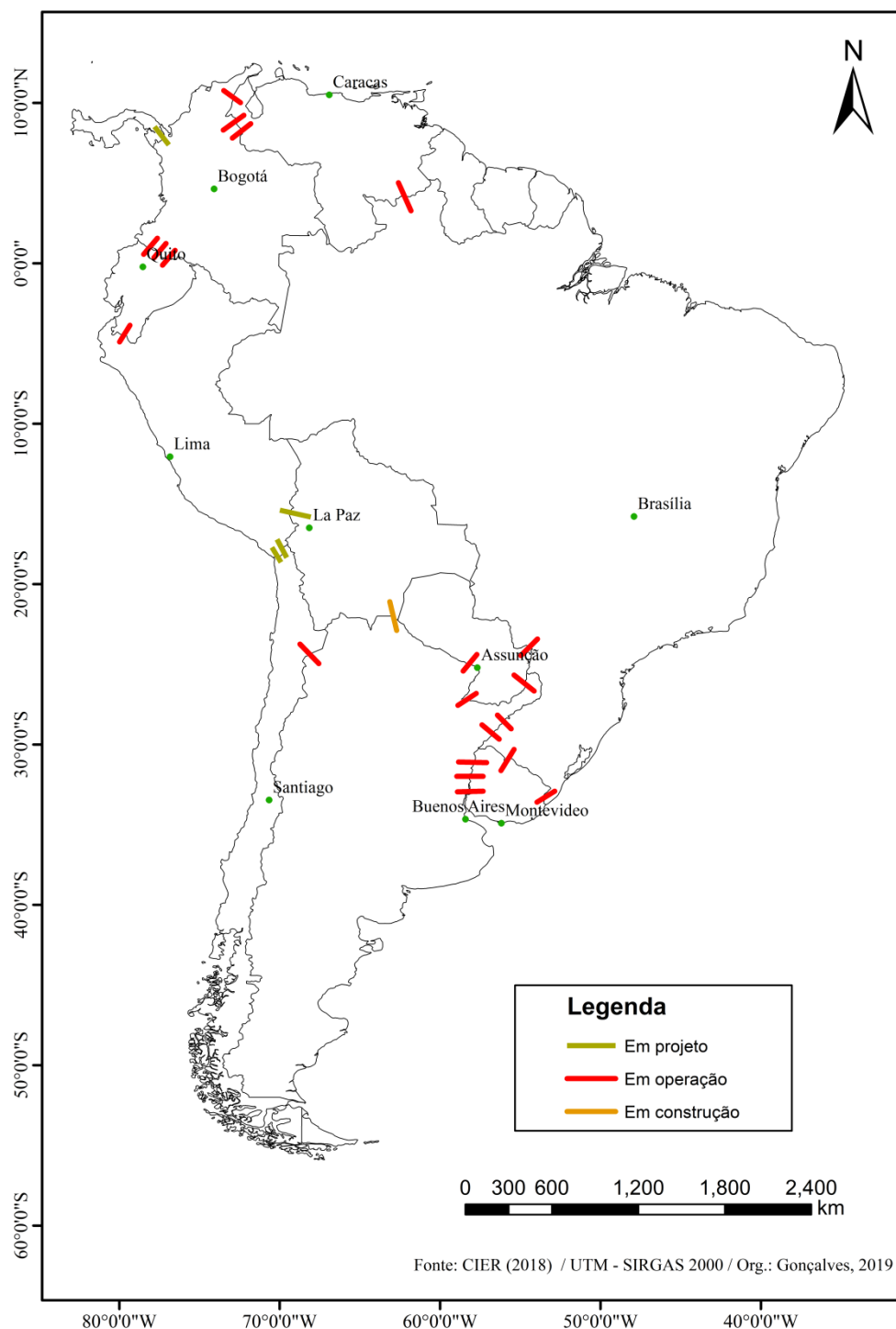
Uma integração energética de caráter mais amplo veio ganhando destaque nas reuniões de representantes dos governos sul-americanos a partir de 2005, com a Declaração de Caracas, na qual se colocava essa questão como uma prioridade entre os países. No ano seguinte, a Declaração de Cochabamba fez nova referência à integração energética, defendendo que esse processo fosse baseado na articulação das políticas nacionais para que o aproveitamento desses recursos se desse de modo integral e sustentável (PERGHER, 2016).

Em 2007, por meio da Declaração de Margarita, foi criado o Conselho Energético Sul-Americano (CEAS), o qual é parte integrante da UNASUL e composto pelos ministros de Minas e Energia de cada país. Segundo consta na página 3 dessa declaração, datada de 17 de abril de 2007,

Los Presidentes crean el Consejo Energético de Suramérica, integrado por los Ministros de Energía de cada país, para que, en base a los principios señalados en esta declaración, presenten una propuesta de lineamientos de la Estrategia Energética Suramericana, del Plan de Acción y del Tratado Energético de Suramérica, que será discutida en la III Cumbre Suramericana de Naciones.

O CEAS tem a incumbência de buscar um processo de integração energética que sirva de ferramenta para promoção do desenvolvimento social, econômico e erradicação da pobreza. O recente crescimento da demanda energética regional, resultante de um significativo crescimento percentual médio das economias sul-americanas no início do século XXI, e as novas descobertas de grandes reservas de gás natural e petróleo nessa região destacam ainda mais a importância da integração sul-americana nesse segmento energético.

Mapa 6 – Sistemas de integração elétrica entre os países sul-americanos (2016)



Além disso, a busca por uma integração regional pode favorecer o alinhamento das políticas de concessão de exploração entre tais países, desde que as quais se baseiem em princípios e objetivos semelhantes. Diante das relações economicamente assimétricas mantidas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tal

alinhamento facilitaria o estabelecimento de uma relação mais ativa com o capital transnacional, direcionando melhor o aproveitamento dos recursos para o desenvolvimento nacional/regional.

No segmento dos hidrocarbonetos fluidos, as relações de conexão física são menos numerosas que vistas no setor elétrico, nelas ganha maior destaque o sistema de gasodutos que integra alguns países, tais como Argentina, Bolívia, Brasil e Chile. Entre os países sul-americanos com as maiores reservas de gás natural, está a Venezuela, com 226 trilhões de pés cúbicos, o que corresponde a mais de 80% do total já comprovado no subcontinente, o Brasil e o Peru, com 14,1 trilhões de pés cúbicos cada um, a Argentina e a Bolívia, com 10,6 trilhões de pés cúbicos cada (CIER, 2018).

Em escala mundial, as reservas de gás natural sul-americanas são modestas, representando 4,1% do total. Porém, o volume é significativo para abastecer a demanda subcontinental. De acordo com dados do relatório da BP de 2017, a produção no subcontinente era praticamente equivalente à demanda. Mais detalhadamente, entre os países sul-americanos, em 2016, os maiores produtores foram: Argentina, Venezuela, Brasil, Bolívia e Peru, que juntos representaram 3,8% da produção global, sendo 1,1% da Argentina, 1% da Venezuela, 0,7% do Brasil, 0,6% da Bolívia e 0,4% do Peru. No que se refere ao consumo, Argentina, com 1,4% do consumo mundial, Brasil e Venezuela, com 1% cada, as três maiores economias do subcontinente¹¹⁷, destoam dos demais países (BP, 2017).

O Mapa 7, também elaborado com base no relatório Síntesis Informativa Energética de los Países de la CIER - 2018, apresenta a integração física da América do Sul a partir dos sistemas de gasodutos, os quais possibilitam os fluxos de gás natural entre os países. Esse emaranhado de tubulações, com diferentes aspectos técnicos (como diâmetro e capacidade de transporte) se faz mais complexo que as linhas de conexão elétrica vistas no Mapa 6.

É possível notar que, além de geograficamente mais abrangentes, em alguns casos, os gasodutos já existentes, que aparecem como em operação na legenda, conectam mais de um país. Formam, assim, um emaranhado de estruturas físicas que

¹¹⁷ Vale destacar que essa afirmação se faz com base nos dados obtidos dos PIBs até 2015. Desde então, de forma aguda, a Venezuela vem enfrentando uma crise econômica, social e política que pode ter alterado esse *ranking*, portanto a dificuldade da obtenção de dados torna incerta a posição ocupada por esse país. Também o Brasil, desde 2013, vive um quadro de crise socioeconômica, com elevados índices de desemprego, ampliação da pobreza e da desigualdade e corte de investimentos públicos.

Na verdade, a Argentina, assim como outros países latino-americanos, viveu dois momentos distintos ao longo das últimas três décadas, entre 1990 e o final desta segunda década do século XXI, do aprofundamento da onda neoliberal do imediato pós-Guerra Fria, a qual refletiu na abertura de seus mercados, incluindo o energético, à retomada de políticas nacionalistas de caráter progressista deste século.

De início, o cenário de desregulamentação da década de 1990 atraiu volumosos investimentos, o que resultou numa grande ampliação da oferta e da participação do gás natural na matriz energética da Argentina. Essa ampliação da oferta doméstica gerou a queda dos preços do gás frente ao mercado internacional. Diante disso, visando monetizar o setor e torná-lo mais atraente aos investidores, o governo também estimulou as exportações, o que resultou na construção de vários quilômetros de gasodutos entre a Argentina e seus países vizinhos. Dessa forma, sob a ótica neoliberal, a Argentina consolidou-se como modelo de abertura dos mercados energéticos e, na prática, como importante agente de integração regional (ALMEIDA, 2007).

Vale destacar que, apesar da existência dessa rede de gasodutos, o fornecimento de gás da Argentina para os países vizinhos viveu inúmeros sobressaltos e crises ao longo deste século. No caso do Chile, país carente de combustíveis fósseis, os gasodutos que permitiam o fornecimento argentino estavam classificados como em operação suspensa no relatório da CIER citado anteriormente. Esse cenário resultou da suspensão do fornecimento argentino desde 2007, o qual foi parcialmente retomado em outubro de 2018¹¹⁸. Assim, há uma expectativa de reversão do retrato trazido pelo relatório da CIER.

O recuo no fornecimento de gás da Argentina para o Chile, que ocorreu de modo efetivo entre 2007 e 2018, é um caso que merece atenção. As instabilidades no cumprimento dos contratos começaram já no início deste século (XXI), com a crise econômica que assolou este país. O começo do século também foi marcado, em paralelo com o abandono de agendas puramente neoliberais, pela retomada de políticas nacionalistas e nacionalizantes em grande parte dos governos sul-americanos. Entre os setores mais incorporados nessa nova conjuntura está o dos hidrocarbonetos (CARRA, 2014). Estratégico em países com elevados potenciais de exploração, esse é

¹¹⁸ Disponível em: <<https://www.emol.com/noticias/Economia/2018/10/30/925762/Argentina-reinicia-envio-de-gas-natural-a-Chile-para-generacion-electrica-por-primera-vez-en-una-decada.html>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

normalmente um dos primeiros segmentos a ser incorporado pelos impulsos nacionalistas.

A somatória da crise econômica e monetária, que foi marcada pela desvalorização da moeda, pela inflação descontrolada e pela fuga de investimentos, com as intromissões do governo argentino de Néstor Kirchner (2003/2007) no setor dos hidrocarbonetos, comprometeu financeiramente as empresas que haviam feito volumosos investimentos em infraestrutura. A maioria destes à custa de financiamentos internacionais. Nessa circunstância, a oferta de gás no mercado argentino não acompanhou a demanda, e o governo restringiu as exportações (ALMEIDA, 2007).

Já em meados de 2003, o congelamento de preços dos combustíveis, tanto no mercado interno quanto nas exportações, além de outras intromissões do Estado no setor de hidrocarbonetos, ao reduzir a lucratividade e desestimular os investimentos das empresas, forçou o racionamento do abastecimento residencial de gás natural, assim como a exportação desse combustível também para o Brasil e o Uruguai (CARRA, 2014). Assim, o impulso à integração energética fóssil entre tais países sofreu um duro golpe.

Esse mesmo posicionamento do governo argentino, durante as gestões de Néstor (2003/2007) e Cristina Kirchner (2007/2015), comprometeu também as relações com o Brasil. Em vários episódios, a Petrobras e o governo brasileiro, nessa época presidido por Lula (2002/2010), relutaram em realizar investimentos no país em decorrência das incertezas criadas pelas medidas econômicas do governo argentino. Esse cenário resultou em instabilidades e descontentamentos entre os governos (CARRA, 2014).

Os conflitos entre o governo Kirchner e os interesses estratégicos da Petrobras na Argentina dificultaram os investimentos e maior integração. No decorrer da primeira década do século XXI, o temor de que a estatal brasileira se tornasse líder no mercado argentino e ainda mantivesse sob seu controle o sistema de alta tensão Transener¹¹⁹, o qual interliga grande parte do território argentino e abastece Buenos Aires, levou o governo Kirchner a pressionar a estatal brasileira. Dessa forma, o governo argentino tentava promover os capitais nacionais e mesmo preferia outras empresas sul-americanas, como a PDVSA (CARRA, 2014).

¹¹⁹ Tal sistema é dirigido pela empresa Citelec, da qual a Petrobras possuiu o controle acionário entre 2004 e 2007.

Destarte, nota-se a relevância do Estado no planejamento e na gestão de longo prazo do que se entende como segurança energética. No caso argentino, dois momentos distintos foram vividos: durante a década de 1990, a excessiva desregulamentação, que levou à dependência do gás natural, em especial na matriz elétrica, e deixou os investimentos privados expostos ao humor do mercado; no início do século XXI, o cenário inverteu-se e a excessiva intromissão do Estado nos preços do gás comprometeu a viabilidade dos investimentos privados, assim foi limitada a oferta frente à demanda ao desestimular investimentos.

Outro exemplo desse cenário foi a política boliviana aplicada para seus hidrocarbonetos com o governo Evo Morales. Os tensionamentos existentes entre Brasil e Bolívia ficaram evidentes quando, em 2006, o governo boliviano decidiu nacionalizar as reservas e os investimentos do setor. Tal fato colocou em risco a relação dos dois países, que têm em funcionamento um dos mais sólidos empreendimentos de integração infraestrutural entre países sul-americanos no tocante aos hidrocarbonetos, o gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL). No entanto, antes mesmo desse episódio, a relação da Bolívia com seus países vizinhos já havia sido perturbada por interesses estratégicos.

Ainda no final do século XIX, a Bolívia sofreu a perda de territórios litorâneos para o Chile, na chamada Guerra do Pacífico (1879/1883), e, nas primeiras décadas do século XX, entre 1932 e 1935, quando tentou superar seu isolamento no interior do subcontinente, envolveu-se na Guerra do Chaco, contra o Paraguai. Estava em jogo o controle de áreas à margem direita do Rio Paraguai, que garantiriam a navegação pela Bacia do Prata até o litoral Atlântico. A região do Chaco mostrava-se estratégica para o Paraguai, mas, ao mesmo tempo, passou a ser fundamental para a Bolívia na medida em que as descobertas e a exploração de petróleo, lideradas pela estadunidense Standard Oil, precisavam ser escoadas por um percurso menos custoso que o voltado ao Pacífico (MONIZ, 2003).

No ano seguinte ao encerramento da guerra, em 1936, o governo boliviano, sob a presidência do Coronel David Toro, colocou a cadeia produtiva do petróleo e do gás sob a gestão do Estado. Após descobrir fraudes fiscais cometidas pela Standard Oil of Bolívia, o governo boliviano nacionalizou a estrutura e os campos de exploração dessa empresa, com isso criou a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Mais tarde, em 1969, o governo boliviano nacionalizou os investimentos da Gulf Oil

Company, assim deu maior protagonismo e autonomia à YPFB (DUARTE, et. al., 2008).

Antes do desgaste resultante do cenário de 2006, a relação diplomática entre Brasil e Bolívia também viveu um sobressalto. Em agosto de 1971, o governo militar brasileiro participou ativamente do golpe de Estado que destituiu o governo de Juan José Torres e abriu espaço para o general Hugo Bánzer. Na ocasião, aviões com a bandeira brasileira levaram armamentos e as tropas brasileiras foram mobilizadas junto à fronteira dos dois países. Tal intromissão vislumbrava interesses estratégicos, como acesso facilitado a petróleo, gás natural e recursos minerais, o que foi obtido pelo Brasil logo depois. Além disso, entre 1974 e 1976, quase 40 mil km² do território boliviano junto à fronteira brasileira foram cedidos ao Brasil (ZIBECHI, 2012).

Na primeira década do século XXI, a eleição de Evo Morales para a presidência da Bolívia alterou significativamente a política do país com seus hidrocarbonetos. Durante a década de 1990, o cenário de desregulamentação e privatizações também alcançou o setor fóssil. Com isso, o país foi alvo de volumosos investimentos estrangeiros no setor. As petrolíferas Repsol YPF (Espanha e Argentina), British Gas e British Petroleum (Reino Unido), Total (França), Dong Wong (Coreia) e Canadian Energy e, em especial, a Petrobras aproveitaram-se do cenário para ganhar espaço no mercado boliviano.

Entre 1996 e 2005, a Petrobras investiu US\$ 1,5 bilhão de dólares em estruturas de produção no território boliviano e mais de US\$ 2 bilhões no sistema de gasodutos para ligar as reservas ao Brasil, formando o sistema GASBOL. Ao mesmo tempo, em 2005, era responsável por 15% do PIB do país e mais de 1/5 dos impostos arrecadados¹²⁰. Gradualmente, ao longo da década de 1990, os acordos bilaterais firmados entre os governos brasileiro e boliviano, por meio da Petrobras e da YPFB, as facilidades fiscais e a perspectiva de ganhos fizeram da estatal brasileira, no final da mesma década, ser a maior acionista dos campos de produção das refinarias daquele país (DUARTE, et. al., 2008). Na verdade,

A Petrobrás-Bolívia era responsável pela operação das refinarias Gualberto Vilaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de La Sierra, por intermédio da sua controlada no País Petrobrás Bolívia Refinación

¹²⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95508.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

S/A (PBR). A empresa passou, em 2001, a utilizar a bandeira Petrobrás na rede de postos. As vendas mensais saltaram de 500.000 para 800.000 litros de gasolina [...] Ela atendia à totalidade da demanda da Bolívia de gasolina especial e premium, além da de gasolina de aviação e querosene, sendo responsável, também, por mais de 60% da demanda de óleo diesel. Isso fez da Petrobrás-Bolívia líder do mercado de combustíveis naquele país. (DUARTE, et. al., 2008, p. 93).

Entretanto, o cenário socioeconômico instável e a insatisfação popular com o retorno econômico dos investimentos estrangeiros no país, ainda hoje um dos mais pobres da América do Sul, deu lastro à eleição de Evo Morales em dezembro de 2005, depois de cinco presidentes terem ocupado o cargo no país entre 1997 e 2005. Diante de um quadro de estagnação socioeconômica e imerso na atmosfera socialdemocrata e progressista que vinha se construindo no cenário político da América do Sul, Morales novamente nacionalizou o setor de hidrocarbonetos.

Tal processo ocorreu por meio do Decreto nº 28.701, o qual determinou que

ARTICULO 1.

En ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo el mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos naturales hidrocarbúferos del país. El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos.

ARTICULO 2.

I. A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPF, toda la producción de hidrocarburos.

II. YPF, a nombre y en representación del Estado, en ejercicio pleno de la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país, asume su comercialización, definiendo las condiciones, volúmenes y precios tanto para el mercado interno, como para la exportación y la industrialización.

ARTICULO 5.

I. El Estado toma el control y la dirección de la producción, transporte, refinación, almacenaje, distribución, comercialización de hidrocarburos en el país.

II. El Ministerio de Hidrocarburos y Energía regulará y normará estas actividades hasta que se aprueben nuevos reglamentos de acuerdo a Ley (BOLÍVIA, 2006, p. 3-5).

A partir disso, em primeiro de maio de 2006, o governo boliviano determinou que as forças armadas do país ocupassem as instalações das empresas estrangeiras para garantir a continuidade das atividades de produção. No decreto, ficou estabelecido significativo aumento percentual da parcela produzida que deveria ser repassada ao Estado boliviano. Nos campos com produção superior a 100.000.000 de pés cúbicos por dia, 82% da produção ficaria com o Estado. As empresas teriam um prazo de 180 dias

para se adequarem à nova regulamentação, caso contrário, não poderiam continuar operando no país.

Dessa forma, a Petrobras e o governo brasileiro sofreram duro golpe. A empresa perdeu a propriedade sobre os hidrocarbonetos produzidos, parte dos lucros, viu os preços do gás aumentarem de forma mais acentuada que o previsto anteriormente e foi levada, em 2007, a vender duas refinarias ao governo boliviano por valores inferiores aos de mercado. Porém, manteve suas operações no país, seu protagonismo empresarial na Bolívia, certa margem de lucratividade e garantiu o fornecimento de gás ao Brasil (DUARTE, et. al., 2008). Atualmente a empresa continua atuando na Bolívia, nos setores de desenvolvimento de novos campos, exploração e distribuição¹²¹.

As relações entre Brasil e Venezuela, na articulação do setor de hidrocarbonetos, também sofreram sobressaltos. Em 2007, as mudanças na regulamentação de exploração desses recursos impostas pelo governo Hugo Chávez reduziram os ganhos da Petrobras naquele país. Isso frustrou os interesses da estatal brasileira, já que, cerca de dois anos antes, tais governos haviam encaminhado acordos estratégicos entre as suas empresas estatais, Petrobras e PDVSA. Entre tais acordos, destacavam-se a participação da Petrobras em áreas de exploração na Venezuela e a da PDVSA na construção da Refinaria de Abreu e Lima (CARRA, 2014). Para compreender essas dificuldades, há de se levar em conta as diferenças no funcionamento e no propósito das empresas. Na verdade,

Enquanto a Petrobras tem uma lógica corporativa pautada pelo *profit seeking* [...], a PDVSA é uma ferramenta política do governo de Chávez para difusão do discurso bolivariano. Na realidade, a atuação da estatal brasileira em âmbito regional sul-americano, apesar de também guiada por uma abordagem transnacional, tem um fator político inerente que acaba impondo a presença do Estado brasileiro, contribuindo para o jogo da política de poder na região. Já a estatal venezuelana é, de fato, um instrumento do governo para tal fim. (CERI-OFTA, 2011, p. 42).

Essas diferenças na concepção e na atuação das empresas inviabilizaram outros projetos. Em 2007, alegando incertezas sobre os volumes das reservas e da intromissão do governo venezuelano no direcionamento dos mercados, a Petrobras retirou-se do projeto de exploração do campo de Mariscal Sucre. Em 2010, foi a vez de a estatal brasileira se retirar da exploração do bloco de Carabobo 1, depois que a oferta de sua

¹²¹ Disponível em: <<http://www.petrobras.com/es/paises/bolivia/bolivia.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

participação societária foi reduzida a 10%, e não mais 40% como previsto (CARRA, 2014).

No início deste século, projetos de integração física por meio de gasodutos¹²² foram elaborados envolvendo diretamente a Argentina, a Venezuela e o Brasil. Entretanto, esbarraram em uma série de dificuldades. Envolvendo aspectos de ordem técnica, como as incertezas nos traçados das tubulações e sobre o volume das reservas venezuelanas, também financeiras, relacionadas ao montante dos investimentos e ao preço final desse recurso, os empecilhos para a efetivação daqueles foram se avolumando. Além disso, dentro da própria Petrobras, o apoio a tais projetos não era consensual. As maiores preocupações giravam em torno dos baixos preços estimados para o gás venezuelano, temiam-se a perda do monopólio do mercado brasileiro pela Petrobras e a inibição da produção nacional (CARRA, 2014).

No caso da Refinaria Abreu e Lima, a idealização da parceria entre a PDVSA e a Petrobras remonta ainda ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Retomado no governo Lula, tal projeto esbarrou na insatisfação de setores internos da Petrobras, que achavam mais interessante reestruturar as refinarias já existentes ao invés de construir uma nova. Ao mesmo tempo, em meio às exigências da PDVSA de liberdade de comercialização sobre a parte dos derivados que lhe caberia e às negativas da estatal brasileira para as garantias oferecidas pelo governo venezuelano para efetivar a construção da refinaria (iniciada pela Petrobras em setembro de 2007), os custos da obra elevaram-se e ocorreu a descoberta das reservas do Pré-sal brasileiro. O aumento dos custos, que descontentavam o Governo Chávez, e o arrefecimento da necessidade da Petrobras em explorar reservas internacionais¹²³, já que agora contava com grandes reservas internas de alta qualidade, aos pouco, levaram a parceria ao fim. (CARRA, 2014)

Dessa maneira, com base no que foi exposto até aqui, percebe-se que as estruturas de integração a partir dos hidrocarbonetos fluidos enfrentaram inúmeras

¹²² Esse projeto, a partir de 2005 nomeado de Gasoduto da Integração da América do Sul, conectaria o norte da Venezuela, região de Puerto Ordaz, até Buenos Aires, passando por estados das cinco regiões brasileiras, com destaque para as cidades de Belém (PA), Brasília (DF) e Paulínia (SP), e por Montevidéu. Esse, na região de Penápolis (SP), seria integrado ao Gasbol.

¹²³ Até 2006, a perspectiva da construção conjunta de refinarias entre a PDVSA e a Petrobras estava atrelada a parcerias de exploração de reservas venezuelanas. Entre essas, como contrapartida da construção de Abreu e Lima e da relativa abertura do mercado brasileiro à PDVSA, estava a participação da Petrobras na exploração do bloco de Carabobo 1.

dificuldades, tanto de ordem interna quanto internacional, e resultaram de processos de aproximação bilaterais, fossem essas entre governo e/ou empresas. Fica clara, também, a busca incessante por interesses particulares, o que provocou frequentes sobressaltos no processo de integração. Como bem destacam Egler & Mattos (2012),

A análise das condições para uma integração energética na América do Sul não pode prescindir da consideração das raízes históricas conflitantes, que interferem e condicionam ainda hoje o posicionamento e as estratégias particulares de cada país. [...] Nos últimos anos e mais recentemente com o ingresso da Venezuela no Mercosul, a integração sul-americana confronta as estratégias das três empresas e dos três Estados (*Brasil, Argentina e Venezuela*). [...] ao mesmo tempo em que firmam acordos de atuação conjunta, as empresas sofrem, de alguma maneira, o enfrentamento por força dos interesses políticos e de liderança regional dos seus respectivos Estados. (p. 100-101 – grifos nossos).

Conflitos de interesses, temores de perda de autonomia, concorrência regional por mercados entre as grandes empresas do setor, entre outros fatores, limitaram as possibilidades de uma integração infraestrutural mais robusta. Esse cenário, além de se afastar do ideal de Cooperação Sul-Sul, reforça a tese de que a integração física, articulando estrategicamente os territórios, depende muito de prévia integração e alinhamento das políticas internas e externas dos países envolvidos. Tal integração depende do equilíbrio na distribuição dos benefícios alcançados e deve, de forma imprescindível, promover o desenvolvimento mútuo e mais equânime entre as sociedades.

3.5 - A mudança do cenário político e o desmonte do ideal de integração estratégica

A partir do final de 2009, o cenário político latino-americano vivenciou situações de instabilidade. O marco inicial ocorreu com a destituição do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, e logo se materializou também na América do Sul, quando, em 2012, Fernando Lugo, então presidente do Paraguai, foi deposto de seu cargo de modo muito questionável.

Em junho de 2009, a ação conjunta de integrantes do Parlamento, da Suprema Corte e do Exército hondurenhos retirou arbitrariamente Zelaya, que havia sido eleito presidente em 2005, de sua residência e forçosamente o enviaram para Costa Rica. Em

2011, um grupo misto de especialistas, que compôs a Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC), concluiu que tal ação foi ilegal¹²⁴.

Já o processo envolvendo o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo teve um reflexo marcante sobre a integração sul-americana, uma vez que atingiu diretamente o MERCOSUL. Destituído em menos de 48 horas, o impedimento de Lugo foi questionado pela Organização dos Estados Americanos (OEA)¹²⁵ e, invocando a cláusula de manutenção da ordem democrática, prevista no Protocolo de Ushuaia de 1998, os demais membros do MERCOSUL suspenderam o Paraguai do bloco ainda em junho de 2012.

Em meio a essa suspensão, o processo de integração da Venezuela ao referido bloco econômico foi concluído. Tal medida acirrou ainda mais a relação entre o governo paraguaio e os demais membros do bloco. Até então, o Congresso paraguaio não havia aprovado a integração daquele país e, por ter sido concluída a ação durante seu período de suspensão, algumas autoridades paraguaias cogitaram a retirada do país do MERCOSUL em definitivo, alegando desrespeito à sua soberania (FRIZZERA, 2013). Em julho de 2013, após a normalização do quadro político paraguaio com a eleição de Horácio Cartes para presidente, os membros do MERCOSUL votaram a favor da reintegração paraguaia ao bloco. Porém, somente após a aprovação do Congresso paraguaio da entrada plena da Venezuela no bloco, fato ocorrido em dezembro de 2013, o processo efetivou-se.

Apesar da relevância desses dois fatos, as instabilidades políticas, econômicas e sociais que se instalaram nos últimos anos no Brasil e na Argentina, os dois maiores alicerces do processo de integração subcontinental, contribuíram contundentemente para a desarticulação das ações e dos projetos estratégicos. As mudanças do panorama político na Argentina, com a eleição de Maurício Macri em 2015, e do Brasil, em especial após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em abril de 2016, abriram caminho para o resgate de uma agenda conservadora e neoliberal que havia sido derrotada na região no início deste século. No caso brasileiro, essa orientação havia sido abandonada a partir de 2002, com o resultado das eleições presidenciais, e foram resgatadas, em 2016, com a implantação do governo de Michel Temer.

¹²⁴ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/comissao-da-verdade-conclui-que-destituicao-de-zelaya-foi-ilegal/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹²⁵ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/oea-questiona-julgamento-sumario-que-destituiu-lugo-no-paraguai,92b8a418851ca310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

Na escala doméstica argentina, as medidas adotadas pelo governo Macri, como historicamente é comum nos governos de caráter neoliberal, distanciaram-se do idealizado e proposto em campanha e, somadas à conjuntura internacional¹²⁶, levaram o país a um quadro de crescimento lento, forte desvalorização da moeda e aumento da inflação¹²⁷. Em meio a aumentos de impostos, reformas impopulares (como a da previdência) e cortes de investimentos, os quais se mostraram inócuos para alcançar as metas estabelecidas de redução do déficit fiscal¹²⁸, o país teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual exigiu o aprofundamento das medidas de austeridade.

Desde 2016, com os cortes dos investimentos públicos somados a reformas que afetaram os direitos trabalhistas, o país tem convivido com sucessivas greves, paralizações e protestos contra o governo. A desvalorização da moeda, somada ao aumento da inflação, solapou o valor dos salários frente ao dólar, os quais retrocederam praticamente uma década em poder de compra e alcançaram níveis equivalentes aos de 2009. As exportações de soja, principal fonte de arrecadação de divisas estrangeiras, ficaram comprometidas em 2018 em função de variações climáticas. No final deste mesmo ano, a dívida pública do país ultrapassou 80% do PIB, da qual mais de 60% foi contraída em dólares¹²⁹.

No campo internacional, já em 2016, seu primeiro ano de mandato, Macri tencionou a relação com a Venezuela ao questionar a condução do governo de Nicolás Maduro e alegar que o país não agregou nada ao MERCOSUL. Defendeu o afastamento do país do bloco, caso ele não cumprisse integralmente os requisitos de integração já estabelecidos. Ao mesmo tempo, diante da crise política no Brasil em 2016, reconheceu

¹²⁶ Parte do quadro agudo da crise da Argentina é reflexo da fuga de capitais estrangeiros, os quais foram atraídos para o mercado estadunidense após o governo comandado por Donald Trump ter elevado os juros domésticos em quatro ocasiões em 2018. Os juros domésticos dos EUA fecharam o ano com um máximo de 2,5% a.a, a maior taxa em 11 anos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/bolsas-reagem-mal-a-aumento-de-juros-nos-eua-e-fecham-em-queda-de-mais-de-1.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹²⁷ Em 2018, a inflação argentina foi a segunda maior da América Latina, com 47,6%, perdendo apenas para a Venezuela. Esse percentual também foi o maior no país desde 1991. O peso desvalorizou-se mais de 51% frente ao dólar. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2019-01-15/inflacao-na-argentina-em-2018.html>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

¹²⁸ Durante o governo Macri, o PIB cresceu menos que o *déficit*, o que comprometeu ainda mais a confiança dos investidores estrangeiros no país, os quais provinham os recursos usados para reduzir o mesmo *déficit*. Em 2018, o PIB recuou mais de 2%.

¹²⁹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/14/economia/1536918013_424629.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

a destituição de Dilma Rousseff como um processo legítimo de *impeachment* e logo firmou acordos com a presidência de Michel Temer¹³⁰. Em 2016, quando os EUA ainda estavam sob o governo de Barak Obama, Macri cogitou a construção de bases norte-americanas em Ushuaia (Terra de Fogo) e próximo às fronteiras com Brasil e Paraguai (Tríplice Fronteira)¹³¹.

Já em fevereiro de 2018, apontando a baixa efetividade de suas ações, o demasiado viés ideológico, segundo o governo argentino, assumido pela UNASUL, e a vacância do cargo de secretário-geral desde 2017, Macri sinalizou a saída da instituição, que completava naquele ano seu primeiro decênio. Tal postura encabeçou uma lista de dissidentes, os quais, mais tarde, em abril daquele mesmo ano, suspenderiam suas participações, esvaziando e paralisando a mais importante entidade de integração estratégica já articulada no subcontinente.

Paralelamente, o cenário político e socioeconômico, no Brasil dos últimos anos, não se difere muito dos descritos para a Argentina. Já em 2015, sob forte pressão do mercado e de parcelas da sociedade brasileira, em especial das classes empresarial e média, o governo de Dilma Rousseff passou a incorporar nuances neoliberais. Exemplo disso foi a indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Doutor em economia pela Universidade de Chicago, adepto de uma economia apoiada em princípios neoliberais, ocupou tal ministério durante quase todo o ano de 2015. Neste período, defendeu um pacote de medidas de austeridade, focado na formação de *superávit* primário¹³². Entretanto, com grandes resistências no legislativo federal e desaceleração da economia brasileira, as metas de poupança da arrecadação frente ao

¹³⁰

Disponível

em:

<<https://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/09/1817618-posso-trabalhar-com-quem-o-brasil-escolher-para-governar-diz-macri.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

¹³¹ Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/macri-abre-a-argentina-para-duas-bases-dos-estados-unidos-por-j-carlos-de-assis>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

¹³² Vale destacar que *superávit* primário é o montante de recursos, ou mesmo, em termos relativos, o percentual do PIB, que sobra após o financiamento das despesas do governo. Normalmente, esse montante é destinado ao pagamento das dívidas (juros) junto aos credores. Assim, trata-se dos recursos do Estado, obtidos de suas diversas receitas, tais como a recolha de impostos, lucros de estatais, dividendos e rentabilidade de investimentos, que são destinados a alimentar o sistema financeiro, em especial o internacional. Merece destaque, ainda, que a geração desse montante é indicador importante para o mercado e que sua redução pode macular a imagem do país junto ao mercado internacional, não é incomum os diferentes governos sofrerem pressões externas para elevarem-no. Assim, a priorização de *superávit* primário pode induzir corte de investimentos e precarização dos serviços públicos prestados à sociedade.

PIB, para garantir o pagamento da dívida pública, foram sendo reduzidas, e o país perdeu credibilidade diante das agências de avaliação de risco¹³³.

Com a instalação do governo de Michel Temer, após o golpe jurídico-parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016, a efetivação de elevados cortes orçamentários prejudicou diversos setores, entre os quais se destacam a educação, a infraestrutura e a saúde. Ao mesmo tempo, entre 2017 e 2018, ocorreram também aumento de impostos. Mesmo assim, a estagnação do PIB, a retração do mercado interno pelo aumento galopante do desemprego e da estagnação do poder de compra dos salários e a queda na arrecadação fizeram o *déficit* primário¹³⁴ das contas do governo fecharem em mais de R\$ 124 bilhões, quase 2% do PIB daquele ano. Ainda mais preocupante era que o orçamento de 2018 previa um rombo de até R\$ 159 bilhões.

Nesse cenário, a taxa de desemprego cresceu de forma acentuada, alcançando quase 14% em abril de 2017, o que representava mais de 14 milhões de trabalhadores¹³⁵. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no terceiro trimestre de 2018, ano eleitoral, esse percentual diminuiu, porém se manteve elevado, fechando em quase 12%. Viveu-se, ainda, o aumento da informalidade, da subutilização dos trabalhadores e do número de desalentados, que são os trabalhadores que desistiram de encontrar emprego. No final de 2018, eram mais de 11,5 milhões de trabalhadores na informalidade, quase 5 milhões de desalentados e mais de 27 milhões de subutilizados¹³⁶. Diferentemente do ocorrido na Argentina, a elevação do desemprego, que reduziu drasticamente o poder de compra do mercado interno, e as volumosas reservas cambiais em moedas estrangeiras

¹³³ Entre o final de 2015 e o início de 2016, o cenário de desaceleração econômica e a grave instabilidade política contribuíram para o rebaixamento das notas do Brasil por três agências de avaliação de risco. As agências Fitch, Standard & Poor's e a Moody's retiraram do país o selo de "bom pagador", o chamado grau de investimento. Tal cenário colaborou para piorar o quadro econômico doméstico, já que inibiu investimentos do país. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1742694-agencia-de-risco-moodys-tira-selo-de-bom-pagador-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

¹³⁴ Não considera os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/janeiro/governo-central-cumpre-meta-fiscal-e-encerra-2017-com-deficit-de-r-124-4-bilhoes>>. Acesso em: 29 jan. de 2019.

¹³⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879416-numero-de-desempregados-ja-passa-de-14-milhoes-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

¹³⁶ Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/desemprego-atinge-125-milhoes-de-pessoas-em-setembro-diz-ibge-30102018>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

acumuladas em anos anteriores¹³⁷, que reduzem os riscos de moratórias e podem ser usadas para conter desvalorizações da moeda, contribuíram para estancar o crescimento da inflação brasileira.

No plano internacional, seguiu-se a guinada na orientação da política externa do país, com o resfriamento das relações de Cooperação Sul-Sul e a aproximação prioritária, e, muitas vezes, subalterna, com potências tradicionais, em especial os EUA. José Serra Chirico, integrante do PSDB, que, como dito anteriormente, é autor do projeto de Lei nº 131/15, o qual propôs a flexibilização do marco regulatório do Pré-sal (Lei Federal nº 12.351/10 e 12.276/10) e a redução do papel da Petrobrás na exploração dessa fronteira (cenário consumado pela aprovação da Lei Federal nº 13.365/16), foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Desde então, a essência da política externa adotada pelo Itamaraty ao longo da primeira década e meia deste século foi contrariada.

Já em seu discurso de posse do cargo, em 18 de maio de 2016¹³⁸, Serra deixava clara a nova orientação da política externa nacional e agradecia as atentas revisões feitas e a chancela dada pelo então presidente Michel Temer ao texto. Na ocasião, listou dez diretrizes para a condução dos trabalhos do Itamaraty. Entre elas, afirmou que a política externa brasileira deixaria de ser orientada por um viés ideológico/partidário e que esta passaria a priorizar a ampliação das relações com as potências do Norte (EUA, Europa e Japão). Criticou aquilo que chamou de excessiva aposta, feita pelos governos anteriores, no multilateralismo e enalteceu as alianças bilaterais, ao mesmo tempo, falou em renovação do MERCOSUL e de aproximação com a Aliança do Pacífico.

Na penúltima diretriz, menciona a Cooperação Sul-Sul, cita a importância da relação com China e Índia e, de forma vaga, refere-se aos países africanos e ao BRICS. Com relação aos países africanos, deixa subentendido que a política externa brasileira, até então aplicada neste século, subestimava os potenciais e os interesses desses. Sobre o grupo dos BRICS, faz referência apenas a trocas de experiências, subvalorizando o caráter estratégico desse nos âmbitos econômico, tecnológico e militar. Destaca-se a não

¹³⁷ As reservas internacionais do Brasil passaram de US\$ 37,7 bilhões, ao fim de 2002, para mais de US\$ 370 bilhões em dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/12/reserva-internacional-de-us-370-bilhoes-e-poupanca-que-fortalece-o-brasil>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

¹³⁸ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

menção a UNASUL, ao recente protagonismo brasileiro em órgãos e cúpulas internacionais, como o G-20 econômico, e às pretensões do país junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Em março de 2017, José Serra foi substituído por Aloysio Nunes Ferreira Filho, que, assim como o primeiro, era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nunes manteve a essência da política externa implantada por Serra. Em seu discurso de posse, menos técnico que Serra, enfatizou que as gestões anteriores aplicaram um viés ideológico-partidário à condução da política externa do país. Foi enfático na oposição ao governo de Nicolás Maduro (Venezuela), o qual classificou como autoritário. Fez referências, tão vagas quanto seu antecessor, ao BRICS, à América Latina, à aproximação entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico, do Brasil com as potências do Norte e com os emergentes da Ásia, com destaque para a China. De forma sutil, aludiu à ampliação do CSNU, à participação do Brasil no G-20 e à relação do país com a Rússia, o Leste Europeu, o Continente Africano e com os países do Oriente Médio¹³⁹.

Por último, em janeiro de 2019, já sob o governo presidido por Jair Messias Bolsonaro, eleito em outubro de 2018, tomou posse como Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. Este, formado em Letras pela Universidade de Brasília (UnB), desde o início da década de 1990, ingressou na carreira diplomática. Personagem polêmico pelas suas colocações acerca da Ordem Global, pelas críticas ao Globalismo e ao Marxismo, fez um discurso de posse¹⁴⁰ vazio, prolixo e impreciso sobre as orientações do Itamaraty durante sua gestão. Entre citações em latim, em tupi-guarani e trechos de poemas e músicas nacionais, obscureceu as atribuições e diretrizes dessa nova fase. Com referências elogiosas a Jair Bolsonaro, a questões de ordem e escala interna, como de gênero e aborto, não contemplou de modo efetivo aspectos mais objetivos e diretamente ligados às atribuições do MRE, como parcerias estratégicas com outros países, participação em organismos e fóruns de concertação política, econômica e ambiental.

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15829-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloysio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Durante o discurso, vagamente fez referência a vários países, afirmando que, com cada um, será desenvolvido um plano de relações específico, o qual visará resultados econômicos e comerciais práticos para o Brasil. Também classificou o quadro de governo na Venezuela como tirânico e afirmou que admira a luta do povo venezuelano. Na mesma direção, destacou que os povos da América Latina estão se libertando dos governos do Foro de São Paulo¹⁴¹. Dessa forma, deixa transparecer aspectos ideológicos que o aproximam dos discursos de seus dois antecessores.

Para avaliar as mudanças no direcionamento da política externa brasileira, é necessário apresentar as proposições do quadro de governo anterior a esses. Assim, é oportuno mencionar o discurso do diplomata Celso Luiz Nunes de Amorim¹⁴², que ocupou o cargo de ministro das relações exteriores entre 2003 e 2010, durante os mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De forma geral, ele se mostrava muito mais alinhado com os ideais de cooperação Sul-Sul, do multilateralismo e da busca por uma atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) focada na promoção do desenvolvimento socioeconômico nacional e regional. Ao mesmo tempo, não menosprezou a importância da relação estratégica com as potências centrais da América do Norte, da Europa e da Ásia.

Sobre a articulação com os países periféricos e emergentes, Celso Amorim destaca as relações com a Rússia, China, Índia, África do Sul, países que, mais tarde, constituiriam o grupo dos BRICS, e o México. Cita a relação com países africanos, destacando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Também nesse sentido, dedica grande atenção à América do Sul, região que vê como cerne da política externa de integração, defendendo sua estabilidade política e prosperidade socioeconômica como fundamental para o bem-estar do Brasil. Enfatiza a importância do MERCOSUL, propondo seu aperfeiçoamento e avanços, bem como o aprofundamento da integração comercial e infraestrutural sul-americana.

Dentro do Sistema Internacional, Amorim reforça o papel soberano e mediador que o Brasil deve desempenhar. Destaca que o país se empenharia na defesa de assuntos

¹⁴¹ O Foro de São Paulo é uma organização que reúne movimentos e partidos de esquerda da América Latina. Fundado no início da década de 1990 por lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva e Fidel Castro, autodeclara-se de esquerda, anti-imperialista, socialista e democrático. Com reuniões bienais, os integrantes discutem alternativas políticas e econômicas frente ao neoliberalismo.

¹⁴² Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaxador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

importantes na Agenda Internacional (AI), como o combate ao aquecimento global, ao terrorismo, e a conservação da biodiversidade. Vale destacar que o contexto no qual assumiu o cargo era conturbado. Vivia-se a intensificação da Guerra ao Terror e havia reflexos da desaceleração econômica mundial do início do século. Nessa mesma escala, referenda o papel decisório do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e defende sua expansão sob o argumento de fortalecer sua legitimidade.

Nas gestões de Dilma Rousseff, Antônio Patriota (2011/2013), Luiz Alberto Figueiredo (2013/2015) e Mauro Vieira (2015/2016) tiveram atuação mais comedida, mas, em linhas gerais, seguiram as bases lançadas por Amorim. Dessa maneira, é evidente que existe uma grande distância nos ideais norteadores do MRE entre os períodos dos governos Lula e Dilma e seus sucessores. A construção da integração subcontinental, na busca pela melhoria do quadro socioeconômico das nações envolvidas e na defesa de uma atuação soberana e proativa dentro do SI, na defesa de temas importantes e estratégicos, bem como do fortalecimento da multipolaridade, foram substituídos por um papel de coadjuvante do Brasil, de maior alinhamento e subordinação ao *status quo* também dentro da DIT. Tendo essas diferenças em mente, os efeitos sobre o papel do Brasil na integração sul-americana serão abordados nos próximos parágrafos.

3.6 – Os desdobramentos no processo de integração subcontinental

Decorrente do cenário descrito, em grande parte construído a partir de 2016, o que se seguiu foi a estagnação e o desmonte do processo de integração subcontinental, além de retrocessos socioeconômicos nos países sul-americanos. Tornaram-se comuns tensões e divergências entre os governos, em especial brasileiro e argentino, com o governo venezuelano. Em dezembro de 2016 e agosto de 2017, por diferentes motivações, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL. A partir disso, gradualmente, este país foi levado a um quadro cada vez maior de isolamento subcontinental, o que indubitavelmente contribuiu para o agravamento do lamentável panorama político e socioeconômico vivido por ele atualmente.

Meses antes da primeira suspensão, os demais países membros do bloco, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, impediram a Venezuela de assumir a presidência rotativa do bloco econômico em setembro de 2016. A decisão criou grande mal-estar no

interior do MERCOSUL. No entanto, o impedimento foi mantido sob o argumento de que o referido membro não havia efetivado todos os compromissos previstos em seu Protocolo de Adesão, o qual foi assinado em 2006.

A primeira suspensão, em dezembro de 2016, que já havia sido cogitada em setembro daquele ano, foi justificada com base em critério técnico, Praticamente o mesmo que foi usado para impedir a posse do país na presidência do bloco, a alegada incapacidade venezuelana de incorporar integralmente as normas e os tratados previstos. Até dezembro de 2016, o país havia alcançado 80% das normas técnicas e 25% dos tratados. Entre os pontos não atendidos pelo país, destacavam-se a aplicação de uma tarifa externa comum (TEC) e a eliminação de barreiras intrabloco, bem como a cláusula democrática¹⁴³. Apesar de ter assinado a notificação de suspensão, o governo Uruguaio entedia que a suspensão só caberia com a evocação da “cláusula democrática”, por isso defendia que, naquele momento, a Venezuela perdesse apenas o direito ao voto¹⁴⁴.

A segunda suspensão, ocorrida em agosto de 2017, foi mais grave. Essa se sustentou com base no Protocolo de Ushuaia, que impõe essa represália a países que vivam quadros de ruptura de sua ordem democrática. Tal punição veio depois que, em maio de 2017, diante de intensas manifestações contra a presidência de Nicolás Maduro, o governo venezuelano convocou uma Assembleia Nacional Constituinte. Esta ação foi alvo de duras críticas da oposição, pois, segundo eles, não tinham participação ampla e efetiva, acusando o governo de perseguição. Ao mesmo tempo, a oposição argumentava que não havia motivos concretos para a elaboração de uma nova constituição¹⁴⁵.

O quadro foi agravado quando, em agosto, em meio ao aprofundamento da crise socioeconômica, com as forças antigoverno saqueando armamentos militares e com a escalada da violência, a mesma Assembleia Constituinte assumiu funções legislativas. Apesar de inusitada, tal medida não anulou a ação do parlamento e foi sustentada pelo governo sob o argumento de tentar garantir a paz e a ordem. Segundo o decreto do governo venezuelano, tal função legislativa se restringiria a temas relacionados à manutenção da paz, da segurança e da soberania, à estabilidade do setor financeiro e

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/12/itamaraty-confirma-suspensao-da-venezuela-do-mercosul>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1837650-paises-do-mercosul-assinam-suspensao-da-venezuela-do-bloco.shtml>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

¹⁴⁵ A constituição em vigor havia sido aprovada em 1999, no primeiro governo de Hugo Chávez.

socioeconômico, aos objetivos do Estado e aos direitos dos venezuelanos¹⁴⁶. Em outubro de 2017, a Assembleia Nacional Constituinte convocou eleições para governadores. Essas foram monitoradas por cerca de 50 observadores internacionais e ocorreram normalmente¹⁴⁷. Porém, a oposição contestou o resultado, que consagrou com 17 governadores dentre os 23 elegíveis o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), ao qual pertence Nicolás Maduro¹⁴⁸.

No cenário internacional, a convocação da Assembleia Constituinte e a tomada de funções legislativas por ela também levantaram críticas e ampliaram as pressões sobre o governo venezuelano. Pouco antes disso, em abril de 2017, após a Organização dos Estados Americanos (OEA) ter convocado uma comissão para avaliar a situação da crise venezuelana, sem a chancela do país, Maduro anunciou a saída da entidade. Esse fato aprofundou o isolamento venezuelano, já que, a essa altura, a UNASUL, que desde 2015 mediava o quadro buscando uma resolução pacífica e democrática, já vivia instabilidades. Em agosto de 2017, o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou uma intervenção militar na Venezuela¹⁴⁹. Seguindo com o cerco à Venezuela e ao governo Maduro, em maio de 2018, a Colômbia foi incluída na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), organismo militar chefiado pelos EUA¹⁵⁰.

Desde então, a profunda crise venezuelana, que há tempos é marcada por violentos conflitos entre governistas e opositores (antichavistas), os quais levaram a centenas de mortos e milhares de feridos, já desembocou em uma onda migratória para países vizinhos, em especial, Colômbia e Brasil¹⁵¹. Em maio de 2018, antecipando as eleições presidenciais, em um pleito marcado pela baixa participação dos eleitores e por

¹⁴⁶ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/assembleia-constituente-se-atribui-poderes-de-parlamento-na-venezuela/a-40154789>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

¹⁴⁷ Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2017/10/14/sistema-eleitoral-venezuelano-e-altamente-sofisticado-diz-observador-internacional/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/16/internacional/1508122348_405331.html>. Acesso em: 01 fev. 2019.

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1AR2GZ-OB RTP>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

¹⁵⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2018/05/30/por-que-a-entrada-da-colombia-na-otan-preocupa-latino-americanos.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

¹⁵¹ Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional de Migrações (OIM), em novembro de 2018, decorrente do quadro descrito, mais de 3 milhões de venezuelanos já haviam deixado o país. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/11/08/interna_internacional,1004139/3-milhoes-de-venezuelanos-ja-deixaram-o-pais-dizem-agencias-da-onu.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2019.

questionamentos internacionais, Maduro reelegeu-se presidente para mais seis anos¹⁵². Entretanto, a oposição alegou fraude, não reconheceu a vitória e, em 23 de janeiro de 2019, entendendo vago o cargo da presidência da República, Juan Guaidó, até então um político pouco conhecido e que havia assumido a presidência da Assembleia Nacional da Venezuela dezoito dias antes, em 05 de janeiro, autodeclarou-se presidente interino no país.

Desde então, as tensões internas e externas agravaram-se. O governo Trump foi um dos primeiros a reconhecer a legitimidade de Guaidó à frente do governo venezuelano. Vale destacar que, desde dezembro de 2018, Guaidó estava nos EUA, onde recebeu o apoio de congressistas republicanos, como Marco Rubio e Rick Scott, além de ter se reunido com o secretário de Estado Mike Pompeo¹⁵³. O governo dos EUA, contando com apoio da oposição venezuelana, o governo da Colômbia e do Brasil, além de países da América Central, têm orquestrado uma escalada no discurso de intervenção na Venezuela. Entre os últimos desdobramentos desse quadro, ocorridos até esta redação, destacam-se o bloqueio de pagamentos dos EUA à PDVSA¹⁵⁴ e o envio unilateral de ajuda humanitária ao país sul-americano sem a prévia solicitação ou mesmo o aval do governo Maduro¹⁵⁵. Estes atos buscam ampliar a ruptura social e política no interior do país e fortalecer o grupo opositor ao governo de Nicolas Maduro.

No cenário subcontinental, os reflexos desse quadro não poderiam ser outros se não o esvaziamento dos organismos de concertação política e a desarticulação da integração regional. Como mencionado anteriormente, a UNASUL, por exemplo, em abril de 2018, pouco mais de dez anos após sua fundação, viu os governos brasileiro,

¹⁵² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397_319633.html>. Acesso em: 23 fev. 2019.

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.sepuede.com.uy/2019/02/05/quien-es-juan-guaido/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

¹⁵⁴ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/eua-imp%C3%B5em-san%C3%A7%C3%B5es-contrapetrol%C3%ADfera-estatal-da-venezuela/a-47273811>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

¹⁵⁵ Vale destacar, ainda, um fato inusitado que envolveu o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton. Em 29 de janeiro de 2019, quando anunciava as sanções estadunidenses contra a PDVSA e sua subsidiária nos EUA, *Citgo Petroleum*, em bloco de anotações que o mesmo carregava, aparecia a seguinte frase “5.000 soldados para a Colômbia”. Além da relativa estranheza causada pela anotação, já que nenhuma ação militar foi anunciada pelo conselheiro, mais provocativo foi o fato de ele ter permitido que tal anotação fosse flagrada pelos repórteres presentes no pronunciamento. Ao ser questionado pelos jornalistas sobre o significado da frase, ele respondeu: “como o presidente disse, todas as opções estão na mesa”. Uma clara tentativa de aprofundar o quadro de instabilidade e provocações ao governo de Nicolas Maduro. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/john-bolton-colombia-troops-venezuela-crisis-us-trump-maduro-sanctions-juan-guaido-a8751561.html>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

argentino, peruano, chileno e paraguaio suspenderem por tempo indeterminado suas participações na entidade. A justificativa dada pelos referidos países foi a imobilidade existente na entidade, que não possui um secretário-geral desde 2017.

Tal cargo, que teve como último ocupante o colombiano Ernesto Samper (agosto de 2014/janeiro de 2017), é preenchido a partir da aceitação unânime dos países membros. Entretanto, em 2017, o nome do argentino José Octávio Bordón foi vetado por Venezuela, Suriname, Equador e Bolívia, o que descontentou os demais membros¹⁵⁶. Dessa forma, permanecem integrando normalmente esse órgão apenas, Bolívia, Equador, Guiana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Vale destacar que a UNASUL foi criada em um contexto de grande ímpeto pela construção de um quadro de autonomia regional, o que, segundo os princípios dessa entidade, seria possível com uma integração mais estratégica e efetiva. Souza (2018, sp.) bem resume a essência de formação e o papel cumprido por essa entidade

[...] a UNASUL respondeu inicialmente à motivação da política externa brasileira por uma aproximação estratégica com a região sul-americana. Por meio da cooperação intergovernamental em diversos setores, tais como em defesa, saúde e infraestrutura, a organização tem como objetivo declarado o fortalecimento do subcontinente, a promoção do diálogo regional e a criação de uma identidade regional (UNASUL, 2008). Desde o seu início, a UNASUL se compromete com um viés autonomista de inserção internacional, tendo em vista que privilegia uma visão de desenvolvimento “para dentro”, excluindo a participação dos Estados Unidos e exaltando o potencial de governança e locução política do subcontinente. Desde então, a organização se mostrou eficaz na resolução de conflitos regionais e na busca de posicionamentos comuns, que se comprovam por iniciativas tais como a crise na Bolívia (2008), após o massacre de Pando, o conflito entre Colômbia e Venezuela (2010), o impeachment do então presidente Fernando Lugo no Paraguai. A UNASUL impulsionou ainda o incremento da integração da infraestrutura regional, através do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento, uma cooperação inédita em defesa, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), e avançou ao propor a governança de políticas de saúde por meio do órgão homônimo.

No campo infraestrutural, em 2011, a UNASUL incorporou ao seu Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), criado em 2009, a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), esta lançada no ano 2000. O COSIPLAN é um dos conselhos setoriais da UNASUL, e “se constituye

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://www.unasursg.org/es/secretaria-general/secretarios-generales>>; <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/polemica-em-torno-da-unasul-deve-ser-negociada-por-evo-morales>>; <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/04/25/O-que-%C3%A9-a-Unasul.-E-como-mudan%C3%A7as-pol%C3%ADticas-regionais-amea%C3%A7am-o-bloco>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

en la instancia de discusión política y estratégica para planificar e implementar la integración de la infraestructura regional de los países miembros.” (COSIPLAN, 2017, p. 11).

Relatório do COSIPLAN de 2017 apresentou 562 projetos de integração de infraestrutura existentes na América do Sul, sendo que 153 já estavam concluídos e custaram mais de US\$ 48 bilhões. Os demais, ainda em desenvolvimento, demandariam na ocasião um investimento de mais de US\$ 150 bilhões. Do total de projetos, cerca de 83% eram conduzidos individualmente pelos países e 16% o eram por parcerias binacionais. Entre os setores que mais concentravam os esforços, o de transporte, com quase 90% do total e 72% dos investimentos estimados, e o de energia, com praticamente todo o restante dos investimentos, destacavam-se (COSIPLAN, 2017).

Outra importante constatação trazida pelo relatório é a relevância do investimento público na efetivação dos projetos. Na verdade,

La cartera se encuentra financiada en gran parte por el sector público (casi el 60% de la inversión estimada), un cuarto de ella depende de iniciativas público-privadas, mientras que solo el 15% de las inversiones de las obras provienen del sector privado (COSIPLAN, 2017, p. 12).

O relatório aponta que, dos projetos em desenvolvimento, 409 no total, cerca de ¼ apresentam data estimada de conclusão, a maior parte destes, até o final de 2020, demandariam mais de US\$ 16 bilhões. Também destaca a relevância dos investimentos públicos para os 153 projetos já concluídos. Destes 80% contaram com financiamentos públicos, os quais representaram mais de 40% do montante total de investimentos. Ao mesmo tempo, o capital privado está concentrado nos setores de transportes e comunicações, e o setor de energia é exclusivamente financiado por recursos públicos (COSIPLAN, 2017).

Apesar do total de investimentos previstos nos projetos (concluídos e em desenvolvimento) ter crescido continuamente no período entre 2004 e 2017, o número médio de projetos incluídos por ano diminuiu significativamente em comparação com o período 2004/2015. Neste, o número médio de projetos incorporados anualmente ao COSIPLAN foi de 29, e o incremento de investimentos, da ordem de US\$ 16,1 bilhões. Já no período 2004/2017, esses números caíram para 17 projetos e US\$ 12,4 bilhões, o que sugere uma acentuada desaceleração em 2016 e 2017 (COSIPLAN, 2015 e 2017).

Podem ter contribuído para essa diminuição o quadro socioeconômico brasileiro e argentino, que juntos contemplam 248 projetos. Entretanto, apesar de não ser possível mensurar o peso de cada cenário nessa redução, ela também coincide com o período da reviravolta do quadro político e de reorientação das políticas externas desses países. Esse cenário ainda tende a se aprofundar, com a aguda crise na Venezuela, as pressões externas sobre o país, em especial dos EUA, e os impasses dentro do Mercosul e da UNASUL.

Outro fato que aponta para um aprofundamento da desarticulação dos projetos e para a fragilização do processo de integração física e estratégica no subcontinente é a consolidação de um governo de extrema-direita no Brasil. Com a formação do governo presidido por Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), em 2019, a tendência é que ocorra a radicalização da orientação da política externa já iniciada pelo governo de Michel Temer (MDB)¹⁵⁷.

Já durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato do PSL e seus correligionários demonstravam profunda admiração pelos governos dos EUA e de Israel, além de uma clara subordinação à Agenda Internacional (AI) proposta por Washington¹⁵⁸. Exemplos disso são: o encontro de Jair Bolsonaro após eleito com John Bolton, assessor do governo Trump para segurança e política externa; a possibilidade de retirar o Brasil do Acordo de Paris, medida que contrariaria a posição consolidada ao longo da história democrática nacional; e a proposta de mudança da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, que distorce a posição assumida pelo Brasil de apoio a uma solução pacífica e de reconhecimento do Estado Palestino. Os dois últimos fatos, até aqui não se concretizaram, pois esbarraram em inúmeras críticas internas e internacionais, bem como em ameaças de retaliações econômicas e diplomáticas de outros países ao Brasil¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Vale ressaltar que nem mesmo o governo de Michel Temer se alinhou de forma tão subalterna a política externa de Washington como tem feito o atual governo brasileiro. Em situações delicadas, como a ampliação de barreiras alfandegárias estadunidenses ao setor de metalurgia e mesmo as investidas mais agressivas do governo Trump contra a Venezuela, o Itamaraty buscou negociar e manter certa autonomia.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542926678_898403.html>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

¹⁵⁹ Com relação ao Acordo de Paris, países mais engajados, como os europeus, podem impor retaliações comerciais ou diplomáticas, assim como países árabes, que são grandes importadores de produtos agropecuários do Brasil, como carnes, em função defesa da Causa Palestina ou mesmo por oposição a Israel.

Entretanto, até a redação deste trabalho, outras medidas já haviam sido efetivadas, como a retirada do Brasil do Pacto Global de Migrações da ONU, mesmo o documento não sendo vinculante. Construído a partir da crise migratória que atingiu a Europa em 2015, ele serve para direcionar as ações dos países receptores de imigrantes de modo a garantir a dignidade e o bem-estar destes. Tal pacto não conta com a participação dos EUA, mas já foi ratificado por mais de 150 países¹⁶⁰. Outro ponto foi a flexibilização da legislação brasileira sobre a posse de armas de fogo. Um dos fatos mais polêmicos da campanha presidencial e que não passou por uma consulta popular, foi consumado por um decreto presidencial em 15 de janeiro de 2019. Vale ressaltar que o governo Trump também defende o amplo acesso a armamentos para a população civil.

Na política externa para a América do Sul, apostando no alinhamento incondicional do Brasil sob o jugo do governo Bolsonaro, o governo dos EUA, que vinha cobrando mais firmeza do governo de Michel Temer contra Maduro, espera conseguir isolar a Venezuela de maneira ainda mais contundente ao tê-lo junto com os outros governos conservadores da região (Argentina, Paraguai, Chile, Colômbia e Peru)¹⁶¹. Em nota emitida pelo Itamaraty em janeiro de 2019, a diplomacia brasileira, ao contrariar seu perfil ilibado e pacificador, acusou o governo de Nicolás Maduro de envolvimento com narcotráfico, lavagem de dinheiro e o classificou como terrorista¹⁶².

Junto à maioria dos países integrantes do Grupo de Lima¹⁶³, mas em especial a Argentina, o governo de Jair Bolsonaro não reconheceu o mandato de Nicolás Maduro, iniciado em 10 de janeiro de 2019. Poucos dias depois, ambos reconheceram a Assembleia Constituinte como o único poder legítimo da Venezuela¹⁶⁴. Mais tarde, em

¹⁶⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/brasil-deixa-pacto-global-de-migracao-da-onu.shtml>>; <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/pacto-migratorio-e-aprovado-na-onu-apos-sofrer-baixas-e-levar-a-renuncia-de-premie.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

¹⁶¹ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/eua-apostam-em-bolsonaro-para-pressionar-venezuela,e6c58bb79fa92a7d7025630f0d65e109g2w9obzi.html>>. Acesso em: 02 fev. de 2019.

¹⁶² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/itamaraty-chama-governo-de-maduro-de-terrorista-corrupto-narcotraficante-23381079>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

¹⁶³ Formado em agosto de 2017, o Grupo de Lima foi criado com o propósito de discutir soluções para o quadro venezuelano. Atualmente é formado por: Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Guiana e Santa Lúcia. Vale ressaltar que, em setembro de 2018, após o secretário geral da OEA ter feito coro às palavras de Donald Trump e deixado em aberto a possibilidade de uma ação militar contra o governo de Nicolás Maduro, 11 membros do Grupo assinaram comunicado no qual se opunham a qualquer ação ou declaração desse caráter na Venezuela. Apenas Colômbia, Canadá e Guiana não assinaram tal declaração.

¹⁶⁴ Disponível em: <<https://www.dw.com/es/macri-y-bolsonaro-redoblan-la-presi%C3%B3n-contra-nicol%C3%A1s-maduro/a-47112444>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

24 de janeiro, onze integrantes do Grupo manifestaram seu apoio ao autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, então presidente da Assembleia Nacional. Apenas México, Guiana e Santa Lúcia não assinaram o documento de apoio¹⁶⁵.

Assim, mesmo com todo o potencial natural, político, financeiro e técnico existente, não houve o alinhamento efetivo de uma política de integração energética fóssil desenvolvida entre os países sul-americanos. Ao mesmo tempo, o cenário futuro a curto-médio prazo aponta para o prosseguimento do desmonte da integração alcançada e/ou projetada nos últimos anos. A relevância dos financiamentos públicos nos projetos já concluídos, e existentes, em especial no setor de energia, deixa claro que com essa nova configuração conservadora dominante no quadro político sul-americano o processo perderá protagonismo. O mais provável é que este acabe dando lugar a acordos menos ambiciosos, provavelmente centrados em aspectos comerciais e de caráter bilateral. O que fica claro é que a instabilidade que hoje afeta a UNASUL também ameaça a integração espacial estratégica entre seus membros e abre caminho para que outros agentes do Sistema Internacional (SI) ocupem os espaços existentes na necessária ampliação da infraestrutura do subcontinente.

¹⁶⁵ Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-01/onze-dos-14-paises-do-grupo-de-lima-apoiam-guaido>>. Acesso em: 02 fev. de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda produção humana é, também, a produção do espaço geográfico, seja ele na sua dimensão material seja na imaterial. Ao mesmo tempo, toda produção necessariamente implica deslocamentos/fluxos, o que requer que o espaço esteja apto a permiti-los. A construção do espaço geográfico, resultante da alteração do espaço natural e de sua aparelhagem com os artefatos (fixos), sob a lógica capitalista é projetada e executada para possibilitar a produção e a reprodução do capital, assim como os fluxos a elas inerentes. Dessa forma, o espaço não é resultado de um processo aleatório ou mesmo inocente, mas sim de complexa teia de interesses e de um histórico jogo de forças entre os agentes territorializadores.

Desde a II Guerra Mundial, as cadeias produtivas tornaram-se mais amplas e espacialmente mais pulverizadas. A reprodução do capital literalmente se globalizou. Com isso, as conexões materiais e imateriais entre os diferentes territórios tornaram-se decisivas na organização do sistema capitalista contemporâneo e para a reprodução do capital. Da mesma forma, o nível tecnológico e de disponibilidade dos fixos existentes em um território, em grande medida, delimita o grau de inserção deste no processo produtivo global. Isso se dá, pois, além de ser um fator decisivo na atração de investimentos, estes estabelecem a capacidade de exploração dos potenciais locais.

Nessa perspectiva, a aparelhagem e a integração espacial de diferentes territórios, com o objetivo de criar e/ou ampliar os circuitos espaciais da produção, como projetado pelos países sul-americanos ao longo deste século XXI, é um fator crucial para o desenvolvimento socioeconômico e para a superação das históricas desigualdades sócioespaciais. Assim como para outras regiões que já promoveram tal integração, é também um fator importante na promoção do papel ocupado pelos países dessa região no Sistema Internacional.

Em paralelo com os esforços de integração regional, neste século a América do Sul foi confirmada com a segunda maior reserva de petróleo do planeta. Esse fato notabiliza o subcontinente no cenário internacional, pois, além de importante fonte de energia, o petróleo e seus derivados compõem praticamente todas as cadeias produtivas conhecidas, direta ou indiretamente, portanto, são parte estratégica e significativa da base material da reprodução do capital. Além disso, a participação do gás natural na matriz energética mundial tem aumentado significativamente nas últimas décadas.

Dessa forma, considerando o volume de suas reservas de combustíveis fósseis fluidos, o subcontinente disfruta de uma posição privilegiada, e o aproveitamento estratégico desta depende um circuito espacial produtivo bem aparelhado.

Poucos países e/ou regiões do mundo disfrutam de uma posição como essa. Todavia, o aproveitamento desses recursos carece de uma infraestrutura que conecte as áreas de exploração e consumo. Ou seja, da criação de uma malha espacial de aparatos fixos que possibilitem os fluxos. A análise dos relatórios da British Petroleum (BP) e da Agência Internacional de Energia (AIE) mostrou que a configuração inicial do circuito espacial produtivo do petróleo e do gás natural se assenta basicamente em dois grupos de países: os grandes importadores e os grandes exportadores desses recursos brutos.

O primeiro grupo é composto por potências hegemônicas, como EUA, Alemanha, Itália, Espanha, França e Japão, e também por países economicamente emergentes, como China e Índia. Paralelamente, na composição da DIT, esses países citados possuem também as maiores capacidades de refino instaladas. Assim, países como os EUA, ainda são grandes exportadores de derivados, inclusive para aqueles que possuem grandes reservas e/ou grandes produções. Assim, ressalta-se a necessidade desse grupo de países e seus capitais empresariais em garantir o acesso e o controle sobre os espaços de produção e sobre os fixos promotores da circulação desse recurso natural.

Fica claro também que o aproveitamento de todo o capital fixo já instalado nesses países, ou mesmo em outros territórios, para processar tal recurso depende do acesso estável e constante ao petróleo existente em territórios de outros países. Desse acesso e fluxo garantidos depende a rentabilidade desses investimentos, o abastecimento de suas economias domésticas e suas posições na DIT. Portanto, a criação de espaços abertos politicamente e tecnicamente aptos a promover os fluxos é fundamental para a manutenção dos objetivos desse sistema. Esse cenário, como demonstrado, está na raiz de inúmeras tensões e conflitos.

Relacionando esse panorama à construção intencional do espaço e à articulação estratégica dos territórios, à luz de estudiosos como Davi Harvey e Milton Santos, mostrou-se que os instrumentos de influência e dominação dos agentes hegemônicos sobre os territórios evoluíram sistematicamente ao longo do tempo. Estes perderam em parte seu caráter essencialmente belicista-militarizado e passaram a se valer mais efetivamente de aspectos econômicos e tecnológicos. Assim, a própria difusão e

imposição dos ideais neoliberais a partir da década de 1970 se enquadram nessa perspectiva. Ou seja, a desregulamentação de mercados, as privatizações em setores estratégicos e a abertura a investimentos estrangeiros, colocariam os territórios e seus potenciais produtivos à mercê do grande capital transnacional. Servindo assim à manutenção da DIT e do *status quo* dentro do Sistema Internacional, algo que foi garantido por outros meios ao longo de século anteriores.

Após uma década de 1990 encaminhada nessa direção, na América do Sul passou foi construída uma nova conjuntura política, econômica e social. Junto dessa, governos, alinhados em suas políticas externas e vivendo períodos econômicos virtuosos, empreenderam um processo mais audacioso de integração subcontinental. Em paralelo, no tocante ao setor de hidrocarbonetos, a América do Sul tornou-se a segunda maior reserva confirmada de petróleo no planeta e, no período de 2003 a 2015, viu a Petrobras se firmar como uma referência mundial do setor de hidrocarbonetos. A estatal brasileira ganhou destaque pelo elevado patamar tecnológico desenvolvido em diversos setores da produção de petróleo e gás natural, mas em especial na exploração destes em águas ultraprofundas.

Na primeira década deste século, a Petrobras estendeu sua atuação, em diversos segmentos da cadeia do petróleo e do gás natural, a dezenas de países, em especial da América do Sul, da África e da Ásia. Ao mesmo tempo, no cenário doméstico, o elevado volume e a qualidade das reservas do Pré-sal e os avanços da fronteira tecnológica de exploração, decorrentes do persistente e volumoso investimento da empresa, mostraram-se incontestáveis.

A rentabilidade das reservas do Pré-sal são muito superiores às tradicionais áreas de exploração no Brasil, o chamado Pós-sal, reservas estas que, como demonstrado, vêm apresentando significativa queda de produtividade nos últimos anos. Aproveitando essa nova fronteira, o governo brasileiro assumiu uma atuação geoeconômica, elaborou um novo Marco Regulatório para a exploração do Pré-sal definindo o regime de concessão por partilha. Esse critério promove a formação de estoques estratégicos pelo Estado brasileiro, os quais podem ser comercializados com base as necessidades internas e/ou as oportunidades de mercado.

Além disso, essa nova regulamentação criou o Fundo Social do Pré-sal (FSPS), potencializou a indústria nacional e promoveu o desenvolvimento socioeconômico do país, já que reforçou a Política de Conteúdo Local (PCL) e colocou a Petrobras como a

única operadora dos consórcios de exploração. Liderando as tomadas de decisão em todas as etapas da cadeia produtiva, a estatal brasileira tornou-se uma mola propulsora de diversos setores complementares.

Os percentuais de PCL acertados nos contratos de exploração tornaram-se significativos e assim abriram mercados para diversas outras áreas. Entre elas, setores da indústria pesada, como a metal-mecânica e o setor naval destacaram-se. A indústria naval brasileira, que em 2002 gerava cerca de 7.000 empregos, em 2014 chegou a empregar mais de 80.000 trabalhadores diretamente e outros 320.000 indiretamente.

Ainda que imperfeita, numa perspectiva geoeconômica, a PCL é um dos mecanismos que servem para equilibrar o acesso ao mercado interno, já que a disputa tecnológica e financeira entre os capitais estrangeiros e os nacionais ainda é assimétrica. Afinal, o desenvolvimento de tecnologia e competitividade requer tempo e volumosos investimentos, e cabe ao Estado criar condições para que, até a mínima equiparação competitiva entre tais atores, a concorrência seja menos desigual. Caso contrário, as disparidades existentes entre os agentes hegemônicos e os países periféricos no tocante os arcabouços tecnológico e econômico permanecerão e reforçarão a atual configuração da DIT. Entretanto, vale destacar que critérios como a PCL contrariam os interesses econômicos e estratégicos das nações desenvolvidas, em especial as centrais, e suas empresas transnacionais. Afinal, pode limitar o acesso aos mercados complementares. Ainda mais em se tratando de um setor tão estratégico.

Em paralelo, a Petrobras assumiu grande relevância no desenvolvimento tecnológico e na geração de renda no país. Entre 1998 e 2017, mais de 90% dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) realizados pelas empresas do setor de petróleo e gás natural foram da estatal. Além disso, ela formou uma rede de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com mais de cem entidades públicas. No período 2002-2013, os investimentos diretos da empresa superaram a soma dos investimentos realizados pelas outras 72 maiores empresas de capital aberto no país.

Esses avanços também foram realizados na atuação internacional da Petrobras. Além de projetar-se em mercados relativamente menos relevantes, como o Africano e o Latino-americano, em 2006, a petroleira entrou no mercado de derivados dos EUA, com a compra da Refinaria de Pasadena (Texas). Nesse período ainda, o papel estratégico do Estado, por meio da Petrobras e de outros planos, teve função efetiva na minimização

dos efeitos da crise internacional iniciada em 2008. Assim, o Estado brasileiro assumiu um papel claramente geoeconômico e de crescente destaque na articulação do setor energético fóssil.

Entretanto, como também ocorreu em outros países da América do Sul, nos últimos anos, com a mudança na composição da cúpula de governo do país, ocorreu uma guinada na orientação da atuação do Estado brasileiro. Esse fato se consolida a partir da formação de governos conservadores e neoliberais, presididos por Michel Temer (abril de 2016/ dezembro de 2018) e Jair Bolsonaro, desde janeiro de 2019. Um dos maiores reflexos dessa mudança foi a flexibilização do Marco Regulatório do Pré-sal, consumado após a o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, um *impeachment* com clara motivação política e juridicamente frágil. Um golpe de Estado.

Com as mudanças na regulamentação de exploração do Pré-sal, o protagonismo garantido à Petrobras e aos capitais nacionais na cadeia exploratória do petróleo e do gás natural gradualmente foi capturado pelo capital transnacional, em especial de origem estadunidense e europeia. Em paralelo, a “dolarização” do mercado interno de combustíveis, que atrelou o preço dos derivados de petróleo à cotação internacional do barril, prejudicou o mercado de refino interno e abriu espaço para a rentabilidade das grandes importadoras de derivados. Tal quadro é minimamente inusitado para um país com claro potencial de autossuficiência, já que essa nova conjuntura, acrescida da redução das atividades nas refinarias brasileiras, levou ao aumento dos preços dos combustíveis, pressionou o quadro inflacionário, comprometeu ainda mais o já convalescido quadro socioeconômico e desembocou em uma histórica greve de caminhoneiros em maio de 2018.

Constatou-se, ainda, que o quadro de endividamento da Petrobras, que tem sido usado desde 2016 para justificar a liquidação de ativos e a redução de investimentos da empresa, pode ser relativizado tanto em seu montante quanto na sua construção. Na verdade, além dos desafios tecnológicos e financeiros impostos pela exploração do Pré-sal, vários fatores contribuíram para o comprometimento do fluxo de caixa da empresa. Entre eles se destacam: 1) o “contra-choque” do petróleo entre 2014 e 2016; 2) a depreciação da imagem da empresa nos cenários nacional e internacional; 3) a desvalorização de suas ações e seus ativos, decorrentes das oscilações de preços do petróleo, mas, principalmente, da maneira profundamente depreciativa como foram divulgadas as informações da Operação Lava-Jato; 4) os processos no exterior movidos

por acionistas que se sentiram lesados; 5) a crise de ordem política, econômica e social instalada no país, que afastou investimentos e reduziu a credibilidade junto a agências internacionais de avaliação de risco; 6) a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar; 7) a crescente necessidade de alavancagem e complementação a partir de contração de créditos e desinvestimentos; 8) a política de regulação dos preços dos combustíveis no mercado interno.

Assim, a construção de tal quadro, entre 2014 e 2016, resultou da somatória de inúmeros fatores. Ainda que entre os internos estejam práticas equivocadas na gestão da empresa e desvios de conduta de alguns diretores e empresários, os elementos mais contundentes para a relativa debilidade financeira da Petrobras derivaram de oscilações do mercado. Dos fatores prejudiciais diretamente ligados à gestão da empresa, pode-se destacar a política de controle sobre os preços dos combustíveis no mercado interno. Um infeliz mecanismo de controle da inflação e que, no médio prazo, resultou em perdas significativas para a empresa.

Ainda na escala interna, a forma como parte do judiciário brasileiro, representado, entre outros órgãos, pela Procuradoria Geral da República (PGR) e pelo Ministério Público Federal (MPF), conduziram as investigações da referida Operação Lava-jato e principalmente como as informações relativas aos atos de corrupção foram midiaticizadas foram cruciais para a perda de credibilidade e a consequente depreciação do valor de mercado da Petrobras. Na realidade, a perseguição a alguns personagens, políticos e empresários, e suas “prévias condenações” junto à opinião pública foram sobrepostas à racionalidade jurídica, empresarial e principalmente geoeconômica, as quais deveriam ser usadas para preservar o patrimônio nacional. Houve uma ampla campanha midiática, apoiada em informações fornecidas por órgãos da justiça brasileira, estabelecendo uma relação de causa e efeito os maus resultados da empresa à corrupção e a seus atores.

Obviamente, os esquemas fraudulentos lesaram o patrimônio da Petrobras e, por essa razão e pelos demais danos gerados à sociedade, devem ser tratados sob o mais elevado rigor da legislação vigente. No entanto, tendo em vista o caráter estratégico que o setor de combustíveis fósseis e a Petrobras sempre tiveram para o país, as informações deveriam ter sido tratadas com mais discrição e cautela para preservar a empresa e o patrimônio nacional. Afinal, trata-se, também, de um patrimônio do povo brasileiro. O escárnio midiático da imagem da Petrobras acentuou a desvalorização de ações e ativos

dela, o que forçou o aprofundamento do plano de desinvestimentos e conseqüentemente afetou sua atuação estratégica.

No cenário internacional, a Petrobras foi submetida a ações judiciais, movidas em especial por investidores estadunidenses, a partir da justiça dos EUA. Nesse ponto, novamente a colaboração da PGR e do MPF brasileiros com órgãos jurídicos daquele país foram decisivos. Visitas de juizes, como Sérgio Moro, e de grupos formados por procuradores, entre os quais se destacam Rodrigo Janot, Deltan Dallagnol e Carlos Fernando Lima, diretamente ligados à Operação Lava-Jato, ajudaram a sustentar processos contra a Petrobras e contra a República Federativa do Brasil, já que esta controla a empresa. Tal postura dos órgãos de justiça do Brasil foi alvo de críticas e rendeu aos investidores e ao Tesouro dos EUA, até aqui, cerca de US\$ 4 bilhões em multas, indenizações e acordos firmados pelos representantes da Petrobras.

A instabilidade construída internamente a partir das eleições de 2014, quando o candidato derrotado na corrida presidencial, Aécio Neves (PSDB) questionou o resultado das urnas, somado à falta de base no congresso, levantaram dúvidas sobre a estabilidade política e econômica do novo mandato (2015/2018) da presidente Dilma. Nesse cenário, o país perdeu credibilidade junto a agências internacionais, o que também refletiu na Petrobras junto ao mercado internacional.

Os resultados dessa desastrosa equação são o esvaziamento da estrutura produtiva integrada, do patrimônio, e dos investimentos na economia nacional feitos pela Petrobras. Esse cenário ainda foi acompanhado da desvalorização da moeda brasileira, da elevação acentuada da dívida da empresa e perda do protagonismo construído ao longo deste século. Por tabela, os prejuízos da Petrobras atingiram frontalmente os setores complementares dessa cadeia produtiva e o investimento em desenvolvimento tecnológico. Outros reflexos diretos foram o aumento do desemprego, a desaceleração e a retração (2015 e 2016) do PIB nacional.

Diferente do que foi alardeado pela grande mídia e incorporado ao senso comum, o aumento da dívida da empresa e suas dificuldades financeiras ao longo desta década derivaram de uma vasta gama de fatores. Os prejuízos resultantes dos casos de corrupção para a Petrobras, que devem ser apurados e seus responsáveis punidos, ainda são incertos, mas, tomando como referência os valores divulgados pela Polícia Federal em 2016 (citados no Capítulo II), é possível afirmar que esses não foram o principal motivo de endividamento. Na verdade, esses são muito menores que os prejuízos

resultantes da condução da Operação Lava-Jato, da regulação dos preços, da desvalorização do petróleo e pela venda de ativos que desarticulam a cadeia de produção integrada.

Ainda que merecendo atenção, até a flexibilização do Marco Regulatório e a devassa na imagem da empresa, o endividamento da Petrobras tecnicamente não justificava a liquidação de ativos estratégicos, uma vez que a capacidade tecnológica e o protagonismo na exploração do Pré-sal davam lastro à empresa junto ao mercado. A produtividade dos poços perfurados nas reservas do Pré-sal, somada ao volume e à qualidade do óleo obtido, davam a essa nova fronteira um destaque incontestável. Afinal, nenhuma outra grande empresa do setor de petróleo e gás natural dispunha (ou até essa redação dispõe) de todos esses predicados no mercado mundial.

No governo de Michel Temer, com Pedro Parente à frente da Petrobras (2016/2018), a venda de participações em blocos de exploração no Pré-sal, como o de Carcará, Lapa e Iara, de grandes estruturas de distribuição de gás natural, de refinarias, do setor de gás de cozinha e de outros ativos no exterior afetou diretamente o sistema de produção integrada. Vale lembrar que, detentor de grande capacidade técnica, com grandes reservas a explorar e líder no mercado brasileiro, um dos maiores e mais promissores do mundo, o modelo integrado de produção é o que mais atende aos interesses do país e certamente seria rentável aos acionistas da empresa.

Nesse sentido, constatou-se que, desde o final de 2016, o capital transnacional vem tomando gradualmente os espaços da Petrobras, especialmente em campos exploratórios do Pré-sal mais promissores. Porém, na cadeia dos hidrocarbonetos, os investimentos, além de serem volumosos, exigem um tempo de maturação. Vender campos com grande potencial exploratório não é a forma mais astuta de levantar recursos para o pagamento de dívidas nem de promover o desenvolvimento socioeconômico do país.

Em meio a essa política de desinvestimentos, a Petrobras abre mão, também, de todo o capital empregado para descobrir, mapear e estimar as reservas. Por isso, Guilherme Estrella, geólogo, ex-funcionário de carreira da Petrobras e ex-diretor do setor de Exploração e Produção da petroleira (2003/2012), foi muito feliz quando classificou o comportamento das transnacionais do petróleo no Pré-sal como a de corsários, já que muitas dessas empresas, representantes dos interesses estratégicos de

determinados países, se recusaram a correr os riscos de investir na prospecção e agora se apoderam desses valiosos ativos em condições muito mais vantajosas.

Ocorre que o grande capital privado não se dispõe a investimentos de alto risco, nem mesmo de retorno lento, como é a prospecção, a produção de petróleo e até a instalação das estruturas de refino. Em especial em países periféricos, os Estados tendem a ser os maiores provedores desse padrão de investimento. Assim assumem o protagonismo na aparelhagem dos espaços destinada a viabilizar os circuitos espaciais produtivos. Os custos do investimento imobilizado, o trabalho morto para Marx, ou os fixos na ótica geográfica, são volumosos, e isso, somado à lenta taxa de amortização não interessa a ânsia do capital privado em sua reprodução.

Fato é que, com essa recente guinada conservadora-neoliberal do quadro político, o papel geoeconômico e geopolítico exercido pelo Estado brasileiro entre 2003/2016, internamente, assim como na América do Sul e na África, foi profundamente reduzido. Ao mesmo tempo, a fragilização da Petrobras afeta diretamente a capacidade de investimentos do Estado brasileiro e também os investimentos em um processo de integração espacial produtiva regional mais efetiva. Sim, ela deve ser uma empresa rentável para seus investidores e, por tabela, para a União, mas também deve ser entendida como um instrumento de articulação regional estratégica, desenvolvimento socioeconômico e da soberania nacional de longo prazo. À luz de uma visão estratégica e desenvolvimentista, a Petrobras não deve ser tratada como mera geradora de dividendos para acionistas.

O discurso de combate à corrupção e de um endividamento insustentável, amplamente difundido por grandes veículos da mídia e pela ala política interessada na mudança do quadro de comando do país, serviram para endossar junto à sociedade uma verdadeira dilapidação do patrimônio, do protagonismo interno e internacional da Petrobras, favorecendo o capital estrangeiro no setor. Serviram, ainda, para resgatar o modelo neoliberal em sua versão mais aguda, a qual vem sendo reimplantado no país desde então. Afinal, é fato que os obstáculos físico-naturais são superados pelos avanços tecnológicos e pela intencional aparelhagem dos espaços, porém, as barreiras burocráticas à reprodução do capital, derivadas da regulamentação dos Estados, carecem da subordinação de seus dirigentes aos interesses dos detentores deste mesmo capital.

Analisando outros aspectos, o protagonismo econômico brasileiro no cenário internacional e de liderança estratégica na escala regional também incomodava atores

internacionais. Nesse sentido, após a reativação da IV Frota Naval dos EUA, ocorrida em julho de 2008, alguns fatos devem ser levados em consideração: 1) em dezembro de 2008, o Brasil consolida sua Estratégia de Defesa Nacional (EDN), a qual deixava clara a defesa da soberania nacional em suas decisões e sobre seu território; 2) ainda em dezembro de 2008, puxados pelo Brasil, os países da UNASUL criaram o Conselho Sul-americano de Defesa (CSD); em setembro de 2009, o Brasil fechou acordo militar com a França, orçado em mais de 8 bilhões de euros, para a construção de submarinos a propulsão nuclear e a compra de helicópteros; em julho de 2010, as forças armadas brasileiras fizeram um exercício simulado de defesa do Atlântico Sul, denominado “Operação Atlântico II”; entre julho e dezembro de 2010 foram sancionadas as Leis Federais 12.276 e 12.351, as quais compuseram o Marco Regulatório do Pré-sal; e, em dezembro de 2013, o governo brasileiro anunciou a parceria com a Suécia para compra de trinta e seis caças Gripen. Deve ser lembrado que, no tocante aos acordos militares, não se tratava de mera aquisição de novos equipamentos, mas sim de parcerias que previam transferência tecnológica.

A articulação estratégica da UNASUL, tendo Brasil, Argentina e Venezuela à frente, somada ao protagonismo econômico e tecnológico assumidos pelo Brasil e pela Petrobras, limitavam o acesso do capital estrangeiro e a influência estadunidense na região. Quadro que descontentava, em especial, o governo e as empresas norte-americanas. Assim, a guinada neoliberal e conservadora na América do Sul, mas em especial no Brasil, se alinha com os interesses e necessidades das elites nacionais e dos grandes capitais transnacionais de acessarem os territórios e seus potenciais. Por meio de governos subalternos, que regulam seus mercados e relativizam suas soberanias de modo favorável à máxima reprodução do capital, esses grupos garantem vantagens e privilégios historicamente construídos.

Na escala sul-americana, constatou-se que a formação de governos de centro-esquerda e de orientação desenvolvimentista, nos primeiros anos deste século, alimentou e institucionalizou a integração subcontinental. Na verdade, se, dentro dos limites territoriais, a construção das estruturas de integração estratégica dos espaços passa pelo alinhamento dos interesses dos capitais privados e do Estado, no tocante à integração internacional, depende-se do alinhamento das agendas externas dos países envolvidos.

Tal alinhamento é ainda mais delicado quanto maiores forem as diferenças econômicas e tecnológicas entre os envolvidos, como ocorre na América do Sul, onde o Brasil e suas empresas são frequentemente tratados como ameaças à soberania econômica das nações vizinhas. Dessa maneira, uma integração infraestrutural mais robusta, ainda mais em setores estratégicos como o de energia fóssil, pode ser limitada por disputas internas e regionais, logo se fazem secundários os ideais da Cooperação Sul-Sul (CSS).

Ainda assim, no início deste século, entre 2000 e 2008, os países sul-americanos, impulsionados por Brasil, Argentina e Venezuela, buscaram o aprofundamento dos espaços de concertação política e de integração infraestrutural, o que resultou na formação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Uma entidade que visa promover a integração física, econômica e infraestrutural de maneira estratégica entre os países do subcontinente. Esse perfil de integração vai de encontro a um dos maiores obstáculos do desenvolvimento subcontinental, a rarefação das infraestruturas (fixas) viabilizadoras de circuitos espaciais produtivos mais dinâmicos e capazes de explorar os gigantescos potenciais de desenvolvimento existentes na América do Sul.

Tomando como base os dados do relatório do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) de 2017, percebeu-se a relevância econômica e o papel estratégico desempenhado pelos investimentos públicos no processo de integração física entre os países. Na verdade, apesar dos grandes potenciais regionais a serem explorados, os capitais privados, seguindo a lógica aqui descrita não são protagonistas nesse processo. Os investimentos públicos, ou seja, dependentes diretamente dos interesses e propósitos dos Estados, financiaram cerca de 60% dos projetos de infraestrutura e integração até aqui.

Ao mesmo tempo, o relatório aponta que apenas 1/6 dos investimentos destinados aos projetos de integração são integralmente oriundos da iniciativa privada. Além disso, os capitais privados se concentram em projetos que apresentam maior rentabilidade e retorno rápido do capital investido, como os de transporte e comunicação. Projetos no setor energético, os quais normalmente exigem volumosas somas de capitais e apresentam retorno a longo prazo, são exclusivamente financiados por investimentos públicos.

De modo prático, até aqui a integração energética na América do Sul restringiu-se à geração e distribuição de hidroeletricidade e ao mercado de gás natural. Não foi

identificado nenhum grande projeto voltado à cadeia do petróleo e de seus derivados industriais, seja um oleoduto, uma refinaria, seja alguma parceria concreta de exploração que envolvesse mais de um país de forma conjunta ou as grandes empresas da região. Ao contrário, nesse setor específico se destacaram foram conflitos de interesses e disputas por mercados internos. Exemplo disso foram as tensões envolvendo Brasil e Bolívia, quando o governo deste país decidiu nacionalizar suas reservas.

A despeito dessas dificuldades, centenas de projetos de integração em diversos setores de infraestrutura, com destaque para os de logística e comunicação, foram lançados, boa parte já concluídos, a maioria ainda em andamento. Porém, sob os efeitos do cenário político e econômico construído na maioria dos países sul-americanos entre 2015 e 2018, este processo de integração já apresenta desaceleração nos projetos e a redução dos investimentos. Ao comparar o número médio de projetos e o montante de investimentos incrementado anualmente à carteira do COSIPLAN, houve um significativo decréscimo entre 2016 e 2017. Estes chegam a aproximadamente 40% e 35%, respectivamente.

A onda neoconservadora, em certa medida revanchista, que tomou conta da maioria dos países sul-americanos desde 2015, em grande medida foi impulsionada pelo descontentamento do grande capital privado, nacional e transnacional, frente às limitações impostas à sua reprodução pelas regulamentações dos mercados. Assim, apoiados pelos grandes veículos de mídia internos, cooptando os sentimentos extremados de grande parte da população, valendo-se das fragilidades políticas e socioeconômicas internas dos países, grupos de poder domésticos e internacionais retomaram o comando dos Estados e a pauta neoliberal.

Na América do Sul, com as medidas econômicas adotadas a partir dessa onda neoliberal, os problemas socioeconômicos foram agudizados e comprometeram ainda mais o cenário interno dos principais agentes da integração regional. A frágil política econômica de Mauricio Macri, atrelada a flutuações do mercado internacional, novamente submetem a Argentina à batuta do FMI.

Na escala doméstica, a desvalorização monetária, a elevação da inflação e do endividamento do Estado, bem como os cortes de investimentos públicos trouxeram mais sofrimento à população argentina, a qual, por sua vez, tem tomado, cada vez mais frequentemente, as ruas das principais cidades. No campo internacional, buscou estreitar

laços com a gestão estadunidense e contribuiu para as intempéries da integração regional, ao questionar a participação da Venezuela no MERCOSUL e se mostrar indiferente aos rumos tomados pelo cenário político brasileiro, que resultou na formação do governo de Michel Temer.

No Brasil, com uma lógica semelhante, houve uma piora significativa dos indicadores socioeconômicos, como a ampliação da mortalidade infantil e o aumento do número de pessoas abaixo da linha da pobreza e da extrema pobreza. As medidas de austeridade, baseadas essencialmente em grotescos cortes de investimentos, também resultaram na elevação do desemprego, na precarização das condições trabalho a partir da fragilização das leis trabalhistas e agora avançam no desmonte do Sistema de Seguridade Social e para a capitalização da previdência social.

No tocante a política externa brasileira, houve o abandono do processo de integração regional e a busca pelo realinhamento acrítico com a agenda internacional das potências hegemônicas, explicitamente a dos EUA. As vendas de áreas estratégicas do Pré-sal e de outros ativos estratégicos da Petrobras e, mais recentemente, da Embraer, e ainda o arrendamento da base de Alcântara no Maranhão para o governo dos EUA, reforçam essa direção de alienação do patrimônio e da tecnologia nacional. Escancaram o ultraje da soberania brasileira frente aos interesses do grande capital transnacional.

Esse panorama pôde ser constatado ainda com a análise dos discursos de posse dos respectivos ministros das relações exteriores e, principalmente, da postura insignificante assumida pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro sobre temas sensíveis no tocante à América do Sul. Nesse contexto, a marginalização dos ideais de cooperação e integração regionais foi acompanhada pelo agravamento das tensões diplomáticas entre Argentina, Brasil e Venezuela. Seguiu-se assim o esvaziamento da UNASUL e sua perda de efetividade na mediação dos quadros de crise e promoção da integração estratégica. Como reflexo, se abriu espaço para a retomada da influência de organismos historicamente atrelados aos interesses estadunidenses, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que, em maio de 2018, integrou a Colômbia como “sócio global”. Especificamente nesse ponto, o aprofundamento de uma crise entre Colômbia e Venezuela, pode abrir caminho para uma intervenção de tal entidade militar nesta última.

Nessa conjuntura, a atuação geoeconômica dos Estados sul-americanos e o aproveitamento geoestratégico dos potenciais de desenvolvimento subcontinental veem-se profundamente comprometidos, mais ainda quando se considera a importância dos investimentos públicos (Estados e empresas públicas) para a articulação de organismos de concertação política e econômica e no financiamento da integração infraestrutural/territorial na América do Sul. A consolidação de um circuito espacial produtivo mais dinâmico que possibilite a integração economicamente eficiente dos territórios sul-americanos e a integração dos mercados regionais fica distante. Em paralelo, o avanço do capital transnacional sobre tais mercados tende a se aprofundar, ao passo que a posição ocupada pelos países sul-americanos na DIT tende a se manter ou mesmo regredir.

Mantido esse panorama político e a fragilização das ações geoeconômicas dos Estados e dos capitais nacionais, os esforços de integração e desenvolvimento, realizados entre 2000 e 2016, tenderão a se estagnar e serão inócuos para alcançar os propósitos mais contundentes. As limitações de ordem infraestrutural, que contribuíram historicamente para a marginalidade dos países sul-americanos no Sistema Internacional (SI), seguirão. Enquanto isso, a soberania das nações e o bem-estar de seus povos ficarão à margem do desenvolvimento real, o qual depende visceralmente do aproveitamento de seus potenciais humanos e físicos/naturais.

Ao final desta pesquisa, deve-se reconhecer que, apesar da dedicação empenhada por mim e por meu orientador, esta também enfrentou dificuldades e frustrações. O tempo restrito para o cumprimento dos créditos, para o desenvolvimento das pesquisas, das tabulações, reflexões, produções, para a participação em eventos, sua redação e revisões destacaram-se. Isso ocorreu não só pelo prazo de 24 meses, mas também pela minha necessidade de conciliar a pesquisa com o exercício da docência, o que envolveu três cidades, num raio de mais de 350 km.

Também compunha esse projeto a realização de entrevistas com representantes diplomáticos da Argentina, da Bolívia, da Venezuela e do Brasil. O intuito era retratar a visão dos países vizinhos sobre o processo de integração. Entretanto, o grande volume de trabalho e as exigências técnicas do órgão responsável pela validação desse instrumento de pesquisa impediram que conseguíssemos a aprovação do questionário em tempo hábil pelo comitê de ética.

Mesmo assim, a revisão bibliográfica sobre a construção do espaço e das redes, a discussão sobre a relevância da cooperação sul-sul na promoção dos países periféricos dentro do Sistema Internacional (SI), o levantamento de dados e a análise de relatórios sobre o circuito espacial produtivo do petróleo e do gás natural em diferentes escalas, a ampla discussão sobre o quadro socioeconômico e político brasileiro e seus reflexos sobre a Petrobras e o setor de energia fóssil no país, bem como as reflexões sobre o processo de integração sul-americano, a participação dos investimentos públicos nesse processo e a relação deste com a conjuntura política, serviram para ampliar o entendimento sobre o subcontinente. Por tudo isso, acredito que o trabalho aqui presente tem seu valor e servirá àqueles que futuramente se dedicarem à pesquisa de temas correlatos.

REFERÊNCIAS

ADACHI, Vanessa. Petrobras negocia com Cade antes de nova venda da Liquigás. **VALOR ECONÔMICO**. São Paulo, 14 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5593079/petrobras-negocia-com-cade-antes-de-nova-venda-da-liquigas>>. Acesso em: 18/06/2018.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (AIE). **Key world energy statistics 2017**. França, 2017.

ALMEIDA, Edmar de; et al. **Custos e Benefícios da atual política de conteúdo local**. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2016/09/2016_TD_Custos-e-Benef%C3%ADcios-da-Pol%C3%ADtica-Conte%C3%BAdo-Local.pdf>. Acesso em: 13/04/2018.

ALMEIDA, Edmar Luiz Fagundes. **CRISE ENERGÉTICA ARGENTINA: CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E LIÇÕES**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/crise_energetica_argentina.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ALVES, Sandra Priscila. O Circuito espacial da produção petrolífera e suas interações multiescalares do Rio Grande do Norte. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mônica; CATAIA, Márcio (Orgs.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo Velho, 2017, p. 209-234.

AMORIM, CELSO. A integração sul-americana. In.: **Diplomacia, Estratégia & Política** nº 10 – Outubro/Dezembro 2009. P. 5-26.

ARAÚJO, André. **A armadilha da Bolsa de Nova York**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/fora-pauta/a-armadilha-da-bolsa-de-nova-york-por-andre-araujo>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ARAÚJO, André. **O preço do petróleo é sempre político**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/fora-pauta/o-preco-do-petroleo-e-sempre-politico-por-andre-araujo>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Áreas do Pré-sal já concedidas sob o modelo de partilha e áreas ofertadas. **ANP**. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/arquivos/Bienio/Mapas_LP6/LP6_mapa-geral.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS. As 14 principais razões porque a Petrobrás deve ser a operadora única do Pré-sal. **AEPET Notícias**, Rio de Janeiro, Ed. 411, jun. 2015, p. 5-8. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/Aepet_Noticias_PDFs/AEPET_NOTICIAS_411_EDICAO_ESPECIAL2_versao_net.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

AZEVEDO, Paola. **A desarticulação do parque tecnológico de petróleo.** Rio de Janeiro, 16 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.ineep.org.br/index.php/publicacoes/artigos/item/130-a-desarticulacao-do-parque-tecnologico-de-petroleo>>. Acesso em: 17 jul.2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos.** 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque.** 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A desordem mundial: o espectro da total dominação.** 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BECKER, Bertha Koifmann; EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. **Brasil: uma potência regional na economia mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1993.

BLANCO, Jorge. Territorio, circulación y redes: articulaciones y tensiones. In: ARROYO, Mônica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização.** FAPESP/PPGH/CAPES/Annablume Geografias, 2015, p. 15-36.

Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural. **ANP.** Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/publicacoes/boletins-anp/2395-boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BOLÍVIA. Ministério de Hidrocarburos. **Decreto Supremo n. 28.701.** Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/ds-28701.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRANCO, Pérsio de Moraes. Petróleo do Pré-Sal. **Portal CPRM,** Brasília, 18 agos. 2014. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Canal-Escola/Petroleo-do-Pre-Sal-1301.html>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Balanco Energético Nacional (BEN) 2017: ano base 2016.** Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – **Anuário Estatístico 2017.** Disponível em: <http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/anuario-estatistico/2017/anuario_2017.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Contexto mundial e preço do petróleo: uma visão de longo prazo.** Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-250/topico->

302/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20U
ma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo[1].pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) **Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa/234-precos/levantamento-de-precos/868-serie-historica-do-levantamento-de-precos-e-de-margens-de-comercializacao-de-combustiveis>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRASIL. **BRASIL 2022**. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/brasil-2022.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2018**. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2018-full-report.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2016**. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2011**. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp-country/de_de/PDFs/brochures/statistical_review_of_world_energy_full_report_2011.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2002**. Disponível em: <<https://www.griequity.com/resources/industryandissues/Energy/bp2002statisticalreview.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BRITO, Thiago Luis Felipe, et al. A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.) **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 15-52.

BRITO, Fausto; et. al., 2009. **As tendências da população mundial: rumo ao crescimento zero**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/05/As-tendencias-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial6.pdf>>. Acessado em: 10 mai. 2019.

BUGIATO, Caio Martins; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. **Em Debat: Revista Digital**, Florianópolis, n. 7, p. 28-44, jan-jul, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2012n7p28/23239>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CARRA, Marcos. **A Petrobras e a integração da América do Sul: as divergências com o governo brasileiro (1995/2010)**. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114455>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CASARIN, Ricardo. Petrobras trabalha para reduzir custo no pré-sal em cenário global acirrado. **Diário do Comércio, Indústria e Serviços – DCI**, São Paulo, 23 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/industria/petrobras-trabalha-para-reduzir-custo-no-pre-sal-em-cenario-global-acirrado-1.693005>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336>. Acesso em: 20 out. 2018.

CEPAL. **La ineficencia de la desigualdad**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43566/1/S1800302_es.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Disponível em: <https://www.nodal.am/wp-content/uploads/2019/01/S1801084_es.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CERI-OFTA. **Integração energética Brasil-Venezuela: um modelo que intensifica as mudanças na estrutura da indústria petroleira na América do Sul**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-van-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/gabinete-de-seguranca-institucional/secretaria-de-acompanhamento-de-estudos-institucionais/integracao-energetica-brasil-venezuela-um-modelo-que-intensifica-as-mudancas-na-estrutura-petroleira-na-america-do-sul>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CHAVES, Caroline Brito; NASCIMENTO, Gabriel. BATISTA, Luiz Felipe S.; FURTADO, João Paulo. **Uma análise da política externa da Guiana sob a perspectiva das disputas fronteiriças**. *Revista Florestan Fernandes - Ano 3 - N. 1 - Pag. 129-150*. Disponível em: <<http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/168>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CLEMENTE, André. Benefícios dados à Refinaria Abreu e Lima não garantem conclusão da obra. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 19 mai. 2018. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2018/05/19/internas_economia,752587/beneficio-dado-mas-sem-garantia-de-contrapartida.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Consórcio liderado por Brookfield paga US\$5,2 bi por 90% da NTS, da Petrobras. **REUTERS**, São Paulo, 23 set. 2016. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN11T1C3>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

COSTA, Pierre. A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.) **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 53-80.

COUTINHO, Isadora Caminha; STEFFENS, Isadora da Silveira; VIEIRA, Taís Cristóvão Martins. A atuação da Petrobras na África durante o governo Lula. **REVISTA PERSPECTIVA: reflexões sobre a temática internacional**. Ano 7, nº 13, Agosto/Setembro de 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/issue/view/2803>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

DOLCE, Júlia. Preço da gasolina ultrapassa R\$ 5,00 após novo reajuste anunciado pela Petrobras. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18, set. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/18/preco-da-gasolina-ultrapassa-rdollar-500-apos-novo-reajuste-anunciado-pela-petrobras/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

DUTRA, Luís Eduardo Duque. **Evolução recente do mercado internacional de petróleo: um caso clássico da instabilidade dos oligopólios**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8204/1/BEPI_n23_Evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves; MATTOS, Margarida Maria C. L. Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional da América do Sul. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.) **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 81-104.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. Energia e conflitos territoriais na América do Sul: uma visão geoeconômica. In: **VII Encontro Nacional da ANPEGE**. Niterói, 2007. Disponível em: <http://www.egler.com.br/pdf/ANPEGE_3.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Entenda as rodadas. **ANP**. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ESTRELLA, Guilherme. **A Petrobras está sendo saqueada**. Diário do Cidadão, publicado em 13/06/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skAr_zgY_tI>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Fórum Onze e Meia**, publicado em 06/06/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDi_3NtP7Yc>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **TV ULBRA**, publicado em 22/01/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EUYAHjt3qRw>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS – FUP. **PETROBRAS**, Relatório final Pauta pelo Brasil. Disponível em: <<http://fup.org.br/pdf/gt.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

FIORI, José Luís. A Ordem Mundial do Petróleo. **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP)**, Rio de Janeiro, 09 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.ineep.org.br/index.php/publicacoes/colunistas/item/285-a-ordem-mundial-do-petroleo>>. Acesso em: 17 jul.2018.

FRIZZERA, Guilherme. **A suspensão do Paraguai no MERCOSUL: problema interno, solução externa.** Conjuntura Global, Curitiba, Vol. 2, n.3, jul./set., 2013, p. 156-164. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2013/04/A-suspens%C3%A3o-do-Paraguai-no-MERCOSUL-problema-interno-solu%C3%A7%C3%A3o-externa.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 10. ed. Rio de Janeiro, 1980.

GHIRARDI, André Garcez. Petrobras: as causas da crise, além da Lava Jato. **Carta Capital**, São Paulo, 11 agos. de 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/petrobras-as-causas-da-crise-alem-da-lava-jato-305.html>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

GOULART, Josette. Petrobrás perde R\$ 610 bi na Bolsa e vale menos do que antes do pré-sal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2014. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petrobras-perde-r-610-bi-na-bolsa-e-vale-menos-do-que-antes-do-pre-sal,1606666>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

JOHANNES, Beck. Oito motivos para a queda do preço do petróleo. **Deutsche Welle - DW**, Boon, 16 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/oito-motivos-para-a-queda-do-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo/a-19051686>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo: impérios e influência na Nova Ordem Mundial, EUA, China e União Europeia e as estratégia pela conquista das nações emergentes.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_Sul-Sul_em_tres_momentos_de_Politica_Externa_O.pdf>. Acessado em: 25/09/2017.

LEVY, Paulo Mansur. Carta de Conjuntura. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Rio de Janeiro, nº 36, 3º trimestre de 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8047/3/cc_36_economia_mundial.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

LESSA, Rogério. Pré-sal cada dia mais cobiçado. **AEPET Notícias**, Rio de Janeiro, Ed. 411, jun. 2015, p. 12. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/Aepet_Noticias_PDFs/AEPET_NOTICIAS_411_EDICAO_ESPECIAL2_versao_net.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MONIÉ, Frédéric. O novo “grade-jogo” e a geopolítica dos oleodutos do Mar Cáspio. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.) **Geografia e Geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 237-260.

MORAIS, José Mauro de. **PETROBRAS: crise financeira e de credibilidade e recuperação recente**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8111/1/Radar_n53_Petrobras.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital**. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2016.

NUNES, Fernanda; LUNA, Denise. Venda de ativos rende US\$ 17 bi à Petrobras. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,petrobras-vende-25-da-participacao-no-campo-do-roncador-para-statoil,70002123869>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

OLIVEIRA, Adilson de. Pré-sal: a oportunidade e seus desafios. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 95, p. 23-32. Set.-Nov., 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52235>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

OLIVEIRA, Cláudio; COUTINHO, Felipe. **O Mito da “Petrobras quebrada”**. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/ClaudioFelipe.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

OLIVEIRA, Neilmar. Produção do pré-sal bate recorde com 1,763 milhão de barris de óleo por dia. **Empresa Brasileira de Comunicação - EBC**, Brasília, 02 abr. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/producao-do-pre-sal-bate-recorde-com-1763-milhao-de-barris-de-oleo-por-dia>>. Acesso em: 21 jul.2018.

O pré-sal em números. **Pré-Sal Petróleo**. Disponível em: <<http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/o-pre-sal-em-numeros/evolucao-da-producao-de-petroleo-pre-sal-x-pos-sal>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

Os projetos da API. **IIRSA**. Disponível em:

<http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_anexo2_projetos_api_mapas_port.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PAMPLONA, Nicola. Brasil precisa de mais 2 refinarias para ser autossuficiente, diz ANP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1760430-brasil-precisa-de-mais-2-refinarias-para-ser-autossuficiente-diz-anp.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PAPATERRA, Guilherme Eduardo Zerbinatti. **Pré-sal: Conceituação Geológica sobre uma Nova Fronteira Exploratória no Brasil**. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://ppgl.geologia.ufrj.br/media/pdfs/Guilherme_Papaterra_Mestrado.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PETROBRAS. **Fatos e Dados**. Esclarecimentos sobre a Refinaria Abreu e Lima, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/esclarecimento-sobre-a-refinaria-abreu-e-lima.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PETROBRAS. **Pré-Sal. Disponível em:** <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

Petrobras conclui negócio no pré-sal e recebe US\$1,25 bi na 1ª parte do acordo. **REUTERS**, São Paulo, 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN13H2IK>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

PINTO, Luiz Fernando Sanná. A Petrobrás na América do Sul. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **Governança Global e integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011, p. 283 – 314.

PINTO, Eduardo Costa. **A trajetória do Pré-Sal: a aposta vira realidade**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-trajetoria-do-pre-sal-a-aposta-vira-realidade>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

_____. **Leilão do pré-sal: vitória das estrangeiras e derrota da Petrobras**. Disponível em: <<https://www.ineep.org.br/Leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-Petrobras+153206>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PINTO, Eduardo Costa; PEREIRA, Cloviomar Cararine. **Desinvestimento da Petrobras: impactos sobre o PIB e o Emprego**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/211220171348_Jornal_GGN.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Preço internacional médio mensal por barril de petróleo bruto (em US\$). **Index Mundi**. <<https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto&meses=120>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

REIS, Ciro Marques. **A Nova Geopolítica do Petróleo: será o Brasil um global player?** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/02.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

RIBEIRO, Maria Tereza Franco; MELO, Adriana; MELO, Marta Cerqueira. Integração Sul-Americana: o atravessamento de espaços-tempos luminosos e opacos. In.: VITALE, Denise; KRAYCHETE, Elza (Orgs.). **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: dilemas e desafios da América do Sul**. Salvador, EDUFBA, 2015, p. 11-32.

SAMORA, Roberto; GAIER, Rodrigo Viga. Petrobras vende Liquigás para Ultragas por R\$2,8 bi. **REUTERS**, Rio de Janeiro, 17 nov. 2016. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKBN13C2UO>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SARAIVA, Thiago C.; BONÉ, Rosemarie B.; DUARTE, Bernardo P. M. C. **Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em 2006**. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1644/2011>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SILVA, Magda Valéria da. **A indústria automobilística em Catalão/Goiás: da rede ao circuito espacial da produção da MMC automotores do Brasil S.A.** 2010. 450 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SILVA, Ronaldo da. **Brasília e Washington: política externa divergente e as perspectivas de integração sul-americana**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

Síntesis Informativa Energética de los Países de la CIER (2018). Información del sector energético en países de América del Sur, América Central y El Caribe Datos 2016. **CIER**. Disponível em: <http://www.cier.org/es-uy/Lists/EstadisticasLD/S%C3%8DNTESIS%20INFORMATIVA_Datos2016_VF.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

SOMBRA, José Luiz. O que a imprensa não conta. **AEPET Notícias**, Rio de Janeiro, Ed. 411, jun. 2015, p. 2-3. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/Aepet_Noticias_PDFs/AEPET_NOTICIAS_411_EDICAO_ESPECIAL2_versao_net.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SOUZA, Lucas Eduardo Silveira. **A retirada da Argentina da UNASUL: regionalismo em crise?** Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/artigos/a-retirada-da-argentina-da-unasul-regionalismo-em-crise/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. As razões de existência do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2016, p. 124-148. Disponível em: <[file:///C:/Users/Cliente/Downloads/485-Texto%20do%20artigo-1957-1-10-20161230%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/485-Texto%20do%20artigo-1957-1-10-20161230%20(1).pdf)>. Acessado em: 10 mai. 2019.

TESSLER, Moysés Gonzalez; MAHIQUES, Michel Michaelovitch de. Processos oceânicos e a fisiografia dos fundos marinhos. In.: **Decifrando a Terra**. Orgs.: TEIXEIRA, Wilson, et al. São Paulo: Oficina de Textos, 2000, pág. 262-284.

VAINER, Carlos, NUTI, Mírian. **A integração energética sul-americana: subsídios para uma agenda socioambiental** – Brasília: INESC, 2008.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Recursos energéticos e integração regional na América Latina: um estudo preliminar. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios e fronteiras** – (re)arranjos e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2017, p. 91-101.

VISENTINI, Paulo Fagundes. South South Cooperation, Prestige Diplomacy or “Soft Imperialism”? Lula’s Government’s Brazil-Africa Relations. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./dez. 2010.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.